

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO (PPU)**

KAREN ALESSANDRA SOLEK SOARES

**PRODUÇÃO DA IRREGULARIDADE URBANA: GESTÃO,
AGENTES, PROCESSOS E PRÁTICAS ESPACIAIS NO
TERRITÓRIO DE CASCAVEL/PR**

**MARINGÁ-PARANÁ
JUNHO/2016**

**PRODUÇÃO DA IRREGULARIDADE URBANA: GESTÃO, AGENTES,
PROCESSOS E PRÁTICAS ESPACIAIS NO TERRITÓRIO DE CASCAVEL/PR**

KAREN ALESSANDRA SOLEK SOARES

ORIENTADORA: DR.^a FABÍOLA CASTELO DE SOUZA CORDOVID

Dissertação apresentada como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM ARQUITETURA E URBANISMO, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

Apoio
Governo do Estado do Paraná

MARINGÁ-PARANÁ
JUNHO/2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S676p Soares, Karen Alessandra Solek
Produção da irregularidade urbana: gestão, agentes, processos e práticas espaciais no território de Cascavel/PR / Karen Alessandra Solek Soares. -- Maringá, 2016.
203 f. : il. col., figs., tabs., mapas

Orientador: Prof. Dr. Fabíola Castelo de Souza Cordovil.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016.

1. Irregularidade urbana - Cascavel (PR). 2. Assentamentos informais - Cascavel (PR). 3. Infra-estrutura urbana - Cascavel (PR). I. Cordovil, Fabíola Castelo de Souza, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 21.ed.711.4

ECSL-003211



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA

**PRODUÇÃO DA IRREGULARIDADE URBANA: GESTÃO,
AGENTES, PROCESSOS E PRÁTICAS ESPACIAIS NO
TERRITÓRIO DE CASCAVEL-PR.**

Autora: Karen Alessandra Solek Soares
Orientadora: Profª Drª Fabíola Castelo de Souza Cordovil

TITULAÇÃO: Mestre em Arquitetura e Urbanismo

APROVADA em 03 de junho de 2016.



Profª Drª Cibele Saliba Rizek



Prof. Dr. André A. de Almeida Alves



Profª Drª Fabíola Castelo de Souza Cordovil
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Venho agradecer, imensamente, àquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esta dissertação pudesse ser concretizada. Aqui denomino somente alguns dos que, por sua amizade e incentivo, despendo um enorme carinho e gratidão.

Primeiramente, aos meus pais a quem, sem seu apoio em todos os meus momentos de viagens e necessidades de ausência, esta dissertação não seria possível. Individualmente, à minha mãe, Simarli Monçalves Solek, apaixonada por discussões sobre conhecimento, de quem herdei essa busca pelo conhecimento tão estranha aos outros. Ao meu Pai, Carlos Alberto Solek, minha fortaleza, quem me apoia incondicionalmente e maior incentivador.

Ao meu esposo Nadir Soares, e nossa filha Heloisa, amores maiores, que aceitaram e suportaram minhas escolhas e, principalmente, a minha ausência nos momentos de estudo. E ao meu filho Davi, que chegou ao final desse processo já tendo de me acompanhar.

Aos meus tios Isabel e Luiz Ribas, juntamente com minhas primas e primos, por me receberem generosamente em seus lares em Londrina, e, em vários momentos, me acompanharem pacientemente, como fiéis escudeiros, fazendo destes estudos uma epopeia a ser vivenciada em família.

Ao coordenador e amigo Heliomar Machado, do curso técnico em Segurança do trabalho do CEEP-Cascavel, militante da causa educacional, pelo seu incentivo e apoio, principalmente nos difíceis momentos de indefinição burocrática do processo de liberação da licença para meus estudos.

À coordenadora Marilda Paviani, exemplo de dedicação à profissão de assistente social, por seus ensinamentos na questão social e por acreditar em um resultado positivo desta pesquisa para o setor de Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de Cascavel.

Ao coordenador Emerson Souza, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unipar-Cascavel, que sempre tentou me ajudar na organização desta minha vida tripla de jornadas, mantendo as portas da universidade aberta. Inclusive aos meus companheiros professores que, em algum momento, tiveram de me substituir nos compromissos docentes: Flávio Uren, Alberto Garcia, Lissandra Gil e Aline Silveira.

Também, àqueles que de forma gentil e altruísta, ofereceram suas relíquias, dados levantados e organizados por anos, desenvolvidos na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Cascavel. Desprenderam-se de seus conhecimentos mais preciosos, como contribuição a esta pesquisa, pelo simples fato de acreditar na divulgação científica: Sonia Bedin, Célia Fuentes, Solange Padilha e Elizangela Rezende. Espero não decepcioná-las.

No desenvolvimento da pesquisa, aos vários amigos e amigas inspiradores, inomináveis, por serem tantos, que através de nossas conversas, contribuíram com seus pensamentos relevantes. Obrigada, a todos, por seus incentivos e complacência nos momentos de desabafo sobre o desenrolar do mestrado e por permitir partilhar meus modos de pensar.

Um agradecimento especial aos meus amigos e amigas, companheiros de viagem, que transformaram o caminho para estes estudos em uma divertida aventura: João Paulo Turmina, Sirlei Oldoni, Sandra Mattei, Renata Esser, Cristian Sica e Marcelo dos Anjos. Enfim, muitas contribuições científicas.

Aos professores que participaram do meu exame de qualificação, Cibele Rizek e André Alves, cujas críticas e reflexões foram fundamentais para os desdobramentos posteriores do trabalho. Finalmente, os meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Fabíola Cordovil, que nunca duvidou desta pesquisa e sempre, de forma gentil, me indicou os caminhos e conduziu os meus passos para a descoberta científica.

Meu profundo agradecimento à vocês que foram essenciais para a conclusão desta etapa de minha formação.

EPIGRAFE

Nos barracos da cidade
Ninguém mais tem ilusão
No poder da autoridade
De tomar decisão
E o poder da autoridade, se pode, não faz questão
Mas se faz questão não consegue
Enfrentar o tubarão
[...]
E o governador promete,
Mas o sistema diz não
Os lucros são muito grandes, grandes ... iê, iê
E ninguém quer abrir mão, não
Mesmo uma pequena parte
Já seria a solução
Mas a usura dessa gente
Já virou um aleijão
Ôoo, ôo Gente estúpida
Ôoo, ôo Gente hipócrita

(NOS BARRACOS DA CIDADE, Gilberto Gil, 1985)

RESUMO

A presente pesquisa aborda a produção da irregularidade urbana na sede do município de Cascavel, Paraná, em duas práticas espaciais: os assentamentos irregulares/clandestinos/favelas, formados pelo reparcelamento ou ocupação de áreas em loteamentos aprovados; e os loteamentos irregulares, em glebas não parceladas anteriormente. Destaca-se o tema da gestão das irregularidades, intencionando-se, como objetivo geral, evidenciar as carências em redes técnicas de infraestrutura urbana, dentro destes espaços informais, produzidos a partir promoção pública ou privada, em cidades da região de fronteira de expansão do capital. De acordo com o marco jurídico e primeira hipótese, a não conformidade a alguma regulamentação, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, acarreta a irregularidade jurídica do loteamento ou assentamento e, em consequência, a uma negligência intencional ao fornecimento de infraestrutura básica, devido à sua inexistência formal, negando aos moradores destas áreas o direito à cidade. A segunda hipótese, em complementação à primeira, sugere que, a reprodução do espaço, no atendimento à infraestrutura de loteamentos com fins habitacionais, é preferencial no espaço onde há a flexibilização para a realização do capital financeiro. Na resolução do problema da pesquisa sobre as carências urbanas resultantes da ação de agentes públicos e privados, utiliza-se uma abordagem metodológica de caráter quanti-qualitativo através da pesquisa correlacional, baseada em estudo de caso, com coleta de dados em fontes primária e secundárias, relacionando a implantação dos empreendimentos irregulares com a extensão da rede técnica de infraestrutura. A cidade escolhida para o estudo é Cascavel, situada na mesorregião Oeste do estado do Paraná, evidenciada nos últimos anos, na mídia e em periódicos nacionais, como uma cidade em crescimento econômico e populacional, com possibilidades de investimentos financeiros. O marco teórico da pesquisa apresenta as discussões de Francisco de Oliveira (2013) com análises político econômicas sobre o Brasil a partir da década de 1930, que evidencia as influências do planejamento nacional e regional no adensamento das cidades médias no processo de industrialização brasileira. A quebra destas concepções, após a década de 1990, apontam para uma gestão das urgências, onde se encaixa a irregularidade e sua relação à infraestrutura instalada. Como resultados dos índices de negligência ou atendimento às redes de infraestrutura, a partir de uma discussão entre valor de troca e de uso, chega-se à dependência de flexibilização para a entrada do mercado de capitais nestas áreas, mesmo que informais e sem efetiva relação com a propriedade de seus moradores. A contribuição do presente estudo está para a reflexão sobre a produção da irregularidade urbana presente em loteamentos e assentamentos habitacionais de baixa renda, no sentido de identificar: gestão, agentes, processos e práticas espaciais.

palavras-chave: Produção da irregularidade; assentamentos informais; infraestrutura; Cascavel.

ABSTRACT

This research addresses the issue of the management of urban irregularity in two spatial practices: irregular / illegal settlements / slums formed by areas in re-parcelling approved allotments; and the irregular settlements in plots not previously splitted. The Focus is on the theme of the irregularities management is intending, as a general goal, highlight the shortcomings in technical networks of urban infrastructure within these informal spaces, produced from public or private promotion in cities of the expansion of capital. According to the legal framework and the first case, the non-compliance with some regulation, whether at the municipal, state or federal level, entails the legal irregularity of the settlement or settlement, and; consequently, to a willful neglect the provision of basic infrastructure, due to its formal absence, denying the residents of these areas the right to the city. The second hypothesis, complementing the first, suggests that the reproduction of space in meeting the infrastructure of settlements with residential purposes, it is preferred the space where there is flexibility for the realization of the financial capital. In solving the problem of research on urban needs arising from public and private actors action, we use a methodological approach to quantitative and qualitative through correlational research, based on case study, with data collection in primary and secondary sources , relating to implementation of irregular ventures with the extension of the technical infrastructure network. The city chosen for the study is Cascavel, located in the state of West meso of Paraná, evidenced in recent years, in the media and in national journals, as a city in economic and population growth, with financial investment possibilities. The theoretical framework for the study presents the Francisco de Oliveira discussions (2013) with economic policy analysis on Brazil from the 1930s, which shows the influences of national and regional planning in the consolidation of medium-sized cities in the Brazilian industrialization process. After the 1990s, the breakdown of these conceptions, point to emergency management, which fits the irregularity and its relation to the installed infrastructure. As a result of the negligence of indices or service to network infrastructure from a discussion between exchange value and use, comes the dependence of flexibility for capital market entry in these areas, even informally and without effective relationship with the property of its residents. The contribution of this study is to reflect on the management of urban irregularity present in housing developments and low-income settlements, to identify: agents, processes and spatial practices.

Keywords: fault management; informal settlements; infrastructure.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ	1
FIGURA 02 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR	1
FIGURA 03 - ASMESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ	16
FIGURA 04 - DETALHE REGIÃO OESTE DO PARANÁ - 1896	17
FIGURA 05 - MAPA DE OBRAS DE VIAÇÃO - 1908.....	21
FIGURA 06 - TERRAS CONCEDIDAS PARA FERROVIAS, DE 1854-1900	23
FIGURA 07 - TERRAS CONCEDIDAS ÀS COLONIZADORAS, DE 1901-1940	24
FIGURA 08 - PRINCIPAIS OBRAGES ATUANTES NO OESTE DO PARANÁ	25
FIGURA 09 - DETALHE MAPA DE VIAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 1924	26
FIGURA 10 - DETALHE MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - 1938.....	30
FIGURA 11 - REDE RODOVIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - 1947	31
FIGURA 12 - MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - 1944	32
FIGURA 13 - MAPA DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL - 1958.....	33
FIGURA 14 - ÁREAS COM PROTOCOLOS DE AFORAMENTO EXPEDIDOS PELO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU, NO OESTE DO PARANÁ.....	41
FIGURA 15 - DETALHE GLEBA CASCAVEL, PATRIMÔNIO E ENCRUZILHADA	42
FIGURA 16 - MAPA DE LOTES FOREIROS [195?].....	43
FIGURA 17 - FOTO NÚCLEO INICIAL DE CASCAVEL - DÉCADA 1950.....	44
FIGURA 18 - MAPA COM ESPECIFICAÇÃO DE VIAS - Lei 26/1953.....	45
FIGURA 19 - DETALHE MAPA COM DEMARCAÇÃO DA GLEBA CASCAVEL	47
FIGURA 20 - DETALHE DO MAPA DE CHÁCARAS NA GLEBA CASCAVEL.....	49
FIGURA 21 - IMPLANTAÇÃO PATRIMONIO NOVO E VELHO	50
FIGURA 22 - PLANTA PATRIMONIO NOVO - 1952	51
FIGURA 23 - MAPA PATRIMONIO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, 1959.....	52
FIGURA 24 - EVOLUÇÃO TITULAÇÃO DE ÁREAS GLEBA CASCAVEL, 1954-1962.....	56
FIGURA 25- ÁREAS COM VENDA MULTIPLA: 1956-1960	60
FIGURA 26 - PLANTA BASE DA CIDADE DE CASCAVEL - 1963	67
FIGURA 27 - PRAÇA GETÚLIO VARGAS - 1959.....	68
FIGURA 28 - FOTO CIDADE DE CASCAVEL - DÉCADA 1960.....	69
FIGURA 29 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO - DÉCADA 1960	71
FIGURA 30 - PRINCIPAIS EIXOS VIÁRIOS MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ....	80
FIGURA 31 - SITUAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM URBANA - 1978	88
FIGURA 32 - MAPA DE SITUAÇÃO DA DENSIDADE URBANA - 1978.....	88
FIGURA 33 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO - DÉCADA 1970	90
FIGURA 34 - MAPA EVOLUÇÃO ÁREAS IRREGULARES/CLADESTINAS - 1970.....	93
FIGURA 35 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO DA NASCENTE CABECEIRA DO MELISSA - PRIVADO	94
FIGURA 36 - DESENVOLVIMENTO DA MALHA VIÁRIA E ASSENTAMENTO IRREGULAR/CLANDESTINO - 1970.....	96
FIGURA 37 - DESENVOLVIMENTO DA MALHA VIÁRIA E ASSENTAMENTO IRREGULAR/CLANDESTINO - 1980.....	99
FIGURA 38 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO- DÉCADA 1980	100
FIGURA 39 - ASSENTAMENTO IRREGULAR DO CURITIBA - PRIVADO	102
FIGURA 40 - ASSENTAMENTO NO LOTEAMENTO CASCATINHA	103
FIGURA 41 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO DO CASCATINHA - PRIVADO	103
FIGURA 42 - URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE (1960-2000).....	107
FIGURA 43 - COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL - 2002.....	108
FIGURA 44 - ANEL DE INTEGRAÇÃO E MALHA FERROVIÁRIA DO PARANÁ.....	110

FIGURA 45 - DESENVOLVIMENTO DA MALHA VIÁRIA E ASSENTAMENTO IRREGULAR/CLANDESTINO - 1990	112
FIGURA 46 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO - DÉCADA 1990	114
FIGURA 47 - ASSENTAMENTO IRREGULAR DO RIVA DÁVIA - PRIVADO	116
FIGURA 48 - ASSENTAMENTO DO GRAMADO NO LOTEAMENTO SÃO CRISTÓVÃO	118
FIGURA 49 - ASSENTAMENTO DO GRAMADO - PRIVADO	118
FIGURA 50 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NOVO MUNDO - PÚBLICO.....	119
FIGURA 51 - ASSENTAMENTO IRREGULAR/CLANDESTINO DO XIV NOVEMBRO - PÚBLICO	121
FIGURA 52 - ASSENTAMENTO IRREGULAR JD. ITAPUÃ - PÚBLICO	122
FIGURA 53 - ASSENTAMENTOS IRREGULARES NO MORADA DO SOL - PÚBLICO	123
FIGURA 54 - ASSENTAMENTO IRREGULAR ESTRELA DO MAR - PÚBLICO	124
FIGURA 55 - ASSENTAMENTO IRREGULAR JD. ALVORADA - PÚBLICO.....	125
FIGURA 56 - ASSENTAMENTOS NO LOTEAMENTO SANTA CRUZ - PÚBLICO	126
FIGURA 57 - ASSENTAMENTO IRREGULAR LOT. SANTA CRUZ, QUADRA 155 - PÚBLICO	126
FIGURA 58- ASSENTAMENTO IRREGULAR LOT. SANTA CRUZ, QUADRA 28 - PÚBLICO	127
FIGURA 59 - ASSENTAMENTOS IRREGULARES: MELISSA, ARAUCÁRIA E ABELHA - PÚBLICO.....	128
FIGURA 60 - ASSENTAMENTO IRREGULAR MELISSA - PÚBLICO	129
FIGURA 61 - ASSENTAMENTO IRREGULAR ARAUCÁRIA - PÚBLICO.....	130
FIGURA 62 - ASSENTAMENTO IRREGULAR ABELHA - PÚBLICO	131
FIGURA 63 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO- DÉCADA 2000	133
FIGURA 64 - LOCALIZAÇÃO ASSENTAMENTO JULIETA BUENO - PÚBLICO	134
FIGURA 65 - ASSENTAMENTO IRREGULAR JULIETA BUENO - PÚBLICO.....	135
FIGURA 66 - LOCALIZAÇÃO ASSENTAMENTO IRREGULAR LAICE.....	135
FIGURA 67 - ASSENTAMENTO IRREGULAR LAICE - PÚBLICO.....	136
FIGURA 68 - LOTEAMENTO JD. MADEVANI - PÚBLICO	137
FIGURA 69 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO NO JD. MADEVANI, QUADRAS 1, 2 E 3 - PÚBLICO	137
FIGURA 70 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO NO JD. COLMÉIA - PRIVADO	138
FIGURA 71 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIO NA REGIÃO DO JD. COLMÉIA	139
FIGURA 72 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO NA QUADRA "O", JD. COLONIAL - PÚBLICO	140
FIGURA 73 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NA QUADRA 8, NO JD. PARANAGUÁ - PÚBLICO	141
FIGURA 74 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NA QUADRA 2, NO JD. LUPATINI - PÚBLICO	142
FIGURA 75 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NA QUADRA 14, NO QUEBEC - PÚBLICO	143
FIGURA 76 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NO JARDIM PETRÓPOLIS - PÚBLICO	143
FIGURA 77 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NAS QUADRAS 8, 16 E ASSENTAMENTO CLANDESTINO NO LOT. JARDIM PETRÓPOLIS - PÚBLICO	144
FIGURA 78 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NO LOT. JARDIM CAIOBÁ - PÚBLICO	145
FIGURA 79 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NAS QUADRAS 7, 8 E 9 DO JD.CAIOBÁ - PÚBLICO.....	145
FIGURA 80 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NO LOT. MORUMBI.....	146

FIGURA 81 - ASSENT. IRREGULAR NA Q. 56, NO LOT. MORUMBI - PÚBLICO.....	147
FIGURA 82 - EVOLUÇÃO DA IRREGULARIDADE - 1960 A 2000.....	156
FIGURA 83 - LOCALIZAÇÃO DA IRREGULARIDADE/CLANDESTINIDADE.....	157
FIGURA 84 - LOCALIZAÇÃO DA IRREG./CLAND.- PRIVADO.....	158
FIGURA 85 - LOCALIZAÇÃO DA IRREG./CLAND.- AUTARQUIA.....	161
FIGURA 86 - LOCALIZAÇÃO DA IRREG./CLAND.- MUNICIPALIDADE.....	164
FIGURA 87 - LOCALIZAÇÃO DA IRREG./CLAND.- SÍNTESE.....	168
FIGURA 88 - EVOLUÇÃO PAVIMENTAÇÃO/DRENAGEM DÉCADAS 1970-2000....	171
FIGURA 89 - MAPA REDE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 2004	177
FIGURA 90 - MAPA REDE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 2004.....	181

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 1960.....	70
TABELA 02 - DADOS POPULACIONAIS DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ - 1950/1980	78
TABELA 03 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 1970.....	87
TABELA 04 - DENSIDADE URBANA - 1953/1978	89
TABELA 05 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 1980.....	98
TABELA 06 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E VARIACIONES PERCENTUAIS - 1950/2000.....	107
TABELA 07 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 1990.....	111
TABELA 08 - LEVANTAMENTO ÁREAS IRREGULARIDADES E CLANDESTINAS	113
TABELA 09 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 2000.....	132
TABELA 10 - LEVANTAMENTO ÁREAS IRREGULARIDADES E CLANDESTINAS	133
TABELA 11 - ASSENTAMENTOS IRREGULARES/CLANDESTINOS DE PROMOÇÃO PRIVADA	159
TABELA 12 - TIPOLOGIAS ASSENTAMENTOS DE PROMOÇÃO PRIVADA	160
TABELA 13 - ASSENT. IRREGULARES DE PROMOÇÃO PÚBLICA PELAS AUTARQUIAS MUNICIPAL E ESTADUAL	162
TABELA 14 - TIPOLOGIAS ASSENTAMENTOS DE PROMOÇÃO AUTARQUIAS	163
TABELA 15 - ASSENT. IRREGULARES/ CLANDESTINO DE PROMOÇÃO DA MUNICIPALIDADE.....	165
TABELA 16 - TIPOLOGIAS ASSENTAMENTOS PROMOÇÃO DA MUNICIPALIDADE	166
TABELA 17 - QUANTITATIVO SÍNTESE DAS VÁRIAS PROMOÇÕES.....	167
TABELA 18 - ACESSO REDE PAVIMENTADA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS POR PRIVADOS	172
TABELA 19 - ACESSO REDE PAVIMENTADA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS PELAS AUTARQUIAS	173
TABELA 20 - ACESSO REDE PAVIMENTADA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTO PROMOVIDOS PELA MUNICIPALIDADE	176
TABELA 21 - ACESSO REDE ESGOTO SANITÁRIO: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS POR AGENTES PRIVADOS	178
TABELA 22 - ACESSO REDE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS PELAS AUTARQUIAS	179
TABELA 23 - ACESSO REDE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS POR MUNICIPALIDADE.....	179
TABELA 24 - ACESSO ABASTECIMENTO DE ÁGUA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS POR INICIATIVA PRIVADA.....	181
TABELA 25 - ACESSO ABASTECIMENTO DE ÁGUA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS PELAS AUTARQUIAS	182
TABELA 26 - ACESSO ABASTECIMENTO DE ÁGUA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS PELA MUNICIPALIDADE.....	183
TABELA 27 - ÍNDICES DOS ASSENTAMENTOS OU LOTEAMENTOS DE PROMOÇÃO PRIVADA.....	189
TABELA 28 - ÍNDICES DOS ASSENTAMENTOS OU LOTEAMENTOS DE PROMOÇÃO DAS AUTARQUIAS (Municipal e Estadual).....	190
TABELA 29 - ÍNDICES DOS ASSENTAMENTOS OU LOTEAMENTOS DE PROMOÇÃO DA MUNICIPALIDADE	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BADEP - Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná
- BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BRAVIACO - Companhia Brasileira de Viação e Comércio
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
- CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
- CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná
- COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná
- COHAVEL - Companhia Municipal de Habitação de Cascavel
- COHESTE - Cooperativa Habitacional do Oeste
- COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica
- DGTC - Departamento de Geografia, Terras e Colonização
- DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
- DNP - Departamento Nacional de Povoamento
- FECIVEL - Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel
- GEAAIP – Grupo de Estudos para as Atividades Agroindustriais do Paraná
- GETSOP - Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
- MARIPÁ - Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.
- MIS - Museu da Imagem e do Som
- PCPM - Programa Paranaense para as Cidade de Porte Médio
- PMC - Prefeitura Municipal de Cascavel
- PMH - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
- PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
- PSD - Partido Social Democrata
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- SAGMACS - Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
- SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
- SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, até 2009, atual Instituto das Águas do Paraná
- UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- VAF - Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À PESQUISA.....	1
HIPÓTESES E OBJETIVOS.....	3
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	5
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
1 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: ESPACIALIDADES, TEMPORALIDADES E CONFLITOS	14
1.1 CAMINHOS DO PARANÁ ATÉ 1930.....	15
1.1.1 Entre concessões de <i>obrages</i> e ferrovias	22
1.2 DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO.....	27
1.2.1A divulgação das terras e logística da região	29
1.3 DINÂMICAS ECONOMICAS ATÉ 1960: O SETOR MADEIREIRO	34
1.3.1 Cascavel como Distrito de Foz do Iguaçu.....	39
1.3.2Patrimônio Novo e Velho.....	48
1.4 LUTAS PELA TERRA.....	54
1.4.1 O Conturbado Oeste: 1960	59
1.5 ADENSAMENTO E URBANIZAÇÃO.....	63
1.5.1 O planejamento do Paraná: estruturação	64
1.5.2 Égide modernizadora.....	67
2 ASSENTAMENTOS IRREGULARES E CLANDESTINOS.....	72
2.1 POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CIDADES MÉDIAS.....	72
2.1.1 Motivos contra o êxodo urbano e rural.....	78
2.1.2 O agronegócio.....	82
2.1.3 Expansão urbana de Cascavel-PR - década de 1970.....	86
2.1.4 Identificação de assentamento clandestino em Cascavel-PR - década de 1970.....	91
2.1.5 Informalidade cadastral de áreas em Cascavel - década de 1980.....	96
2.2 URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PÓLO REGIONAL.....	105
2.2.1 Informalidade cadastral de áreas em Cascavel - década de 1990.....	110
2.2.2 Informalidade cadastral de áreas em Cascavel - década de 2000.....	131
2.2.3 O Estado de Exceção	147
3 ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTO IRREGULARES COM A EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS.....	153
3.1 DIAGNÓSTICO DA IRREGULARIDADE/CLANDESTINIDADE.....	155
3.1.1 Levantamento dos assentamentos com fins habitacionais clandestinos/irregulares: Agentes Privados	158
3.1.2 Levantamento dos assentamentos com fins habitacionais clandestino/irregulares: Agente Público (Autarquias).....	161

3.1.3 Levantamento dos assentamentos com fins habitacionais clandestino/irregulares: Agente Público (Município)	164
3.1.4 Síntese.....	166
3.2 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA.....	169
3.2.1 Localizações dos assentamentos clandestino/irregulares: Pavimentação e drenagem .	170
3.2.2 Localizações dos assentamentos clandestino/irregulares: Esgotamento sanitário	177
3.2.3 Localizações dos assentamentos clandestino/irregulares: Abastecimento de água.....	180
3.2.4 Abastecimento de energia elétrica.....	183
3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITAL E A INFORMALIDADE	184
3.3.1 Composições de índices.....	188
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS.....	197
REFERÊNCIA DE LEIS	201
REFERENCIA DE IMAGENS	202

INTRODUÇÃO À PESQUISA

A presente pesquisa se dispõe a elucidar os agentes, processos e práticas espaciais que se estabelecem na gestão do território de cidades em fronteira de expansão do capital, que culminam na produção da irregularidade urbana, que são limitantes de ações, no sentido do estabelecimento do direito à cidade. A cidade palco desta discussão é Cascavel, situada na mesorregião Oeste do estado do Paraná, região que sofre com a urbanização e industrialização recente do País.



FIGURA 01 - LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ
FONTE: CASCAVEL (Município), 2012.



FIGURA 02 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR
FONTE: CASCAVEL (Município), 2012.

Os questionamentos sobre Cascavel-PR iniciaram-se quando, no ano de 2004, ingressamos como funcionária pública na Prefeitura Municipal de Cascavel e, em meio a projetos arquitetônicos e urbanísticos para vários fins, desenvolvidos na Secretaria de Planejamento, nos familiarizávamos com a cidade e suas peculiaridades. O direcionamento sobre o enfoque habitacional de interesse social ocorreu a partir de 2006 quando fomos cedida, pela Prefeitura Municipal de Cascavel, ao quadro técnico da COHAVEL. Vivenciamos, neste

período, as problemáticas de desenvolver projetos em um órgão de grande potencial para projetos habitacionais, mas devido aos direcionamentos de gestão, encontrava-se em desvio de suas atividades principais, executando somente reformas em próprios do Município. Em 2009, novamente a serviço do quadro técnico das secretarias da prefeitura, vimos fazer parte do setor de Regularização Fundiária, trabalhando com a aplicação da Lei Federal 11.977/2009, nas possibilidades de seus instrumentos. Também, o fato de lecionar disciplinas ligadas à segurança e saúde do trabalhador, no curso técnico em segurança do trabalho pela rede estadual de educação a partir de 2009 e, em 2012, ao ingressarmos como docente na Universidade Paranaense - Unipar, lecionando disciplinas ligadas a arquitetura e urbanismo, incitaram ainda mais as indagações sobre os vários aspectos da estrutura urbana e sua relação com os projetos habitacionais de interesse social. Pois, a produção do espaço urbano envolve, além de suas definições mais explícitas, nas conformações das ruas, quadras, lotes, também a dialética dos antagonismos das classes sociais. A perspectiva da produção social do espaço entende a organização sócio espacial como consequência direta das relações entre os processos econômicos, políticos e culturais, em seu vínculo regional (GOTTDIENER, 2010). Inclusive alguns autores (VILLAÇA, 2001; TRINDADE, 2012; GOTTDIENER, 2010) reclamam da insuficiência de análises sobre como se procede a ação de papel ambíguo do Estado, ou seja, como é produzido os espaços urbanos através da gestão destes por entes públicos. As inquietações sobre a produção de espaços urbanos negligenciados nos levaram a formular um plano de pesquisa para ingressar no mestrado de arquitetura e urbanismo.

Como **problema**, a presente dissertação questiona sobre as carências em infraestrutura resultantes da gestão urbana na produção de assentamentos irregulares ou clandestinos em cidades na região de fronteira de expansão do capital. E como **questão principal**, fixa-se em como evidenciar as carências em infraestrutura urbana no processo de formação de assentamentos irregulares ou clandestinos, em cidades na região de fronteira de expansão do capital, a partir da ação de agentes públicos e privados. Como recorte temporal, investiga-se desde o surgimento do núcleo urbano de Cascavel, a partir da década de 1920, com o advento das obras. Contudo, o enfoque sobre as redes técnicas de infraestrutura, relacionando-as à irregularidade de loteamentos e assentamentos urbanos se dá entre as décadas de 1970 à 2000, época de estabelecimento da frente pioneira do capital até a efetiva financeirização.

Quisemos investigar, como questões específicas: a) As influências político-econômicas e legislativas que podem ser destacadas agindo sobre a formação dos loteamentos ou assentamentos irregulares e clandestinos; b) A definição de loteamentos ou assentamento irregulares e clandestinos e as variáveis que caracterizam a identificação dos casos de

ilegalidade fundiária no perímetro urbano; c) As carências em infraestrutura que podem ser levantadas sobre a ação ambígua do Estado, tanto como promotor imobiliário na formação de assentamentos irregulares quanto como regulador das funções urbanas, em sua esfera Municipal (formação temporal, localização urbana), até a década de 2000.

HIPÓTESES E OBJETIVOS

Considera-se que na produção da expansão da cidade o marco jurídico estabelece que o atendimento ou não de infraestrutura às diversas áreas da cidade para sua real inserção na malha urbana, dependem, primeiramente, de um seguimento às normas complementares estabelecidas para o parcelamento do solo municipal, contemplado por peculiaridades legislativas regionais e locais, bem como a de estarem aprovadas junto ao cadastro técnico, que gere as informações de controle da Prefeitura Municipal e em cartórios de registro (BRASIL, 1979). Neste trabalho formulou-se duas hipóteses. Como **hipótese primeira**, tem-se que, a não conformidade a alguma regulamentação deste marco jurídico, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, acarreta a irregularidade jurídica e cadastral do loteamento, e, em consequência, há uma negligência intencional, ao fornecimento de infraestrutura básica (vias de circulação, escoamento de águas pluviais, rede para o abastecimento de água potável, soluções para o esgotamento sanitário e energia elétrica domiciliar), originado pela inexistência de registro formal do loteamento¹ (SAULE JR, 2004). Nega-se aos moradores destas áreas o direito de usufruir de todas as vantagens do suporte físico e de serviços do sistema urbano, essenciais para a reprodução da força de trabalho (GOTTDIENER, 2010). Contudo, este marco jurídico, como efeito dos jogos de poder, mais pungentes a partir da década de 1990, com a globalização (financeirização do capitalismo), configura-se como uma nebulosa fronteira entre regularidade e irregularidade, fazendo a primeira hipótese insuficiente para uma análise da produção de loteamentos e assentamentos informais (OLIVEIRA & RIZEK, 2007; TELLES, 2010). A partir da financeirização da economia, os processos de urbanização foram desestabilizados para outros feixes de relações, relacionados aos problemas de gestão urbana das urgências para a atual unidade de medida firmada pela racionalidade do mercado (TELLES, 2010). Em perspectiva, forma-se uma gestão dos ilegalismos, a partir do estabelecimento do marco legal, que é estruturante da ação ambígua do Estado como promotor ou regulador do

¹ A definição de loteamento é considerada nesta dissertação nos termos da Lei Federal 6.766/1979, "Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificações ou ampliações das vias existentes" (BRASIL, 1979).

sistema imobiliário e, com ele, conforma-se as diferentes respostas na infraestrutura implantada (SILVA, 2011). Levando em consideração que "[...] só o Estado pode dirigir o investimento para determinados lugares na cidade, sob o pretexto da necessidade coletiva. Neste sentido, a reprodução do espaço se realiza em um outro patamar, revelando o espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro" (CARLOS, 2007, p.17). A partir deste enfoque, sendo necessária a compreensão do caminho da inserção e estabelecimento do capital para a reprodução do espaço, formula-se a **segunda hipótese**, de que a reprodução do espaço, no atendimento à infraestrutura de loteamentos com fins habitacionais, é preferencial o espaço onde há a realização do capital financeiro.

Villaça (2001) ressalta que é dentro das cidades, no que denomina espaço intra-urbano, que os efeitos de intensidades das interações entre o social e o espacial são mais evidentes e emergem como óbvias, destacando-se a articulação espacial. Os embates de interesses diversos são expressos na conformação do espaço único que cada cidade representa, mas que conforme as estruturas política, econômica e ideológica, podem ser replicadas a todas as cidades, com os mesmos elementos (VILLAÇA, 2001). As características de realização do capital estão presentes em cidades na região de fronteira de expansão do capital que sofreram com processos de adensamento e industrialização, como Cascavel-PR. Espera-se, dentro da dinâmica menos diversa que as das metrópoles, encontrar nesta cidade marcas mais evidentes da resistência e da transformação, formas que manifestam as estratégias de produção e gestão sobre a irregularidade dos agentes produtores da cidade (CARLOS, 2007).

No caso da cidade de Cascavel-PR, as situações de loteamentos irregulares e clandestinos, dos mais alarmantes, demandam quatro décadas, em situação de informalidade cadastral. Permanece a situação de residências implantadas em áreas com infraestrutura deficitária, sendo a maioria destes loteamentos, provenientes da intervenção do próprio Poder Público Municipal, através de sua autarquia: Companhia Municipal de Habitação de Cascavel - COHAVEL. Totalizam 30 áreas, entre assentamentos e loteamentos irregulares/clandestinos/favelas como objetos de estudo.

A presente pesquisa, como **objetivo geral**, evidenciou as carências em redes técnicas de infraestrutura urbana, resultantes da ação de agentes públicos e privados na produção de assentamentos irregulares em cidades de fronteira de expansão do capital, até a década de 2000. Contudo, nos limites desta pesquisa, não se enfocaram os motivos, intenções da origem ou permanência das áreas na situação de clandestinidade ou irregularidade, frente às legislações urbanísticas. Pretendeu-se contribuir para a reflexão sobre o estabelecimento destas situações como práticas espaciais, promovida por agentes públicos e privados, e sua relação com o

processo de produção urbana, decorrentes de ações político-econômicas, ou seja, o foco se dá na gestão dos ilegalismos administrada nas esferas do Estado, e seus reflexos nos loteamentos habitacionais de baixa renda.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação foi organizada em três capítulos, seguindo os **objetivos específicos** pretendidos de analisar o processo histórico de conformação do território; definir suas características, enfocando o tema sobre os assentamentos e loteamentos informais na cidade de Cascavel-PR; levantando e quantificando estas áreas decorrentes da promoção de agentes públicos e privados; e relacionar a implantação destas com a expansão da infraestrutura urbana para identificar carências. O quarto capítulo contém as conclusões finais.

O **primeiro capítulo**, dividido em cinco subcapítulos, foi denominado de “**O processo histórico de conformação do território: espacialidades, temporalidades e conflitos**”. Dedicou-se à descrição dos resultados das explorações econômicas sofridas na Mesorregião Oeste do estado do Paraná, juntamente com os processos de colonização e adensamento que contribuíram para a conformação do território, identificando seus agentes promotores nesta arena de conflitos, ressaltando-se a localização do território de Cascavel-PR como fronteira destes embates. Neste início, a região Oeste encontra-se como uma área de exploração extrativista, ainda pouco adensada, palco da frente de expansão pré-capitalista, na fronteira econômica agrícola, isto é, frente da população excluída, com a presença do trabalho dos *mensus* e desbravadores no contrabando da erva-mate, e suas limitadas colaborações no povoamento do território da mesorregião oeste do Paraná. (MARTINS, 1996). Na gestão, o não estabelecimento da propriedade da terra faz parte do sistema de expansão, no qual o capital se estabelece em outras regiões, ainda distantes de Cascavel. No entendimento do processo histórico de conformação do território de Cascavel, com a organização e venda das Terras Devolutas para sua ocupação por agricultura de subsistência em duas frentes: a pública e a privada. Vislumbra-se as ações da frente pioneira de promoção federal, com o intuito da Marcha para o Oeste, em 1943, incentivando correntes colonizadoras, visando a integração nacional. O povoado de Cascavel é localmente beneficiado como parte do fluxo migratório, com a divulgação da venda das terras da região, forçada pela gestão federal para o estabelecimento da frente pioneira. É em sua integração por meio da rodovia BR-35, na década de 1940, que a cidade se desenvolve e reforça a vocação como setor de serviços em apoio a logística de escoamento da extração da madeira e seu beneficiamento.

Neste capítulo, discute-se o estabelecimento do capital desde a situação de Cascavel como Distrito de Foz do Iguaçu até a configuração morfológica do patrimônio do núcleo urbano da cidade. Faz-se algumas análises sobre o tamanho do núcleo inicial de Cascavel, devido a incongruências documentais com o relato de autores, baseando-se em fotos da época e leis municipais da década de 1950. Ressalta-se os conflitos sobre a propriedade da terra, presente desde a primeira conformação urbana em Lotes Foreiros, de Cascavel-PR. A parceria entre o Governo do Estado e a administração Municipal, ao rever as situações da confusa ocupação corrente desde a década de 1930, incitou conflitos quanto a propriedade e titulação da terra, igualmente como em várias outras áreas de fronteira de expansão do capital no Brasil. Na década de 1960, em relação à gestão urbana, abre-se caminho para o estabelecimento do capital do mercado imobiliário e, tem-se, então, um panorama do processo histórico de formação do território de Cascavel-PR e seus conflitos até a década de 1960, quando se afirma a chegada de frente pioneira e as mudanças na paisagem do território (MARTINS, 1996).

O **segundo capítulo**, com o título de “**Assentamento irregulares e clandestinos**”, subdividido em dois subcapítulos, refere-se especificamente à expansão e adensamento urbano da sede do Município, através da identificação de criação temporal e locacional de loteamentos regulares, também de loteamentos e assentamentos clandestinos ou irregulares, desde a década de 1970 até a de 2000. Apresenta-se, como pano de fundo, as situações político-econômicas vivenciadas nas cidades brasileiras a partir da década de 1960 e seu acirramento a partir da década de 1990. Continuando com as reflexões sobre a expansão do capital, o marco teórico encontra-se nas análises de Francisco de Oliveira (2007; 2013) sobre os aspectos de “transformismo brasileiro”.

A partir da década de 1970 as políticas de financiamento e crescimento industrial do Paraná beneficiam a agroindústria (soja, madeira e carne). Há com isso a redistribuição do parque industrial paranaense, incluindo as duplas de cidades Cascavel-Toledo, diminuindo os desníveis regionais de produtividade industrial. Este foi um dos objetivos perseguidos pelos consecutivos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), para manter uma elevada taxa de crescimento econômico e um dos direcionamentos se reporta às cidades de médio porte. Os trabalhadores começam a ser identificados em áreas dos loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos de Cascavel, nas franjas proletárias, que não atendem aos padrões mínimos regulamentados na legislação corrente.

As políticas desenvolvidas na década de 1980 corroboram para a expansão da malha urbana da cidade de Cascavel/PR na década de 1990 e 2000. Nestas últimas décadas, a irregularidade/clandestinidade ganham novas proporções e se diversifica. Nota-se o aumento

do número de promotores imobiliários públicos nos assentamentos, com informalidade cadastral e sua conformação na malha urbana da cidade nestas décadas. Estas discussões são apoiadas em mapas, com dados de várias décadas.

Ao final da década de 1990 há um realinhamento nos padrões de competitividade causados pela globalização, re-configurando a distribuição espacial de atividades econômicas, em um processo de desconcentração seletivo do parque industrial. Ajudado também com a configuração do Anel de Integração Viária Estadual. O resultado aparente é o caos da cidade, estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial. Há então um grande desenvolvimento da irregularidade/clandestinidade, proporcionado, principalmente pela autarquia municipal, com fins econômicos – a COHAVEL. Também surge a promoção pública direta da própria municipalidade. São as novas necessidades de capital que se manifestam no espaço e em outra organização social: loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos/favelas em várias tipologias, conforme seu agente promotor. Cascavel apresenta-se como região de fronteira do processo de acumulação.

Já na década seguinte de 2000, há uma inversão de prioridades, e localmente há o sucateamento técnico e de funções da autarquia COHAVEL, tida como ineficiente, tendo parte de suas funções de gestão e planejamento com fins habitacionais, assumidas pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo - SEPLAN, da Prefeitura Municipal de Cascavel. A gestão da irregularidade muda de abrangência e é absorvida pelo microcosmos da vida cotidiana dos beneficiários dos programas habitacionais, que tentam transitar na nebulosa fronteira entre o legal e ilegal. A gestão de urgências torna-se a unidade de medida, indicadores do estado do problema, que rege a prática dos atores em dispositivos de exceção.

A análise desta dissertação sobre a produção da irregularidade urbana não avança além da década de 2000, devido a evidências da quebra de concepção da gestão da irregularidade/clandestinidade verificada até então. Esta quebra se efetiva em um conjunto de novas normas de regulação das relações sociais capitalistas, que mudam as concepções de planejamento em ações remediadoras das desigualdades, como com os instrumentos oportunizados no Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001). Além de seus instrumentos de aplicabilidade pelo Plano diretor Municipal, localmente reformulado na Lei Municipal Complementar nº 28/2006 (CASCAVEL, 2006). Ou seja, começam a ser evidenciados em novos marcos jurídicos. Estas concepções são reforçadas em 2009, com a regulamentação exposta na Lei 11.977/2009 - do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, juntamente com o instrumento de regularização fundiária. Através da lei e instrumento, abre-se a possibilidade de resolução para os casos passíveis de regularização fundiária e, principalmente, para a criação

de novos loteamentos para a habitação de interesse social, através da parceria de financiamento com a Caixa Econômica Federal, sendo o ente organizador o Município (BRASIL, 2009).

O **terceiro capítulo**, sob o título **“Análise da implantação dos assentamentos irregulares/clandestinos com a expansão da infraestrutura urbana”**, relacionamos a produção dos empreendimentos com a expansão da infraestrutura urbana, identificando carências, sendo estas: a pavimentação e drenagem; esgotamento sanitário; abastecimento de água potável e de abastecimento de energia elétrica. Na relação entre as redes de infraestrutura e sua proximidade aos loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos, tem-se a primeira como o suporte físico na produção do território e do exercício do poder, e a habitação, como uma atividade de consumo coletivo na reprodução social, refletindo seu uso. Estas são atividades e locais em disputa.

A análise teórica sobre a produção do espaço urbano fixa-se na contribuição de Gottdiener (2010), que ao analisar as discussões dos autores Castells e Lefebvre, comenta o caráter ambíguo do papel do Estado, tanto como regulador do sistema imobiliário, quanto como seu promotor, agindo em favor de outros agentes sociais do espaço urbanizado. O Estado, neste sentido não é neutro em sua atuação. Corrêa (2005) ainda comenta: "E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem a população [consumo coletivo], que o Estado se torna alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana" (CORRÊA, 2005, p.25). Contudo, a atuação mais corrente, esperada e cobrada do Estado pela população em geral, está na implantação de serviços públicos e de infraestrutura (redes físicas de água, esgoto, calçamento, sistema viário, iluminação, equipamentos urbanos, coleta de lixo, etc.), ou seja, ligada a questões urbanas de consumo coletivo. O Estado, então, é mais cobrado pelos movimentos sociais urbanos, para a gestão dos espaços, do que pelo real controle destes.

Com o uso do arcabouço teórico de Ana Fani Carlos (2007), Mark Gottdiener (2010) e Vera Telles (2010), discute-se os conceitos de habitação como uma atividade de consumo na reprodução social. Isto implica, como comenta Carlos (2015), que o ser humano precisa de um lugar para viver, uma parcela de espaço no *locus* da cidade. Ao ter de suprir suas condições materiais de existências, torna-se necessário produzir os seus meios de vida, implícito na reprodução do espaço, mas além da pura reprodução física, que constitui um modo de vida determinado (CARLOS, 2015). A produção do espaço está relacionada à produção das condições de reprodução da vida nas dimensões de uso e apropriação de certos bens públicos, gerenciadas pelo Estado, considerados essenciais para a reprodução da força de trabalho e que constituem a base da vida cotidiana de todos os grupos sociais: habitação, educação, saúde,

cultura, comércio, transporte, etc (GOTTDIENER, 2010). Esta dissertação abrange vários modos de apropriação do espaço, identificados na promoção de agentes privados, das autarquias Municipal e Estadual, além da promoção da própria municipalidade.

Ao se analisar estas áreas de assentamentos como pontos no espaço, centros geográficos que se conectam em três redes distintas de promoção, visualiza-se suas fronteiras, espaços onde o ator pensa sua ação. De volta a resolução da primeira hipótese, a partir da proposta de revisão de doutrinas de Dupuy (1998), admite-se uma análise das redes de infraestrutura, somente topológica, no que influi sua continuidade ou interrupção no sentido dos assentamentos e loteamentos informais, e a constatação de conexões. Como esta rede se instala e alimenta os pontos de assentamentos irregulares/ clandestinos/ favelas, que conformam territorialidades, agrupadas pelo seu agente promotor, tende a evidenciar os limites do que está dentro e o que está fora, e não uma reflexão sobre a cidade como um todo. São estes pontos limites da fronteira, a gestão da conexão com os excluídos, com diferentes restrições técnicas, com condicionantes econômicas e políticas, que podem evidenciar as negligências em infraestrutura destes espaços.

A partir destas relações tem-se uma indicação sobre o papel ambíguo do Estado, na regulação do sistema urbano ou como promotor deste, na gestão do fornecimento ou negligência de infraestrutura aos assentamentos e loteamentos clandestinos ou irregulares.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a execução do trabalho definimos três abordagens principais: a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a pesquisa correlacional sob uma análise de dimensão multiescalar. Devido à dificuldade em se incorporar, em um único marco conceitual e estratégico, a diversidade de escalas e níveis de análise afetando a urbanização e a irregularidade urbana, a abordagem analítica multiescalar foi apropriada para compreender a relação entre mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra como sendo resultantes da operação de fatores diferentes, porém interconectados em diferentes escalas e níveis de análise espaciais e temporais (BARBIERI, 2007). Concomitantemente, procedeu-se à coleta e organização de dados a partir de fontes primárias e secundárias.

Iniciou-se os estudos com o **levantamento bibliográfico** de leitura corrente de obras de divulgação que fossem relevantes ao tema da conformação do território de Cascavel, juntamente com o processo de inserção do capital financeiro. Tentou-se identificar, dentro da dimensão histórica, quem são os agentes produtores do território e do próprio espaço urbano de

Cascavel. Sob estes aspectos, se fez necessário um estudo de dimensão histórica, com análises das interconexões entre espaço/tempo da formação urbana e seus entraves, que determinam a formação de assentamentos clandestinos e irregulares, para uma possível interpretação de características destas situações específicas, identificando: agentes, processos e práticas espaciais em gestão. Esta abordagem é desenvolvida de forma descritiva.

No vislumbre deste território, apoia-se a pesquisa na literatura produzida por historiadores e pesquisadores de várias áreas, com argumentos e justificativas sobre a constituição histórica do Paraná e a sua Mesorregião Oeste, como: Wachowicz (2010), Sperança (2007), Piaia (2013). Outros autores como Myskiw (2002) e Priori *et al* (2012), apresentam estudos acadêmicos, de enfoque regional, aos quais se acrescentam as discussões com panoramas locais sobre a conformação do núcleo urbano de Cascavel-PR, de Mariano (2012) e Gil (2015), dentro do intento da divulgação das políticas nacionais de ocupação, após 1930. Também, Martins (1996), Oliveira (2002), Pinheiro (2011) e Izepão (2013), com enfoques econômicos sobre o Brasil e suas repercussões no desenvolvimento do Paraná. Bem como, as mudanças de dinâmica econômica na mesorregião Oeste do Paraná e sua influência no estabelecimento do patrimônio urbano da cidade de Cascavel-PR, conjugando-se a exploração agrícola com a extrativista madeireira, através das contribuições dos trabalhos acadêmicos de Gregory (2002), Belusso (2014), Bosi (2014) e Reolon (2007a). A luta pelas terras é um assunto abordado, localmente, com as contribuições de Dias *et al* (2005), entre outros autores já citados, no panorama do Estado. Na discussão final, alcançando a década de 2000, são apresentadas as análises de Francisco de Oliveira (2007; 2013) e Izepão (2013) com constatações político econômicas sobre o Brasil a partir da década de 1960, e as influências do planejamento nacional e regional no adensamento das cidades com o processo de industrialização brasileira. Já Dennison Oliveira *et al* (2002), Tschá *et al* (2010) e Ferreira (1985), discutem as mesmas repercussões de planejamento e estruturação sobre o Paraná. Os aspectos regionais e locais resultantes da aplicação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento seguem as discussões de: Amorim Filho & Serra (2001) e Andrade *et al* (2001).

Desenvolveu-se o **estudo de caso**, com característica descritiva, focado no tema: produção das irregularidades em cidades de fronteira de expansão capitalista. A cidade de Cascavel-PR, foi o exemplo escolhido para ser analisado, por ser uma cidade pertencente a uma região de fronteira de expansão capitalista e que está sendo evidenciada nos últimos anos, na mídia e em periódicos nacionais, como uma cidade em crescimento econômico e populacional, com possibilidades de investimentos de capital (PATURY, 2010; MANECHINI, 2014).

Conforme Barbieri (2007), um marco conceitual multiescalar reconhece que as variáveis explanatórias dessa relação, mudam quantitativa e qualitativamente à medida que a escala de análise se altera, tanto no espaço, quanto no tempo. Por isso, os fatores causais na relação devem ser entendidos como dependentes entre as escalas e níveis.

Observa-se os resultados das políticas de âmbito Federal e Estadual, sobre a consolidação do núcleo urbano de Cascavel e sua expansão, durante as décadas de 1960 à 2000, através da elaboração de mapas e tabelas. Como variáveis, a intensidade de criação de novos loteamentos residenciais ou conjunto habitacionais regulares, que, não necessariamente, conseguiram sua aprovação no mesmo ano, foram organizados, a partir de dados quantitativos, baseados na relação de protocolos fornecidos pelo setor de aprovação da Prefeitura Municipal (CASCAVEL, 2014). Para obtenção do quantitativo das áreas parceladas, configurada em novos loteamentos, conforme sequência de protocolos, usou-se como referência as áreas (em hectares) constantes como de limite dos loteamentos, conforme mapa base da cidade de Cascavel-PR (CASCAVEL, 2011).

Já os ilegalismos na conformação urbana de Cascavel-PR são destacados em mapas multitemporais, desenhados a partir de dados apresentados nos Relatórios de Loteamentos (1961-2014) do setor de Parcelamento do Solo, também com o relatório técnico do setor de Regularização Fundiária, ambos da Secretaria de Planejamento do município de Cascavel, conjugado com as informações de levantamento contidas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMH (CASCAVEL, 2012) complementados por entrevistas.

Os dados evidenciados no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social foram elaborados pela equipe técnica de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Cascavel, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Urbanismo – SEPLAN, finalizado no ano de 2010 e estabelecido pela Lei Municipal nº 6.063/2012 (CASCAVEL, 2012). A finalidade deste instrumento político-administrativo foi a de construir a proposta para uma política municipal de habitação, com o objetivo específico de conhecer as necessidades habitacionais do município e poder, a partir deste levantamento prévio, estabelecer diretrizes, programas e metas que conciliem a dimensão urbanística e ambiental com as políticas sociais. Contudo, o documento é considerado, neste estudo, dentro das suas possibilidades de concepção e interpretação, limitado aos dados que se enquadrem no tema desta dissertação.

Os dados considerados a partir destes levantamentos citados sofreram análises para possibilitar a quantificação das áreas irregulares ou clandestinas decorrentes da promoção de agentes públicos ou privados, precisando a sua identificação no perímetro urbano. Primeiramente definimos as características de loteamentos e assentamento irregulares e sua

identificação na cidade de Cascavel-PR. A análise se dá nas propostas de loteamentos de glebas inteiras, ou reparcelamentos (desmembramento) dentro de loteamentos já aprovados, como prevê a Lei Federal 6.766/1979 (BRASIL, 1979). A partir deste enquadramento é que as áreas de loteamentos e assentamentos habitacionais informais decorrentes da promoção do Município e de agentes privados, até a década de 2000, foram selecionadas, organizadas e quantificadas.

Em uma segunda etapa, os critérios de dimensionamento das áreas para a conformação dos mapas foram estabelecidos entre os assentamentos e loteamentos irregulares ou clandestinos, formados a partir de cinco lotes, sem limite máximo nesta consideração. Os assentamentos e loteamentos são graduados por tamanho nos mapas multitemporais, sendo pequenos os de cinco a cinquenta unidades de lotes, quando identificáveis, ou quando ocupem a proporção entre meia e duas quadras médias da cidade de Cascavel-PR, que possuem aproximadamente 110 m x 110 m. Os assentamentos de tamanho médio são considerados entre 51 até cem unidades de lotes, quando identificáveis, ou na proporção de três a cinco quadras. Os loteamentos ou assentamentos irregulares, de tamanho grande, são considerados acima de cento e uma unidade de lotes, quando identificáveis, ou acima de seis quadras, com base no tamanho médio das quadras na cidade de Cascavel-PR.

Os lotes individuais isolados, mesmo que identificados pelo Plano Municipal de Habitação (2012) com problemas de irregularidade ou clandestinidade, não são considerados para este estudo por não serem significativos na produção do espaço urbano. Também as considerações sobre ocupações em áreas de preservação permanente não são consideradas, desde que não estejam relacionadas às questões de impedimentos ao parcelamento do solo.

A partir de imagens das áreas ocupadas, houve uma definição quanto ao seu enquadramento na classificação de assentamento irregular ou clandestino. Os autores Rosenfeldt & Loch (2013) apresentam a possibilidade de caracterizar visualmente as áreas com ocupação do que se entende, a partir dos conceitos jurídicos de Saule Jr (2004), como clandestina através do estabelecimento de feições para interpretação de imagens aéreas. Ao se reconhecer estruturas homogêneas de diferentes texturas, em áreas consolidadas, através da identificação de: (i) alta densidade de edificações com características de pequeno porte ou tamanho; (ii) área onde não é possível reconhecer o limite das propriedades ou estrutura fundiária; (iii) ausência de traçado viário e (iv) presença de caminhos e/ou vielas; (v) mata nativa e (vi) campo (ROSENFELDT; LOCH, 2013). Neste sentido, o loteamento clandestino apresenta um crescimento sem um respeito físico-territorial às normas vigentes de zoneamento e não somente relacionadas à infraestrutura ou ausência de áreas públicas, como nos casos de irregularidade. Em contraponto, adota-se como definição para o parcelamento irregular, a

identificação visual com o entorno, com o seguimento a um projeto ordenador de lotes e arruamento, mesmo que estes estejam em desacordo dimensional com a legislação. Contudo, a proposta de identificação morfológica de Rosenfeldt e Loch (2013) é limitada na identificação específica de áreas de população carente devido ao reconhecimento das estruturas de pequeno porte e alta densidade, mas que para esta dissertação, com enfoque sobre a habitação de interesse social, se faz suficiente. Para a definição e enquadramento do termo favela, considera-se as ocupações em área de terceiros, sem o consentimento de seu proprietário, onde não vigora a propriedade como elo reivindicatório (CAVALLIERI et al, 2007; CARLOS, 2015).

Seguindo as concepções discutidas por Barbieri (2007), a partir da integração de diferentes escalas e níveis de análise, pode-se verificar como processos macro repercutem em processos micro, ou vice-versa, na determinação específica entre mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra, e modelar metodologicamente, as relações entre fenômenos populacionais e características espaciais.

No exemplo empírico, para a análise de dados da pesquisa e dar uma resposta para a primeira hipótese relacionando-as a seus agentes promotores, parte-se para a tática de **pesquisa correlacional**. Utiliza-se primeiramente de dados quantitativos das áreas levantadas com os assentamentos e loteamentos, com fins habitacionais, irregulares ou clandestinos, decorrentes da promoção pública ou privada. Sinteticamente formula-se mapas agrupando as localizações individuais das áreas irregulares ou clandestinas, conforme seus agentes promotores, dividindo setorialmente a malha urbana da cidade, em cinco setores, entre as mais próximas ao núcleo urbano consolidado até a mais periférica, considerando as rodovias como barreiras ou limites.

Para a geração dos dados de correlação qualitativa, as fontes utilizadas com dados sobre infraestrutura foram as contidas nos levantamentos de planos diretores da cidade, nos anos de 1978, 1986, 1992 e 2006, como meio de conferir a ampliação das redes técnicas ao longo do tempo, em uma análise topológica, conforme conceitos de Dupuy (1998). Os dados das áreas informais, com seus agentes promotores e tipologias de irregularidade são analisados qualitativamente sobre os dados da expansão da implantação das redes técnicas de infraestrutura (pavimentação, drenagem, abastecimento de água, energia e esgotamento sanitário). Em complementação às análises apresenta-se observações sobre os índices de negligência das redes técnicas de infraestrutura encontrados nos assentamentos e loteamentos elencados, conforme seu agente promotor. Utiliza-se este recurso já que é apontado como o instrumento recorrente na gestão das urgências urbanas (TELLES,2010). Aqui a pesquisa não entra no mérito da verificação do valor de troca destes empreendimentos, mas, conforme as discussões apresentadas, pode-se seguir a mesma lógica verificada nos índices.

1 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: ESPACIALIDADES, TEMPORALIDADES E CONFLITOS

A produção do espaço, em suas escalas, "É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros agentes da sociedade" (CORRÊA, 2014, p.43). O autor ainda comenta, que estes estão inseridos na espacialidade, temporalmente, em cada formação socioespacial capitalista, sendo indissociáveis os processos sociais de seus agentes sociais.

Carlos (2007) ressalta que esse processo em movimento

[...] sinaliza a articulação indissociável de três planos: **o econômico** (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), **o político** (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço nortamizado); e **o social** (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elementos central da reprodução da vida humana) (CARLOS, 2007, p.21).

Nesse sentido, a cidade como espaço produzido tem novas atribuições de sentido, com os modos de apropriação do homem para a produção de sua vida, com o uso dos lugares em tempos definidos (CARLOS, 2007).

Conforme Raffestin (2010), "Na produção territorial, há sempre um ponto de partida que nunca está desligado das ações do passado. O processo de conformação territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território" (RAFFESTIN, 2010, p.21). De forma precedente para um entendimento do processo de formação dos assentamentos irregulares/clandestinos em cidades médias, é relevante a percepção das relações do percurso histórico de sua formação.

O ponto de partida desta dissertação é a região Oeste do Paraná, onde o vislumbre de sua história não é desconexo da história do Paraná, como um todo, e a do Brasil. A sua configuração e povoamento são decorrente das práticas sócio-espaciais produzidas e reproduzidas pela sua sociedade, na indissociabilidade entre espaço e sociedade materializadas em um território (CARLOS, 2007).

El territorio, base colectiva e individual para toda la sociedad es el escenario de los acontecimientos e historia de la ocupación y colonización en la apropiación del espacio, la exploración de los recursos y dominio territorial. También producto de la división social del trabajo como proceso que en distintas etapas asignaron roles a diferentes áreas en la formación social histórica y organizaran cierto tipo de relaciones de producción, al contar con una masa de fuerzas productivas, además de asegurar el cumplimiento de esa misión (CAMMARATA, 2010, p.166).

O território, produto das relações de trabalho e das relações de produção que atingiram o estado do Paraná, principalmente após 1930, seus conflitos, os modos de apropriação do espaço e seus resultados de conformação espacial, são agora discutidos nas especificidades da sua mesorregião Oeste.

1.1 CAMINHOS DO PARANÁ ATÉ 1930

A ocupação do território que hoje conforma o estado do Paraná e seu povoamento são contemporâneos ao período de colonização e desbravamento do Brasil por portugueses e espanhóis. Sofre, inclusive, com as mesmas primeiras explorações econômicas e extrativismos que remetem ao século XVII. O desenvolvimento de interesses diferenciados de exploração nas regiões, entre madeira, erva-mate e tropeirismo, definiram certas tradições sulinas e conservaram forte presença espanhola e sertaneja no Oeste do Estado (WACHOWICZ, 2010).

Priori *et al* (2012) afirma que o processo de ocupação da região Oeste pode ser dividido em quatro etapas. As duas primeiras decorrem: da ocupação dos índios pelo continente sul-americano e, posteriormente, juntamente com a presença dos padres jesuítas espanhóis, o desenvolvimento das reduções (missões). A terceira etapa corresponde à introdução do sistema de *Obrages*², extrativista da erva-mate e madeira, na área fronteira do Estado, com outros países, e o estado de Mato Grosso, entre 1881 e 1930. A quarta e última etapa, desenvolve-se sobre a atuação das empresas colonizadoras (PRIORI *et al*, 2012). Os caminhos constituídos neste processo de ocupação da região Oeste tem relação direta com o seu desenvolvimento econômico e com o estabelecimento do território. Para os fins desta dissertação serão aprofundadas as terceira e quarta etapas descritas.

As atuais regiões geográficas do Paraná, as mesorregiões paranaenses, coincidem com as criadas pelo IBGE para fins estatísticos em 1990, exceto as regiões Sudoeste e Centro-Sul, sobre as quais aplicam-se a Lei Estadual nº 15.825/2008 (IPARDES, 2010). A mesorregião Oeste é composta pela união de 50 municípios, dentro de suas limitações naturais entre rios.

O mapa da figura 03, do ano de 2010, mostra as dez divisões das atuais mesorregiões do estado do Paraná. O destaque, em branco, representa a grande extensão do atual perímetro do município de Cascavel, na mesorregião Oeste. As delimitações de divisas atuais do Estado só foram estabelecidas definitivamente em 1916 (WACHOWICZ, 2010).

² As obrages era um sistema de exploração extrativista da erva-mate e madeira nativa, comercializados principalmente na região de Buenos Aires (WACHOWICZ, 2010).

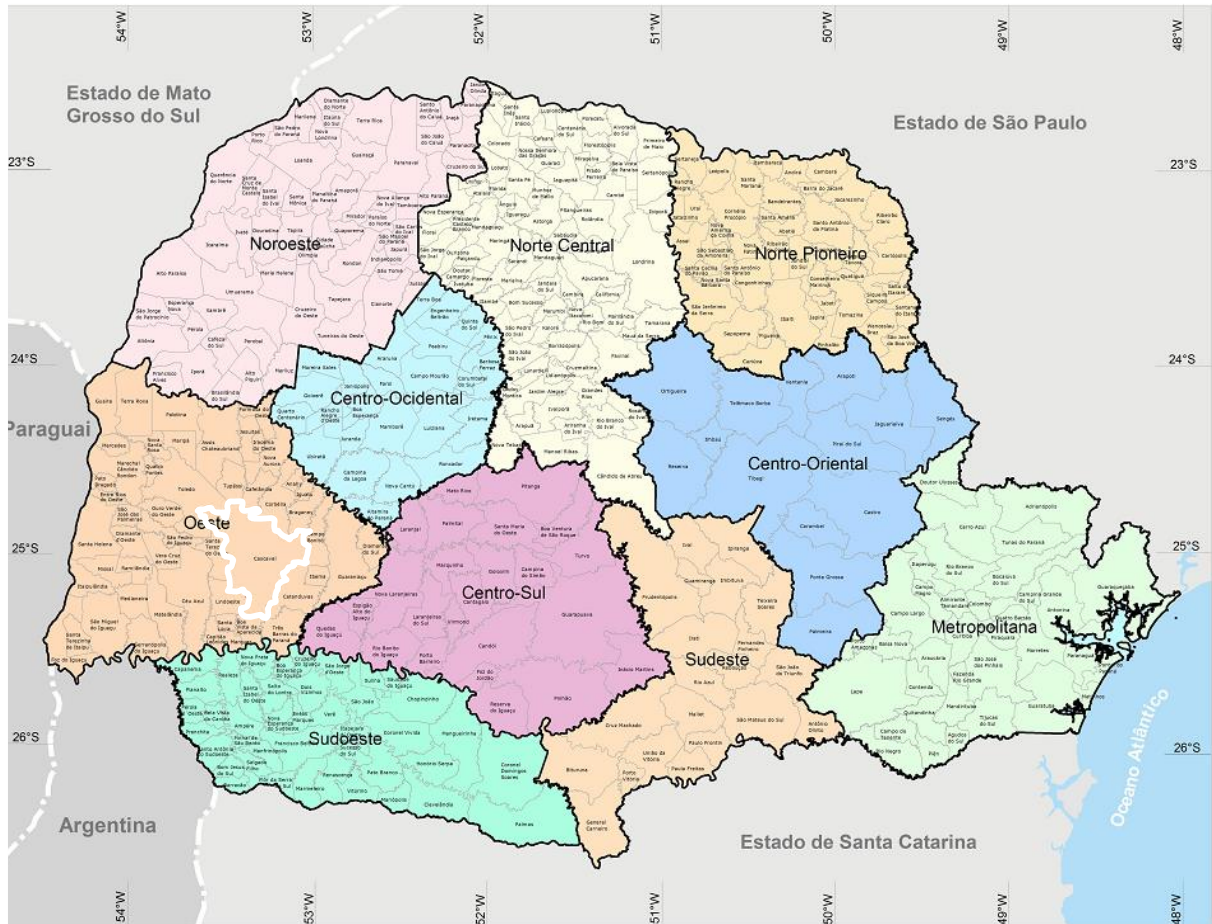


FIGURA 03 - ASMESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ

FONTE: IPARDES, 2010 - alterado pela autora.

Os ciclos econômicos, juntamente com processos de colonização, em entremeios a abandono político entre regiões, atingiram de forma heterogênea as regiões paranaenses. A falta de continuidade entre incentivos político-econômicos e de infraestrutura no século XIX, causaram à província do Paraná várias crises de divisas territoriais e possibilidades de fragmentação de suas áreas, contornada quase sempre por força bruta pelo Estado, como: a Guerra do Paraguai (1864-1870); Questão de Palmas com a Argentina (1890-1895) e a Guerra do Contestado com Santa Catarina (1912-1916) (WACHOWICZ, 2010). Estes conflitos foram determinantes para a consolidação das fronteiras do estado do Paraná, como área territorial, em sua configuração atual (ITCG, 2008).

As tensões e preocupações com a defesa da fronteira e o estabelecimento de seus limites entre a província de Santa Catarina e países vizinhos (Argentina e Paraguai), leva o Governo Imperial do Brasil a explorar os rios afluentes do Iguazu e a promover os primeiros esforços para a instalação das colônias militares no Oeste paranaense (WACHOWICZ, 2010).

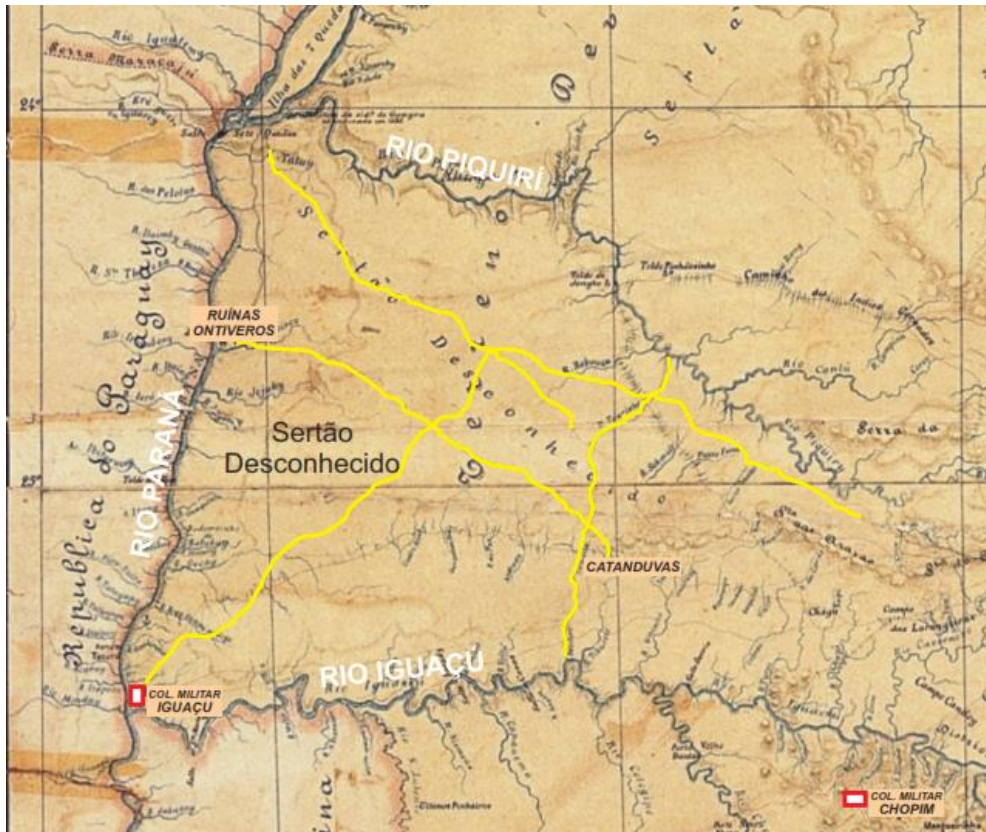


FIGURA 04 - DETALHE REGIÃO OESTE DO PARANÁ - 1896

FONTE: ITCG, 2008 - alterado pela autora.

No detalhe do mapa de 1896 (figura 04) do Estado do Paraná desenhado pela Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná, nota-se a descrição Sertão Desconhecido na área do atual Oeste paranaense, limitada entre os rios: Piquiri (Norte), Iguaçu (Sul), Paraná (Oeste) e Guarani (leste, não identificado no mapa). Estas áreas foram destinadas como terrenos devolutos a partir de 1850, ou seja, sem destinação específica como terra pública. O discurso oficial define o terreno "[...] desocupado, desabitado, não cultivado, vago, e não reservado para o uso público, seria devoluto" (SANTOS, 1986, p.23). Estes termos negligenciam a sabida presença indígena e de caboclos na região³ (WACHOWICZ, 2010). Piori *et al* (2012) questiona a afirmação de vazio demográfico presente em várias obras de literatura corrente, que ignoram a presença do indígena, do caboclo e do mestiço em populações tradicionais. Aponta

³ É importante destacar as observações de Décio Saes (2001) sobre o direito aplicado no Brasil Colônia e Império: "[...] não é um direito que trate igualmente os desiguais e reconheça a capacidade jurídica de todos os homens, independente de sua condição socioeconômica (não é portanto um direito burguês ou capitalista). [...] Na verdade, tal direito está fundado na distinção absoluta entre capacidade e incapacidade, que permite a classificação de todos os homens, para fins tanto econômicos como políticos, em duas categorias: a ordem dos escravos (homens considerados coisas) a ordem dos homens livres (homens considerados pessoas)" (SAES, 2001, p.99). Restrições e interdições de efeitos ideológicos sobre, por exemplo, o sentimento de legitimação de prestação de sobretrabalho ou trabalho compulsório.

que esta visão oficial tornou-se o ponto inicial para abordar o sistema de colonização, principalmente no Oeste do Estado duas décadas mais tarde. Também salienta que, na década de 1920, o Oeste paranaense é uma fronteira que praticamente não se falava o português, a moeda corrente é o peso argentino, com meios de transporte controlados pela Argentina (PRIORI *et al*, 2012; SPERANÇA, 2007). No sertão desconhecido que representava a região desabitada, neste caso, o deserto, era da procedência de brasileiros e sua cultura na insuficiência de ocupação.

Em uma outra concepção, os vários modos de ver a fronteira, em olhares dirigidos sobre e como se procede a expansão territorialmente, o sociólogo Martins (1996) elucida:

[A **frente de expansão**] expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de **frente pioneira** não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. Portanto, o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo, modos de ver a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada: o do chamado pioneiro empreendedor e o do antropólogo preocupado com o impacto da expansão branca sobre as populações indígenas (MARTINS, 1996, p.28 - grifo nosso).

Estas concepções protagonizadas são expressões diferentes da mesma coisa, reforçando a definição de fronteira como "[...] momento de contradição e lugar de conflito" (MARTINS, 1996, p.30). Contudo, é inegável a concepção no sentido da **frente pioneira** dos primeiros autores que abordam o Oeste do Paraná, sendo que esta representa:

[...] uma das faces de reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma (MARTINS, 1996, p. 30).

Mas antes destas efetivas mudanças, "entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a **frente de expansão**, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a **frente pioneira**, dominada [...] de mentalidade inovadora, urbana e empreendedora" (MARTINS, 1996, p.31 - grifo nosso). Estas definições são auxiliares na compreensão dos fatos e acontecimentos na fronteira.

O artigo primeiro da Lei de Terras, a Lei nº 601/1850 (BRASIL, 1850) declara a proibição de cessão das terras devolutas, por outro meio que não seja a compra. "Excetua-se [da aquisição somente por compra] as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros, em zonas de 10 léguas [em torno de 66 km], as quais poderão ser concedidas gratuitamente" (BRASIL, 1850). Neste momento, as terras devolutas em região da fronteira física englobam a colônia militar de Foz do Iguaçu.

Ainda na figura 4, com um detalhe do Mapa do Paraná, desenhado pela Secretaria das Obras Públicas e Colonização do Estado, em 1896, identifica-se por quadrados vermelhos, as vilas militares de Chopim (estabelecida em 1882) e Iguazu (grafada como Iguassú até 1889), propunham a fixação de brasileiros para o estabelecimento da língua-mãe na região extremo-Oeste (SPERANÇA, 2007). Destaca-se também, em amarelo, a linha carroçável entre o povoado de Catanduvas⁴ (centro de catequese indígena por volta de 1890) e o rio Paraná, na altura das ruínas de Ontiveros. Além do destaque mencionado, outras linhas, na figura 4, marcam os caminhos carroçáveis⁵ e indicam o trânsito de comércio e o fluxo de pessoas, entre indígenas e desbravadores, atravessando o território Oeste do Paraná, seja para a venda de mueres ou da erva-mate, desde os remotos tempos da colonização espanhola, a quem pertencia o Oeste paranaense até o Tratado de Madri em 1750. Sob vários e distintos objetivos, a região já servia de caminho e permanência de povoados.

Em 1889, a missão destinada a fundar a Colônia Militar do Iguazu, com surpresa se depara, no caminho, com sinais de civilização (roças e depósitos), bem como "[...] ervateiros paraguaios em trânsito procurando utilizar a própria trilha aberta pelos militares" (SPERANÇA, 2007, p.47). Wachowicz (2010) justifica a presença de paraguaios na região historicamente, devido a um acordo de navegação pelo rio da Prata e Paraná, já em meados do século XVIII, firmado entre o Governo Imperial com a Argentina e Paraguai, para garantir o acesso à província do Mato Grosso, expondo a região. Este fato, segundo o autor, ocorreu principalmente após 1813, com a política de isolamento do Paraguai da comunidade sul-americana. Devido à proibição da exportação da erva-mate para os mercados de Buenos Aires e Montevideu, comerciantes argentinos apelaram para outras regiões de abastecimento (WACHOWICZ, 2010). "Por volta de 1881, os argentinos começaram a explorar a erva-mate na região de *Misiones*. Não demorou para que os portenhos chegassem ao Oeste paranaense, atraídos pela erva-mate da região. Essa erva-mate saída do Paraná como contrabando" (WACHOWICZ, 2010, p.275). Todas estas ações propiciaram a atividade de contrabando da erva-mate e da madeira, que, além de utilizada pelos argentinos, era também exportada para outros países da América (PRIORI *et al*, 2012). "Como no oeste paranaense não havia presença [de procedência]

⁴ Catanduvas hoje é um município da mesorregião Oeste do Paraná, pertencente a região metropolitana de Cascavel, a distância entre o núcleo urbano de suas sedes é de 41,15 km, em linha reta, e de 55 km em condução (DISTANCIACIDADES, 2015).

⁵ Algumas identificações dos caminhos trilhados na região estão no estudo de Barros e Covalite (2009), na publicação Geoprocessamento aplicado a estudos do caminho de Peabiru, abordando a configuração georeferenciada do caminho utilizado pelos indígenas e primeiros desbravadores sobre o estado do Paraná. Ressalta que estes caminhos foram determinantes para a formação do território Estadual atualmente conhecido.

brasileira, nem fiscalização, o sistema das *obrages* desenvolveu-se na região" (WACHOWICZ, 2010, p.277).

As chamadas *obrages* dificultavam a colonização por povoamento devido a seu interesse somente extrativista (WACHOWICZ, 2010; PRIORI *et al*, 2012). As pessoas que lá permaneciam estavam em uma condição de extrema pobreza, em aglomerados de casebres de modo provisório, que serviam para depósito e secagem de erva-mate (PIAIA, 2013; SPERANÇA, 2007).

O conceito de colonização, conforme Myskiw (2002), é definido como um ato econômico, pois pressupõe desenvolvimento, e também político, com diversos atores e forças sociais em conflito, por isto é uma questão social, regulamentada pelo Estado.

A agricultura de subsistência era proibida, "O *mensu* [trabalhador índio paraguaio] era obrigado a fornecer-se no armazém da *obrage* e suas mulheres, ociosas, eram proibidas de plantar qualquer coisa, até mesmo criar galinhas, para aumentar a dependência do *mensu*." (WACHOWICZ, 2010, p.278).

O interesse fundamental de um obragero não era a colonização em regime de pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração da erva-mate, nativa da região, bem como da madeira em toros, abundante da mata nativa, subtropical. [...] Como o controle geoeconômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os obrageros desta Nação os principais responsáveis pela introdução deste sistema em território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e mato-grossense (WACHOWICZ *apud* SPERANÇA, 2007, p.34)

São dois panoramas, concomitantes, apresentados até a década de 1920, pela mesma motivação da erva-mate: primeiramente, a urbanização nas regiões à leste e sul do Estado, lugar do beneficiamento da erva-mate, conjugada com os programas de colonização, trabalho assalariado e implantação de infraestrutura; a segunda, a de pequenas ocupações espontâneas por caboclos, colonos descendentes de alemães e italianos vindos das regiões gaúchas e catarinenses, na região dos rios Iguazu e Paraná, local de extração e armazenamento da erva-mate por meio das *obrages* (OLIVEIRA, 2002; PINHEIRO, 2011). Para ilustrar tal situação apresenta-se o mapa de Obras de Viação de 1908 (figura 05).

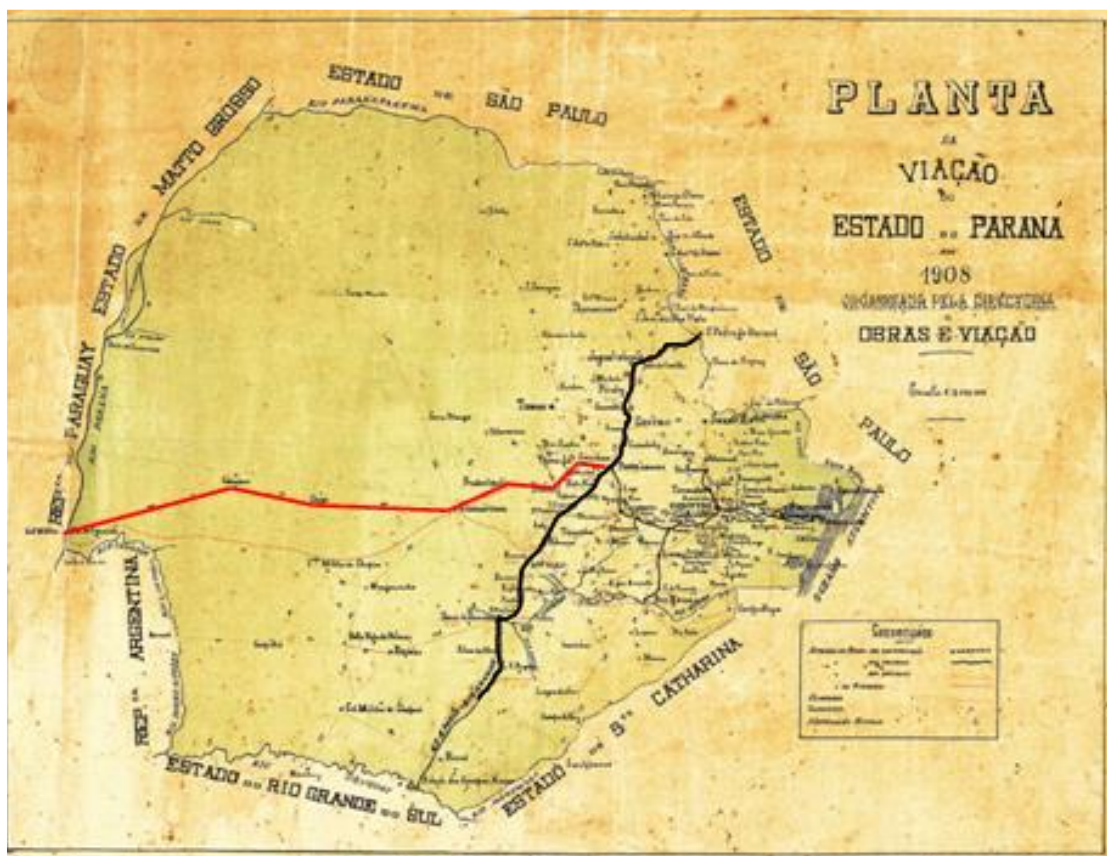


FIGURA 05 - MAPA DE OBRAS DE VIAÇÃO - 1908.

FONTE: ITCG, 2008. Alterado pela autora, 2015.

No mapa de Obras de Viação do ano de 1908 (figura 5), bastante simplificado, teve o objetivo, conforme afirmado pelo ITCG (2008), de registrar as estradas de ferro e as de rodagem, concluídas ou em construção. "Ao longo das estradas, dezenas de serrarias se encarregam do beneficiamento da madeira, cuja indústria está em ascensão" (ITCG, 2008, s.p.). O mapa destaca a representação da linha férrea (em preto), iniciada em 1896, de ligação a São Paulo, que cruza os Estados em direção ao Rio Grande do Sul e chega ao Uruguai somente em 1965. Nota-se (figura 05), o maior número de denominações de núcleos urbanos nas proximidades da ferrovia a leste do Estado. Estas são mais rarefeitas para o sentido oeste, com poucos povoados identificados. Seguindo pela linha contínua em vermelho, a estrada de rodagem, partindo de Ponta-Grossa, passando por Conchas, Imbituva, Prudentópolis, com cerca de 30 km entre estes núcleos urbanos, para a extensão desta ligação entre Guarapuava-Chopim-Catanduvas-Foz do Iguaçu, com média de 145 km entre estes.

As providências conjuntas dos governos imperial e provincial, a partir de 1850, permitem o estabelecimento de núcleos coloniais com agricultura de subsistência nas proximidades dos centros urbanos, sobretudo no planalto de Curitiba. A urbanização exercida pela extração da erva-mate se restringe a estas áreas (OLIVEIRA, 2002).

A vinda de colonos atendia assim ao problema, agravado pela evasão da mão-de-obra escrava, da escassez e carestia dos produtos agrícolas. Nas últimas décadas do século XIX, a construção de estradas de ferro e linhas telegráficas empregou colonos trazidos por sociedades de imigração. Nesse período e no início do século XX, estabeleceram-se no Paraná mais de quarenta núcleos coloniais (PINHEIRO, 2011, p.177).

Com os núcleos coloniais, o trabalho dos colonos é utilizado para além da produção agrícola, como para a construção de linhas de ferro e de telégrafos. O mesmo processo ocorre na região Norte, decorrente da expansão da frente produtora de café, no início do século XX, juntamente com uma leva de colonos imigrantes de povos europeus (alemães, italianos, poloneses e ucranianos) (IZEPÃO, 2013).

A diferença de produção de café proveniente do Norte do Estado, menos significativa, mas, com escoamento direcionado para São Paulo e não voltado para o litoral como a erva-mate, também representa uma diferença de vínculo com o restante do estado do Paraná, reestabelecido somente a partir de 1924, quando a região Norte começa a integrar de forma consistente a economia paranaense (OLIVEIRA, 2002).

O panorama que se segue nas demais mesorregiões do Paraná, é o estabelecimento das concessões de terras, no mesmo sentido: colonização e infraestrutura rodoferroviária.

1.1.1 Entre concessões de *obrages* e ferrovias

Ao cair do Governo Imperial, em 1889, concede-se à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, subsidiária da *Brazilian Railways Company*, áreas devolutas, no Norte, Oeste e Sudoeste do Estado (PARANÁ, 1987). A vinda da República não mudou estas destinações.

O Decreto nº 11.905/1916 atribuía à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande a concessão gratuita de área de terras devolutas na distância de 9 quilômetros de cada lado da extensão da estrada de ferro executada do ramal, que, entre outros descritos, partiria de Porto União e atingiria a Foz do Iguaçu, rumo a Oeste, até a data de 1940. Ramal que não chegou a sair do papel. Contudo, as terras não voltariam para o poder público desde que estivessem ocupadas, por cultivo e moradia, na proporção de 3/4. Com este dispositivo, em 1920 a Companhia passa seus direitos e deveres à Companhia Brasileira de Viação e Comércio - BRAVIACO, sob o endosso do Estado, com 15 quilômetros de concessão de cada lado do eixo da estrada. As terras concedidas a título de domínio dividem o Oeste do Paraná em glebas, "[...] ressaltando-se as áreas de contrato com as *obrages*" (PIAIA, 2013, p.62).

Destaca-se na figura 06, com hachura vermelha, as áreas concedidas para as ferrovias, excetuando-se as áreas de *obrages*, conforme Atlas do Estado do Paraná, divulgado em 1990, numa parceria entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto de Terras, cartografia e Florestas, e convênio com a Universidade Federal do Paraná. A linha em azul, inserida pela autora desta dissertação, representa o perímetro do município de Cascavel, em sua conformação a partir de 1990 e, a mancha azul, o perímetro da Gleba Cascavel, onde está inserido sua sede urbana.

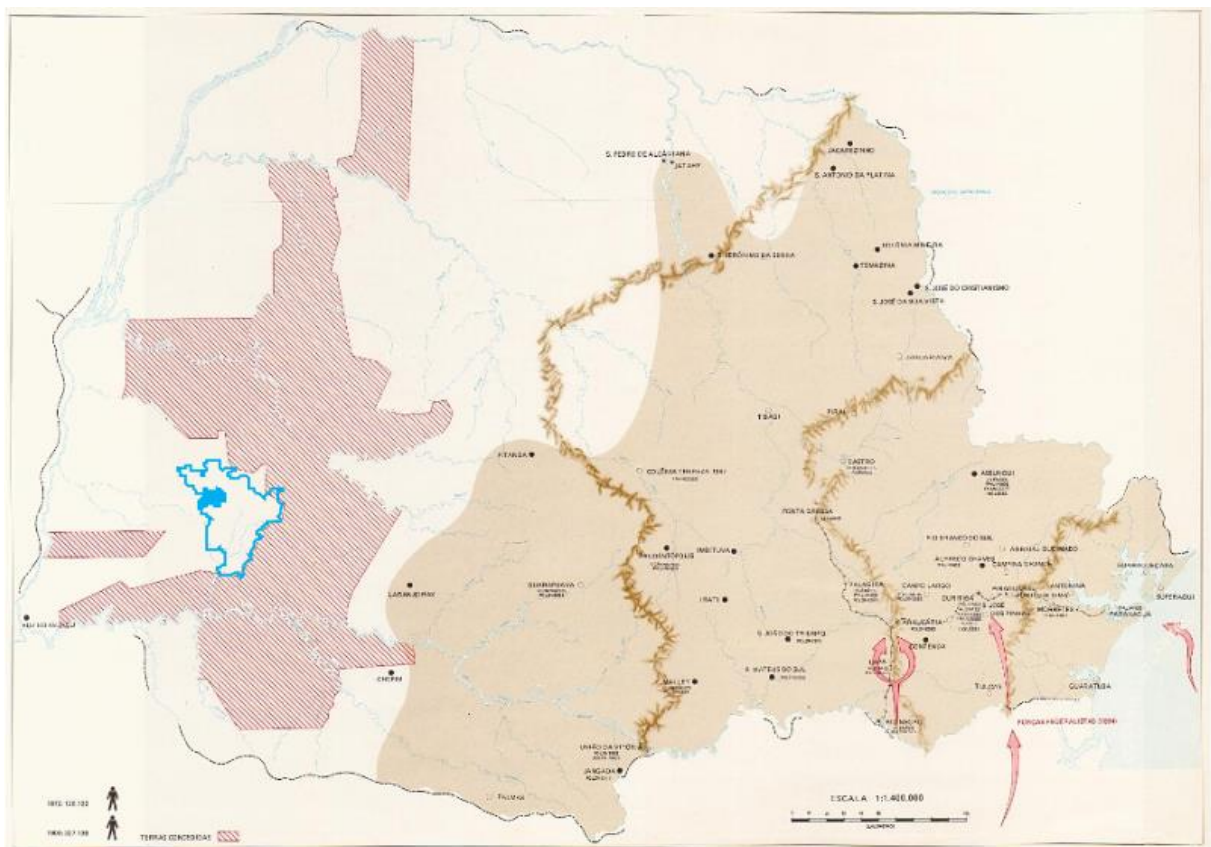


FIGURA 06 - TERRAS CONCEDIDAS PARA FERROVIAS, DE 1854-1900

FONTE: PARANÁ (Estado), 1987, p.39 - alterado pela autora.

A figura 07 demonstra, na hachura vermelha, as áreas concedidas pelo Governo do estado do Paraná, no período de 1901-1940, para o estabelecimento de colônias com nacionais ou estrangeiros, a partir da Lei de Terras de 1892 (PARANÁ, 1987). O mapa é proveniente do mesmo Atlas do Estado do Paraná de 1990. A linha em azul representa o perímetro do município de Cascavel, a partir de 1990, em destaque da autora.

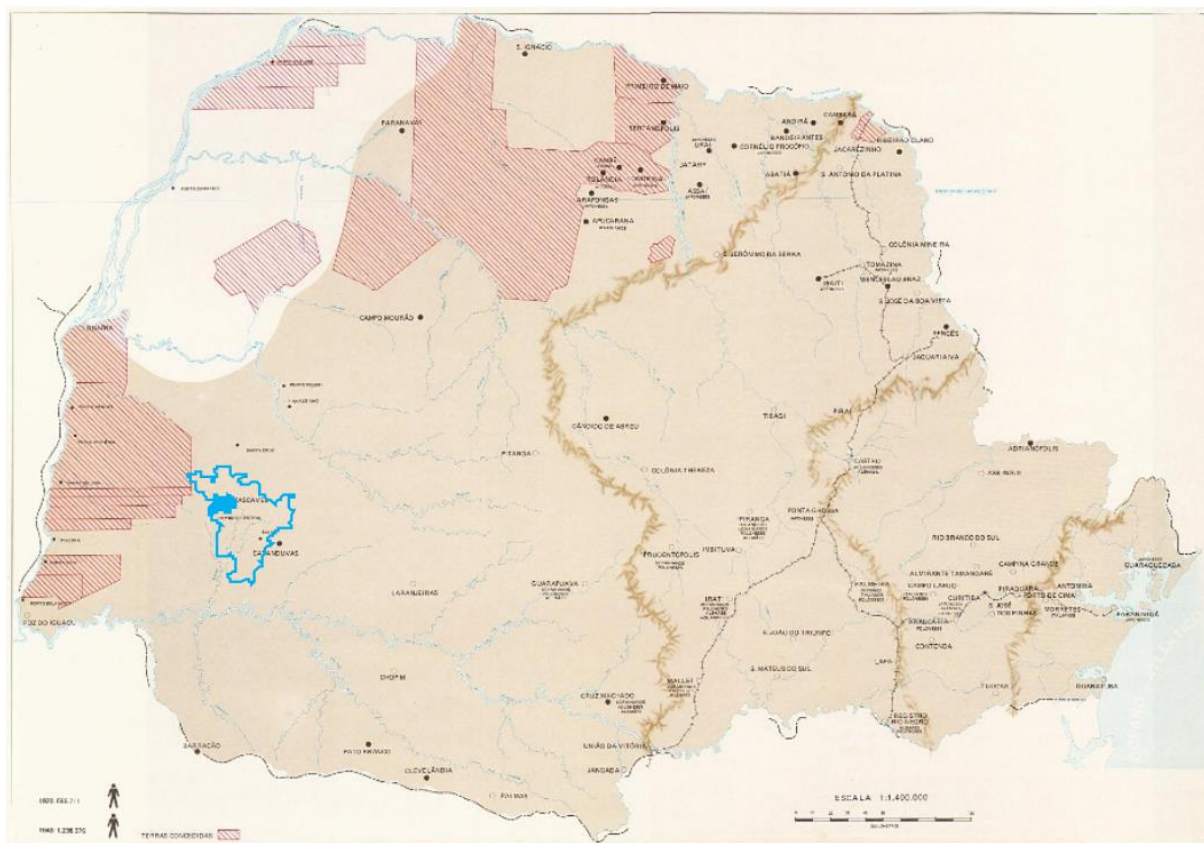


FIGURA 07 - TERRAS CONCEDIDAS ÀS COLONIZADORAS, DE 1901-1940
 FONTE: PARANÁ (Estado), 1987, p.41 - alterado pela autora.

Vários autores discutem a posição no núcleo de Cascavel entre a destinação para a concessão às ferrovias, ou entre as áreas primeiramente concedidas às *obrages* e posteriormente às empresas colonizadoras. Contudo, ao se verificar os mapas das figuras 06 e 07, dentro da proposta de delimitação de áreas do discurso oficial do Governo do Estado do Paraná representado nestes, percebe-se que na identificação da mancha, em azul, da Gleba que contém a sede do município de Cascavel, esta encontra-se fora das definições das terras concedidas, seja para colonização particular ou para implantação da ferrovia, estando na área de terras devolutas pertencentes ao Estado. Contudo, suas áreas têm limites muito próximos a estas duas condições.

Neste sentido, Cascavel encontra-se em uma área de fronteira, ou seja, de contrastes.

A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. [...] O desencontro na fronteira é o desencontro das temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (MARTINS, 1996, p.27).

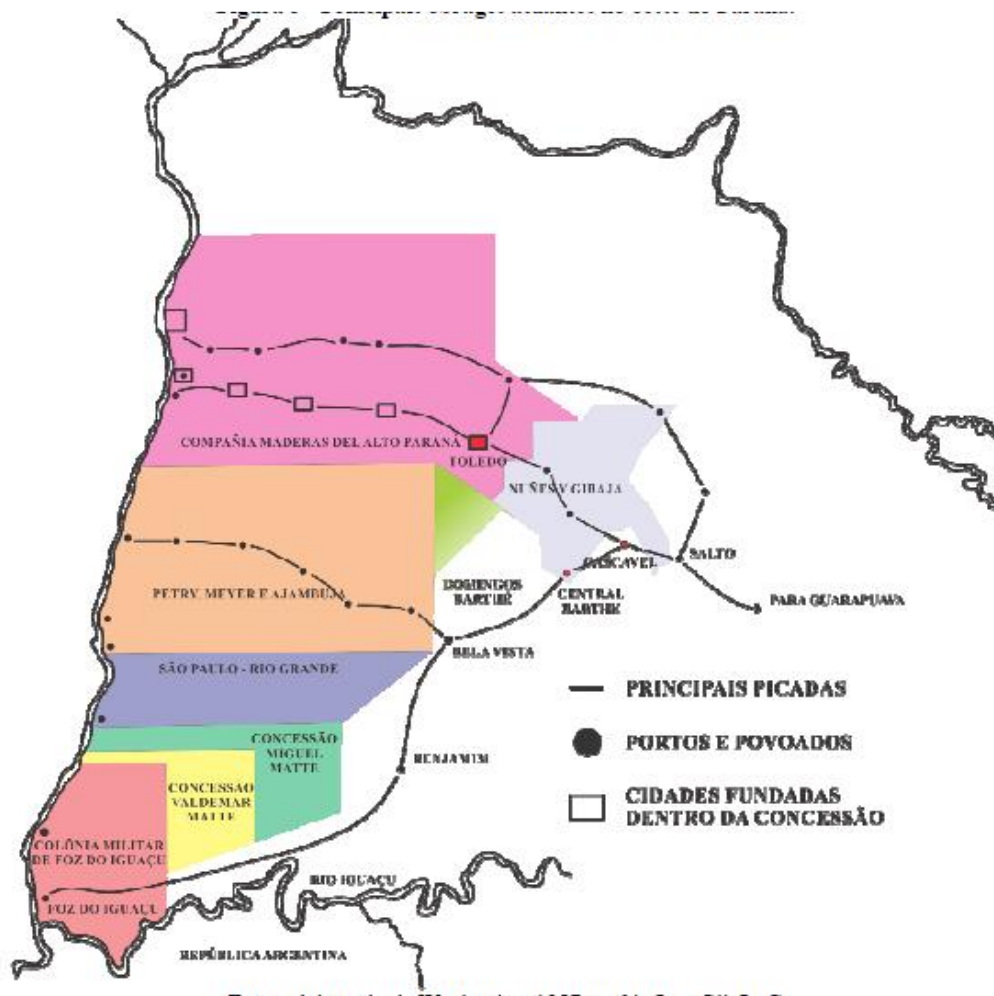


FIGURA 08 - PRINCIPAIS OBRAGES ATUANTES NO OESTE DO PARANÁ
 FONTE: GIL, L.G. (Org), 2015, p.32. Adaptado de Wachovicz.

A figura 08 mostra a delimitação das principais *obrages* atuantes no Oeste paranaense, até 1930, próximo as quais se encontrava o pouso de Cascavel, identificado com um ponto vermelho. Vários autores (COLODEL, 2008; PIAIA, 2013; GIL, 2015) afirmam que a localidade de Cascavel pertenceu à exploração da *obrage* de Domingos Barthe (ponto vermelho), com a justificativa:

Quando o Estado concedeu as terras à Companhia de Estrada São Paulo-Rio Grande, o fez sob áreas já consentidas às obras, ou seja, o Estado cedia uma permissão às obras para exploração por um determinado período, mas não dava posse definitiva a elas. Porém, sabe-se que apesar de ceder uma determinada área, as obras avançavam muito mais, visto que o controle e a fiscalização do Estado na época era falho e sem condições financeiras para tal. Quando o Estado concessionou as terras que futuramente passaram à BRAVIACO, essas incluíam inclusive o centro de Cascavel (GIL, 2015, p.38).

Ainda, conforme informações de Mariano (2012), são nas terras ligadas à Companhia Estrada São Paulo - Rio Grande que o agricultor catarinense Sr. Antônio José Elias, em 1922

adquire nas proximidades do rio Cascavel, por concessão pública, terras repassadas à BRAVIACO - Companhia Brasileira de Aviação e Comércio (MARIANO, 2012).

Observa-se com estes relatos que havia precariedade nas definições de limites precisos sobre as áreas de concessão, entre *obrages* e as de concessão para a ferrovia. Mas é neste entremeio que forma-se um povoado por arrendatários de terras do Sr. Antônio José Elias.



FIGURA 09 - DETALHE MAPA DE VIAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 1924
 FONTE: ITCG, 2008 - alterado pela autora.

No detalhe do mapa (figura 09) da rede de viação do estado do Paraná, estimado como de 1924 (ITCG, 2008), evidencia-se a ligação da extração da erva-mate paranaense aos mercados platinos pela grande existência de portos no Rio Paraná, pequenos povoados nas barrancas às margens do rio, identificados no mapa por pontos avermelhados, pelo qual se escoava o mate e depois a madeira do oeste paranaense. Nesta época, "[...] toda a margem paranaense, desde Foz do Iguaçu até os saltos das Sete Quedas [barreira natural], encheu-se de portos, muitas vezes de vida efêmera, outros de maior durabilidade"(WACHOWICZ, 2010, p.277).

Em linhas contínuas em vermelho, na figura 09, as estradas de rodagem não macadamizadas, demonstrando a expansão das *obrages* estrangeiras na direção leste. Em destaque, dentro da marcação do círculo branco, os pontos com a mesma cor, da esquerda para

a direita, com a sequência das localidades: Depósito Barthe⁶, o Pouso de Cascavel (sem denominação no mapa) e Catanduvás, em distâncias aproximadas de 30 km entre os pontos (ITCG, 2008). "Barthe era a sede da companhia [da obra] argentina, de onde se ramificavam vários caminhos demandando a estabelecimentos menores - os acampamentos ervateiros conhecidos geralmente como pousos. Um desses pousos se denominava Cascavel, em função do rio" (SPERANÇA, 2007, p.35).

Catanduvás, terceiro ponto branco, da esquerda para a direita, em destaque na figura 09, serviu de palco para a resistência dos revoltosos da Revolução Paulista de 1924⁷, que vieram a se refugiar em Foz do Iguaçu. A derrota do movimento revolucionário em Catanduvás, no ano de 1925, ocasiona a retirada destes, no sentido à fronteira com a Argentina (PIAIA, 2013). O evento gera mapas de ação estratégica militar, que, conforme estudos de Piaia (2013), são o primeiro registro da presença e denominação do povoado de Cascavel.

O pouso de Cascavel, no século XX, forma-se como ponto estratégico para viajantes. "A parada de pousos no rio Cascavel encontrava-se entre um cruzamento já conhecido pelos ervateiros e colonos como ponto de trocas de escambo" (MARIANO, 2012, p.19).

Um dos legados apontados dos conflitos da Revolução Paulista para o Oeste do Paraná, influenciado também pela instabilidade econômica promovida pela primeira Guerra Mundial (1914-1919), está no início do processo de enfraquecimento das empresas de exploração de erva-mate com a diminuição dos lucros destas devido ao aumento dos impostos sobre a erva-mate e o crescimento da consciência nacionalista quanto a permanência de empresas internacionais na região de fronteira (PIAIA, 2013; MYSKIW, 2002; BRUGNAGO, 2015).

1.2 DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO

Com a Aliança Liberal e a sequência de acontecimentos do golpe de Estado, a derrubada da República Velha e a proclamação do Governo Provisório, sob a liderança de Getúlio Vargas, após 1930, houve mudanças significativas no cenário político nacional e estadual (MARIANO, 2012). Os mecanismos de mercado, até então liberais, são julgados

⁶ "Os imóveis Piquiri e Andrade, foram comprados por Domingos Barthe, em 23 de agosto de 1905, [...] localizando-se nos anos 1960 no município de Cascavel" (MYSKIW, 2002, p.147).

⁷ Este foi um movimento revolucionário inconformista, de cunho militar, contra os métodos administrativos e políticas empregados pela República Velha (1889-1930) do que contra o sistema propriamente dito. O levante atraiu a atenção para o território dominado por estrangeiros e a situação socioeconômica crítica das populações oestinas (BRUGNARO, 2015).

insuficientes para o desenvolvimento econômico do país, sendo necessária a intervenção estatal de política centralizada para a liquidação da hegemonia política da burguesia mercantil agroexportadora (VILLAÇA, 2001; SAES, 2001).

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia [mercantil] agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura [...] (OLIVEIRA, 2013, p.35).

O processo na nova correlação de forças sociais tem ação na reformulação e regulamentação de fatores visando a mudança de inclinação das atividades agrário-exportadoras para a expansão das atividades do mercado interno no sentido de um novo modo de acumulação. "Tal política é antes orientada por preocupações com a afirmação da soberania nacional ou a modernização do estilo de vida do povo brasileiro" (SAES, 2001, p.103). São ações de substituição do antigo intervencionismo estatal de caráter mercantil (comercialização e exportação de produtos agrícolas), para um novo intervencionismo, de caráter industrializante, voltado para a produção e as relações de trabalho urbanas. Entre estas ações estão: a regulamentação de leis entre trabalho e capital (Leis trabalhistas); estabelecimento do salário-mínimo de subsistência; exército de reserva propício à acumulação; preços sociais ao invés de preços de mercado; crescimento das funções do Estado em burocracia e tecnocracia. Dentro destas ações, o papel agrário é um ponto fundamental para a reprodução das condições de expansão capitalista, apoiada no grande contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras, viabilizadas pelo Estado, seguida da infraestrutura da rede rodoviária (OLIVEIRA, 2013).

Ela [a solução do problema agrário] é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de acumulação primitiva (OLIVERIA, 2013, p.43).

No início destas ações, justificadas pela falta de êxito na construção do ramal ferroviário até o centro-sul, visando também a desarticulação dos contratos de concessão de exploração pelas *obrages* e da reversão da desnacionalização da fronteira, todas as concessões e privilégios dados às companhias, no Estado, foram rescindidos e ficam sem efeito após o Decreto nº 300/1930 do interventor do Paraná General Mário Tourinho, endossada pelo Governo Federal em 1938 (PRIORI *et al*, 2012).

Com essa ação fez voltar ao poder estadual as concessões cedidas a empresas estrangeiras e nacionais que não haviam cumprido com as cláusulas contratuais. Além da desarticulação oficial, a exploração obrageira já vinha passando por graves crises

econômicas em detrimento da desvalorização do mate brasileiro no mercado argentino (PRIORI *et al.*, 2012, p.81).

O cancelamento das concessões na década de 1930, abre a possibilidade de venda das Terras Devolutas recuperadas para a fixação à terra em duas frentes: pública e privada.

Efetivada as desapropriações, o Estado do Paraná passa a vender terras devolutas para empresas ou particulares, após o Decreto nº 800/1931 e Lei nº 46/1935 (MYSKIW, 2002). Houve a iniciativa do governo estadual fazendo loteamentos em frentes públicas; e de particulares a cargo de empresas de colonização e imobiliárias, fomentando uma ocupação organizada, direcionada à agricultura de subsistência e à criação de animais de pequeno porte (MYSKIW, 2002; PRIORI *et al.*, 2012; PIAIA, 2013).

1.2.1A divulgação das terras e logística da região

Colodel (2008) distingue como a primeira etapa de ocupação do Oeste do Paraná a que foi alcançada por uma rarefeita frente de ocupação e colonização, contando com o principal eixo de penetração, a estrada ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu (COLODEL, 2008). "Este fluxo populacional encontrou espaço nos atuais territórios de Cascavel, Catanduvas, Guaraniaçu e Foz do Iguaçu" (COLODEL, 2008, p. 69). Martins (1996) afirma que a frente de expansão foi a forma característica de ocupação do território durante longo período, começando a declinar com a Marcha para o Oeste, em 1943 (MARTINS, 1996).

Entre as décadas de 1940-50, a segunda fase descrita por Colodel (2008), com correntes colonizadoras particulares, conjugadas com a exploração da madeira, são irradiadas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a qual denominou de Povoamento Sulista. Esta foi uma "[...] intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão" (MARTINS, 1996, p.43).

Na configuração deste cenário, é inegável o retrato delineado por autores como Lopes (2004), Mariano (2012) e Gil (2015), sobre a influência da divulgação para a ocupação das terras do Oeste paranaense, com início de divulgação em meados da década de 1930 e desenvolvimento basicamente sobre a década de 1940. Pode-se, através destes autores, elencar para a ocupação das terras do Oeste e, conseqüentemente, para a do território de Cascavel, primeiramente, os benefícios de sua localização e divulgação, quanto a área de fronteira, a 140 km de Foz do Iguaçu, no caso do programa Federal da Marcha para o Oeste (1937-1945).

Também, a divulgação com a breve configuração do Território do Iguazu (1943-1946), a distância de 139 km da cidade de Laranjeiras do Sul, indicada como capital do território. E, localmente, com a venda das áreas vizinhas de Toledo, a partir de 1946.

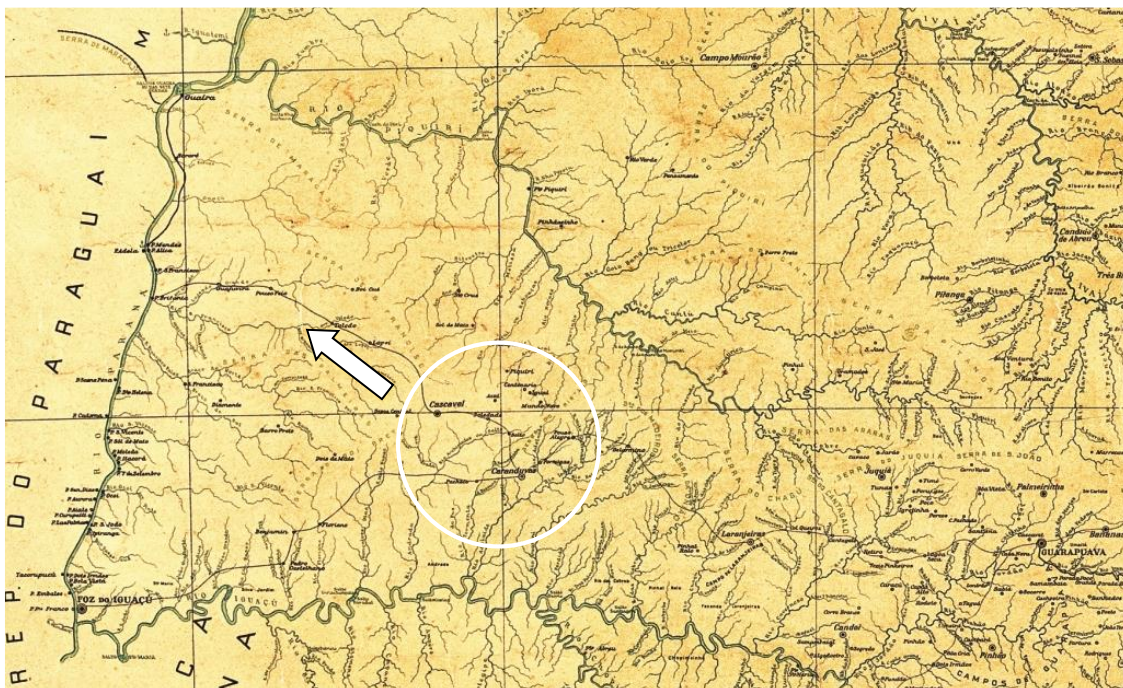


FIGURA 10 - DETALHE MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - 1938

FONTE: ITCG, 2008 - alterado pela autora, 2015.

No detalhe do mapa de 1938 (figura 10), organizado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Paraná, para oeste, seguindo a estrada carroçável, aparecem a denominação do núcleo urbano de Cascavel, identificado como vila, e sua ligação ao porto Britânia, no rio Paraná, passando pelos povoados de Lopeí e Toledo (ITCG, 2008). Ligação necessária para o escoamento fluvial da madeira, reforçando o vínculo com o Prata até a década de 1950 (GREGORY, 2002). Neste mapa a ligação entre Cascavel e Foz do Iguazu se dá indiretamente pela passagem por Catanduvas.

A migração para o Oeste do Paraná se destacou em razão de políticas nacionais e estaduais a partir da Marcha para o Oeste - projetos que incentivaram a ocupação das fronteiras nacionais durante a primeira fase do governo de Getúlio Vargas (1930-1934). Apesar da região Oeste do Paraná, até o início da década de 1950, ter sido somente o município de Foz do Iguazu (MARIANO, 2012, p.10).

A campanha da Marcha para o Oeste, encampado pelo Estado Novo (1937-1945), no estado do Paraná, é basicamente a ocupação da região de fronteira abrangida pelo município de Foz do Iguazu, representando o Extremo sertão do Oeste do Paraná, juntamente com áreas do Sudoeste do estado e também o Oeste de Santa Catarina (LOPES, 2004). Assim, configuram o

intento da interiorização do país, no intuito de deslocar-se da herança de séculos de ocupação litorânea (BRUGNAGO, 2015). O desenvolvimento destas regiões de fronteira previa a produção de gêneros alimentícios para subsidiar a industrialização no sudeste, tendo em vista a dificuldade de importação de produtos com o desfecho dos conflitos que culminaram na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste sentido, as colônias agrícolas teriam um papel fundamental na ocupação do interior e na integração nacional, juntamente com a política de transportes (LOPES, 2004).

Como parte da propulsão deste intento, a importância de uma rodovia é notada no Programa Rodoviário Marcha para o Oeste, criado em 1938, e desenvolvido pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (1937-2001), que se deu com o objetivo de execução e melhoramentos de estradas de rodagem nacionais, afetando a região (GIL, 2015). O estudo do DNER resulta na abertura da BR-35, inaugurada ainda sem pavimentação em 1944, que atinge o núcleo urbano de Cascavel (REOLON, 2007a).

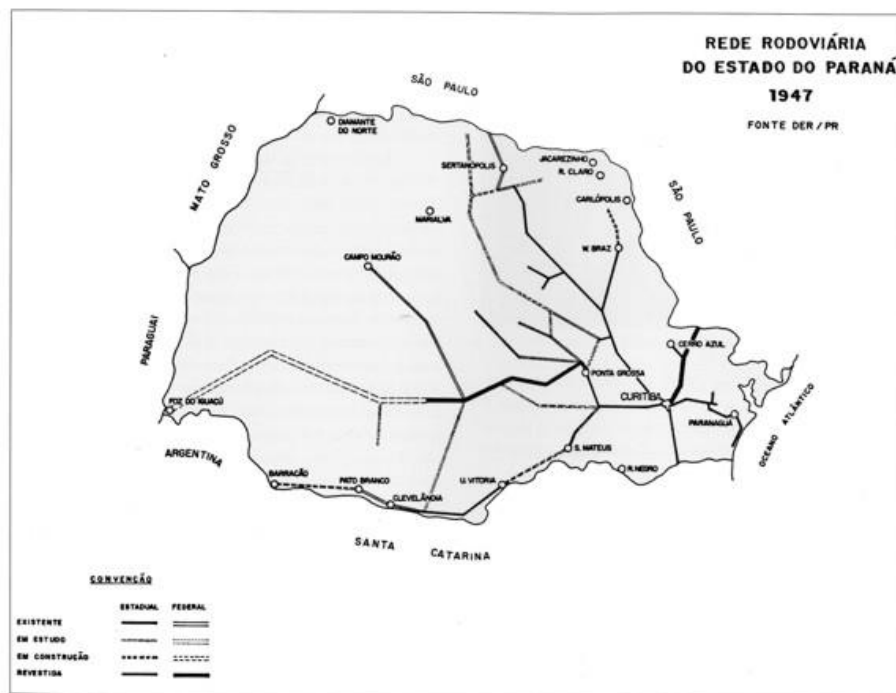


FIGURA 11 - REDE RODOVIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - 1947
 FONTE: FUNDAÇÃO AYRTON LOLÔ CORNELSEN, 2005.

A figura 11, da Rede Rodoviária do Estado do Paraná de 1947, com o levantamento do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER/PR, mostra a rede rodoviária do Estado e o trecho, aproximadamente, entre Laranjeiras do Sul e Foz do Iguaçu ainda em fase de construção, indicada como de convenção federal. Não se apresenta o nome do

núcleo urbano de Cascavel. Contudo, a rodovia, com entroncamento no trecho urbano de Cascavel, posteriormente, no ano de 1953, denominada de avenida Brasil, a antiga Estrada Estratégica, sofre melhorias devido as suas condições topográficas e distancias relativas em direção ao rio Paraná (GIL, 2015; MARSON, 2005). É ao longo desta estrada, ainda em leito natural, que a cidade se desenvolve.

O segundo reforço da articulação para o desenvolvimento da região de fronteira, foi a criação do Território Federal do Iguaçu pelo Decreto-Lei 5.812/1943, objetivando a ocupação da faixa fronteira, sob a direta administração do Governo Federal, que abrangia a porção oeste e sudoeste dos estados do Paraná e Santa Catarina, com capital em Laranjeiras do Sul, no Paraná (GIL, 2015). Lopes (2004) ressalta o valor da divulgação feita para a ocupação do território, o que propiciou forte migração para estas áreas, com o apoio e planejamento de companhias colonizadoras, principalmente gaúchas.



FIGURA 12 - MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - 1944
 FONTE: ITCG, 2008.

A figura 12, com o mapa do estado do Paraná de 1944, identifica-se a abrangência da definição do Território do Iguaçu, o qual toma a mesorregião Oeste e parte das mesorregiões Noroeste, Sudoeste e Centro-Sul (ITCG, 2008; IPARDES, 2010).

Após três anos de existência, o território do Iguaçu foi extinto em 1946, com a redemocratização. Contudo, a ideia de um novo Estado, independente do Paraná, vai permanecer nos discursos políticos locais a partir da metade da década de 1960, principalmente na década de 1980, nos intentos das gestões como Deputado Federal, do político local Edi

Siliprandi. A proposta foi discutida novamente, a nível federal, na década de 1990, até seu arquivamento em 1996 (LOPES, 2004).

Gil (2015) ainda aponta um terceiro motivo de divulgação, mais local, referente à venda das terras da cidade de Toledo, a 45 km de Cascavel, promovidos pela colonizadora privada Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. - MARIPÁ, a partir de 1946, efeito do mercado de terras que se abre, decorrente das articulações do plano nacional de colonização aos territórios de fronteira. Comenta que estas vendas, "[...] tenham propiciado indiretamente o conhecimento e a vinda de pessoas para [o povoamento de] Cascavel" (GIL, 2015, p.58), com base nos programas de colonização já existentes, com a motivação sobre as áreas disponíveis para venda localmente.

Aqui, novamente as terras de Cascavel representam a fronteira permeável, onde os que não ficavam em Toledo, território organizado e parcelado pela frente pioneira, por escolha ou restrição socioeconômica, permaneciam em Cascavel para adquirir suas terras, ainda em uma frente de expansão, em outra lógica mercantil (MARTINS, 1996; GIL, 2015).

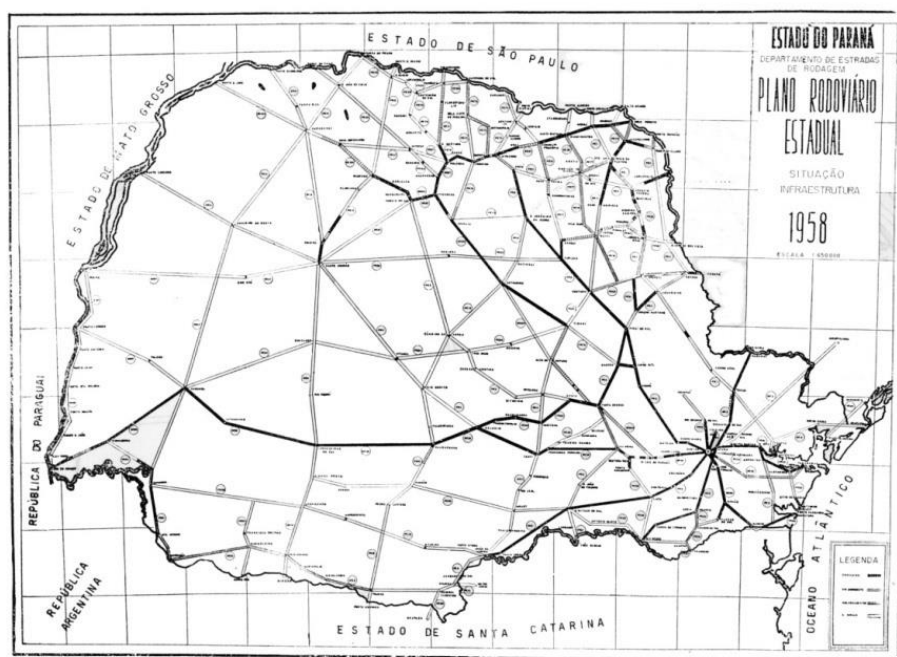


FIGURA 13 - MAPA DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL - 1958
 FONTE: FUNDAÇÃO AYRTON LOLÔ CORNELSEN, 2005.

No ano de 1958, o mapa do Plano Rodoviário Estadual (figura 13) demonstra como concluída a ligação leste-oeste da estrada da Madeira, passando pela cidade de Cascavel (MARSON, 2005). Neste mesmo ano, tem início a abertura da BR-277, desviada do núcleo urbano da cidade de Cascavel, em substituição ao da BR-35 (GIL, 2015).

Mariano (2012) reforça o sentido da localização da cidade junto à rodovia como um dos elementos para a prosperidade de Cascavel no desenvolvimento do setor de serviços.

Contudo, o desenho da cidade se concentrou na Avenida Brasil, trecho urbano da BR 35. A localização de Cascavel foi um dos principais fatores para seu desenvolvimento. A cidade passou a ser referência nos setores hoteleiro, gastronômico, com assistência automobilística, postos de combustíveis e garagens de ônibus. Em 1969, era finalizada a rodovia BR-277, substituindo a BR-35, no seu traçado, bem como viabilizando a malha asfáltica e o alargamento das vias. Desde então, a BR-277 é a principal rodovia do Estado do Paraná, no sentido leste-oeste, atravessando todo o território estadual, desde o Porto de Paranaguá a Foz do Iguaçu, fronteira com Paraguai e Argentina [...] (MARIANO, 2012, p.33).

Piaia (2013) coloca a distribuição da cidade de Cascavel ao longo da Rodovia Estratégica, na ligação entre Guarapuava, sentido Foz do Iguaçu, como uma forma espontânea que delineou a alternativa de crescimento da cidade, devido à importância da rodovia perante a logística e apoio da economia de exploração madeireira.

Nota-se com estes relatos, a perda de importância da anterior saída para Lopeí e Toledo, rumo aos portos no rio Paraná, para a fortificação da relação via Foz do Iguaçu.

1.3 DINÂMICAS ECONOMICAS ATÉ 1960: O SETOR MADEIREIRO

Da década de 1930 até 1950 a economia local baseava-se cada vez mais no processo concomitante da extração madeireira e da agricultura (PIAIA, 2013).

A grande necessidade favorável à exportação de mercados fornecedores de produtos primários vinha da demanda do pós-guerra, no intento da política de reconstrução da Europa até 1952. Com os custos atrelados aos de gastos com transporte, as madeiras e serrarias moveram-se para o Oeste do Paraná, por sua proximidade com Foz do Iguaçu (PIAIA, 2013).

Com o fim do ciclo ervateiro, ocorre a venda da propriedade da *obrage* de Domingos Barthe aos investidores irmãos Lupion, ligados por grau de parentesco ao então governador Moysés Lupion, que passa a ser chamada de Central Lupion, no ano de 1942. Esta marca o início da vinda de madeiras para a região de Cascavel, com a intenção da exploração da madeira em escala industrial (SPERANÇA, 2007).

Aos arredores de Cascavel acontecia que, as empresas colonizadoras, ao firmarem acordo com o Estado, deveriam desenvolver atividades relacionadas à indústria da madeira, ao comércio e venda de terras. A empresa se apropria de picadas já utilizadas anteriormente para ligar os lotes coloniais à malha viária e a sua sede até os portos do rio Paraná. "Esta malha viária

se vinculou com a estruturação, com a distribuição e com o parcelamento das terras a serem comercializadas" (GREGORY, 2002, p.109).

Os vínculos com a Região Platina, pelas vias hidrográficas, eram interpretadas como perigosas aos intentos da consolidação territorial, mas, quando os negócios e os lucros estavam na ordem do dia, tais questões eram, momentaneamente, relegadas a um segundo plano (GREGORY, 2002, p.108).

Primeiramente a exportação era por toras e, a partir de 1947, há a exigência de beneficiamento da madeira, que formaliza o fim desta condição do produto a ser exportado, ou seja, uma maior divisão do trabalho e dos serviços ligados ao beneficiamento da madeira (PIAIA, 2013).

O relato de Piaia (2013) demonstra a ação de grandes madeireiras como o exemplo da MARIPÁ, com terras adquiridas em 1946, e instalação do centro administrativo da empresa nas proximidades do arroio Toledo, que veio a implantar cidades vizinhas à Cascavel, como parte da metodologia de implantação de cidades. A colonizadora teve como preocupação inicial a instalação de serrarias, apoiada por uma malha viária de escoamento da madeira para exportação por Foz do Iguaçu, concomitante à venda dos lotes aos agricultores (PIAIA, 2013; GREGORY, 2002).

A forma planejada de demarcação das colônias abrangia da venda de lotes, urbanos e rurais. Com chácaras medindo aproximadamente 25 hectares, com perímetro e área definidos conforme as possibilidades do relevo e da hidrografia. Ao redor dos núcleos populacionais, os lotes eram de 2,5 hectares para chácaras de cultivo de hortigranjeiros. E, internamente aos núcleos populacionais, os quarteirões mediam 100 x 100 metros, o que significa, 10 mil metros quadrados, ou seja, um hectare (PRIORI *et al*, 2012; MYSKIW, 2002).

A proposta de evitar a compra de grandes áreas e o povoamento disperso da região, eram a forma de valorizar mais a terra, pois o povoamento rápido seria uma prova da qualidade da colônia. O tamanho também viria ao encontro das possibilidades imediatas dos anseios dos colonos, bem como os recursos de capital, também futuros dos mesmos (GREGORY, 2002).

Entre as empresas colonizadoras, a MARIPÁ foi a que "[...] obteve maior destaque por ações sociais, empreendendo construções de casas, hotéis e estradas, não atuando apenas e exclusivamente na venda de lotes e terras" (PRIORI *et al*, 2012, p. 82). Com isso, a diversificação de ações além da colonização, utilizando-se da mão-de-obra barata e desqualificada dos pequenos agricultores na continuidade do processo.

Ao invés da construção da estrada de ferro, agora as atividades correlatas a extração da madeira, como o papel e produção de mobiliário também fazem parte do novo panorama de

empregabilidade na indústria. Madeira utilizada "[...] tanto para o desenvolvimento da malha de transportes [rodoviário], quanto da demanda interna por madeira das cidades paranaenses em franco processo de crescimento" (OLIVEIRA, 2002, p.22). Sperança (2007) complementa:

Os imigrantes recebiam lotes de 25 hectares, sem dispor de estradas ou qualquer outro equipamento da civilização. Faziam a derrubada da mata e a coivara, plantando em seguida o milho, o feijão preto e a mandioca, utilizando enxadas ou cavadeiras. [...] Fazia-se a migração no interior dos 25 hectares de acordo com a exaustão da terra (SPERANÇA, 2007, p.39).

Seguindo as análises de Francisco de Oliveira (2013), os reflexos político-econômicos, tem como uma das condições criadas, primeiramente com a vinda dos migrantes de trabalho informal, propiciar grande oferta de mão-de-obra, seguindo juntamente com a implantação de infraestrutura para a logística produtiva, sem coberturas pela previdência social. Também ajudado pela oferta elástica de terras, onde os colonos, sob trabalho não remunerado, ficavam com o desmate, preparo da terra e com a produção dos gêneros alimentícios em menores preços.

Seus interesses [dos madeireiros] não estavam separados dos interesses políticos. Eles necessitavam tanto de cotas de produção como de boas estradas e de uma quantidade de mão-de-obra disponível, que garantisse braços para o trabalho, sem que estes tivessem custos elevados. Para tanto, era necessário fomentar mais e mais a colonização [...] A seguir, os investidores ganhavam com a comercialização da madeira, e com a venda das terras em patamares muito superiores aos valores pagos originalmente. Por fim, ainda recebiam benefícios fiscais e amortizações da dívida a longo prazo, dado que era política oficial o incentivo à colonização do espaço em voga (PIAIA, 2013, p.142-148).

O processo iniciado pelas madeireiras era continuado pelos adquirentes dos lotes rurais. Nos interesses convergentes entre agricultor e madeireiras em relação à extração da madeira: enquanto para o primeiro interessava a terra limpa, para o segundo o interesse estava na matéria-prima.

As derrubadas, cada vez mais intensas, limpavam o terreno para a atividade agrícola. É verdade que o objeto de desejo era inicialmente a renda proporcionada pela madeira. Se o agente explorador das matas tivesse adquirido também a terra, ele buscava extrair dela o máximo possível, depois iria vendê-la já limpas. Não havia a intenção direta de realizar investimentos para extrair renda agrícola da terra. A razão era simples: enquanto o mercado da madeira era garantido, a atividade agrícola na região ainda não se consubstanciava como fonte de renda em escala que pudesse remunerar grandes investimentos de capital. O mais lógico era repassar a propriedade para pequenos agricultores, que poderiam dela extrair sua subsistência e talvez algum excedente (PIAIA, 2013, p.139).

Sob a análise de Martins (1996) as relações sociais e de produção, presentes na frente de expansão, são predominantemente de produção não-capitalistas, mas mediadoras da

reprodução do capital, a qual indica uma insuficiência dos mecanismos de reprodução capitalista da própria frente de expansão. Este mundo residual da expansão capitalista tende a desenvolver atividades econômicas que não assumem forma de salário, capital e renda da terra. "Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. [...] Embora sua dinâmica resulte da ação e dos interesses do capital, combinados com as concepções próprias do camponês [...]" (MARTINS, 1996, p.47).

Decorrente das décadas de extração de madeira, há a transformação do cenário, da cobertura de pinheiros do Planalto Gótico, assim denominado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-55), substituídos pelos tapetes de cultivo agrícola intensivo (PIAIA, 2013).

A partir de 1930, o desmatamento, inicialmente para fins madeireiros e em seguida para o uso agrícola, reduziu a cobertura vegetal nativa a apenas 12% do total original. As áreas com maior aptidão à agricultura correspondem a 75% da região oeste - áreas de relevo plano e suavemente ondulado com predomínio de solos férteis. Tais solos, ocupados principalmente por culturas cíclicas, proporcionam práticas agrícolas com alto nível tecnológico, aplicação intensiva de insumos, melhoramento das condições da lavoura e motomecanização, principalmente nos municípios de Guaíra, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel (BELUSSO, 2014, p.44).

Além de métodos avançados com o emprego de traçadores nas derrubadas, tratores para arrastar as toras e rolagem para o reboque de caminhões, a partir da década de 1950, o processo acelerado de derrubada e no desbaste de galhos com a introdução da motosserra a partir de 1960 (PIAIA, 2013). Tecnologia e logística utilizada pelas grandes madeireiras exportadoras, que podiam atingir grandes áreas (PIAIA, 2013).

No Paraná, entre as décadas de 1940 a 1960, várias cidades paranaenses surgem e se mantêm a partir das atividades de suporte à cafeicultura: comercialização, beneficiamento e transporte, entre outros serviços de manutenção e intermediação financeira. Estas vão sofrer posteriormente com as penalizações de custos e empréstimos do expoente café nas intenções do Plano de Metas (1956-1960). A cultura do café, apesar dos esforços de alguns, não se estabeleceu no Oeste paranaense devido às constantes e fortes geadas, sendo substituído "[...] pelo cultivo de milho, feijão e algodão, [entre os agricultores] na condição de arrendatários e mini proprietários em situação fundiária confusa, com violentas disputas de terra" (EMER *apud* PIAIA, 2013, p.173). Neste sentido, na região oestina, a madeira e o duplo intento de serrarias e pequenos agricultores, atendia ao subsídio de industrialização das demandas nacionais. Há até informações de Piaia (2013) sobre o fornecimento de madeira paranaense para a construção da cidade de Brasília.

A extração da madeira, integrada à expansão do cultivo diversificado é tida como uma flexibilização mercantil.

Enquanto a atividade econômica baseada na madeira tinha seu tempo de vida previamente determinado pela duração dos estoques, o ciclo agrícola era bem mais curto, porém, constante, dando visibilidade à ocupação.[...] Justamente os procedimentos peculiares à agricultura, no que se refere à decisão do agricultor em decidir o que plantar e quando plantar, concederam-lhe uma liberdade mercantil mais ampla [em relação ao poder econômico das madeireiras] (PIAIA, 2013, p.153).

Em complementação ao rodízio de culturas, a criação de suínos, apoiado no plantio do milho, em áreas cada vez maiores, no início da década de 1960, tem grande destaque, inclusive com a criação da primeira cooperativa em 1963 (SPERANÇA, 2007).

Piaia (2013) coloca a nova dinâmica regional decorrente da instalação das madeireiras. Afirma que, pela primeira vez, o excedente das atividades econômicas realizadas foi apropriado por grupos empresariais fixados na região, com poder de decisão inserido no extremo Oeste, espelhadas nas classes sociais características da exploração capitalista. Faz-se deste espaço físico um espaço de valorização do capital, o de circulação de bens e serviços. O grau de complexidade social das relações sociais existente após o estabelecimento dos interesses do capital madeireiro foi o que possibilitou a independência das vilas como cidades (PIAIA, 2013).

Em outras palavras, o setor primário estabelecia automaticamente um elo vital com o setor terciário, especialmente o comércio, no qual a relação de interdependência fazia com que os ganhos da lavoura realimentassem o setor urbano, favorecendo a expansão de algumas cidades oestinas, processo pelo qual Cascavel foi especialmente beneficiada (PIAIA, 2013, p.158).

De outro lado, a pungência na expansão urbana e comercial é explicada por Francisco de Oliveira (2013) de uma forma mais crua, com a exploração do pequeno agricultor. Aponta que a transferência de trabalho morto para o valor das culturas agrícolas, feito nas zonas de ocupação recente como o Oeste do Paraná, que mantém-se num primitivo estrutural, reflete em rebaixamento no preço dos produtos da lavoura que abastecem os grandes centros e faz parte do processo de acumulação das cidades. Os dois fenômenos formam uma unidade (OLIVEIRA, 2013). Neste sentido, conforme as análises de Francisco de Oliveira (2013), os produtos que mantiveram o crescimento do novo mercado agrícola mantiveram-se primitivo e confiscatório, com alta taxa de exploração da força de trabalho e baixo custo de reprodução, a partir do proletário rural que serve às culturas comerciais de mercado interno e externo (OLIVEIRA, 2013).

Martins (1996) complementa que, a relação de produção da frente de expansão, está mais próxima das relações mercantis, mais simples do que a capitalista, também, mais próxima

da economia de subsistência, pois admite que há um limite onde não é possível, ou não é viável, extrair a renda capitalista da terra. "Provavelmente por isso, os territórios sobre os quais se move a frente de expansão são claramente marcados pela ausência da propriedade fundiária moderna, predominando a posse efetiva ou o aforamento" (MARTINS, 1996, p. 48). Panorama diferente do que estava sendo implantado nas imediações, que será apresentado nas especificidades da conformação do território de Cascavel.

1.3.1 Cascavel como Distrito de Foz do Iguaçu

Em 1930, o governo interventorial paranaense anula as concessões de terras anteriores distribuídas e aceitas pelos governos oligárquico e republicano, passando-as para o comerciante José Silvério de Oliveira⁸, conhecido como Nhô Jeca (SPERANÇA, 2007). Este instala um armazém próximo à estrada ervateira conhecida como Encruzilhada, elemento condutor no surgimento das primeiras casas urbanas (GIL, 2015). Posteriormente, Nhô Jeca se torna uma liderança política local, mesmo por ser um entusiasta político, defensor da Aliança Liberal e de Getúlio Vargas (GIL, 2015; MARIANO, 2012). Autores como Brugnano (2015) e Mariano (2012) ressaltam o amplo reconhecimento da figura de Nhô Jeca como patrono do desenvolvimento de Cascavel sob a ótica do imaginário local, nos relatos com traços tradicionalistas, "[...] por sua estratégia de ocupação pioneira e, o entroncamento das estradas que ligavam o litoral paranaense a Foz do Iguaçu [...], é tido como um marco da ocupação cascavelense pela população local" (BRUGNANO, p.63). Inclusive é apontado por Sperança (2007) como articulador político para a transformação do povoado de Cascavel em distrito de Foz do Iguaçu.

Em 1931, Cascavel era reconhecido como povoado pela prefeitura municipal de Foz do Iguaçu por meio de documento do seu prefeito Othon Mader ao Interventor Federal do estado do Paraná, requerendo a área para seu patrimônio próprio, sob a justificativa de "[...] prover as necessidades de uma futura cidade" (SPERANÇA, 2007, p.105). No mesmo ano, foi organizado, pelo governo Federal, através do Decreto nº 19.667/1931, o Departamento Nacional de Povoamento - DNP, instituição responsável, entre outros trabalhos ligados à colonização, também à "[...] medição, demarcação, legitimação e distribuição das terras devolutas [...]" (MYSKIW, 2002, p.63).

⁸ José Silvério de Oliveira é indicado como o Primeiro Pioneiro, na relação de ex-prefeitos da Prefeitura Municipal de Cascavel (CASCAVEL, 2015).

A 4 de setembro de 1933, é expedido o documento pelo Estado que efetiva o povoado com o nome de Aparecida dos Portos de Cascavel como distrito de Foz do Iguaçu (SPERANÇA, 2007). A alteração do nome do povoado pouco perdurou nos documentos, voltando a ser somente Cascavel. Prevalece o nome do acidente geográfico próximo, o do rio Cascavel (SPERANÇA, 2007).

Em 1936, outro interventor, Manuel Ribas, autorizou a criação do Patrimônio Municipal de Cascavel (conjunto de bens), com pouco mais de um milhão de metros quadrados (1.001.498,37m², ou seja, aproximadamente 100 ha) conforme Título de Domínio Pleno de Terras, emitido pelo Governador do estado do Paraná à cidade de Foz do Iguaçu (MARIANO, 2012; SPERANÇA, 2007). Neste intento, a delimitação e formação do núcleo urbano de Cascavel tem-se como um efeito direto de órgãos do Estado sobre as terras devolutas (PIAIA, 2013).

Para possibilitar a distribuição das áreas, o traçado do arruamento do Patrimônio Municipal de Aparecida dos Portos de Cascavel, em 1936, foi organizado e implantado em malha xadrez (SPERANÇA, 2007; GIL, 2015). Como resultado "[...] o plano se concentrou em ordenar as ocupações iniciais no entorno do entroncamento viário e se orientou pela estrada ervateira, mantendo-a como eixo central" (GIL, 2015, p.50).

"Para povoar o patrimônio, a prefeitura de Foz do Iguaçu passou a vender terrenos a terceiros, mediante títulos ou cartas de aforamento" (SPERANÇA, 2007, p.114). No documento de aforamento, só se concede privilégios e deveres sobre uma propriedade, para exploração ou usufruto do ocupante, dada pelo proprietário. Este documento era um "direito alienável e transferível aos herdeiros e que conferia a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual em dinheiro ou espécie"(GANCHO *apud* MYSKIW, 2002, p.171).

Sobre o intento de estabelecer lotes foreiros e não a posse definitiva, Francisco de Oliveira (2013) esclarece que a exploração do trabalhador agrícola é uma das condições prévias para a acumulação capitalista, neste caso, sem se expropriar a propriedade, mas sim o excedente que se forma pela posse transitória da terra:

Assim, tanto a abertura de fronteiras externas como internas, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de subsistência; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário (OLIVEIRA, 2013, p. 43).

O mesmo procedimento, com documentos de aforamento foram emitidos pelo Serviço de Patrimônio da União - SPU, de imóveis próprios nacionais, para várias colônias próximas à de Cascavel (MYSKIW, 2002).

A figura 14 indica, em verde, as áreas com protocolos de aforamento expedidos pelo Serviço de Patrimônio da União - SPU, correspondendo a cerca de 313.280,7 ha (MYSKIW, 2002). Parte destas áreas encontra-se próximo ao limite sul da Gleba Cascavel, onde se encontra o patrimônio do ainda distrito de Cascavel, aqui identificado dentro do círculo amarelo. Entre estes, o da Colônia Tormenta, onde se encontra Catanduvas (MYSKIW, 2002).

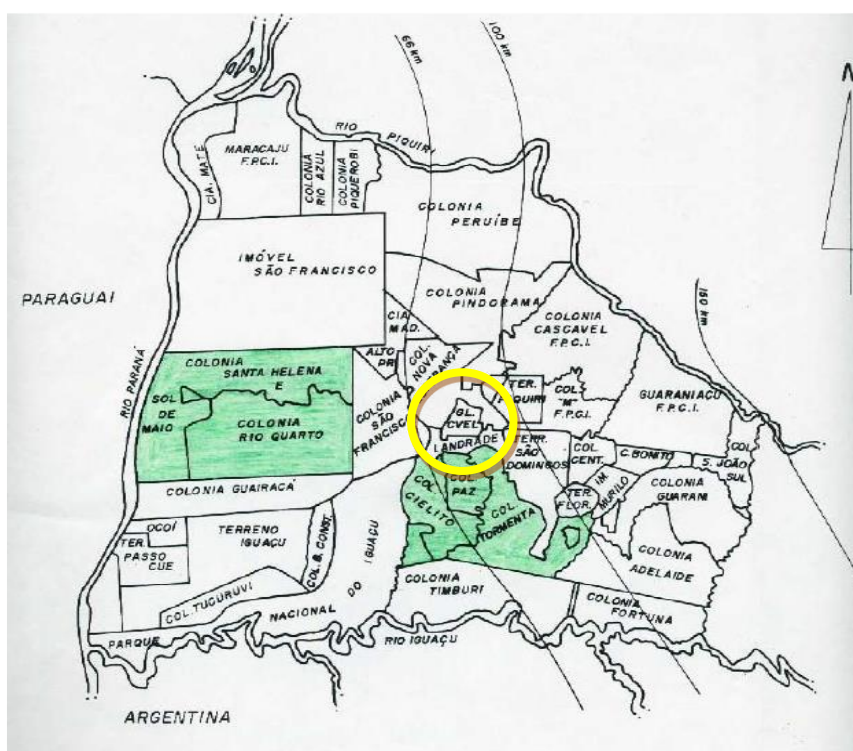


FIGURA 14 - ÁREAS COM PROTOCOLOS DE AFORAMENTO EXPEDIDOS PELO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU, NO OESTE DO PARANÁ

FONTE: MYSKIW (Org.), 2002, p.173. Adaptado do Relatório apresentado à Comissão Especial de Estudos da Faixa de Fronteira do Paraná e Santa Catarina pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização - DGTC. Curitiba, 1966. - alterado pela autora.

Em uma identificação em outra escala de aproximação, a figura 15 demonstra, em azul, a Gleba Cascavel, e ao seu centro, em azul escuro, o Patrimônio de Cascavel e a área do campo de Aviação que serão comentados no decorrer do trabalho.

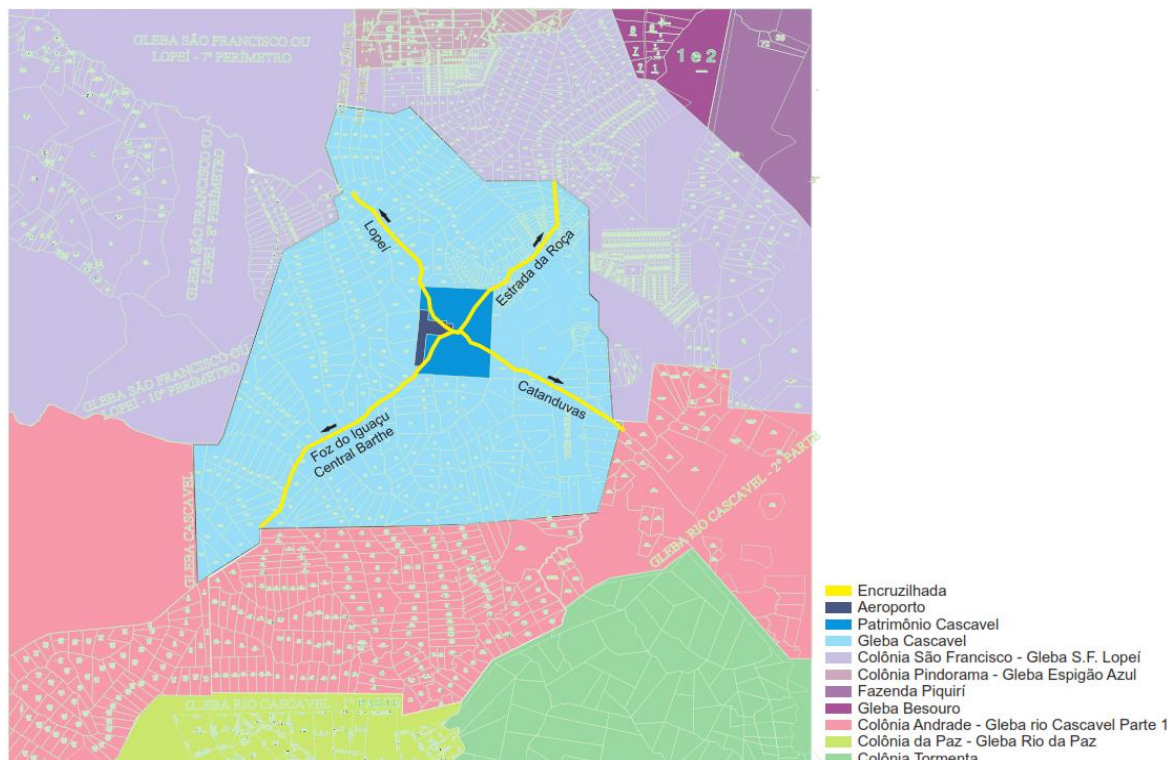


FIGURA 15 - DETALHE GLEBA CASCAVEL, PATRIMÔNIO E ENCRUZILHADA

FONTE: Adaptado do Mapa de Glebas, Setor de Geoprocessamento, CASCAVEL (Prefeitura Municipal), 2015; GIL, L.G. (Org.), 2015, p.49.(Org.) a autora, 2015.

A seguir apresenta-se argumentos, com a utilização de mapas e fotos, para uma melhor identificação das dimensões e tamanho do núcleo urbano inicial de Cascavel, dentro do seu Patrimônio, tendo em vista algumas incongruências entre os relatos de autores confrontados aos documentos da época. Estas discussões são pertinentes para configurar as áreas de venda de lotes foreiros, ainda característica da frente de expansão, e indicar seus distintos agentes.

A área do patrimônio organizado por Foz do Iguaçu e descrita por Sperança (2007) abrangia "[...] o setor urbano entre o primeiro aeroporto (próximo à igreja Santo Antônio) [delimitação oeste] e a atual rua Sete de Setembro [delimitação leste da área em azul escuro, anteriormente denominada avenida Moysés Lupion,]" (SPERANÇA, 2007, p.114). Nesta descrição o autor não aponta delimitações no sentido norte-sul.

Gil (2015) apresenta estudos morfológicos sobre a cidade de Cascavel⁹, através da sobreposição entre as vias de origem do assentamento (linhas amarelas na figura 15), com a área que configura o Patrimônio Velho em 1953 (com o pressuposto que este seja o mesmo Patrimônio Municipal de Aparecida dos Portos de 1936).

⁹ Entre uma das constatações do estudo de Gil, demonstra que, a configuração da atual avenida Tancredo Neves, antiga Av. Foz do Iguaçu, é resquício da encruzilhada sobre qual se formou a cidade, e seguia na direção para a antiga Central Barthe, bem como para a cidade para a de Foz do Iguaçu (GIL, 2015).

Para abrir a discussão, a figura 16 mostra o desenho da malha organizada e vendida como lotes foreiros (em linhas pretas) do Patrimônio Municipal de Aparecida dos Portos (Cidade de Cascavel), estimado como da década de 1950, sobre a base da cidade, redividida em 1959, em cinza (CASCAVEL, 1959). Observa-se que os lotes foreiros com frente para o cruzamento entre a Av. Brasil (linha vermelha) e a rua Manoel Ribas (linha verde), ruas definidas com 10 m de largura, apresentam menor dimensão. Os lotes que se afastam deste cruzamento adquirem dimensão entre 250m de largura por 380m ou 500 metros de comprimento, ou seja com áreas entre 9,5 e 12,5 ha. Contudo, não é esta implantação efetiva de arreamento que se encontra em outros registros.

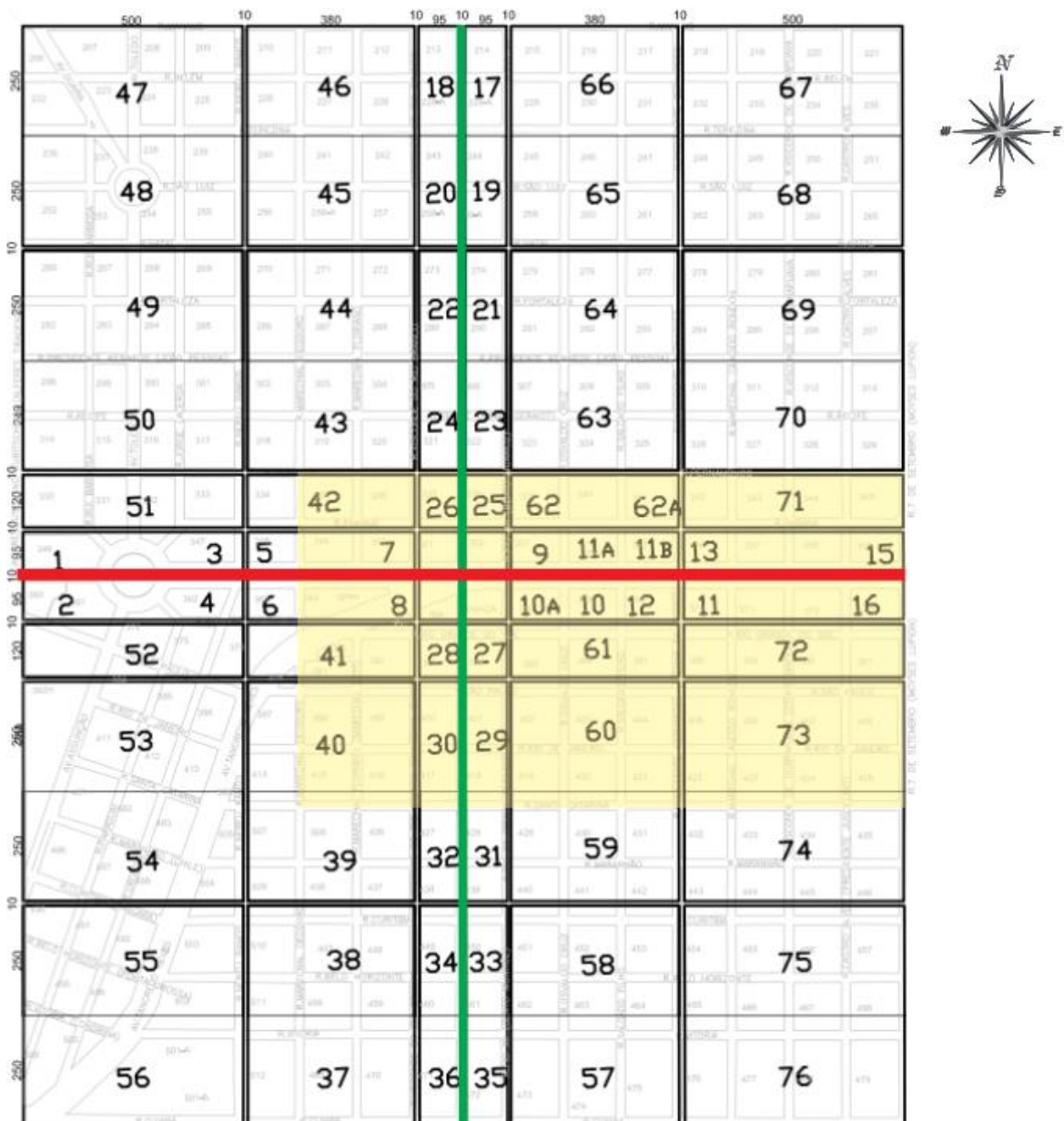


FIGURA 16 - MAPA DE LOTES FOREIROS [195?]

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal), 1963. (Org.) a autora, 2015.

Na figura 16, a delimitação total da área de lotes foreiros, tem 500 ha e é identificada com a denominação de Patrimônio Velho, já em 1953, em leis municipais de Cascavel (CASCAVEL, 1953). Na proposta apresentada por Gil (2015), as dimensões da abrangência sugerida pelas ruas do primeiro núcleo urbano, consideram os limites da rua Manaus (Norte) e da Cuiabá (Sul), representadas na área central em azul escuro da figura 15, e na planta total da figura 16 (CASCAVEL, 2011). Contudo, com base nas dimensões da planta atual da cidade, a área total nos limites de 500 ha, não estaria de acordo com os 100 ha obtidos e indicados em documentos, em 1936, para compor o Patrimônio Municipal de Aparecida dos Portos (Sperança, 2007). Possivelmente, os 100 ha, não passariam de poucas quadras para cada eixo da estrada principal, como se constata em fotografia (figura 17).

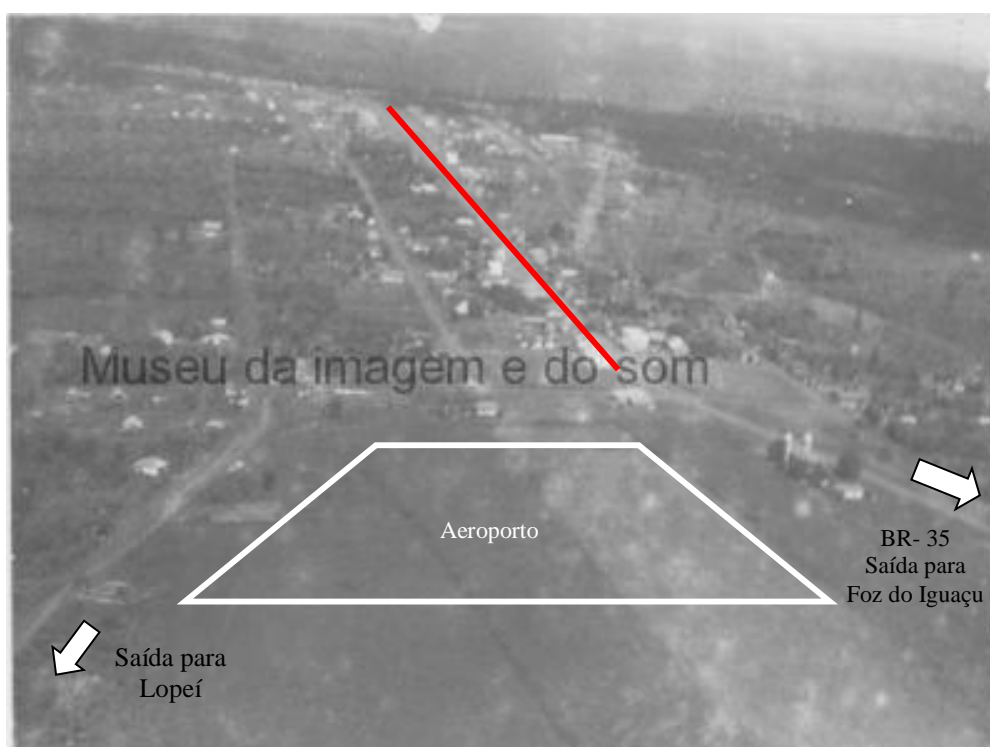


FIGURA 17 - FOTO NÚCLEO INICIAL DE CASCAVEL - DÉCADA 1950

FONTE: CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Museu da Imagem e Som,[195?]. - alterado pela autora, 2015.

Na foto sem data definida (figura 17), mas estimada como da década de 1950, com a visual da cidade no sentido oeste-leste, identifica-se a marcação de ruas paralelas, entre elas, em vermelho, o eixo da BR-35, inaugurada em 1944, futura Av. Brasil. À esquerda do eixo, visualiza-se duas ruas, e uma à direita do mesmo eixo. As ruas são denominadas, somente a partir de 1953, na sequência dos nomes dos Estados brasileiros (Lei Municipal 26/1953). Identifica-se também, à direita (figura 17), a igreja Santo Antônio como limite Oeste, com o

fim do núcleo urbano, e a continuidade da BR-35, saída para Foz do Iguaçu. A área além da igreja Santo Antônio, na parte debaixo da imagem, limitado pelas duas ruas de saída da cidade, serviria, em 1937, para o aeroporto, ou melhor, para um campo de pouso rústico da linha do Correio Aéreo Nacional à Foz do Iguaçu (SPERANÇA, 2007). Após período de desuso, o campo de pouso, em chão batido, foi somente para uso emergencial de pousos durante a década de 1950; de uso comercial explorado pela linha Real aerovias durante a década de 1960; sendo realocado na década de 1970 (SPERANÇA, 2007).

Como argumento mais pungente nesta busca sobre a extensão realmente parcelada do núcleo inicial de Cascavel, tem-se a Lei Municipal nº 26/1953 com a primeira denominação de arruamento da cidade.



FIGURA 18 - MAPA COM ESPECIFICAÇÃO DE VIAS - Lei 26/1953

FONTE: Adaptado de CASCATEL (Prefeitura Municipal), 1963. (Org.) a autora, 2015.

Para ilustrar (figura 18), tem-se o detalhe do mapa com a sobreposição dos Lotes Foreiros com o mapa redefinido da cidade (retângulo amarelo, na figura 16). Sobre ele demonstra-se as vias, denominadas conforme o descrito na citada Lei viária, já após a emancipação de Cascavel como cidade (CASCATEL, 1953; SPERANÇA, 2007). Os dados referenciais de localização para a denominação das ruas são um tanto precários, pois tem base nas residências dos moradores e estabelecimentos da época e também indica a extensão ao

Patrimônio Novo¹⁰, inclusive sobre a rua Minas Gerais, que só atinge a extensão deste (SPERANÇA, 2007; CASCAVEL, 1953b). Na cor laranja, as sete vias, denominadas em lei, nos paralelos definidores norte-sul, incluindo a avenida Brasil (em vermelho). A lei dá como limites mais extremos, ao norte, a rua Pernambuco e ao sul, a rua Santa Catarina. Na cor verde, cinco vias definidoras no sentido leste-oeste, sendo que em verde mais escuro é a rua Manoel Ribas, importante eixo no desenho da planta de Lotes Foreiros, a partir do qual se defini o tamanho dos lotes, que não mantém a mesma importância em sua implantação (figura 16). Na referida lei de arruamento, não há outras ruas para oeste, o limitante, é a representação da posição do campo de pouso do aeroporto (área em azul), ou o portão da 5ª seção de Estradas de Rodagem (BR-35). Na linha mais extrema à direita (leste), a Avenida Moysés Lupion, hoje rua Sete de Setembro, como a linha divisória entre os dois patrimônios: Velho e Novo.

Seguindo a nomenclatura das ruas, dada na primeira lei de arruamento, a conformação que se dá da área, atende aproximadamente às dimensões dos 100 ha obtidos por Foz do Iguaçu, em 1936. Contudo, o perímetro urbano da sede do município de Cascavel, aprovado pela Lei municipal nº 06, também 1953, atende os 500 ha. Entende-se que, não havia a implantação do parcelamento total, conforme a planta de lotes foreiros (figura 16), e que, independente das diferenças de áreas, neste lapso temporal entre documentos (1936 a 1953), a área adensada até 1953 do núcleo urbano de Cascavel esteja compreendido na região com lotes de menor área (figura 18), entre as ruas descritas em lei (CASCAVEL, 1953). Esta interpretação é afirmada pelo mapa contendo a demarcação de terras com subdivisão da Gleba Cascavel em chácaras, para fins de colonização, de 1957 (figura 19).

A figura 19 apresenta o detalhe com a junção de dois mapas da Gleba Cascavel, tidos como de 1957, com base em dados do INCRA¹¹, constantes no trabalho de Brugnago (2015). Em vermelho destaca-se o eixo da Av. Brasil e a continuidade da BR-35 sentido Foz do Iguaçu (tracejado vermelho). Também identifica-se outros eixos de saída da cidade como para Lopeí (preto tracejado). As linhas contínuas em preto são as identificadas no mapa e destacadas como as vias existentes na época, podendo-se destacar, devido às suas posições e extensões norte-sul, a atual Pio XII, antiga Bento Munhoz, e também a rua Presidente Bernardes, antiga Ademar de Barros (CASCAVEL, 1953). Ainda define-se no mapa a área destinada ao campo de pouso,

¹⁰ O Patrimônio Novo foi uma área de 3.997.200,00m² (aproximadamente 400 hectares), com doação oficializada pelo Governo do Estado do Paraná, em 1954, conforme a primeira transcrição do Registro de Imóveis de Cascavel. A área situa-se adjacente e em continuidade a área do Patrimônio Velho.

¹¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, é uma autarquia federal criada no ano de 1970, a qual herdou do DGTC mapas e plantas referentes às localidades do estado do Paraná, entre elas a de Cascavel. Através de parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, realiza a digitalização destes documentos (BRUGNAGO, 2015).

dentro do Patrimônio Municipal, tendo como rua limite a Manoel Ribas. Em contraponto a estas ruas esparsas, definidas dentro do retângulo amarelo pela Lei Municipal nº 26/1953 (figura 18), tem-se a intrigante disposição do Patrimônio Novo, já identificando-se o seu parcelamento, organizado em quadras.

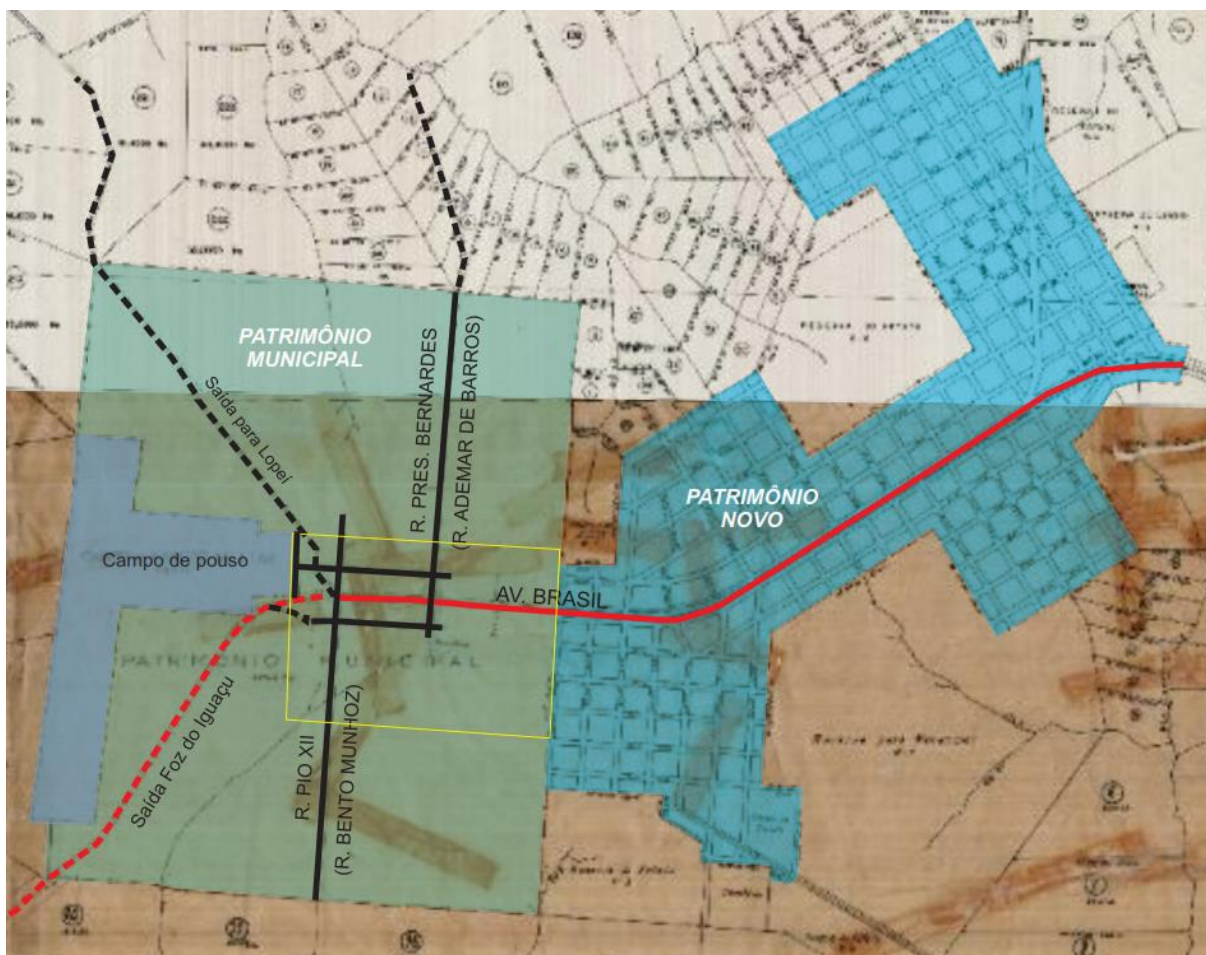


FIGURA 19 - DETALHE MAPA COM DEMARCAÇÃO DA GLEBA CASCAVEL

FONTE: BRUGNAGO, 2015, p.101. Copiado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, 1983 - alterado pela autora.

A pesquisa sobre a conformação do núcleo urbano inicial de Cascavel, entre o que foi requerido por Foz do Iguaçu, em 1931; o obtido documentalmente como Patrimônio Municipal de Aparecida dos Portos de Cascavel (100 ha) por Foz do Iguaçu, em 1936; e o perímetro definido e identificado como Patrimônio Velho da cidade de Cascavel (500 ha) em 1953, é uma lacuna que requer maiores informações documentais de pesquisa, as quais não são esgotadas nesta dissertação. Contudo, esta análise serve para demonstrar a posição do núcleo inicial espontâneo de Cascavel, e conseqüentemente a possível área restrita de parcelamento e ocupação dos lotes foreiros a partir da gestão de Foz do Iguaçu, seu agente gestor morfológico inicial, a partir da intervenção do Governo do Estado do Paraná.

1.3.2 Patrimônio Novo e Velho

Agora serão apresentados as forças de estruturação do traçado urbano de Cascavel e a conformação de seus vazios a partir de seu estabelecimento como município.

Em 14 de novembro de 1951, foi sancionada a Lei Estadual nº 790/1951, que oficializou a criação de vários municípios, entre eles: Cascavel, Toledo e Guairá, na região Oeste (MARIANO, 2012; PARANÁ, 1951). Cascavel torna-se uma nova unidade administrativa, desmembrada de Foz do Iguaçu, contudo, somente em 1952 é instalado oficialmente com a posse do prefeito José Neves Formighieri (1952-1956) (PIERUCCINI *et al*, 2002; CASCAVEL, 2009).

Uma das primeiras ações do primeiro prefeito (1952-1956) foi a de obter junto ao Estado uma planta base da cidade, aproveitando-se do conhecimento que o eixo da rodovia Estratégica atravessaria o povoado com uma faixa de domínio federal de 60 metros no eixo da BR-35 (SPERANÇA, 2007). O resultado foi a primeira lei de perímetro da sede do Município, Lei nº 6 de 5 de abril de 1953, delimitado a partir de pontos referenciais do mapa de lotes foreiros (ver figura 16), na dimensão de 500 ha, e a já discutida lei de denominação de vias, que atinge somente parte desta área (CASCAVEL, 1953a; CASCAVEL, 1953b). Além disso houve a doação de uma outra área para a cidade denominada de Patrimônio Novo.

A área do Patrimônio Novo, descrita com 3.997.200 m², na primeira transcrição do município¹², foi uma doação, efetivada como de propriedade do Município em 1954, com projeto de parcelamento doado na gestão do então governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), implantada na gestão municipal de Formighieri (1952-1956).

A figura 20, com um detalhe do Mapa de chácaras na Gleba Cascavel, fornecido pelo setor de Geoprocessamento - PMC, demonstra, em azul, a abrangência e o desenho entre o Patrimônio Velho (à esquerda) e o Novo (à direita), ressaltando-se, em amarelo a linha de ligação pela rua Sete de Setembro. Em verde, as nove áreas denominadas de reserva, pertencente ao domínio público do Estado do Paraná, entre outras chácaras, conforme descrito na transcrição do Patrimônio Novo em 1954.

¹² Área denominada na Gleba Cascavel, na Transcrição nº1 do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel-PR, com data de 26 de julho de 1954. A Comarca de Cascavel foi instalada em 24 de junho de 1954 (CASCAVEL, 2015).

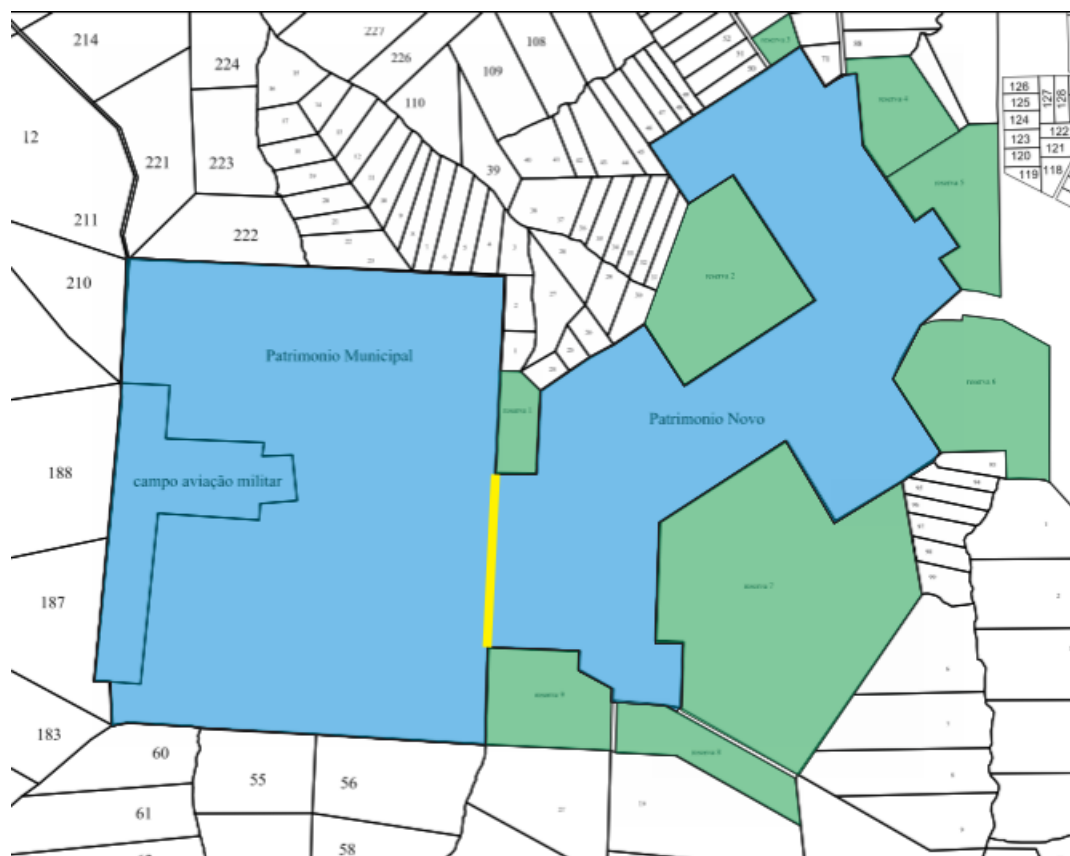


FIGURA 20 - DETALHE DO MAPA DE CHÁCARAS NA GLEBA CASCAVEL
 FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal), 2015. (Org.) a autora, 2015.

Nota-se na figura 20 que a ligação efetiva entre os dois patrimônios é somente em parte. A própria morfologia gerada entre os dois patrimônios contribui para a criação de áreas de vazios urbanos, limitando uma ligação mais efetiva. Uma ligação mais apropriada das áreas ficou prejudicada pela manutenção na configuração de áreas reservadas que ainda permaneceram de domínio público do Estado do Paraná, até sua anulação pela Sentença Governamental de 3 de junho de 1961, publicada no D.O. de n.º. 80, a partir da qual puderam ser vendidas e tituladas à particulares (BRUGNAGO, 2015). Uma destas áreas, a Reserva 7, veio servir na década de 1970 para a implantação do Lago Municipal e para a promoção de uma das primeiras áreas irregulares da cidade.

A única linha de junção dos dois patrimônios, inclusive, teve problemas no ajuste de configuração das duas plantas, visível no cruzamento da rua Sete de Setembro (linha amarela, figura 20).

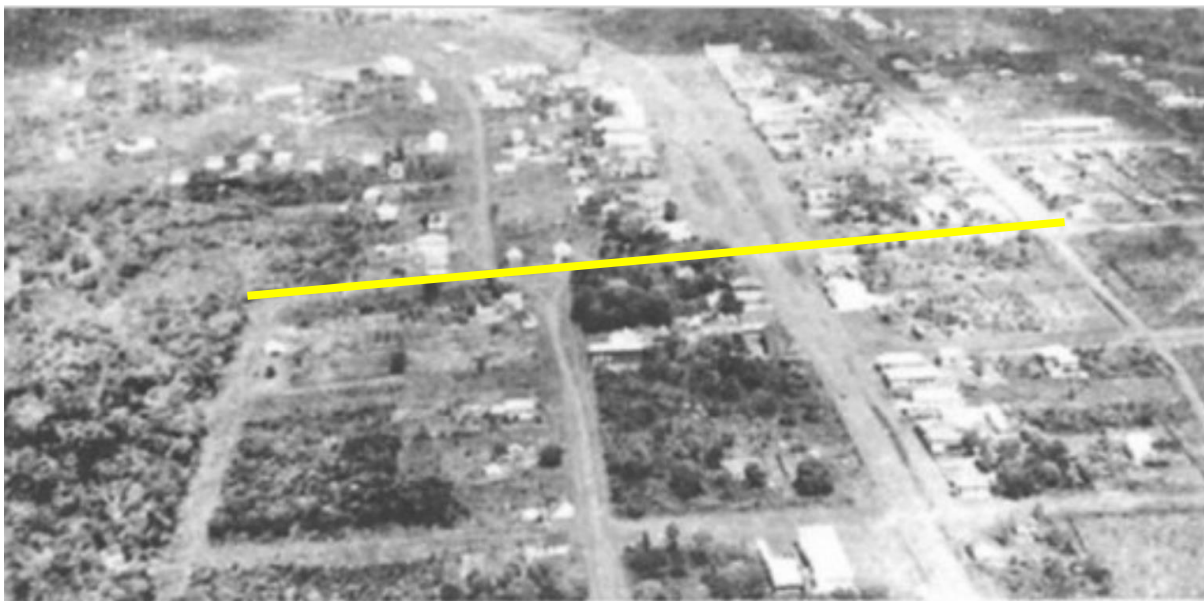


FIGURA 21 - IMPLANTAÇÃO PATRIMÔNIO NOVO E VELHO

FONTE: CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Museu da Imagem e Som,[195?]. - alterado pela autora, 2015.

Na figura 21 apresenta-se a diferença do desenho urbano proposto para o Patrimônio Novo (parte de cima da imagem) com a implantação existente do Patrimônio Velho (parte de baixo da imagem), com ruas desencontradas (GIL, 2015). A linha amarela na figura 21 demonstra a rua Sete de Setembro (antiga rua Moisés Lupion), limite divisor entre os dois patrimônios.

O Patrimônio Novo era produto da iniciativa do governo do Estado de transferir ao novo Município, para uso e comercialização da Prefeitura, uma área loteada, piqueteada e com reservas próprias para futuras repartições públicas, jardins e parques, num total de 2.500 lotes (SPERANÇA, 2007, p.148).

Justifica-se a doação de áreas para o Município, já que, mesmo com o florescimento comercial, os impostos dedicados ao Município eram a menor das receitas que se pudesse contar como arrecadação, pois não havia o aparato fiscal. "A maior parte dos recursos era obtida pela venda direta de lotes pertencentes ao patrimônio municipal, ou mesmo estadual, como foi o caso dos lotes do Patrimônio Novo, loteado pelo Estado e repassados para a municipalidade" (PIAIA, 2013, p.209). A área do Patrimônio Novo vem ao encontro de propiciar arrecadação para a nova Prefeitura Municipal, com a venda facilitada de lotes (SPERANÇA, 2007).

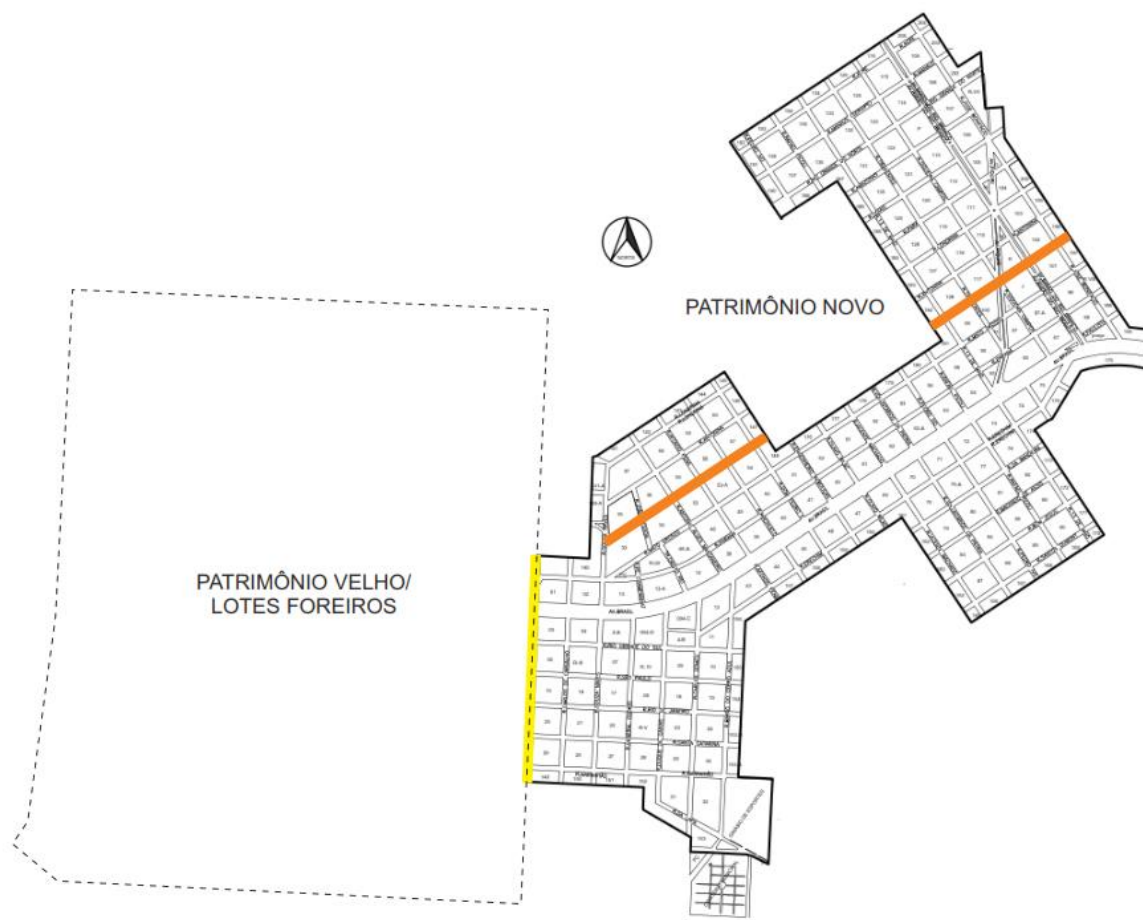


FIGURA 22 - PLANTA PATRIMONIO NOVO - 1952

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal), 1952. (Org.) a autora, 2015.

A figura 22 apresenta a planta proposta ao loteamento do Patrimônio Novo, de acordo com a reprodução baseada em planta o DGTC, de 1952 (CASCAVEL, 1952) e sua ligação ao Patrimônio Velho pela rua Sete de Setembro (em amarelo). Em laranja, identifica-se a rua Minas Gerais, já citada na Lei nº 26/1953. A proposta de alargamento da avenida Brasil e paisagismo viria somente na próxima década, em 1961.

As configurações do Patrimônio Novo (1954), versaram também influência sobre as novas configurações para a planta de Lotes Foreiros do Patrimônio Velho, estabelecidas em 1959. As evidências sobre esta influência para a adequação estão no indicativo numérico das quadras na sequência cronológica de aprovação das plantas do Patrimônio Novo e Velho. A numeração empregada para a nova configuração das quadras do Patrimônio Velho parte da quadra 206 (no canto superior esquerdo da figura 23), seguindo a sequência de numeração dada ao Patrimônio Novo (figura 22), que abrange as quadras entre 01 e 205 (CASCAVEL, 1952). Inclusive, Brugnago (2015) afirma que a ocupação e adensamento ocorreu primeiramente sobre

as subdivisões do Patrimônio Novo, e somente a partir de 1959, com a reconfiguração, ocorre a ocupação na área do pouco próspero Patrimônio Velho.



FIGURA 23 - MAPA PATRIMONIO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, 1959

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal), 1959. (Org.) alterado pela autora, 2015.

Demonstra-se, na figura 23, a configuração constante na Planta Definitiva de Levantamento do Cadastro Imobiliário e Planificação Urbana¹³, aprovado pela Lei Municipal nº 90/1959, do Patrimônio Velho (CASCAVEL, 1959). Agora sendo definido os limites da Rua 7 de Setembro (leste) até a rua Alferes Tiradentes (atual Pres. Juscelino Kubitschek, oeste), e

¹³Esta planta, redesenhada em 1982, tem descrito na prancha também na lei específica nº 90/1959, como de execução do Engenheiro Civil Diógenes Alves Cabral.

da rua Manaus (norte) à rua Cuiabá (sul), configurando aproximadamente 500 ha (DIAS *et al*, 2005). Na proposta, as quadras tomam proporções semelhantes de aproximadamente 110mx110m, com variações até 80m x 110m, diferentemente da anterior planta de lotes foreiros (ver figura 16). A marcação, antes visível na planta de Lotes Foreiros, do eixo ortogonal entre a rua Manoel Ribas (em verde) com a avenida Brasil (vermelho), perde-se frente a criação de vários outros eixos semelhantes (figura 23). Também na figura 23, em azul, tem-se a posição da praça Getúlio Vargas, detentora do Marco Zero da cidade.

Sobre estas mudanças, tornam-se pungentes os comentários de Rolnik (2007): "Os limites precisos do terreno passam a ser importantes quando se trata de a ele atribuir um preço e de registrá-lo enquanto propriedade definitivamente privada e, portanto, definitivamente subtraída da esfera comunal" (ROLNIK, 1997, p.25). Definição precisas entre terrenos e vias, o limite da servidão pública, para a propriedade e capitalização dos lotes para, agora sim, a frente pioneira, foi o que estas transformações a princípio sugerem (MARTINS, 1996).

Brugnago (2015) elucida estas intenções como provenientes do Governo do Estado do Paraná ao apresentar um documento fornecido pelo INCRA, de 1957, com uma Sentença de aprovação de medicação e demarcação da Gleba Cascavel, assinada pelo Governador Moisés Lupion e o Diretor do DGTC. A sentença descreve suas utilidades:

[...] para que o Estado aliene os lotes de que se compõe a gleba, aos requerentes respectivos e habilitados, **a título de compra**, atendidos fiel e plenamente todos os preceitos legais e regulamentares que à espécie sejam aplicáveis, entre os estipulados na Legislação de Terras em execução e efetuados, paralelamente os pagamentos referentes à medição das terras, ao valor das mesmas, da Taxa de Valorização Agrária, criada pela Lei nº 947, de 11 de Outubro de 1952 (BRUGNAGO, 1957, p.100 - grifo nosso).

O documento expressa o interesse em organizar toda a Gleba Cascavel (figura 15), em lotes urbanos e rurais, para o estabelecimento do título de compra e a efetiva cobrança da Taxa de Valorização Agrária criada em 1952. Estas adequações se estendem à municipalidade, com a parceria com o Governo do Estado, as quais não foram simples, e incitaram conflitos quanto a propriedade e titulação da terra urbana e rural como em várias outras áreas de fronteira no Brasil. Na área urbana a problemática do alargamento da faixa de domínio da BR-35 que passava pelo núcleo urbano de Cascavel, a readequação morfológica da planta, em relação a de Lotes Foreiros (figura 16) e a sua nova configuração (figura 23) em 1959 a partir da mercantilização das terras, serão discutidas no próximo subcapítulo.

1.4 LUTAS PELA TERRA

A partir da década de 1950, o contingente de colonos provindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Sudoeste paranaense, com uma pequena quantia de dinheiro, comprava, informalmente, o direito de posse dos posseiros anteriores, ou de supostos agentes do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (PRIORI *et al*, 2012). Ou mesmo, os posseiros que se encontravam na região Oeste, para legitimar a posse da terra, faziam uso do tráfico de influências e do poder político para a liberação de títulos de propriedade junto ao DGTC, na metade da década de 1950, mesmo em áreas em litígio (MYSKIW, 2002).

Piaia (2013), igualmente, relata a facilidade de obtenção, na década de 1950, a recém chegados, de lotes requeridos ao município de Cascavel e doados em regime de aforamento ou pagamento postergado, com a condição de que fosse ocupado, pelo consentimento do primeiro prefeito José Neves Formighieri (1952-1956). O autor (2013) também comenta que, nos anos 1950, o setor madeireiro absorve 80% da mão-de-obra legalizada da indústria da região Oeste, que corresponde a 60% dos empregos não agrícolas da época. Ainda em números absolutos baixos, de 3.900 empregados em 1950, para 12.100 em 1960. Contudo, a maior parte dos empregos, ali não identificados, era informal e estavam nas serrarias clandestinas (PIAIA, 2013).

O número de serrarias multiplicou-se consideravelmente na década de 1960. As serrarias eram responsáveis pelo modo característico na ocupação dos espaços. A produção madeireira organizava-se em torno das grandes serrarias onde se reuniam centenas de trabalhadores, além dos profissionais responsáveis diretamente pelo desdobro da madeira, como: mecânicos, eletricitas, tratoristas e motoristas de caminhão, que dinamizavam a manutenção das oficinas e o transporte da madeira, que seguia para exportação. Toda a massa de trabalhadores que viviam em função das serrarias procedia à formação de pequenas vilas ao seu redor. E algumas dessas vilas alcançaram à condição de bairros, como o bairro Brás Madeiras de Cascavel. [...] (MARIANO, 2012, p.33).

Através das serrarias, há a diversificação de trabalhos decorrentes destas atividades. A expropriação do trabalhador (separação entre o trabalhador e os meios de produção), vindo do campo com mão-de-obra barata e desqualificada, podia entrar em várias fases do processo de industrialização de serrarias, bem como no apoio do comércio local e regional, com o reforço estrutural da BR-277 (MARIANO, 2012). Trabalhadores instalam-se na cidade e o comércio se fortifica em apoio à indústria madeireira. Este comércio se amplia ao setor de serviços, devido a localização estratégica da cidade em relação à rodovia BR-277, de ligação com Foz do Iguaçu ao porto de Paranaguá. Ampliação do comércio se reforça posteriormente também pela

inauguração da Ponte da Amizade em 1965, ligando-se ao país vizinho Paraguai, e ao estado de Mato Grosso (REOLON, 2007a).

Francisco de Oliveira (2013) comenta que o crescimento anterior a expansão industrial do pós-anos 1930 no país, não desenvolveu bases na infraestrutura para que uma expansão industrial rápida e intensa pudesse se estabelecer. Com isto, era tal a carência de serviços, na primeira onda industrial, que, logo em seguida, com a continuidade da expansão industrial, esta vai compatibilizar-se com a ausência de acumulação capitalista prévia, que financiasse a implantação dos serviços, inclusive de formas de produção artesanal (oficinas de todos os tipos) ligadas as atividades industriais, que irá reproduzir nas cidades um tipo de crescimento horizontal (OLIVEIRA, 2013).

A cidade de Cascavel nos anos de 1950 até início da década de 1970 estava no início de sua fase de urbanização. O proletariado que sai da sua morada rural e emprega-se informalmente nas serrarias, neste momento, ocupa as áreas muito próximas ao núcleo urbano, ainda em conformação e sem infraestrutura. Esta condição incita uma ocupação com construções de madeira, ao longo de ruas de chão batido, preferencialmente em lotes ao longo da estrada, além do interesse de acumulação pela posse de terras (PIAIA, 2013).

Como Rolnik (1997) em seus comentários sobre a cidade de São Paulo e aqui transplantados para Cascavel: "De qualquer forma, o crescimento demográfico, a imigração e a presença na cidade de contingentes cada vez maiores de assalariados, artesãos e comerciantes, aliada à disponibilidade de capitais para investimentos, tornavam o mercado de imóveis não só possível como altamente rentável" (ROLNIK, 1997, p.103). Muda-se então a política sobre a aquisição de terras.

Brugnago (2015) apresenta um interessante estudo demonstrando, em mapas, a venda de títulos de lotes rurais (chácaras sub urbanas) da Gleba Cascavel para particulares, emitidos pelo Estado a partir de 1955 (figura 24). Estas vendas foram intensificadas a partir de 1958, e quase atingindo à totalidade da gleba no ano de 1962. Inclusive apresenta a venda das áreas de reserva, antes destinadas às áreas públicas, que com o tempo, conforme foram sendo parceladas, foram sendo ocupadas por clubes e lotes particulares, justamente em regiões valorizadas do Município, circundantes do Patrimônio Novo (BRUGNAGO, 2015). Este foi o mesmo período da reconfiguração urbana do Patrimônio Velho, primeira parte urbana do município de Cascavel.

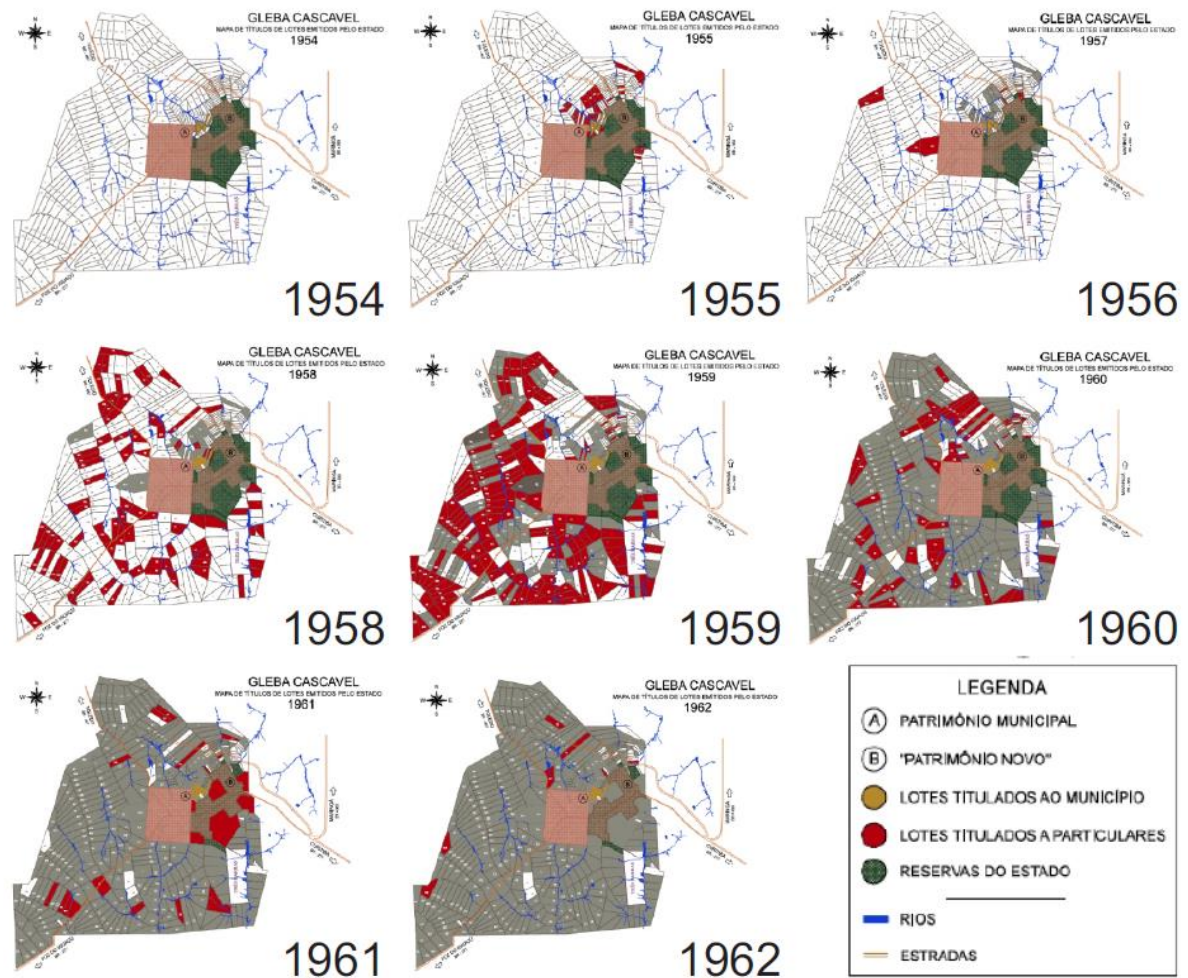


FIGURA 24 - EVOLUÇÃO TITULAÇÃO DE ÁREAS GLEBA CASCAVEL, 1954-1962
 FONTE: Adaptado de INCRA, 196?.BRUGNAGO (Org.), 2015, p.105-110.

Com relação aos lotes urbanos, que nesta época abrange o Patrimônio Municipal Velho e Novo, Sperança (2007) relata problemas de abuso de autoridade e indisposições entre o legislativo e o executivo municipal na gestão do segundo prefeito Helberto Edwino Schwarz (1956-60), envolvendo a manutenção dos interesses locais, conjugados com o do governo estadual, sobre a posse das terras. Sendo necessárias, inclusive, intervenção do exército para apaziguar a situação (SPERANÇA, 2007).

Mariano (2012) apresenta o acirramento dos conflitos relacionados à posse da terra, localmente, que se tornam mais evidente com as eleições municipais de 1960, entre PSD - Partido Social Democrata (situação) e PTB - Partido Trabalhista Brasileiro (oposição). O candidato da oposição, o tabelião Octacílio Mion (PTB) sai vitorioso, tendo como incremento as denúncias, contra seu oponente, sobre manipulação, coação e apropriação de terrenos pela administração, que impôs a regularização da posse de lotes urbanos concedidos em forma de

aforamento. Aqueles que não regularizaram a situação no prazo estipulado, perderam a apropriação dos terrenos.

Os contratos de aforamento adquiridos, desde 1936, época de pertencimento à Foz do Iguaçu, que recaiam sobre terras compreendidas no Patrimônio Velho, foram extintos pela lei municipal nº 79/1957, chamada de Lei dos Terrenos Foreiros (SPERANÇA, 2007). Esta ação mostra-se como o primeiro marco visando a legalidade da titularidade da terra urbana local. Tem em seu conteúdo:

Súmula: Extingue o aforamento que recai sobre terras que constam do patrimônio de Aparecida dos Portos (Patrimônio Velho):

Art. 1º - Fica extinto o aforamento que recai sobre as terras que constituem o patrimônio de Aparecida dos Portos, comumente denominado "Patrimônio Velho", compreende os lotes foreiros de nº 1 (um) a 76 (setenta e seis).

Art. 2º - Os ocupantes de terras na área citada, no artigo anterior, portadores de escritura de aforamento, deverão requerer ao chefe do executivo municipal, no **prazo de 60 (sessenta) dias** a contar da data de publicação da presente lei, a substituição da mesma, pelo título de domínio pleno, mediante o pagamento da importância de duzentos cruzeiros (C\$ 200,00) referente a emolumentos.

Art. 3º - Ficando o prazo estabelecido no art. 2º, não mais serão fornecidas certidões negativas, nem licenças para construção ou qualquer fim, àqueles qual não estejam de posse do título de domínio pleno.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cascavel, 15 de setembro de 1957.

Ass. Helberto Edwiro Schwarz, Prefeito Municipal e Eduardo Della Torre, Secretário (CASCAVEL, 1957 - grifo nosso).

Sperança (2007) aponta a dificuldade encontrada com o prazo escasso de 60 dias estipulados pela lei citada para o requerimento do registro em cartório do título, mediante pagamento de uma taxa, ocasionando um problema social, por não terem como pagar. Mesmo porque as atividades desempenhadas estavam relacionadas a venda de produtos como excedentes da economia de subsistência, e não como produtos cujo preço fosse baseado em custos, ou seja, "[...] os meios de vida do agricultor não são imediatamente estabelecidos pela mediação do mercado" (MARTINS, 1996, p.49).

A lei que versava sobre loteamentos e venda de terrenos, neste momento, era o Decreto-Lei 58/1937, que estipulava o prazo de 30 dias para os proprietários de lotes já pagos, para incorrer ao cartório (BRASIL, 1937). Cascavel passou a dispor de um Cartório de Registro de Imóveis¹⁴, desde o ano de 1954. A partir da constatação destes dados, não há aparente impedimentos ou oportunismos quanto a prazos, ou deslocamentos a outras comarcas, a não ser a destacada problemática financeira de seus adquirentes (SPERANÇA, 2007; DIAS *et al*, 2005).

¹⁴ Hoje, o 1º Ofício de registro de Imóveis da Comarca de Cascavel-PR.

Em entrevista (21/05/2015) com a arquiteta Sônia Bedin Ranghetti, funcionária pública da Prefeitura Municipal de Cascavel desde 1987, que trabalhou no mapa da identificação dos lotes foreiros da cidade a partir de fontes documentais, esta comenta que a possível intenção do prefeito da época, de organizar um novo projeto de planta urbanística da cidade, era dificultada pela configuração dos lotes foreiros. Justificando, assim, a pressa na substituição dos títulos anteriores, para os de domínio pleno, no ano de 1957, para assim proceder a mudança, seguindo a orientação já disposta no projeto de subdivisão do Patrimônio Novo, em 1954. A nova subdivisão é aprovada em 1959 (CASCAVEL, 1959).

Carlos (2007), em nível teórico, indica uma explicação para esta reordenação ao comentar sobre a produção do espaço com a subordinação do solo urbano ao valor de troca, submetendo o uso às necessidades do mercado imobiliário:

A produção do espaço se realiza sob a égide da propriedade privada do solo urbano, onde o espaço fragmentado é vendido em pedaços, tornando-se intercambiável a partir de operações que se realizam através e no mercado. Tendencialmente produzido como mercadoria, o espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Nesse contexto, o espaço é fragmentado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo se redefinem, constantemente, em função da contradição crescente entre a abundância e escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada, e uma nova forma de dominação do espaço, que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado. [...] Assim, sob a forma da renovação urbana, as transformações necessárias para a reprodução do capital aparecem travestidas de necessidade social imposta pelo Estado enquanto "interesse público", criando a representação necessária capaz de dissimular os conflitos de interesses" (CARLOS, 2007, p.75-76).

Como resultado factual da reordenação, Mariano (2012) relata que, "[...] com as desapropriações, os terrenos, antes aforados, de posse transitória, foram sendo comprados e loteados por imobiliárias, resultando na formação de novos bairros. Na contramão destas ações, já não tão pacíficas, também a constatação que a forma de troca da posse, por meio de compra, não foi a única, tem-se o seguinte cenário:

O prazo exequível dado aos posseiros para apresentarem os documentos exigidos foi a estratégia opressiva para a retirada deles de suas respectivas terras, pois as autoridades sabiam que aquelas terras, muitas vezes, eram vendidas ou doadas a contento das relações familiares, de compadrio, trocas estabelecidas pelo apalavrado entre as partes, sem haver a transferência da escritura, e, nessas circunstâncias, a comprovação escriturada era difícil, quando irrealizáveis. Aos posseiros, restava abandonar suas terras, ou a luta armada para defendê-las (MARIANO, 2012, p.29).

O estudo de Mariano (2012) aponta a ocupação por meio de aforamento de áreas centrais no Patrimônio Velho e também denúncia à coação sobre os ocupantes, para deixarem as áreas, na intenção de terceiros forjarem o seu direito à propriedade.

Apesar de não haver comprovação de irregularidades da administração municipal de Cascavel, em dezembro de 1959, na troca de governo, a prefeitura sofre um incêndio criminoso, com a perda de todos os documentos administrativos e legislativos (MARIANO, 2012; PIAIA, 2013). Tal fato representa uma perda documental histórica irreparável.

A situação de violência e coação, na disputa pela terra, não foi exclusiva na cidade de Cascavel, ocorrendo em várias áreas da região oeste e sudeste do estado do Paraná, principalmente sobre a área rural. Criticamente vislumbra-se a utilidade da ação dos jagunços que apresenta-se não só como uma ferramenta necessária para a proteção da propriedade de seu patrão, mas também para a ampliação das mesmas (MYSKIW, 2002).

1.4.1 O Conturbado Oeste: 1960

No final da década de 1950 e início da década de 1960, todas as regiões do estado do Paraná já estavam ocupadas. As terras doadas ou vendidas a colonizadoras já eram ocupadas por posseiros, então, as empresas se encarregavam de sua expulsão (PRIORI *et al*, 2012).

Entre a figura do colono que compra um ou mais lotes para se estabelecer e continuar o processo de ocupação surge a figura do posseiro. Este se instala em área que julga sem dono ou por não serem reconhecidas como de domínio privado pelo Estado ou nem declaradas por alguém – terras devolutas (ITCG, 2008; PRIORI *et al*, 2012).

Piaia (2013) comenta sobre a motivação da ocupação da terra:

A principal motivação dessas pessoas era a existência em abundância de terras livres – *free lands* – sobre as quais não havia maiores dificuldades de reconhecimento da propriedade, desde que a operosidade do homem que a conquistasse fosse demonstrada, quer na forma de cultivo, quer pelas benfeitorias ou pelos cercamentos que fizesse. Esses pioneiros construíram suas moradias rústicas com matéria-prima oriunda da mata, atraindo algumas outras famílias de costumes assemelhados, que acabavam por se estabelecer nas proximidades, sendo que cada um buscava ocupar a terra até onde era possível, ou até encontrar os limites do vizinho. Quando os comerciantes chegavam, atraídos pelas notícias de novos mercados e pela real possibilidade de lucro, muitos moradores mais antigos vendiam suas casas e suas terras e buscavam lugares ainda não explorados, empurrando para adiante a fronteira. [...] Assim é que o homem da fronteira carregava as marcas do individualismo e uma boa dose de rejeição à presença mais efetiva dos governos, como se as forças do Estado significassem uma ameaça à sua liberdade (PIAIA, 2013, p.19).

A segurança de quem comprava a terra estava em seu contrato de compra e venda. Como comenta Piaia: “terras sem documentos eram terras sem dono” (PIAIA, 2013, p.12). “No entanto, muitos litígios ocorreram na área, pelo fato de que muitas posses eram devolutas [com

acesso somente por meio da compra], ou mesmo pela ação de grilagem e má fé das empresas colonizadoras" (PRIORI *et al*, 2012, p.84).

Uma segunda situação é a ocorrência da venda sobreposta da mesma área para vários donos pelas empresas colonizadoras, a revenda por um não dono e a grilagem (falsificação de documentos). Mesmo aqueles pequenos proprietários que haviam adquirido posses das empresas colonizadoras, seja por pagamento integral ou parcelado, passaram a ser ameaçados, expulsos ou mortos por jagunços, como intrusos (MYSKIW, 2002).

A revolta de 1957, na atual região da cidade de Francisco Beltrão, é um exemplo do violento conflito, quando o governo de Moysés Lupion (1947-1950 e 1956-1960) emitiu uma série de títulos sobre a mesma área (PRIORI *et al*, 2012). A disputa judicial perdurou por vários anos, até a intervenção em favor dos posseiros, pelo GETSOP - Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná, criado pelo governo federal, especialmente para solucionar a questão de terras no sudoeste paranaense em 1961 (WACHOWICZ, 2010).

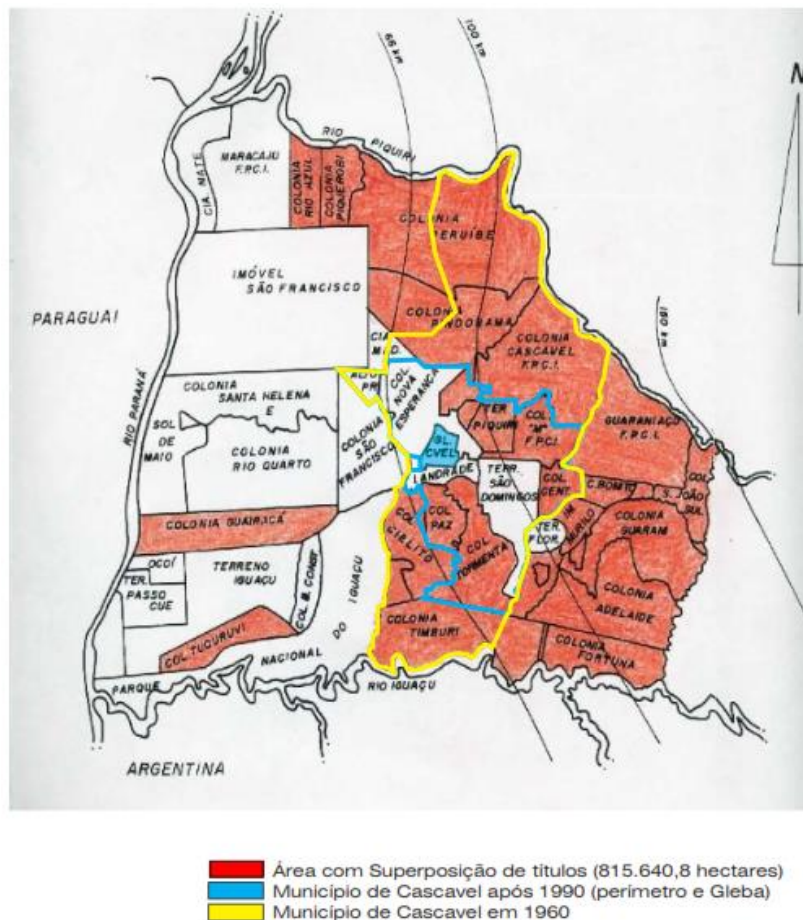


FIGURA 25- ÁREAS COM VENDA MULTIPLA: 1956-1960

FONTE: MYSKIW (Org.), 2002, p.173. Adaptado do Relatório apresentado à Comissão Especial de Estudos da Faixa de Fronteira do Paraná e Santa Catarina pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização - DGTC. Curitiba, 1966. - alterado pela autora.

Na figura 25, apresenta-se um esquema das áreas com venda múltipla pelo estado do Paraná, na segunda administração de Moysés Lupion (1956-1960), com a expedição de títulos de propriedade de terras, mesmo em litígio, identificada em vermelho (MYSKIW, 2002). Em alguns casos, a duplicidade dos títulos estava em conluio entre as empresas colonizadoras com o Estado (MYSKIW, 2002). Identifica-se, no mapa adaptado do relatório do DGTC, a Gleba Cascavel (em azul) e seu patrimônio urbano fora desta condição. Contudo, o município de Cascavel (perímetro identificado no perímetro amarelo, em 1960, e no azul de 1990) abrange, neste período, áreas além da Gleba Cascavel, incluindo-se nesta condição de vendas múltiplas a extensão rural do Município em suas porções Nordeste e Sudoeste.

O estudo de Myskiw (2002) enfatiza a existência de posseiros, não como invasores de terras, mas como os prejudicados da ação irregular de órgãos e do próprio governo do estado do Paraná. Neste sentido, o autor (2002) também aponta que os levantamentos e conflitos armados foram estratégias para chamar a atenção de autoridades, motivadas pela tentativa de manutenção da posse das terras, mesmo de colonos que pagaram por suas áreas.

Com a troca de governo, no âmbito Estadual,

[...] o governo de Ney Braga propôs dar fim aos conflitos agrários no Paraná. Na medida em que os títulos eram tornados nulos, os detentores dos títulos ou documentos que atestassem a propriedade ou a posse de determinada área de terra entravam na justiça reclamando a posse do referido imóvel. Tal ação acarretava, numa espera de anos, até ser julgada a sentença. Na ausência de qualquer meio legal para expedir títulos de propriedade, os grileiros passaram a fazer uso de suas técnicas de manipulação das leis referentes à posse e o uso da terra (MYSKIW, 2002, p.167).

Um outro momento de conflito armado entre posseiros, grileiros e polícia, agora na região Oeste paranaense, foi a revolta de Três Barras do Paraná em 1964, na época, distrito de Catanduvas, colônias que "[...] estavam sendo objeto de disputa judicial entre Paraná e União, por sobre áreas tituladas à BRAVIACO" (MYSKIW, 2002, p.164). "A concessão de terras a mais de um dono, a inexistência de ações por parte do Estado para a resolução dos conflitos de posse, o favorecimento do governo a aliados e a falta de investimentos e infraestrutura básica são alguns dos motivos que levaram aos conflitos agrários" (CHAGAS, 2014, p.877). Os conflitos estavam relacionados com o problema central da propriedade da terra.

Esta estava amplamente ligada ao contexto estadual, pois não se enquadrava apenas na disputa por terras, mas também como fruto de um processo de ocupação territorial confuso e com várias frentes como a frente oficial empreendida pelo Estado, e das companhias colonizadoras e a das populações que ali se estabeleceram de maneira aleatória [...] (CHAGAS, 2014, p.878)

O estudo de Myskiw (2002), aponta que a situação de violência se estabelece sobre grande parte da região do Oeste paranaense. A mesma torna-se decorrente da falta de efeito das situações de denúncia, na tentativa de incitar alguma iniciativa de represália pelos órgãos competentes. Inclusive, esta omissão pelo governo do Estado é julgada como intencional.

No panorama de abundância de terras devolutas e de facilidade de sua obtenção simplesmente com a permanência sobre ela, de posseiros, demonstra a forma de ocupação entre posse e propriedade com resquícios até hoje nas cidades paranaenses.

Diante da miríade de conflitos que envolve a posse de terras, podemos dizer que a colonização do Oeste do Paraná ocorreu de forma 'irregular'. A 'propriedade', 'posse' e 'titulação' se tornaram questões importantes para a efetiva colonização dessa região. Tamanho interesse por terras no Paraná ocorreu num momento em que a questão agrária, principalmente da reforma agrária, estava no centro de uma discussão nacional. Havia o desejo dos posseiros de permanecerem na terra, os interesses maiores das empresas colonizadoras, a questão da ilegalidade da terra ocupada e também o direito de quem já havia pagado pela sua terra, além das disputas nos tribunais estaduais e federais em torno das denominadas terras devolutas. Todos esses interesses, muito contraditórios, se chocavam e acabavam inevitavelmente gerando conflitos, muitas vezes intensos e violentos (PRIORI *et al*, 2012, p.87).

A situação de violência, a rural muito maior do que a urbana, diminui com o advento do regime militar (1964-1985), e vem a continuar, em menor ritmo até o início dos anos 1970 (PIAIA, 2013). Na ação conjunta do INCRA e do DGTC, na década de 1970, a preferência à posse da terra era aos que nela trabalhavam e dela dependiam (MYSKIM, 2002).

A modernização das relações sociais, baseada na intermediação plena do mercado, certamente contribuía para roubar espaço das ações não respaldadas pelo ato jurídico, e, nesse aspecto, foi de decisiva importância a presença do Estado como mediador dos conflitos (PIAIA, 2013, p.241).

Convém destacar que conforme o ITCG (2008, p.13): "Nas regiões de colonização recente (norte e noroeste do estado, p. ex.), onde, em regra, o caráter devoluto da terra não fora contestado, os resultados obtidos chegaram a ser positivos". Isto é, em regiões que se apresentavam com documentação mais organizada por outras colonizadoras, as situações não foram contestadas. O mesmo comenta Priori *et al* (2012), mas no sentido de que o saldo positivo foi no aumento e desenvolvimento da população e na infraestrutura regional, na organização do espaço.

1.5 ADENSAMENTO E URBANIZAÇÃO

A partir da metade da década de 1960, a política de democratização da posse da terra estava esquecida. Agora privilegiava-se seletivamente a produção de produtos primários para exportação, ingressando com o cultivo da soja na região Oeste (PIAIA, 2013). Estas são ações que potencializam as mudanças econômicas de reflexo sobre todo o país.

O golpe de Estado de 1964 foi um abalo sísmico no sistema político, que já acusava o deslocamento de atores centrais, como a burguesia industrial nacional e o proletariado como subsidiário da estrutura de poder. Mas o golpe não significou a mudança de “modelo”, senão que as exigências do processo da acumulação da industrialização substitutiva requeriam radicalização do controle do novo ator fundamental – o operariado – e uma acumulação primitiva ainda mais profunda (OLIVEIRA & RIZEK, 2007, p.19).

As condições necessárias para a expansão do mercado interno, orientando o processo de acumulação da empresa industrial, com baixos coeficientes de capitalização através da expansão da ocupação, encontra-se com suas condições institucionais formadas a partir do Estado Novo (1937-1945) e com ideologia keyniziana empregada no Plano de Metas (1956-1960) (OLIVEIRA, 2013; IZEPÃO, 2013). A concepção desenvolvimentista baseada na teoria keynesiana, se explica:

Em sua composição figuram em lugar de destaque tanto a noção de que o Estado deveria ser o agente indutor do crescimento industrial, quanto a ideia de que a efetiva independência econômica requeria a industrialização. A intervenção do Estado na economia, em que pesem às críticas de segmentos identificados com o Liberalismo, firmou-se de forma consistente como resultado da Crise de 1929. A crise, de fato, ao quase inviabilizar o funcionamento da economia de mercado – e isso em nível mundial –, derrubou as resistências políticas, baseadas na defesa política do liberalismo, que se opunham à intervenção estatal. O apelo em prol da industrialização ganhou ressonância com a crise e se tornou quase hegemônico ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-45). No caso latino-americano, dois fatores parecem ser decisivos nesse processo: a deterioração dos termos de troca entre periferia e núcleo do capitalismo e a ressonância da proposta elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) [de substituição de importações pela proposta de industrialização]. [...] Essa proposta tinha um irresistível apelo nacionalista: construir uma indústria nacional, que tornasse o país menos dependente (ou mesmo auto-suficiente) de importações e mais capaz de se equipar para defender a si mesmo das ameaças externas (OLIVEIRA, 2002, p.46).

"A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se firmou de tal modo que a face já não precisa de máscara" (OLIVEIRA, 2013, p.34).

Francisco de Oliveira (2013) em análise econômica sobre a CEPAL e dos modelos desenvolvidos a partir dela, apresenta a dualidade existente entre o setor desenvolvido e o atrasado como uma oposição somente formal, na verdade, tido como uma unidade de contrários

– em simbiose. Trata o subdesenvolvimento, análise corrente na época, como uma produção da expansão capitalista e também reserva de sua acumulação primitiva, e não simplesmente histórica. O autor (2013) tece críticas quanto a política de governo de Juscelino Kubistchek (1955-61) ao visar o desenvolvimento forçando da aceleração da acumulação do capital pela intervenção do Estado na economia, sob as intenções do Plano de Metas (1956-1960). O plano vislumbra desenvolver a indústria de base, construir estradas e hidrelétricas, mas também, em contraponto, penalizar a inclinação agrário-exportadora em custos e rentabilidade de empréstimos do expoente café (OLIVEIRA, 2013). Como resultado há a passagem econômica da base agrário-exportadora do país, para a urbano-industrial em 1960.

1.5.1 O planejamento do Paraná: estruturação

Enquanto outros estados do Brasil se industrializavam, o Paraná adensava em população, entre os anos de 1950 e 1960, através dos processos de colonização e migração. Em 1960, há um salto populacional, com mais de 4,2 milhões de habitantes, e o Paraná ocupa o 5º lugar no Brasil. Aumento proveniente da intensa corrente migratória interna proveniente de outros estados (TSCHÁ *et al*, 2010). Dos atuais 399 municípios paranaenses, tem-se que mais da metade destes surgem entre os anos de 1950 e 1960. Somente nos anos de 1952, são 41 novos municípios criados; em 1955 o total de 32; e, em 1961, foram 81 os municípios criados no estado. Aumento advindo da intensa corrente migratória de outros estados (IZEPÃO, 2013).

Apesar do salto populacional em todo o Estado, ainda se mantinha a política das oligarquias da região Sul que atrasaram a continuidade de desenvolvimento em infraestrutura ferroviária pelo interior do Paraná, a fim de evitar uma possível perda hegemônica. Somente para manter a integralidade territorial do estado, tendo o de São Paulo como uma ameaça, é que se programa uma racionalização em atendimento às orientações para a industrialização, já descompassada do resto do país (IZEPÃO, 2013).

Dennison Oliveira (2002) afirma que é possível perceber no início da década de 1960 a preocupação das elites paranaenses com a efetivação de um projeto de desenvolvimento econômico baseado na industrialização e na revisão da vocação agrícola do Paraná. Mesmo que neste instante o Paraná se apresentasse como o maior exportador de café do Brasil, e mantendo várias frentes de colonização. Preocupava a ligação econômica com a cafeicultura paulista, a obtenção de produtos industrializados de São Paulo e também, o escoamento do café pelo Porto de Santos. O chamado Perigo Paulista, que representava a perda de áreas para o estado de São

Paulo, é descrito nos relatórios do GEAAIP – Grupo de Estudos para as Atividades Agroindustriais do Paraná, embrião do atual Iparides – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IZEPÃO, 2013).

A resposta à evasão de divisas (tanto por meio da compra de mercadorias industrializadas, quanto pelo escoamento do café paranaense pelo Porto de Santos) foi o surgimento de uma versão paranaense da ideologia Desenvolvimentista. Noções tomadas de empréstimo à terminologia Cepalina e Desenvolvimentista, como satelitização, periferia, dependência, etc., configuram uma transplantação do quadro teórico criado para entender as relações entre as diversas partes do sistema capitalista no plano mundial para o cenário interno brasileiro (OLIVEIRA, 2002, p.48).

Na proposta de reestruturação administrativa do Plano de Desenvolvimento do Paraná (1964-1970) o projeto de industrialização do Estado preconizava a promoção do desenvolvimento econômico sem evasão de suas divisas, quanto o de uma integração territorial da já apresentada fragmentação e perigo iminente de divisão de partes do território no Sudoeste devido aos conflitos existentes.

A partir da ideologia de necessidade desenvolvimentista assumida pelo Paraná nas medidas de racionalização tomadas pelo plano de governo de Ney Braga (1962-1967), a partir de 1963, refletem o mesmo atendimento às prioridades definidas pelo Plano de Metas, governo JK, e os sucessivos governos militares (1964-1985), na propulsão do desenvolvimento econômico, formulados pela SAGMACS¹⁵, consultores seguidores da CEPAL (OLIVEIRA, 2002).

A formação cepalina foi repassada aos técnicos de planejamento paranaense, o que resultou na transposição das ideias da teoria de trocas desiguais para a interpretação econômica do Paraná, mesmo sem grandes dados sobre suas condições socioeconômicas. (IZEPÃO, 2013). O estudo procurava "[...] identificar os problemas sociais ligados à produção e à ocupação territorial, além das deficiências quanto à diversificação da produção" (FERREIRA, 2014, s.p.).

No Estado, cria-se uma extensa administração paralela, para contornar a ineficiência da administração pública, sendo estas: "[...] a Café do Paraná (agropecuária), a Fundepar (educação), Sanepar (água e esgoto), a Telepar (telecomunicações), a Celepar (informática), a Cohapar (habitação) e a Codepar (fomento econômico)"(AUGUSTO *apud* OLIVEIRA, 2002, p.46). A criação da CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, no ano de 1962, idealizada com influência da CEPAL, e alavancada pelo Fundo de

¹⁵ Criada no Brasil em 1947, com sede em São Paulo, "[...] a SAGMACS foi uma instituição de estudos e pesquisas com foco no planejamento urbano e regional e no desenvolvimento econômico e social, constituindo um organismo vinculado e influenciado pelo grupo francês Mouvement Économie et Humanisme"[...] (CESTARO, 2010, p.1).

Desenvolvimento Econômico – FDE, gerido por ela mesma, foca-se, na década de 1960, para a criação de infraestrutura (energia elétrica, transportes e telecomunicações) propícia à industrialização, quanto para o financiamento direto às indústrias (OLIVEIRA, 2002; FERREIRA, 2014). O resultado destes investimentos é a expansão da malha rodoviária do Estado garantindo o escoamento da safra de café se desse pelo Porto de Paranaguá.

A política de ampliação das fronteiras agrícolas do governo federal, com a facilidade de crédito de financiamentos justificados no Alimentos para o Mundo, conseguia-se financiamentos para a mecanização agrícola visando acelerar o grau de acumulação (PIAIA, 2013). Persegue-se uma política de incremento das exportações, a mecanização e o uso de insumos agrícolas. Privilegia, seletivamente, a produção de produtos primários para exportação, ingressando com o cultivo da soja na região Oeste, com o aumento da produção por grandes latifundiários. Esta realidade se apresentava para poucos, já que se observa o aumento dos trabalhadores temporários, anteriormente colonos (FERREIRA, 1985; OLIVEIRA, 2002). No meio rural, os minifúndios se incorporaram às médias e grandes propriedades, com métodos modernos de exploração da monocultura e com necessidade de reduzida mão-de-obra (OLIVEIRA, 2002).

Devido a consolidação e participação da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, fundada em 1954, as empresas autoprodutoras de energia não tiveram que aumentar a sua participação no suprimento de eletricidade mesmo com o aumento de consumo energético industrial, a partir de 1963. Nos anos de 1970, época de crescimento industrial, a COPEL, mostra-se responsável pelo fornecimento de energia a este setor, com a execução de uma política de construção de hidrelétricas (OLIVEIRA, 2002). "Dessa forma, a empresa pública conseguiu reduzir – se não eliminar – a necessidade de vultosos investimentos, por parte dos empresários privados [antes obrigados a garantir, por si só, o seu próprio abastecimento], na autogeração de energia elétrica" (OLIVEIRA, 2002, p.50).

A manutenção, ampliação e combinação do padrão primitivo da produção agrícola, com as novas relações de produção no setor agropecuário tem repercussão no setor urbano, com o crescimento industrial e de serviços: seja fornecendo contingente de força de trabalho, seja no fornecimento de alimentos à baixos custos (OLIVEIRA, 2013).

Em Cascavel, na primeira administração do Octacílio Mion (1960-1964), em 1962 é inaugurada a usina hidrelétrica do rio Melissa, a primeira da região, com recursos destinados na gestão do prefeito anterior (PIAIA, 2013). Desde o ano de 1953, a geração de energia da cidade se dava por motor estacionário, movido a diesel (SPERANÇA, 2007). Também há a

criação da primeira cooperativa agrícola em 1963 (SPERANÇA, 2007). Estas concepções de novas dinâmicas trazem consequências para a expansão urbana da cidade de Cascavel.

1.5.2 Égide modernizadora

Em Cascavel, sob a administração do Octacílio Mion (1960-1964 e 1969-1973), prefeito que "restaurou a prefeitura das cinzas", como dito por Sperança (2007, p.217) e político citado por Piaia (2013, p.180) como de "visão modernizadora e progressista", sobre esta égide, em 1963, aprova-se a nova planta da cidade pela Lei Municipal nº 251/1963, considerando Patrimônio Velho e Novo unificados (CASCAVEL, 1963).

A planta da cidade de Cascavel, de 1963 (figura 25) mostra a ligação entre Patrimônio Velho (verde) e Patrimônio Novo (azul), bem como identifica a avenida Brasil (amarelo) e a avenida Foz do Iguaçu (vermelho). Conjuntamente, os patrimônios somam uma área aproximada 845 ha de área parcelada, e 1.000 ha de perímetro urbano (CASCAVEL, 2011). O estabelecimento destas plantas foram, até este momento, ações conjuntas do governo Estadual e Municipal.

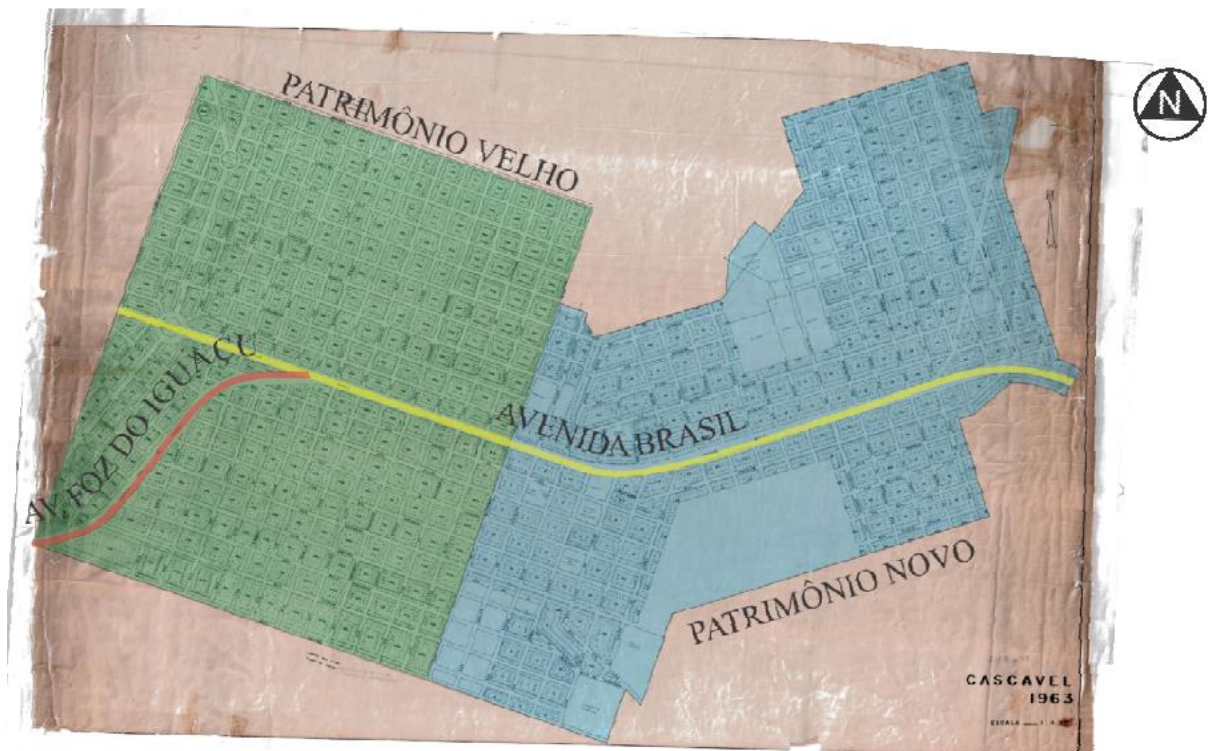


FIGURA 26 - PLANTA BASE DA CIDADE DE CASCAVEL - 1963
 FONTE: GIL, L.S. (Org.), 2015, p.66. Adaptado de Sperança, 1992. SEPLAN, 1963.

A planta decorrente (figura 26), é dotada de planos simétricos e previsão de ruas largas, com 20 metros de largura, vislumbrando o ícone do progresso - o automóvel (PIAIA, 2013; DIAS *et al*, 2005). Sobre a via principal houve um projeto de intervenção e revitalização que teve como uma das intervenções o alargamento da avenida Brasil, que passou a ter três pistas, sendo a pista central a da BR-35 e as laterais de uso urbano (GIL, 2015). O projeto foi proposto pela equipe do arquiteto Gustavo Gama Monteiro, em 1961, contratado da capital paranaense, Curitiba (CASCAVEL, 1961).

Para demonstrar o crescimento da cidade de Cascavel e sua estrutura viária, apresenta-se fotografias do final da década de 1950 e início de 1960.

A imagem de 1959 (figura 27) mostra a igreja Santo Antônio isolada entre duas vias. Uma delas, à direita, a extensão da Av. Brasil, como acesso ao aeroporto, e a outra, à esquerda, o caminho para Foz do Iguaçu, com a avenida de mesmo nome. Em primeiro plano, a Praça Getúlio Vargas com o marco zero da cidade à direita. Um projeto paisagístico para essa praça foi inaugurado em 1966 (GIL, 2015).



FIGURA 27 - PRAÇA GETÚLIO VARGAS - 1959

FONTE: CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Museu da Imagem e Som, [1959]. - alterado pela autora, 2015.

A foto da figura 28, sem data definida, mostra, em outro ângulo, a igreja Santo Antônio, à esquerda, isolada entre as duas vias (Av. Brasil e Av. Foz do Iguaçu). Também observa-se, no canto inferior da imagem, o parcelamento das quadras, para além do marco visual da igreja, limite identificado na figura anterior. Possivelmente a imagem (figura 28) seja

da segunda metade da década de 1960, devido à constatação, ao centro da imagem, do projeto da praça Getúlio Vargas, de 1966, já executado (círculo branco) (GIL, 2015).



FIGURA 28 - FOTO CIDADE DE CASCAVEL - DÉCADA 1960

FONTE: CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Museu da Imagem e Som, [196?]. - alterado pela autora, 2015.

Na segunda gestão de Otacilio Mion (1969-1973), com o desvio da rodovia BR-277 do núcleo urbano da cidade de Cascavel concluído, houve a execução do projeto na grande dimensão das três pistas avenida Brasil. Este insere, ao longo da via central, estacionamentos e jardins, dando novos ares à cidade no início da década de 1970 (GIL, 2015).

Sobre estas ações, é possível fazer uso das análises históricas de Flávio Villaça (2010) sobre, primeiramente, os planos de embelezamento urbano, utilizados nos discursos propagandísticos das remodelações da fisionomia da cidade do Rio de Janeiro, até a década de 1940, de ideologia de origem renascentista. Atribui como estratégia a erradicação da população trabalhadora que ainda residia nas áreas centrais, para um atendimento aos interesses especulativos para estas áreas altamente valorizadas. Em um segundo momento, os planos de infraestrutura começam a ofuscar as obras de embelezamento. A cidade bela dá lugar à cidade eficiente, passa-se da cidade do consumo, para a de produção. Nos dois casos permanece o interesse imobiliário e não a resolução dos problemas das grandes massas. Neste sentido, mantém-se um atendimento lateral ao transporte individual e aos interesses imobiliários a eles ligados: no caso de Cascavel, novas e largas avenidas. O apelo ao embelezamento, não se desvincula do remodelamento do sistema viário do centro da cidade (VILLAÇA, 2010).

Em Cascavel, além da implantação e investimentos em infraestrutura de revitalização da avenida principal, a partir da configuração estabelecida entre a ordenação de Patrimônio Novo e Velho, durante a década de 1960 são aprovados mais 31 loteamentos que, não necessariamente, seguiram o eixo da avenida Brasil (CASCAVEL, 2014). A expansão é resultado conduzido pela iniciativa privada.

Para obter uma situação dos anos de maior intensidade de criação de loteamentos residenciais ou conjunto habitacionais, que, não necessariamente, conseguiram sua aprovação no mesmo ano, foram organizados, em dados quantitativos, a relação de protocolos do setor de aprovação da Prefeitura Municipal (CASCAVEL, 2014). Para obtenção do quantitativo das áreas parceladas, configurada em novos loteamentos, conforme sequência de protocolos, usou-se como referência as áreas constantes como de limite dos loteamentos, conforme mapa base da cidade de Cascavel-PR (CASCAVEL, 2011).

TABELA 01 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 1960

ANO	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	TOTAL
Número loteamentos protocolados	1	3	5	5	5	3	2	2	5	31
Área loteada (ha) (1 hectare=10.000 m ²)	45,43	89,36	280,97	244,27	227,51	19,09	9,71	11,70	67,91	1.014,70

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento, 2011 e 2014. (Org.) a autora, 2015.

A tabela 01 indica as quantidades de loteamentos, com fins habitacionais, protocolados ano a ano. Também, o somatório da área destes, a ser parcelada no ano, em hectares. Com isso, observa-se que os anos de maiores investimentos na produção de novos loteamentos estão entre os de 1963 à 1965. Estes, só atingem a mesma quantidade de protocolos, no número de cinco, no ano de 1969, contudo, em áreas reduzidas, comparando-se ao somatório dos anos anteriores.

Como parte da justificativa da redução, em número e área, de loteamentos, Sperança (2007) contribui ao destacar o período de recessão que atinge o Paraná, sentido a partir de 1966, reduzindo as possibilidades de desenvolvimento, mesmo que este seja um "[...] período de grande necessidade de expansão dos serviços urbanos, em razão do crescimento populacional" (SPERANÇA, 2007, p.223). Também é nesta época que o Município dá a emancipação às áreas de seus distritos: Capitão Leônidas Marques (1964), Alvorada do Oeste (1964) e Nova Aurora (1967) (SPERANÇA, 2007), ainda seguindo a lógica de criação de novos municípios.

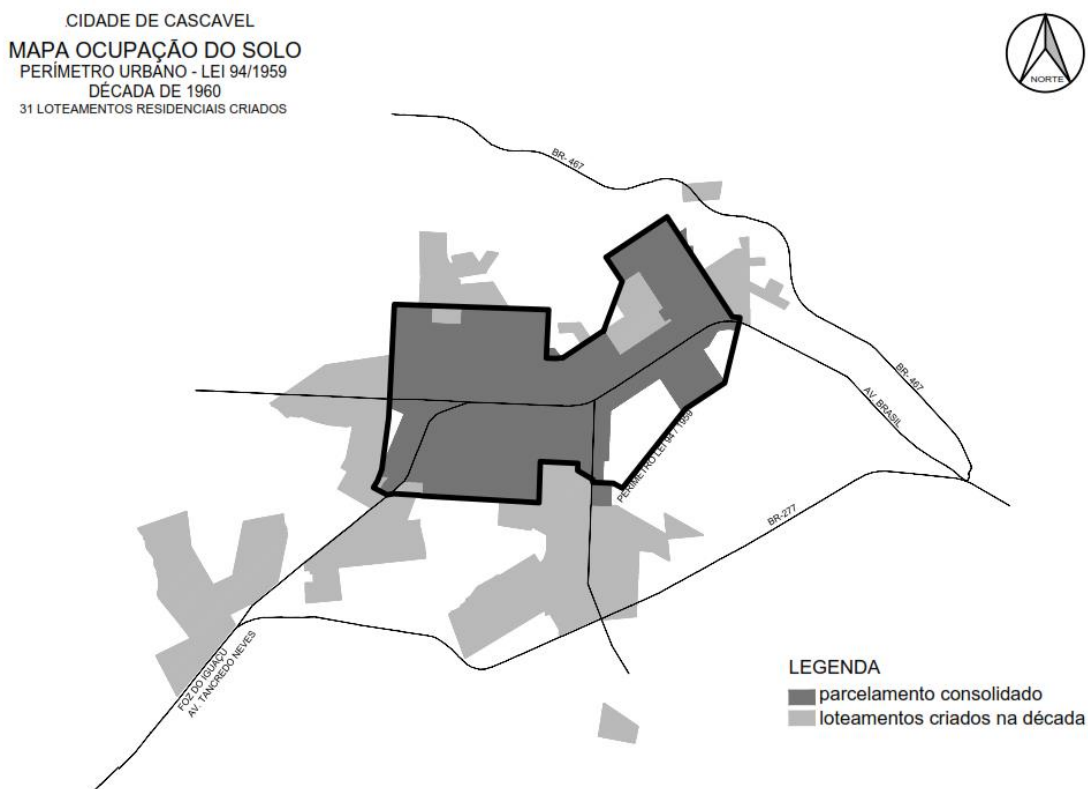


FIGURA 29 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO - DÉCADA 1960

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento, 2011 e 2014. (Org.) a autora, 2015.

Na figura 29, observa-se o mapa de ocupação do solo, em cinza escuro, a área consolidada dentro do perímetro urbano dado pela Lei Municipal nº 94/1959, delimitado em preto (CASCAVEL, 1959), e, em cinza claro, os novos loteamentos criados e aprovados pela prefeitura durante a década de 1960, conforme relatório de Loteamentos de 1961-2014 (CASCAVEL, 2014). Todos os 31 loteamentos são regulares e tenderam a se situar na extensão da Avenida Foz do Iguaçu (posteriormente, em 1985, denominada de Av. Tancredo Neves) e Carlos Gomes (criada no Patrimônio Novo), mesmo pela influência da ligação com o a BR-277, desvio da BR-35, entregue em 1969 (GIL, 2015). Contudo, a maioria deles estão fora do perímetro urbano estabelecido em 1959.

Ao final da década de 1960, Cascavel, na área urbana da sede, conta com os aproximadamente 845 hectares (844,71 ha) entre Patrimônio Velho e Novo, aprovada na nova distribuição da planta da cidade pela lei nº 251/1963 (CASCAVEL, 1963). Também juntando-se a esta composição, com mais 1.000 ha, em área aproximada, da soma das novas áreas parceladas para residências, conforme demonstrado na tabela 01. Consta-se que a cidade mais que duplicou a sua área urbana parcelada nesta década.

2 ASSENTAMENTOS IRREGULARES E CLANDESTINOS

O objetivo desta segunda parte da dissertação é evidenciar a evolução da criação de loteamentos na sede do município de Cascavel e o surgimento dos assentamentos irregulares/clandestinos, objetos deste estudo. Para uma melhor compreensão, estes são organizados e demonstrados em mapas multitemporais, tendo como pano de fundo as situações político-econômicas do contexto nacional, vivenciadas nas cidades brasileiras a partir da década de 1960, seguindo a lógica da expansão do capital. No levantamento dos dados, utiliza-se dos Relatórios de Loteamentos (1961-2014) do setor de Parcelamento do Solo, com as datas de protocolo e aprovação cadastrados na Prefeitura Municipal de Cascavel ano a ano (CASCABEL, 2014). E, também os relatórios do setor de Regularização Fundiária, com históricos de documentação dos projetos das áreas (CASCABEL, 2015). Ambos foram formulados pelos técnicos da Secretaria de Planejamento do município de Cascavel, conjugado com as informações contidas no Plano Municipal de Habitação (CASCABEL, 2012).

Como justificativa a estes levantamentos e apreciações, utiliza-se as afirmações de Carlos (2007):

A análise da morfologia da cidade revela uma dimensão que não é apenas espacial, mas também temporal, ao mesmo tempo em que, aponta uma profunda contradição nos processos de apropriação do espaço pela sociedade. Isto ocorre porque o espaço urbano é produto da materialização de relações sociais que se realizam - em um determinado momento - enquanto emprego de tempo. Essa indissociabilidade tempo-espaço ganha dimensão quando analisada através da medição do **uso**, que revela os modos de apropriação (CARLOS, 2007, p.55).

Através dos mapas multitemporais da expansão da cidade, e em menor escala, as áreas irregulares e clandestinas individualizadas, são analisadas como processo de apropriação do espaço pela sociedade, já que "[...] na análise geográfica, o tempo se revela no modo de apropriação do espaço, através do uso do espaço como condição de realização da vida humana" (CARLOS, 2007, p.55). Nesta dissertação, limitado ao uso habitacional de interesse social.

2.1 POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CIDADES MÉDIAS

Entre as décadas de 1960-70 a industrialização paranaense é vinculada ao beneficiamento de produtos agrícolas como a erva-mate, a madeira e o café. Várias cidades do Norte do Paraná surgem a partir das atividades de suporte à cafeicultura e sua comercialização,

beneficiamento e transporte, entre outros serviços de manutenção e intermediação financeira. Estas culturas começam a dar sinais de esgotamento no início da década de 1960 (OLIVEIRA, 2002). Devido à depressão econômica entre 1961 e 1968, e também a concorrência do mercado externo, o pagamento das dívidas das empresas torna-se deficitário, exigindo outras medidas (OLIVEIRA, 2002).

O papel da CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná, no financiamento da infraestrutura para apoio à implantação da indústria, é reconhecido de êxito (OLIVEIRA, 2002). Contudo, em seu apoio direto às indústrias, no primeiro momento, o financiamento se deu apenas às indústrias localizadas no Estado, ou com sedes transferidas, e também às que não fossem monopólios. O intuito era alavancar um processo de substituição de importações e promover a autossuficiência industrial do Paraná, privilegiando o financiamento das pequenas e médias empresas locais (REOLON, 2010). Mas devido a anterior vocação do Estado, a CODEPAR acaba por financiar as indústrias produtoras de bens de consumo, com tendência à concentração industrial na região de Curitiba, com predomínio até os anos de 1960 (OLIVEIRA, 2002).

Na primeira fase da industrialização, o modelo desenvolve-se concentracionista, e na segunda etapa da expansão, já com uma concentração de renda que torna consumíveis os produtos, vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital (OLIVEIRA, 2013).

Na década de 1970, a orientação de financiamento da industrialização sofre mudanças radicais com a transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP (OLIVEIRA, 2002). Na CODEPAR, a base de sustentação era a tributária estadual, diferentemente do BADEP, dependente do repasse de recursos no plano federal, ou dos captados no exterior, de maior vulto. Somadas as condições de preexistência de infraestrutura de transporte e energia, nos anos 1970, anos do milagre brasileiro (1967-1973), há conjuntura para o expressivo crescimento industrial no Paraná (OLIVEIRA, 2002).

Renunciando a qualquer veleidade de competir com o núcleo do capitalismo industrial (São Paulo) em todo e qualquer ramo, e desistindo dos intentos de “democratizar” o capitalismo, o Badep irá priorizar na sua política de financiamentos as empresas dos ramos de atividade nos quais o Paraná apresentava **evidentes vantagens comparativas** com relação a outros estados da Federação, bem como que tivessem uma dimensão na sua escala de produção capaz de suportar a concorrência. Dessa forma, abriu-se oportunidade para o financiamento de grandes empresas, pertencentes a setores oligopólios, geralmente de capital estrangeiro, ou a ele associadas. Dois setores foram, então, os privilegiados no novo enfoque: as empresas de bens de capital e bens intermediários afetas **à indústria pesada e à própria agroindústria**. [...] E, no caso da agroindústria, relevaram-se as vantagens comparativas das quais era detentor o Estado do Paraná, já então um grande produtor de soja, madeira e carne. (OLIVEIRA, 2002, p.53 - grifo nosso).

Nos anos 1970, tem-se então, os dois setores privilegiados em financiamentos: a indústria pesada e a agroindústria. A última por suas vantagens na concorrência com outros estados na produção de soja, madeira e carne (OLIVEIRA, 2002).

O Caderno de História do Paraná, organizado por Denisson Oliveira (2002) apresenta as distribuições setoriais da indústria no estado em três regiões industriais: Curitiba (bens de consumo duráveis e de capital); Ponta Grossa (complexo agroindustrial); e a de Londrina (bens de consumo não-duráveis). Considera a de Curitiba a mais importante na década de 1990, responsável por 53% da arrecadação do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (OLIVEIRA, 2002). Já Reolon (2010), considera que a distribuição citada permanece até o ano de 1975, havendo também uma outra reconcentração espacial do parque industrial paranaense. As primeiras ações de planejamento executadas pelo governo do Paraná que ocorreram em função do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no início da década de 1970, reorienta as duplas de cidades: Curitiba-Ponta Grossa; Londrina-Maringá e Cascavel-Toledo (REOLON, 2007a, p.113).

Reolon (2010) em sua análise sobre a desconcentração espacial das unidades de produção industrial, antes excessivamente concentrado no Sudeste brasileiro, aponta que este "[...] foi um processo perseguido pelo Governo Federal a partir do início da década de 1970, mediante a implementação de consecutivos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), cujos objetivos, dentre outros, previam a redistribuição do parque industrial nacional [...]" (REOLON, 2010, p.148). Amorim Filho e Serra (2001) complementam que:

A diminuição nos desníveis regionais de produtividade do setor industrial nunca foi propriamente um objetivo da política de desenvolvimento urbano e regional. Na verdade, antes de se preocupar com isso, o interesse dos *experts* da década de 70 parecia ser o de compatibilizar as políticas de desenvolvimento regional com a necessidade de manutenção de uma elevada taxa de crescimento para a economia nacional." (AMORIM FILHO E SERRA, 2001, p.14)

Sob o aspecto de desconcentração espacial da produção dos PNDs, estes visavam não somente os desníveis de produtividade das regiões brasileiras, mas a elevada taxa de crescimento para a economia nacional como um todo (REOLON, 2010; AMORIM FILHO E SERRA, 2001). Tendo em vista estudos¹⁶ apontando que o tamanho urbano e a localização espacial não afetam substancialmente a produtividade industrial, o que indicam uma possibilidade de deslocamento do parque industrial, para uma nova localização, sem perda sensível de eficiência ou ritmo econômico (AMORIM FILHO & SERRA, 2001).

¹⁶ Andrade *et al* (2001) cita os estudos de Boisier, Somlka e Barros (1973) como estudos de orientação às políticas de desenvolvimento regional.

As consequências requeridas estavam entre o desenvolvimento de interações espaciais por todo o território, e a integração de regiões no projeto do regime militar - Brasil Grande. Para isto implementou-se uma política de instalação de bens intermediários e de usinas hidrelétricas, em pontos estratégicos da periferia produtiva nacional (REOLON, 2010).

A partir de 1977, as ações de planejamento do governo do Paraná mudaram, ao alinhar a sua estratégia de desenvolvimento espacial ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e ao, [...], Programa para as Cidades de Porte Médio (PCPM) desenvolvido pelo governo federal. De acordo com Sahr (2001), fora criado o PCPM, cujos objetivos previam a desconcentração das atividades econômicas em direção às cidades de porte médio do estado (REOLON, 2007a, p.113).

Estas análises de Reolon (2007a) apontam uma política intencional nas esferas nacionais e federais para o desenvolvimento de cidades de porte médio, ao final da década de 1970. Momento decisivo na reconcentração espacial do parque industrial estadual, em que a região de Cascavel, não estava fora deste planejamento (REOLON, 2010).

Denisson Oliveira (2002) em análise sobre as décadas de 1970-1980 comenta a nova proposta política focada no crescimento populacional das cidades existentes e percebida na redução de criação e implantação de novos núcleos urbanos e na mudança na política de crédito rural para a agricultura, com corte ou redução de subsídios, que incorrem para a evasão rural, com fluxo migratório para regiões industrializadas (OLIVEIRA, 2002; FERREIRA, 1985).

A concentração fundiária imediatamente posterior (1970-80) liquidou o projeto de democratização do acesso à terra, bem como fortaleceu o crescimento dos núcleos urbanos. Essa tendência pode ser captada por meio do número de núcleos que foram alçados à condição de municípios entre 1950 e 1990. Na década de 1950, surgiram 84 dos 325 municípios paranaenses existentes até aquela data (25%); na década de 1960, mais 130 (40%) e na década de 1970 apenas mais dois (0,6%), sendo os municípios restantes anteriores ou posteriores a essas balizas (OLIVEIRA, 2002, p.34).

A apresentação oficial do segundo PND é explícita na "[...] política de apoio aos centros médios como necessários à contenção dos fluxos migratórios em direção ao Sudeste" (AMORIM FILHO & SERRA, 2001, p.13). A descentralização é eleita como critério para concessões de financiamentos do BNDE, preservando "[...] as escalas de produção e as economias de aglomeração" (AMORIM FILHO & SERRA, 2001, p.15).

Junto às metrópoles crescia a expectativa entre os pesquisadores e planejadores urbanos e regionais de que as cidades médias poderiam cumprir o papel de "diques" para conter os fluxos migratórios que tendencialmente continuariam a se dirigir para as metrópoles (ANDRADE *et al*, 2001, p.vi).

Neste momento, na década de 1970, as cidades médias, sendo definidas, como "[...] o conjunto de centros urbanos não-metropolizados e não-capitais com população entre 100 mil e

500 mil habitantes [...] (ANDRADE *et al*, 2001, p.vi). Contudo, não há uma definição amplamente aceita ou absoluta sobre o que seriam as cidades médias, sendo o critério de classificação conforme o tamanho demográfico, sendo o mais utilizado para a aproximação, apesar de sua mudança conceitual com o tempo. Acrescido da identificação local da diversificação de bens e serviços (ANDRADE *et al*, 2001).

Amorim Filho e Serra (2001) comentam sobre trabalhos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU, de 1985, que apontam que cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes demonstraram-se mais dinâmicas economicamente entre 1969-1975, "[...] a produtividade e o excedente econômico elevaram-se a taxas superiores àquelas observadas para as regiões metropolitanas" (AMORIM FILHO & SERRA, 2001, p.17). Para tanto, os mesmos autores (2001) são conclusivos ao afirmar que: "Neste caso, o vigor das cidades médias depende muito mais de sua situação geográfica que de seu tamanho" (AMORIM FILHO & SERRA, 2001, p.19).

Além do combate ao fluxo migratório, do PCPM, também, os vários interesses nas alternativas espacial e funcional, descentralizadora, das cidades médias: minimizar a pobreza urbana (na oferta de oportunidades de trabalho); garantir a capacidade gerencial e financeira na promoção de equipamentos e serviços urbanos pelo Estado (centro funcional e periferia dinâmica); evitar queda produtiva com pulverização de atividades econômicas; preservar o meio ambiente; avançar com o projeto de integração nacional do território; e também a ocupação das fronteiras nacionais (ANDRADE *et al*, 2001, p.vi).

Como justificativa a estes investimentos: "A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras - sedes por excelência do novo ciclo de expansão -, infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas" (OLIVEIRA, 2013. p.56).

Para se apresentar como uma alternativa locacional para o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio - PCPM, além de certo nível de divisão de trabalho, deveriam possuir uma suficiente infraestrutura produtiva (ANDRADE *et al*, 2001). O programa visava "[...] ao fortalecimento das cidades de porte médio por meio do financiamento da ampliação da infraestrutura social e produtiva [...]". Também, "[...] requeria a utilização de tecnologias intensivas em mão-de-obra cuja qualificação deveria ser compatível com o perfil dos imigrantes" (AMORIM FILHO & SERRA, 2001, p.13).

O programa previa investimentos para serem canalizados, em sua maior parte, ao fomento de projetos voltados à escala intra-urbana, relacionados à infraestrutura viária e de transporte, saneamento, planejamento e administração urbana e municipal e infraestrutura social (REOLON, 2007a, p.112)

Na seleção das 113 cidades brasileiras beneficiadas para o biênio 1979/1980, destas, 26 são da região Sul do Brasil, entre elas, a cidade de Cascavel (STEINBERGER; BRUNA, 2001). Os projetos se dirigiam, conforme Steinberger & Bruna (2001) para: emprego e renda, com a criação de postos de trabalho; infraestrutura urbana (saneamento, transporte, energia elétrica, habitação, educação, saúde, etc) e administração municipal (reorganização de cadastros técnico fiscais, planos físico-territoriais, legislação urbanística e capacitação funcional). Os resultados do programa, como um todo, são discutidos, ressaltando-se como pontos negativos: os poucos recursos investidos, resultando em experiências espacialmente fragmentadas e de pouca efetividade, sobre os quais não iremos nos aprofundar. Positivamente, pode-se destacar o papel de núcleos estratégicos, relevante, das cidades médias na rede urbana, na ligação entre os interesses públicos e privados, na prestação de serviços públicos com os investimentos da iniciativa privada (STEINBERGER; BRUNA, 2001).

Independente do enquadramento ou não da cidade de Cascavel na definição de cidades médias, como resultado efetivo desta política a cidade de Cascavel, como será visto no decorrer do trabalho, sofre com a influência direta da migração decorrente da construção da usina hidrelétrica de Itaipu na década de 1970, e depois, ações pontuais como: a criação de núcleos industriais na cidade, a implantação de uma instituição com educação de nível superior, além de ações de implantação de infraestrutura em específicas da cidade (projeto CURA I e II), todos na década de 1980.

O PCPM teve sobre gestão, até o final da década de 1970, época de declínio do Milagre Econômico brasileiro (1967-1973), comandada exclusivamente pelo governo brasileiro, quando foi encerrado por falta de recursos decorrente da crise financeira resultante da escassez de recursos públicos (REOLON, 2007a; STEINBERGER; BRUNA, 2001). Após este período, passou a ser implementado um programa com apoio do Banco Mundial, encerrado em 1986 (STEINBERGER; BRUNA, 2001). "Enfim, imerso numa grande crise financeira e, mais tarde, desprovido da centralização dos recursos mediante a Constituição de 1988, o governo federal passou a se mostrar incapaz de implementar ações que desencadeassem grande efeito sobre a organização espacial das cidades" (REOLON, 2007a, p.113).

Saes (2001) comenta que: "[...] a redemocratização de 1988 abriu a via para o estabelecimento de um total controle do Estado brasileiro e de uma total dominação da economia brasileira pelo capital financeiro internacional [...] (como FMI, o Banco Mundial ou o governo dos Estados Unidos) e dos agentes econômicos dessa fração do capital [...]" (SAES, 2001, p.104). Já Oliveira (2007) comenta que estes indícios se formam na ditadura, com o tripé desenvolvimentista: empresas estatais-empresas privadas nacionais- empresas multinacionais.

Este incorre, na década de 1980 para uma crise da dívida externa, “[...] subordinando a acumulação interna de capital ao movimento internacional do capital, e retirando a centralidade das decisões internas” (OLIVEIRA & RIZEK, 2007, p.20).

2.1.1 Motivos contra o êxodo urbano e rural

Piaia (2013) apresenta uma visão romântica e saudosista, vislumbrando o comércio e o setor de bens e serviços como grandes motivadores da não inclusão do município de Cascavel no panorama do êxodo rural recorrente no Paraná (PIAIA, 2013). Comenta a prosperidade dos lucros da circulação de capital, que já se fazia presente no período madeireiro, irradiam-se por todo o Oeste paranaense (PIAIA, 2013).

O elevado grau de urbanização e da sofisticação crescente da cidade nos anos 1960 foi fundamental para que Cascavel não sofresse a intensidade do êxodo dos anos de 1970. Se a tendência à concentração da propriedade esvaziava promissoras cidades oestinas, aqueles que ficavam acabavam por orbitar em torno de Cascavel, que, por meio da disponibilidade de seus bens e serviços, mantinha um ativo mercado, com alto grau de lucratividade (PIAIA, 2013, p.160)

A dinâmica estabelecida no município de Cascavel de adensamento e industrialização apresenta-se diferente do restante do Paraná. Um dos dados analisados como plausíveis para a conformação da nova estruturação urbana paranaense, e negado como fator único ou preciso, é a verificação da taxa de crescimento populacional das cidades da Mesorregião Oeste (REOLON, 2007a).

TABELA 02 - DADOS POPULACIONAIS DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ - 1950/1980

Censos	1950	1960	1970	1980
Municípios	População	População	População	População
Foz do Iguaçu	12.010	28.212	28.060	124.789
Cascavel	4.411	39.598	89.921	163.459
Toledo	-	24.959	55.607	73.253

FONTE: Tschá *et al* (2010) e Pieruccini *et al* (2002), com base nos Censos Demográficos 1960, 1970 e 1980. (Org.) a autora.

A tabela 02 evidencia o aumento populacional dos principais municípios do Oeste do Paraná. Entre as décadas de 1960 e 1970, a cidade de Cascavel incrementa sua população de 39.598 habitantes para 89.921 habitantes, ou seja, um aumento populacional de 227,08 %.

Inclusive, na década de 1970, a cidade de Cascavel ultrapassa a população de Foz do Iguaçu em 320,45%, município ao qual foi distrito até a década de 1950 (tabela 02).

Uma das justificativas do aumento populacional, nos municípios que conseguiram fortalecer a transição entre o urbano-rural para o urbano-industrial, está na atração de contingente de trabalhadores para a construção da usina hidrelétrica Binacional de Itaipu, no Rio Paraná, no município de Foz do Iguaçu, entre as décadas de 1970 e 1980 (TSCHÁ *et al*, 2010). A sua instalação e desapropriação de áreas no entorno do rio Paraná, também faz com que, parte das famílias, anteriormente de migrantes nas décadas de 1940 e 1950, migrem novamente para outras regiões a partir da indenização compulsória, o que atinge as cidades da região (TSCHÁ *et al*, 2010).

Não são mais os produtores rurais que se deslocam para o Oeste paranaense, voltados às culturas de subsistência, mas faixas de mão-de-obra específicas necessárias para a expansão do empreendedorismo (SPERANÇA, 2007, p.248).

Reolon (2007b) reforça que Cascavel tornou-se grande fornecedor de bens e serviços auxiliares à construção da usina. Mas, também a construção da Itaipu teve como consequência a reorganização dos municípios polo da Mesorregião Oeste, deslocando o eixo de desenvolvimento das cidades de Cascavel-Foz do Iguaçu, para o eixo das cidades de Cascavel-Toledo, no sentido Guaíra (REOLON, 2007b). E estas, como polos regionais na produção e fornecimento de bens de consumo e serviços, "[...] tornando-se uma ponte, para os municípios de seu entorno, de acesso aos bens produzidos externamente à região, conforme indica o estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (2000)" (REOLON, 2007b, p.90).

A figura 29 mostra os principais eixos rodoviários na mesorregião Oeste do Paraná. Identificado como Eixo A, em roxo, a ligação entre Cascavel e Guaíra, passando por Toledo-Palotina-Terra Roxa, na direção noroeste. O eixo B, em vermelho, com a ligação entre Cascavel e Foz do Iguaçu, passando pelas cidades de Santa Tereza do Oeste-Céu Azul - Matelândia - Medianeira - São Miguel do Iguaçu - Santa Terezinha do Itaipu, no sentido sudoeste. Além de outras ligações rodoviárias relevantes, em amarelo, como a ligação para Maringá-Londrina-São Paulo, no sentido nordeste; Guarapuava-Curitiba-Paranaguá, no sentido leste; e para o sudoeste do Paraná, alcançando os estados de Santa Catarina-Rio Grande do Sul, no sentido sul.

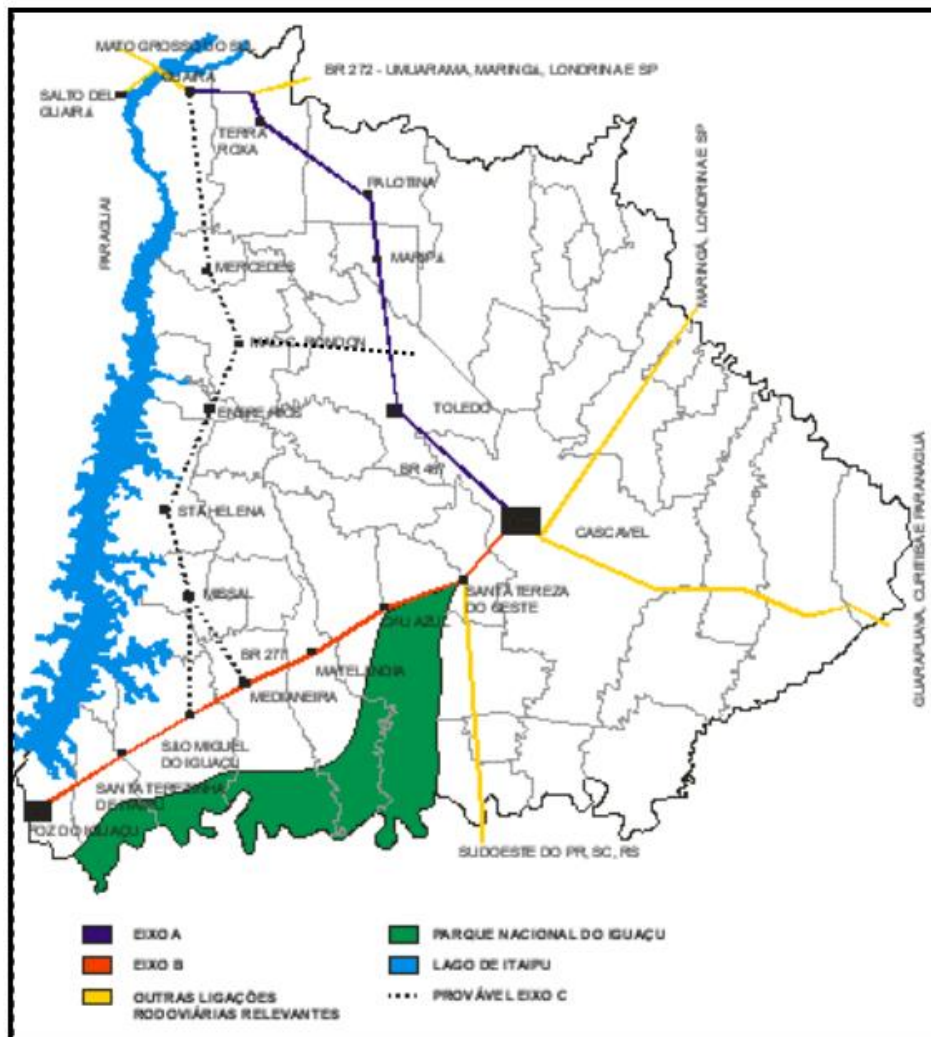


FIGURA 30 - PRINCIPAIS EIXOS VIÁRIOS MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

FONTE: Peris e Braga (2002, p.298), com base no Mapa digitalizado por GEOLAB Unioeste, Campus Cascavel

Outro ponto ressaltado para a atratividade da região, "considerando a demanda por força de trabalho, percebe-se que nas microrregiões de Cascavel e Foz do Iguaçu o fator de atração está voltado para as atividades de comércio e prestação de serviços [...]" (TSCHÁ *et al*, 2010, p. 6). Seja pela atividade dos trabalhos no setor de serviços, com a reestruturação e pavimentação da BR-277 (1969), que traz a independência de outros centros regionais de serviço, como o de Ponta-Grossa (REOLON, 2007a). Além da pungente agroindústria de beneficiamento, já identificada como vocação econômica nos estudos do plano diretor do Município de Cascavel, de 1978 (DIAS *et al*, 2005). A facilidade de escoamento da safra, a ligação comercial favorável entre compra de insumos e venda da produção, são contrapontos que favorecem a manutenção da pequena propriedade (REOLON, 2007a).

Relatórios do IPARDES apontam os fatores de influência do rápido processo de urbanização da região Oeste do Paraná, além da já citada construção da Usina Hidrelétrica de

Itaipu, iniciada em 1975 (figura 30 com o Lago de Itaipú evidenciado em azul), "foram a rápida modernização da agricultura, que liberou a mão-de-obra para o setor urbano; [e] a expansão das atividades agroindustriais [...]" (IPARDES apud TSCHÁ *et al*, 2010, p. 9).

Nesse sentido, a liberação da população rural da Mesorregião Oeste, em virtude, principalmente, da concentração da estrutura fundiária, provavelmente seja a maior causa dos fortes incrementos de população urbana experimentado pelos três maiores centros da Mesorregião - Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo - entre os anos de 1980 e 2000 (REOLON, 2007a, p.97).

Realmente, como o observado na tabela 2, a cidade de Cascavel não sofre com o êxodo urbano na década de 1970, nesse sentido a cidade torna-se receptora do afluxo regional, mesmo com a implantação da cultura da soja na região, e surgimento de latifúndios de monocultura, que compelem para a evasão rural, a partir de 1969 (SPERANÇA, 2007).

No aspecto migratório, é coerente verificar que a região Oeste comunga com a política de evasão do campo, especificamente da pequena propriedade, recorrente em todo o Paraná. Em contrapartida, em Cascavel, há a absorção destes trabalhadores na área urbana, no primeiro momento, nos serviços às madeireiras, formando inclusive bairros em atendimento a estas, na década de 1970 (MARIANO, 2012). Uma outra parte desta, manteve-se em minifúndios ligados às cooperativas, decorrente da inclinação sobre a diversificação de culturas já corrente na década de 1960 (BELUSSO, 2014; SPERANÇA, 2007).

Os motivos para a rápida acomodação do município de Cascavel na condição das novas políticas nacionais são debatidos por alguns autores e justificadas, principalmente, sobre suas condições climáticas e geofísicas.

Tschá atribui que a condição do solo favorável à mecanização de vastas áreas, foi condição que "[...] rebateu diretamente no comportamento de absorção ou repulsão de indivíduos na área ao longo do tempo", justificando o crescimento populacional no período após a década de 1970 com a venda destas propriedades agrícolas e o fluxo migratório (TSCHÁ *et al*, 2010, p.5). Já Belusso (2014) comenta que no início a mecanização da agricultura foi um entrave econômico para as pequenas propriedades, dificuldade superada com sua vinculação às cooperativas agrícolas. Em complementação ao rodízio de culturas, a criação de suínos, apoiado no plantio do milho, em áreas cada vez maiores, no início da década de 1960, tem grande destaque, inclusive com a criação da primeira cooperativa em 1963 (SPERANÇA, 2007). Estas são fortalecidas a partir de 1970, e assim, tiveram acesso ao crédito, tornando-se economicamente viáveis, incorporando-se ao mercado com a instalação da agroindústria (BELUSSO, 2014).

As análises de Francisco de Oliveira (2013), em sentido mais amplo, apontam que o setor Terciário (comércio e serviços), nas cidades, foi o que mais absorveu os incrementos da força de trabalho, por estar baseado em mão-de-obra barata, dando subsídio capital para a indústria, ao qual sua expansão está diretamente ligada (OLIVEIRA, 2013).

[...] É que a aparência de inchação esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, mais-valia em síntese. Não é estranha a simbiose entre a moderna agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? (OLIVEIRA, 2013, p.57).

Por esta análise a relação entre o aumento populacional da cidade de Cascavel, está diretamente relacionada ao aumento horizontal de suas atividades do setor de serviço, que é decorrente da expansão industrial, fundada nos baixíssimos custos da força de trabalho, ainda diretamente relacionada ao setor rural. Aspectos que serão melhor discutidos a seguir.

2.1.2 O agronegócio

Na década de 1970 a exploração da madeira nativa encontra-se próxima a seu esgotamento, aumentando as áreas de exploração das serrarias, obtendo madeira oriunda inclusive de fora do Estado ou de reservas florestais mantidas por elas. As poucas áreas remanescentes, geralmente são em áreas de difícil acesso, como a Serra do Mar protegido como reserva natural, por força de lei, a partir de 1986 (OLIVEIRA, 2002). O ciclo madeireiro sucumbe na região de Cascavel, em 1975 com o fechamento de empresas (SPERANÇA, 2007).

De modo geral, entre 1962 e 1964, as poucas propriedades rurais da região se dedicavam exclusivamente à produção de milho e mandioca e à criação de suínos. Somente a partir de 1968 as safras de soja e trigo passaram a se juntar ao grande rebanho de suínos para tornar efetiva a presença da agropecuária no contexto econômico regional, com safras crescentemente volumosas (SPERANÇA, 2007, p.234).

A expansão da sojicultura no Paraná deu-se no período entre 1970-1980, decorrentes da carência no mercado internacional, dando aumento vertiginoso da área ocupada pela leguminosa e conseqüentemente a sua produção. O estudo de Dennison Oliveira (2002) apresenta dados do crescimento exponencial das exportações de beneficiamento do farelo de soja, com indicadores a partir de 1969, e do óleo de soja, a partir de 1973. O Crescimento da produção do grão de soja no Paraná, em 1976, é muito expressivo economicamente e representa

40% do total da produção do país. Com tamanha produção, agora de culturas temporárias do binômio soja-trigo, o estado do Paraná instala um parque de beneficiamento do produto, e não só dedicado à exportação do produto *in natura*, como ocorrera com o café. Investe em derivados do processamento do soja como o farelo e o óleo (OLIVEIRA, 2002).

O soja seria o produto principal de exportação paranaense, e a exportação da carne e derivados de aves, suínos e bovinos, representaria uma atividade secundária, em complemento a atividade principal, além de importante fonte de renda para o Estado (BOSI, 2014).

A função essencial das cooperativas neste desenvolvimento, inicialmente, "[...] era de difundir o financiamento agrícola, repassar o custeio e fornecer insumos aos estabelecimentos baseados no cultivo do soja" (BELUSSO, 2014, p.42). Mas para as cooperativas, a diversificação agrícola garante um papel de competitividade em diferentes segmentos do mercado, com produtos de valor agregado, minimizando os efeitos de oscilações de preços (BOSI, 2014). Para tanto a produção do soja foi um grande aliado, com o início do processo de diversificação e incremento de atividades "[...] com a aquisição da massa falida da indústria de processamento de soja" (BELUSSO, 2014, p.41).

O desenvolvimento das cooperativas, especificamente de aves, e a implantação de complexos industriais teve favorecimentos como:

[...] disponibilidade de matérias-primas para a formulação de ração para as aves; aumento da demanda mundial e nacional de carne de frango; e possibilidade de agregação de valor para incrementar os faturamentos das cooperativas por meio da industrialização de carnes. Além disso, a avicultura se constituía em importante alternativa à diversificação de fontes de renda para os produtores de grãos (BELUSSO, 2014, p.43).

Na década de 1970 iniciou-se nos estados do Paraná e Santa Catarina a presença agroindustrial avícola com a instalação de grandes frigoríficos. O início da estruturação da avicultura como atividade produtiva dá-se a partir da ação conjunta com a empresa de industrialização (abatedouros), o banco com fornecimento de crédito e o governo local, através da prefeitura, como principais agentes ao estímulo da integração de pequenos produtores, no fornecimento dos animais de criação (BELUSSO, 2014).

Em complemento, no cenário de produção industrial houve o realinhamento tecnológico, do que antes era produzido artesanalmente, com novos requisitos sanitários nos abate e comércio de frangos, que pressionou os pequenos e médios estabelecimentos de comercialização para fora do mercado, concentrando-os nos grandes. "A movimentação e o consumo dessas mercadorias foram garantidos por uma cadeia de produção que hoje agrega matriseiros, criação de pintos, engorda de frangos, produção de ração, gigantescos frigoríficos

e uma logística para a distribuição da carne" (BOSI, 2014, p.17). Houve da diversificação e fragmentação do trabalho. (i) Nas cooperativas: novas noções de higiene; o desenvolvimento logístico de distribuição; emprego de tecnologias de congelamento sem efeitos colaterais visíveis; (ii) Na indústria: manipulação genética para o aumento do peso médio para abate do animal em menor tempo; mudança na linha de produção reduzindo a padrões de cortes repetitivos e de fácil apreensão para trabalhadores no modelo tipo taylorista/fordista. Conseqüentemente, houve redução no preço da carne de frango, relativamente com outras carnes, incitando seu consumo, também motivado pelas mudanças nos (iii) hábitos de consumo doméstico, mais aligeirados, com reduzido tempo de preparo. "Costume alimentar que viabiliza novo costume de consumo" (BOSI, 2014, p.17).

Estas mudanças são reforçadas pela afirmação de Oliveira (2013) de que "[...] o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa [...] tanto as classes médias como as classes trabalhadoras têm necessidade de consumir e de utilizar os novos meios técnicos, culturais, para sua reprodução [...]"(OLIVEIRA, 2013, p.84-85). Não comportando, portanto, sempre as soluções primitivas.

Ao longo do tempo, empresas implantaram, várias agroindústrias, inclusive complexos industriais avícolas, entre outras diversificações como as de leitões, vegetais e rações. Nota-se a presença de cooperativas fortes e consolidadas, exportando seus produtos inclusive para mercados não tradicionais como China e Índia (BELUSSO, 2014).

Reolon (2007a) identifica de forma sintética que:

[...] a especialização da produção, fundamentalmente assentada no cultivo de soja, mais o fortalecimento das indústrias de processamento de produtos agrícolas e pecuários, sejam privadas ou cooperativas, somadas, ainda, à concentração da estrutura fundiária e redução da mão-de-obra empregada no campo são, sem dúvida, a marca do processo de desenvolvimento tecnológico ocorrido no bojo da produção agropecuária (IPARDES apud REOLON, 2007a, p.95).

No meio rural, no fornecimento da matéria-prima, a vinculação entre minifúndios e indústria é reforçada pela formação de cooperativas. Mesmo porque, o sistema não vinga em lugares onde não há minifúndios, já que o arranjo produtivo não exige o controle direto sobre a propriedade da terra (BELUSSO, 2014). Embora os agricultores permaneçam donos das terras, ficaram vinculados direta ou indiretamente à agroindústria (integração), participando de cooperativas, que os mantiveram como produtores individuais, sem ganhos sociais. Estes são expropriados das condições que poderiam mantê-los independentes e numa distância razoável do empobrecimento"(BOSI, 2014, p.23). "A vantagem para a empresa é nítida, pois reduz divergências trabalhistas e compromete os colonos (agora convertidos em avicultores) com a

engorda dos frangos" (BOSI, 2014, p.20). Agricultores empobrecidos tornam-se vulneráveis às empresas integradoras, que alimentam suas expectativas de rendimentos "que alinhem seu padrão de vida ao status de proprietário"(BOSI, 2014, p.23). Nesta busca, as cooperativas transformam em capital econômico um grande capital simbólico de identidade, mantendo o associado fiel à cooperativa, que, na verdade, não estão mais do que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema (OLIVEIRA, 2013).

Entre as 15 cooperativas do ramo alimentício estabelecidas entre as décadas de 1960 à 2000, três destas (20%) estão fixadas no município de Cascavel, tendo suas datas de fundação, duas na década de 1970 e uma na década de 1990. Além destas empresas mais três indústrias não cooperativas, na cidade vizinha de Toledo (BELUSSO, 2014). A localização de seus parques industriais e a área de abrangência em relação aos produtores de frango que as abastecem, restringem-se aos municípios paranaenses.

Com a liderança do crescimento industrial no quadro econômico, a participação do Paraná na produção industrial brasileira, mais do que dobra, entre as décadas de 1970 a 1980, subindo de 2,96% para 6,13%. Com a modernização da agricultura a metalurgia, mecânica, elétrica, de comunicação e o transporte passa a ter maior importância como serviço. A concorrência surge com o padrão da produção e na capacidade financeira das indústrias, como a de produção de óleo de soja, com cerca de 45% de capital estrangeiro, 20% de outros estados e 35% de capital paranaense, segundo o IPARDES (OLIVEIRA, 2002).

Inclusive, Oliveira (2007) vem a afirmar que após a década de 1990, a reconstrução do sistema de poder do Governo Federal no início da década de 2000, se dará sob uma nova dominação, provinda de duas matrizes: a financeirização (financiamento externo da acumulação de capital) e a do agronegócio. A última que define como “[...] a fronteira de mais rápida expansão do capital [...]”, com novas frentes de crescimento da exportação (OLIVEIRA & RIZEK, 2007, p.276).

A formação dos núcleos industriais, que dinamizam outros setores industriais de bens de consumo, fornecimento de matéria-prima e fluxo de produção (armazenamento, processamento e distribuição), tem, nas cidades, importantes bases de interligação das operações comerciais e de serviços. As novas bases técnicas com exigência de qualidade, quantidade e padronização pouco absorvem o fluxo de mão-de-obra, tendo um custo irrisório com a força de trabalho, forçando o aumento do setor informal da economia urbana (FERREIRA, 1985; OLIVEIRA, 2013).

No meio urbano, os trabalhadores que servem de motor deste imenso novo padrão de acumulação de capital para as indústrias são os sem qualificação, sem noção histórica dos meios

de produção a que estão atrelados e sem consciência de classe. Na justificativa de Bosi (2014): "[...] vir ao mundo com uma pesada herança de expropriados parece ser uma das principais e mais importantes engrenagens para a reprodução do capital no setor avícola" (BOSI, 2014, p.18). Pois, no momento da produção, não sabe e não pode distinguir entre o que vai constituir os seus meios de vida, ou o que vai ser o excedente apropriado pelo capital ou à sua acumulação (MARTINS, 1996). "Esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constitui o fulcro do processo de expansão capitalista [...]" (OLIVEIRA, 2013, p.130).

Francisco de Oliveira (2013) comenta sobre o exército de reserva de trabalhadores nas redefinições das relações de capital-trabalho com atividades informais. Estes contribuindo para a expansão horizontal das cidades, com baixíssimo coeficiente de capitalização, presentes nas periferias. Ainda, sobre a ambiguidade que acompanha o crescimento econômico, a instalação de multinacionais e, mesmo assim as famílias de trabalhadores convivem com a inflação, o arrocho salarial e alta de preços. Aos que migram às cidades, a ocupação em loteamentos irregulares de forma precária e servindo ao trabalho informal de subsídio ao terciário inerente as distintas regiões do Paraná (OLIVEIRA, 2013).

O colono, símbolo de progresso e perseverança nos anos de 1950 e 1960, ao derrubar matas e plantar lavouras, sem as possibilidades de financiamento e maquinaria, teve sua imagem associada à falta de dinheiro e ao atraso tecnológico, pouco competitivo (REOLON, 2007a). "Este processo obrigou muitos de seus filhos a se proletalizar" (BOSI, 2014, p.20). A alternativa nas difíceis condições de trabalho e os baixos salários nos frigoríficos, fazem com que ocorra grande rotatividade de trabalhadores, entre abandono de trabalho e a vinda de novos trabalhadores de regiões mais distantes (BOSI, 2014). O trabalhador assalariado ou com trabalho informal, agora sim, começa a ser identificado nas áreas irregulares da cidade.

2.1.3 Expansão urbana de Cascavel-PR - década de 1970

Na década de 1970 tem-se a segunda grande expansão da cidade de Cascavel, formando, daí sim, como o indicado por Piaia (2013) para um futuro próximo, os primeiros indícios das franjas proletárias e as situações de vazios urbanos. Sperança (2007) retrata este período na cidade de Cascavel como de aumento da insegurança pública, principalmente no final da década. Também a geração de uma periferia instável e desassistida. Nesta mesma

década, Cascavel ainda perderia a área do distrito de Cafelândia (1979), e com ela sua primeira cooperativa, a Copacol (SPERANÇA, 2007).

Dentre os loteamentos regulares criados na cidade de Cascavel com fins habitacionais, os protocolados para seu cadastramento na prefeitura, conforme o ano, durante a década de 1970, encontram-se organizados quantitativamente na tabela 03, com o respectivo somatório de suas áreas parceladas.

TABELA 03 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 1970

ANO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL
N.º loteamentos protocolado	3	3	3	8	23	58	9	7	8	2	125
Área loteada (ha) (1 hectare =10.000 m²)	26,86	31,33	53,05	131,28	624,20	1.177,33	178,31	89,26	398,79	35,77	2.746,19

FONTE: Adaptado de CASCATEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento, 2011 e 2014. (Org.) a autora, 2015.

Pode-se observar que o maior número de protocolos para novos loteamentos se deu nos anos de 1974 (23) e 1975 (58), com auge na última data, sob a gestão do prefeito Pedro Muffato (1973-1977), empresário do comércio local. Após esta marca, na segunda metade da década de 1970, observa-se a gestão de Jacy Miguel Scanagatta (1977-1983), que tem suas ações, conforme Sperança (2007), voltadas para o estancamento da especulação imobiliária. Nos dados da tabela 03, não é exatamente o que se verifica. Comparativamente com a ação do prefeito anterior, manteve-se uma alta demanda, acima da média de 3 loteamentos cadastrados nos anos iniciais da década, mas com áreas bem inferiores as marcas destacadas em 1974 e 1975. Observa-se, ainda, que somente houve uma queda no número de protocolos em 1979.

Como contribuição, para a análise dos resultados da grande expansão urbana sofrida pela cidade de Cascavel-PR, ao final da década, no ano de 1978, contratou-se o engenheiro-arquiteto Jaime Lerner para uma revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento (GIL, 2015). O trabalho elaborado apresenta alguns mapas onde se pode verificar a situação de infraestrutura e da densidade urbana, em 1978.

O mapa da figura 31, entre os limites da BR-277 e da BR-467 em linhas pretas, demonstra em vermelho, as vias pavimentadas e em verde as em fase de pavimentação. Estas se localizam no eixo contínuo entre a avenida Brasil e av. Foz do Iguaçu (posteriormente av. Tancredo Neves), representada pela linha mais grossa, em vermelho, no sentido leste-oeste.

Também na extensão da av. Carlos Gomes, em linha vermelha, no sentido norte-sul. A conclusão da pavimentação sequer alcança toda a extensão entre patrimônio Novo e Velho, de promoção estadual e municipal na década de 1950. Ainda indica que, mesmo com vários loteamentos aprovados (manchas em cinza), estes são implantados sem a devida pavimentação.

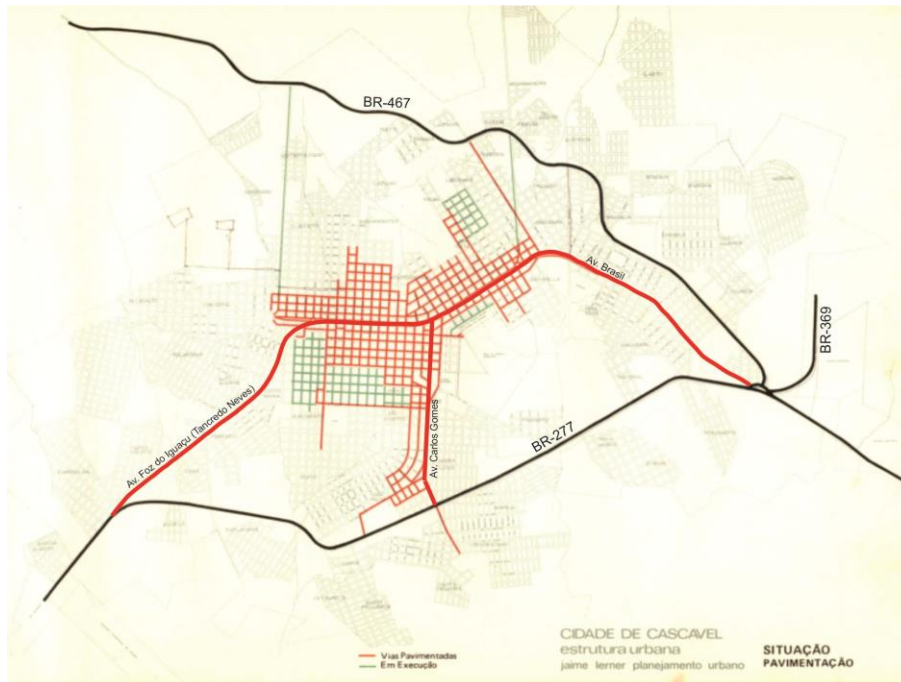


FIGURA 31 - SITUAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM URBANA - 1978
FONTE: LERNER, 1978. p.19 - Alterado pela autora, 2015.

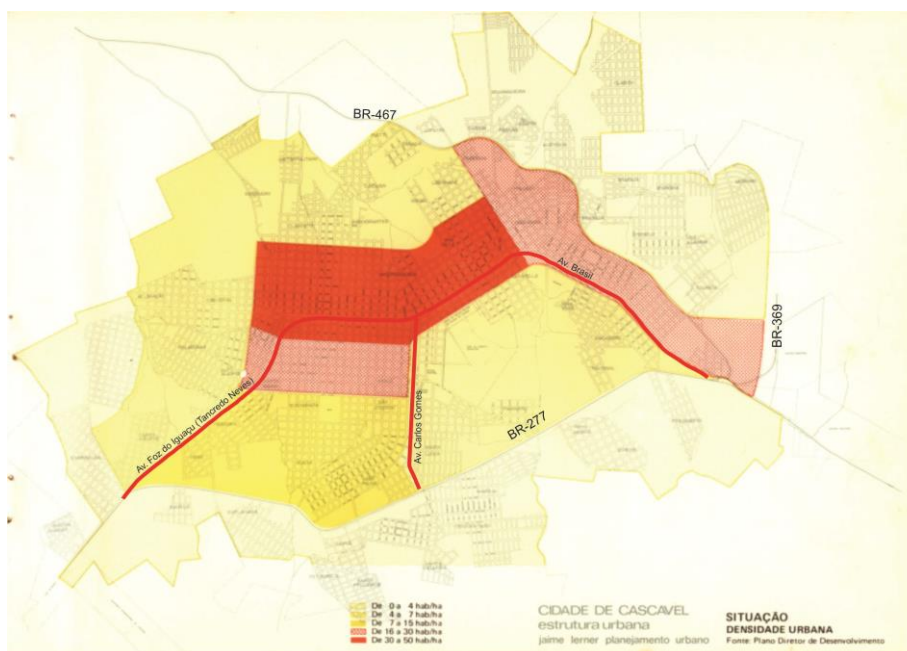


FIGURA 32 - MAPA DE SITUAÇÃO DA DENSIDADE URBANA - 1978
FONTE: LERNER, 1978, p.18 - Alterado pela autora, 2015.

A figura 32 apresenta a situação da densidade urbana de Cascavel neste período. Ao centro do mapa, a área em vermelho, representa a maior densidade, de 30 a 50 habitantes por hectare. Com hachura em vermelho claro, representa a densidade de 16 a 30 hab./ha. Os *dégradé* de amarelo seguem três demonstrações de densidade: de 15 a 7 hab./ha; 7 a 4 hab./ha e o último, mais claro, de 4 a 0 hab./ha. Nota-se o maior adensamento para a região da extensão do eixo entre da avenida Brasil e a av. Foz do Iguaçu (linha em vermelho), no sentido leste-oeste. E, acima deste eixo, ao norte, ainda dentro dos limites dos patrimônios Velho e Novo, agora unificados. Também a influência de adensamento dado pela Av. Carlos Gomes (linha vermelha), no sentido centro-sul, até o limite com a BR-277.

A tabela 4 apresenta a densidade média de habitantes por hectare, conforme a área do perímetro identificado em décadas subsequentes na cidade de Cascavel, indicando baixas densidades urbanas recorrentes.

TABELA 04 - DENSIDADE URBANA - 1953/1978

ANO	ÁREA DO PERÍMETRO URBANO	DENSIDADE
1953	121,65 ha	3,3 habitantes/há
1963	824,52 ha	3,9 habitantes/há
1973	1.405,32 ha	24,8 habitantes/há
1978	7.500,00 ha	9,4 habitantes/há

FONTE: DIAS *et al*, 2005, p.72. (Org.) a autora, 2015.

Mesmo com a grande expansão urbana sofrida na cidade de Cascavel (ver figura 33), a tabela 04, de densidade urbana, demonstra que no final da década de 1970 a cidade de Cascavel apresenta a densidade de 9,4 habitantes por hectare. Este número indica que a grande produção de novos loteamentos foi somente no sentido da expansão urbana, em favor da especulação imobiliária, e não em favorecimento ao adensamento. Dias *et al* (2005) aponta que a densidade urbana indicada seria, no mínimo, 60 habitantes por hectare, o que em 1978, a densidade representa somente 15,66% deste ideal.

Alerta o plano que, ao apresentar uma baixa densidade demográfica, elevam-se os custos de implantação e manutenção das redes de infraestrutura urbana. Ainda no que diz respeito à estrutura urbana, a ocupação desordenada resultou em uma série de vazios urbanos, sendo que o crescimento explosivo é gerado principalmente pela especulação imobiliária (DIAS *et al*, 2005, p. 73).

Apesar do plano diretor de 1978 salientar uma expansão indiscriminada, com baixo índice de densidade, as ações posteriores se ativeram no adensamento nas proximidades da avenida Brasil e no embelezamento de áreas centrais (DIAS *et al*, 2005).



FIGURA 33 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO - DÉCADA 1970

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento com relatório dos setores: Parcelamento do Solo, 2014; Regularização Fundiária, 2015. (Org.) a autora, 2015.

Na figura 33, observa-se no mapa de ocupação do solo da década de 1970, o resultado da criação dos 125 novos loteamentos residenciais, em cinza claro, que estende a área parcelada do Município em 270,64%. Em cinza escuro, a área urbana consolidada na década anterior. No contorno em preto, considera-se o perímetro dado pela Lei Municipal 1237/1976. De acordo com o mapa de evolução do perímetro urbano fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento (2010), só na década de 1970 o perímetro urbano foi alterado quatro vezes, com a primeira alteração no ano de 1970 com a Lei 725/1970, duas em 1975, Leis 1.162 e 1.237; e a última em 1976, através da lei já citada.

Com a abertura das BR-467 (Cascavel-Toledo) e BR-369 (Cascavel-Maringá) funcionando como diretrizes (linhas pretas na figura 32), a cidade vai ser pulverizada de novos loteamentos descontínuos, em extensas áreas, no sentido Norte-Leste e Sul (direção das rodovias), resultando em vazios urbanos dentro do perímetro estabelecido em 1976. No sentido Oeste, os novos loteamentos são mais próximos à malha existente, e alguns complementam os vazios urbanos desta região.

2.1.4 Identificação de assentamento clandestino em Cascavel-PR - década de 1970

Para propiciar a análise individual das áreas que surgem informalmente, cabe a definição de Saule JR (2004), de que existem dois sistemas de uso e apropriação do solo convivendo em um mesmo território. O primeiro atendendo aos padrões mínimos urbanísticos e ambientais da cidade legal-formal, com acesso aos serviços, à infraestrutura urbana e com população de proprietários vivendo nesta área urbana.

O segundo [sistema] não atende aos padrões urbanísticos e ambientais estabelecidos pela legislação urbanística e são constituídos de forma informal e irregular. [...] Essa população não tem a propriedade e sim a posse dessas áreas, sendo que muitas dessas áreas são públicas (SAULE JR, 2004, p.339).

Dentro deste sistema entre regular e irregular ou informal, Saule Jr (2004) esclarece:

O **loteamento é irregular** em razão das irregularidades físicas ou urbanísticas, quais sejam, as que tocam à questão de ausência de infraestrutura e de áreas públicas, e as irregulares jurídicas, concernes aos obstáculos existentes para o registro do loteamento, consistentes, principalmente, na incorreção do título de propriedade da gleba. Uma situação mais grave diz respeito aos **loteamentos clandestinos**, aqueles implantados sem que o projeto de loteamento tenha sido apresentado ou aprovado pelos órgãos públicos competentes. [...] e surgem diante da inércia da administração pública em fiscalizá-los (SAULE JR, 2004, p.353 - grifo nosso).

Diante das possibilidades de definições entre irregular e clandestino, Rosenfeldt e Loch (2013) apresentam a possibilidade de caracterizar visualmente as áreas com ocupação do que entende-se, a partir das definições de Saule Jr (2004), como clandestina através do estabelecimento de feições para interpretação de imagens aéreas. Ao se reconhecer estruturas homogêneas de diferentes texturas, em áreas consolidadas, através da identificação de: (i) alta densidade de edificações com características de pequeno porte ou tamanho; (ii) área onde não é possível reconhecer o limite das propriedades ou estrutura fundiária; (iii) ausência de traçado viário e (iv) presença de caminhos e/ou vielas; (v) mata nativa e (vi) campo (ROSENFELDT & LOCH, 2013). Neste sentido, o loteamento clandestino apresenta um crescimento sem um respeito físico-territorial às normas vigentes de zoneamento e não somente relacionadas à infraestrutura ou ausência de áreas públicas, como nos casos de irregularidade. Em contraponto, adota-se como definição para o parcelamento irregular, a identificação visual ao seguimento a um projeto ordenador na identificação dos lotes e arruamento, mesmo que estes estejam em desacordo dimensional com a legislação. Vislumbra-se nesta proposta de identificação morfológica de Rosenfeldt e Loch (2013) uma limitação, na identificação específica de áreas de população carente devido ao reconhecimento das estruturas de pequeno porte e alta

densidade, mas que para esta dissertação, com enfoque sobre a habitação de interesse social, se faz suficiente.

Em uma outra classificação complementar, estes tipos de assentamentos populares (clandestinos e irregulares) são diferentes de favelas¹⁷, pois não há a ocupação de áreas de propriedade de terceiros, mas sim, a efetivação da compra de lotes que não cumprem as exigências urbanísticas (CAVALLIERI *et al*, 2007).

Como levantamento das áreas irregulares ou clandestinas na cidade de Cascavel, toma-se como base os dados constantes do Plano Municipal de Habitação - PMH¹⁸, estudos efetuados no ano de 2010, e o relatório técnico do setor de Regularização Fundiária, da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, de 2015, com informações sobre as áreas não constantes do PMH.

Para a identificação destas áreas nos mapas que seguem, além das propostas de análise morfológica para identificação de sua clandestinidade ou irregularidade propostas por Rosenfeldt e Loch (2013), estas serão classificadas pelo seu agente promotor como: privado, identificado pela cor azul; público do Estado (considerando suas esferas Municipal, Estadual e Federal), identificado pela cor amarela; e também por agentes ligados diretamente ao poder público municipal e estadual, as autarquias COHAVEL ou COHAPAR, identificadas com a cor vermelha nos mapas. Tendo estas definições como guia, somadas às informações cadastrais do Município, na década de 1970 surge, além das áreas regulares, uma informal.

Na figura 34, a primeira área clandestina, identificada com o círculo com o número 1, destacada na cor azul, não está identificada nos levantamentos do PMH. Apresenta-se em uma área muito próximo ao núcleo já consolidado na década de 1960, na área que sofre expansão na década de 1970. A área é conhecida como Cabeceira do Melissa, denominação em referência a uma nascente do Lajeado Clarito nas proximidades, que alimenta o rio Melissa. Esta é uma área de 12.100,00 m², situada no bairro São Cristóvão, no lote 4H, da quadra 4G, Gleba Cascavel,

¹⁷ Favelas, neste trabalho serão definidas como ocupações em área de terceiros, sem o consentimento de seu proprietário, onde não vigora a propriedade como elo reivindicatório (CAVALLIERI *et al*, 2007; CARLOS, 2015; GOTTDIENER, 2010).

¹⁸ O Plano Municipal de Habitação - PMH é um instrumento político-administrativo que foi elaborado pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Cascavel, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Urbanismo – SEPLAN, finalizado no ano de 2010 e estabelecido pela Lei Municipal nº 6.063/2012. Sua finalidade foi a de construir a proposta para uma política municipal de habitação, com o objetivo específico de conhecer as necessidades habitacionais do município e poder, a partir deste levantamento prévio, estabelecer diretrizes, programas e metas que conciliem a dimensão urbanística e ambiental com as políticas sociais, a serem atendidas para um horizonte temporal de 10 anos. Inclusive uma programação pra a Regularização Fundiária de áreas do Município. Entretanto, o PMH representa um recorte temporal, não podendo ser considerado como um levantamento acabado, e sim, somente referencial (CASCVEL, 2015).

com mais de 20 famílias e lotes indefinidos em meio à ocupação, conforme relatórios técnicos dentro dos processos do setor de Regularização Fundiária da Prefeitura (CASCABEL, 2015). O assentamento foi implantado pelos próprios proprietários de forma clandestina, sem a preocupação com tamanhos de lotes ou medidas de adensamento e ocupação do solo colocados pelas legislações urbanísticas, o que veio a impossibilitar um posterior repasse na titularidade dos lotes. Estas características serão consideradas como o Tipo de Irregularidade "a1".

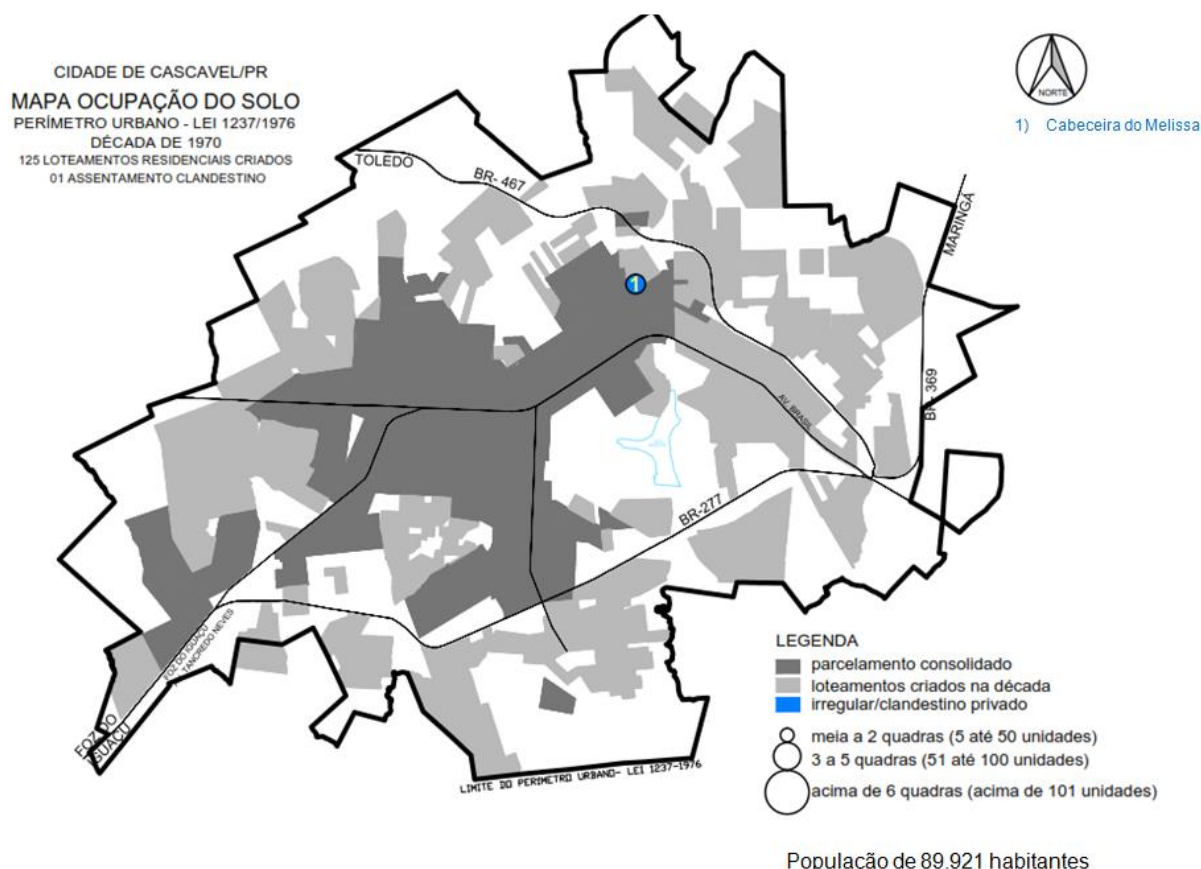


FIGURA 34 - MAPA EVOLUÇÃO ÁREAS IRREGULARES/CLANDESTINAS - 1970

FONTE: Adaptado de CASCABEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento com relatório dos setores: Parcelamento do Solo, 2014; Regularização Fundiária, 2015. (Org.) a autora, 2015.

O loteamento clandestino conhecido pela denominação Cabeceira do Melissa (figura 35), é assim definido por apresentar, além da alta densidade das construções de pequeno porte no mesmo terreno, não ser possível identificar os limites entre as edificações; apresentando como linha ordenadora a viela interna, não ortogonal a malha urbana existente que corta a área (ROSENFELDT; LOCH, 2013). A rua ortogonal que corta a área em seu sentido norte-sul, neste trecho, apesar de sua pavimentação e demais infraestruturas instaladas pela municipalidade, não foi passada como uma área de domínio público e ainda está integrada a área total do assentamento.



FIGURA 35 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO DA NASCENTE CABECEIRA DO MELISSA - PRIVADO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Esta dissertação não tem como objetivo discutir os motivos de origem ou permanência destas áreas na situação de clandestinidade ou irregularidade, frente às legislações urbanísticas. Pretende-se somente uma análise sobre o estabelecimento das situações físico-territoriais, promovida por agentes públicos e privados, e sua relação com o desenvolvimento urbano, decorrentes de ações político-econômicas das esferas do Estado, ou seja, com enfoque sobre a gestão da irregularidade urbana.

Contudo, para um entendimento processual da informalidade, explica-se que, a aprovação, durante a década de 1970, seguindo a legislação do Decreto-Lei 58/37 ainda vigente, consistia na apresentação da planta para cadastro na prefeitura, nos casos de possível financiamento dos lotes nela previstos. Como relata Saule Jr (2004) sobre as exigências do documento:

[...] exigia o registro (ou inscrição) dos loteamentos desde que se destinassem à venda em prestações, mediante oferta pública. Assim, em primeiro lugar, quando o loteador pretendesse alienar os lotes à vista, estaria livre do registro. Em segundo lugar, os desmembramentos não sofriam qualquer exigência (SAULE JR, 2004, p. 354).

É claro que o assentamento encontrado no Cabaceira do Melissa, por atender à uma demanda da população de baixa renda, seu intento não estava vinculado a opção de pagamento dos lotes à vista, sendo necessário aqui uma fiscalização municipal no controle do uso e da ocupação do solo urbano. Contudo, antes do advento da Lei 6.766/1979 (BRASIL, 1979), as

prefeituras municipais não dispunham de instrumental que lhes permitisse a regularização de loteamentos com irregularidades, salvo a movimentação de ação para compelir o loteador a efetuar o registro de acordo com o Decreto-lei 58/1937 (BRASIL, 1937) ou executar as obras (SILVA, s.d.). A partir dela, a municipalidade poderia fazer a exigência de execução de infraestrutura de obras pelo loteador, com abertura de vias, demarcação de lotes e execução de galerias de águas pluviais e o registro do loteamento.

Dispõe o artigo 38, da lei 6.766/79 que, verificado que o loteamento é irregular, ou quanto à execução das obras, ou quanto ao registro, podem, o promissário comprador, o Ministério Público ou a prefeitura municipal, notificar o loteador para suprir a falta. O loteador, em face da irregularidade do loteamento, poderá, portanto, ser notificado para sanar a falha [...]. Essa notificação tanto pode ser feita pelo cartório de registro de imóveis como pelo cartório de registros de títulos e documentos (lei 6.766/79, art. 49), ou, ainda, pela via judicial (SILVA, s.d., p.5).

O Decreto-Lei 58/1937, que teve vigência até sua substituição pela Lei 6.766 em dezembro de 1979 (BRASIL, 1979), deu privilégio aos aspectos jurídico-formais dos loteamentos, também com atenção e proteção ao direito do comprador do lote às constantes valorizações dos terrenos, mantendo o marco jurídico do acesso à terra privada (SAULE JR, 2004). Apresenta a intenção clara de evitar a elevação de custos dos terrenos e a de não penalizar energeticamente os loteamentos clandestinos. Como consequência deixou de tratar do controle urbanístico ou de dar um padrão mínimo de qualidade, tornando a lei uma letra-morta, sem efetividade contra os infratores, mesmo que o poder público local assim quisesse (BONDUKI, 2011). Como resultado, estas soluções só corroboraram com um padrão periférico, irregular e excludente para a habitação popular. Abrindo-se o acesso à terra privada, não necessariamente urbanizada (BONDUKI, 2011).

A figura 36 demonstra, dentro do perímetro urbano estabelecido na década de 1970, o desenvolvimento da malha viária pavimentada e a rede com diretrizes de execução. O ponto azul, próximo a esta configuração, é o do assentamento clandestino da nascente do Cabeceira do Melissa.

Neste momento o padrão periférico não urbanizado, encontra-se muito próximo a estas redes que circundam o Patrimônio Novo, consolidado na década anterior. Neste sentido, há loteamentos estabelecidos nesta mesma década em pior localização em relação às redes de infraestrutura de pavimentação existentes, como o visto na figura 33 e replicado no esquema acima da indicação da década de 1970 na figura 36.

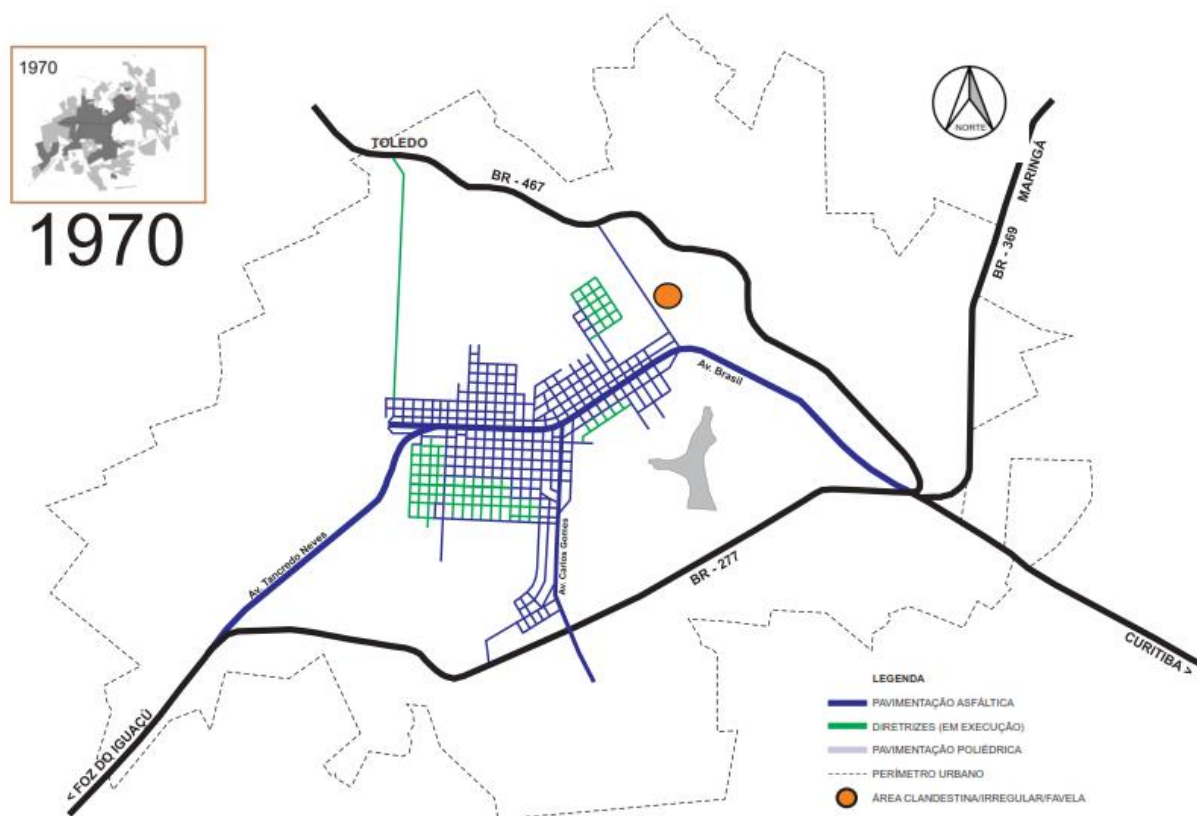


FIGURA 36 - DESENVOLVIMENTO DA MALHA VIÁRIA E ASSENTAMENTO IRREGULAR/CLANDESTINO - 1970

FONTE: Adaptado de LERNER, 1978; Regularização Fundiária, 2015. (Org.) a autora, 2015.

2.1.5 Informalidade cadastral de áreas em Cascavel - década de 1980

A década de 1980 se caracterizou por uma profunda crise agrícola entre motivos de intempéries (chuvas e secas), e mesmo pela manutenção das políticas de redução de financiamento agrícola e subsídios por parte do Estado, que se prolongam até 1983 (SPERANÇA, 2007; FERREIRA, 1985). "Mais de sete mil propriedades rurais foram vendidas em pouco tempo nas regiões de Cascavel e Toledo, como fruto da descapitalização e proletarianização dos pequenos produtores rurais" (SPERANÇA, 2007, p.261).

A Nova república institucionalizou a redemocratização política após a queda da ditadura, contudo, a crise da dívida externa, tornou quase sem eficácia econômica a redemocratização operada nesta transição (OLIVEIRA & RIZEK, 2007).

No Paraná, somente o soja e a cana-de-açúcar encontraram alguma vitalidade devido à política cambial favorável e pelo incentivo aos programas energéticos (FERREIRA, 1985). A produção de soja manteve-se estável ou decresceu no início da década de 1980, não significando

a ruptura com a cultura. A produção foi garantida com os recursos do setor privado das cooperativas agroindustriais, juntamente com uma especialização produtiva, além do grão *in natura*, como o farelo e o óleo de soja, bem como na produção de ração, em apoio às atividades criatórias de suínos, bovinos e aves, até produtos de consumo humano como laticínios para comercialização (BELUSSO, 2014).

A política de adensamento dos núcleos urbanos, mantida pelo governo militar, continua sendo sentida nos distritos que se emancipam como cidades. No caso de Cascavel: Santa Tereza do Oeste (1989) e Lindoeste (1989), só na década de 1980. Andrade (*et al*, 2001) explica sobre a multiplicação dos municípios de menor porte que, para estes há uma redução na importância no número de habitantes, apontando, entre os motivos de desconcentração política e subdivisão de poder, às regras de repartição dos Fundos de Participação Municipais, as quais garantem uma cota mínima para os municípios, sendo mais vantajoso para os municípios pequenos (ANDRADE *et al*, 2001).

A década de 1980 foi praticamente neutra em desenvolvimento para todo o país e Cascavel não fugiu a regra, especialmente por conta das graves dificuldades vividas pelo setor agropecuário. Em abril de 1985, por exemplo, o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura revelava provas inequívocas da descapitalização e proletarização dos pequenos produtores rurais (SPERANÇA, 2007, p.266).

A baixa qualificação da mão-de-obra rural e a falta de infraestrutura nas cidades são alguns dos problemas sociais urbanos que aparecem sob o processo migratório intenso. Também há o crescimento do trabalho informal, sobretudo o setor de prestação de serviços (FERREIRA, 1985). Terciário com crescimento ligado à expansão industrial, com força de trabalho mal remunerada, como já apontado nas discussões de Francisco de Oliveira (2013).

A combinação entre trabalho barato com a financeirização do capital gerou o fenômeno formidável da sobredeterminação do capital financeiro em relação ao capital produtivo [...]. [Ocasionalmente] o deslocamento de fábricas para periferias tão remotas que antes não contavam nada para a acumulação mundial [...] (OLIVERIA & RIZEK, 2007, p.26).

Dentro do panorama de descapitalização do pequeno produtor à enorme massa de capital financeiro em circulação nas periferias de acumulação, apresenta-se a tabela com a progressão dos loteamentos regulares durante a década de 1980.

Conforme identificado na tabela 05, o total de 18 loteamentos protocolados para aprovação representa uma queda acentuada comparativamente ao protocolo de criação de novos loteamentos das décadas anteriores, de 1970 (125) e 1960 (31), o mesmo se refere ao quantitativo de áreas parceladas. No ano de 1983 chegou a não haver nenhum protocolo de

loteamento. A simulação de uma recuperação só ocorreu na segunda metade da década, em 1987 (5), caindo novamente em 1989 (0).

TABELA 05 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 1980

ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	TOTAL
N.º lot. protocolados	3	1	2	0	1	2	1	5*	3	0	18
Área loteada (ha)	164,07	3,66	122,89	-	10,78	20,14	4,88	74,47	29,86	-	430,74

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento, 2011 e 2014. (Org.) a autora, 2015.

(* um dos loteamentos, conhecido como Curitiba, teve sua aprovação cancelada)

O Prefeito Tolentino (gestões 1983-1988 e 1993-1996) é descrito por Sperança (2007) como um incentivador da construção civil, com investimentos em saneamento básico, estruturação do sistema viário e de transporte público urbano. O carro-chefe de sua campanha foi a criação de núcleos de habitação, dando destaque para a implantação de conjuntos habitacionais (SPERANÇA, 2007, p.263). Com base nas informações da Secretaria de Planejamento (2014), na promoção dos parcelamentos, do total dos 18 loteamentos criados neste período, seis (33,33%) destes, protocolados só no período de 1986 a 1988, quatro são conjuntos habitacionais, ou seja, o lote é vendido juntamente com a edificação da casa, privilegiando o interesse social. Estes conjuntos habitacionais são formados basicamente a partir da promoção da autarquia COHAPAR, do Governo do Estado, e da cooperativa habitacional privada COHESTE, com a parceria da primeira gestão municipal do prefeito Fidelcino Tolentino (1983-1988) (SPERANÇA, 2007). São estes: Parigot de Souza (COHESTE, em 1986); São Francisco (COHAPAR, em 1987); Jardim União (COHAPAR, em 1987); Cruzeiro do Sul (COHAPAR, em 1993) (CASCAVEL, 2014).

Em análise sobre o resultado limitado na provisão de unidades habitacionais pelo Estado da política habitacional no Brasil, Mautner (2010) afirma que:

[...] as políticas habitacionais atingiram, por meio de sistemas de crédito, outros objetivos, como a organização e o fortalecimento da indústria da construção no setor habitacional e também a geração de emprego (este último, estratégia explícita do finado BNH) (MAUTNER, 2010, p.249).

Além do desenvolvimento da indústria da construção, a parte empresarial da gestão de Tolentino foi incentivada com a criação de três núcleos de produção industrial: Núcleo de produção industrial I - Walpides Ross (CODEVEL, em 1986); Distrito Industrial - Domiciano Teobaldo Bresolin (Município, em 1987) e Núcleo de produção industrial II - Alan Charles Padovani (Município, em 1998) (CASCAVEL, 2014). Também houve considerações sobre a conservação do meio ambiente conjugados com áreas de lazer, com a criação de dois parques

ecológicos: Parque Tarquínio Joslin dos Santos e o Parque Ecológico Paulo Gorski (SPERANÇA, 2007). O setor educacional teve transformações, a partir de 1986, com a estadualização da FECIVEL, hoje UNIOESTE. Todas estas ações foram criadas devido às influências dos programas para cidades médias, já comentado.

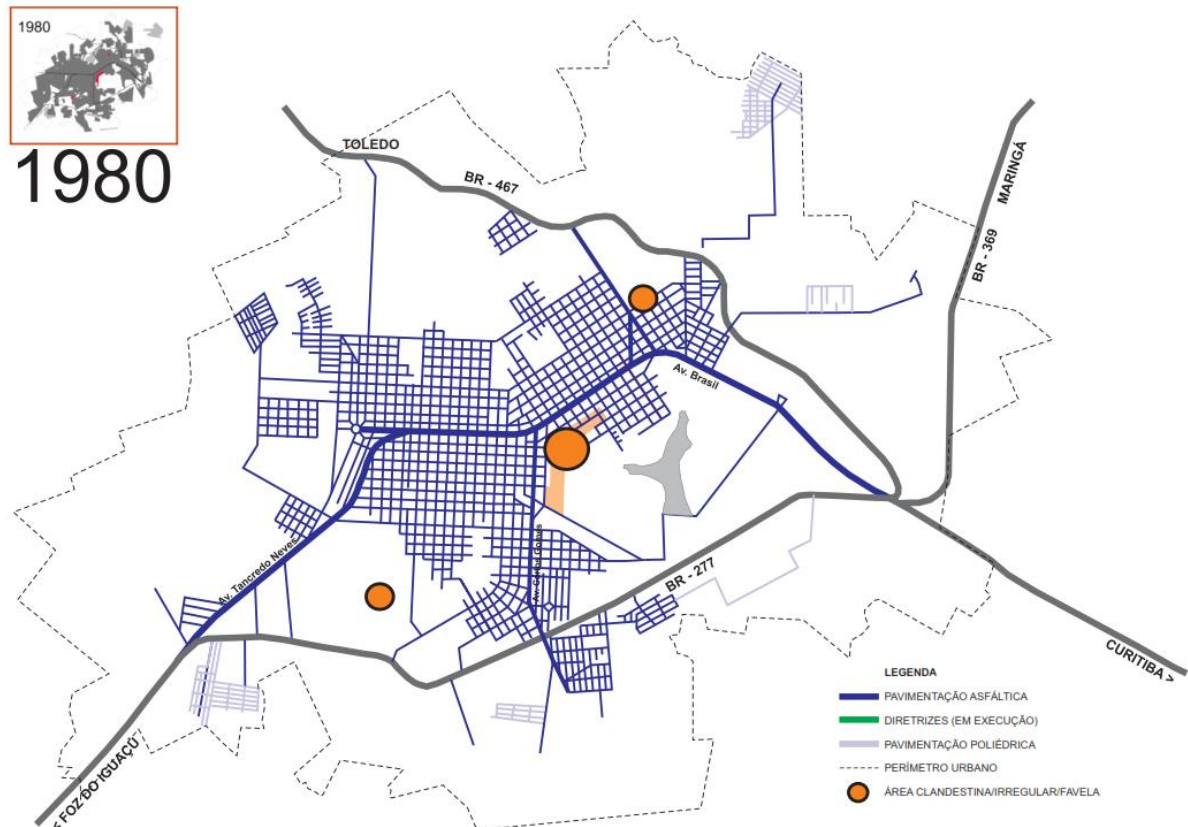


FIGURA 37 - DESENVOLVIMENTO DA MALHA VIÁRIA E ASSENTAMENTO IRREGULAR/CLANDESTINO - 1980

FONTE: Adaptado de FORTE NETTO, 1987. Secretaria de Planejamento com relatório dos setores: Parcelamento do Solo, 2014; Regularização Fundiária, 2015. (Org.) a autora, 2015.

Entre os anos de 1986 e 1987 foi realizado um estudo intitulado de Plano de Desenvolvimento Urbano, pelo grupo consultor do escritório de arquitetura de Luiz Forte Netto, sob a coordenação deste arquiteto e da arquiteta Lauri da Costa. Cita na apresentação do escopo do projeto do volume 1: "A execução do Plano de Desenvolvimento Urbano, é resultado da necessidade de dar ao município um instrumento capaz de orientar ações, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, na condução do desenvolvimento da cidade de forma estruturada e articulada" (FORTE NETTO, 1987, [p. 14]). Em seus dois primeiros objetivos, dentre os onze apresentados, elenca o alcance temporal de 10 anos e a definição de uma política municipal de desenvolvimento urbano, com o estabelecimento de diretrizes, estratégias, planos e programas (FORTE NETTO, 1987, [p. 15]). Como problemas no setor industrial cita: a ausência de

empresas no setor metal-mecânico; vinculação com a agropecuária e a extração de madeira; além da pouca diversificação industrial.

No terceiro volume do estudo, apresenta-se mapas indicando a malha urbana existente na cidade (FORTE NETTO, 1987). A figura 37 mostra a malha urbana com pavimentação asfáltica e poliédrica conforme o levantamento de 1987, para o Plano de Desenvolvimento Urbano (FORTE NETTO, 1987). Esta malha apresenta descontinuidades em sua parte central e, em alguns casos, conecta parcelamentos distantes somente por uma via de ligação ao núcleo estruturado. Neste mapa o loteamento clandestino de promoção privada do Cabeceira do Melissa já está incorporado a malha viária existente. Outros dois novos loteamentos com informalidade cadastral surgem próximos a esta malha, ambos identificados na cor azul dentro de um círculo amarelo. Estes se apresentam fora do levantamento do PMH (Lei 6.063/2012), os quais são: o Loteamento Curitiba (2) e o Assentamento clandestino no loteamento Cascatinha (3) (figura 37). A malha urbana parcelada é bem maior do que a malha viária pavimentada instalada vem a atender, como se pode perceber na figura 38.

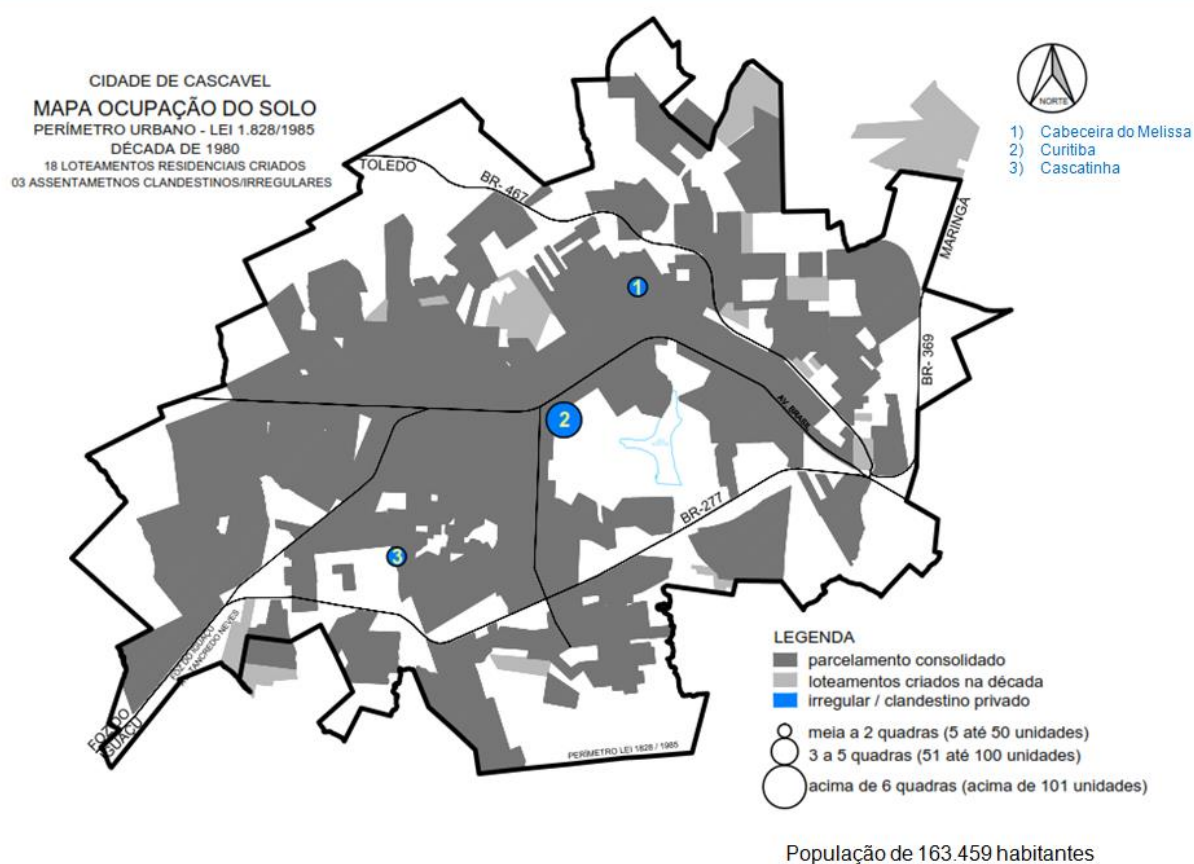


FIGURA 38 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO- DÉCADA 1980

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento, 2011 e 2014. (Org.) a autora, 2015.

O mapa da figura 38 marca, em cinza claro, os 18 loteamentos, com fins habitacionais, protocolados para aprovação na década de 1980, na prefeitura municipal de Cascavel. Alguns destes vem suprir o preenchimento de vazios urbanos dentro do perímetro urbano estabelecido pela Lei Municipal 1.828/1985, enquanto outros, permanecem fora do perímetro urbano, mesmo que consolidados na década anterior, identificados na região norte e sul da cidade.

A insuficiência da política habitacional ao atendimento à classe trabalhadora para financiamento da casa própria é vislumbrada no aumento de assentamentos informais nesta década. O primeiro loteamento com irregularidade cadastral da década, conhecido como Loteamento Curitiba, em azul, identificado pelo número 2 (figura 38), possui área de 313.269,00 m², adjacente ao Patrimônio Novo. Apresenta-se como um empreendimento do Estado desde 1969, após o confisco de bens do então deputado estadual Aníbal Khury¹⁹, pelo ato complementar 42/1969²⁰ (BRASIL, 1969; CASCAVEL, 2015). Conforme dados do setor de Regularização Fundiária, a matrícula da área total foi aberta em 1976, após divisão de uma das áreas de reserva próximo ao Patrimônio Novo que foram doadas ao Município pelo Governo do Estado do Paraná em 1954. Chegou a ser aprovado o loteamento pelo Estado, mas a mesma foi cancelada em 1987, voltando a ser aprovada sua subdivisão, por interesse do Estado, em 1997. Hoje a área continua de propriedade do Governo do Estado do Paraná, onde através da Lei Estadual nº 13.036/2001, doa a área de sua propriedade para a COHAPAR. Algumas destas áreas também foram passadas para a propriedade do Município, nas quadras 06, 33 e 157-A (CASCAVEL, 2015). Contudo, a irregularidade jurídica documental quanto ao estabelecimento da titularidade de propriedade de seus ocupantes, perdura, devido ação de litígio judicial, baseada na alegação de algumas famílias de possuir direitos possessórios sobre a área do loteamento, anterior a data de confisco (CASCAVEL, 2015). Para esta dissertação considera-se o surgimento desta área como de promoção privada, mesmo que seu agente estivesse ligado diretamente ao legislativo do Governo do Estado do Paraná.

O loteamento irregular do Curitiba, demarcado com o círculo em azul com o número 2, na figura 38, encontra-se próximo a área do Patrimônio Novo e a vias importantes de ligação e indução do crescimento da cidade como a Av. Carlos Gomes (GIL, 2015) e a região do Lago,

¹⁹ Aníbal Khury foi um político paranaense, eleito deputado estadual em 1954 e reeleito nas legislaturas de 1958, 1962, 1966, 1983, 1990 e 1995. Foi cassado em 1969, quando ficou afastado da política por 10 anos, retornando em 1978 (PARANÁ, Assembléia Legislativa, s.d). Consta em relatórios da SEPLAN, que o Sr. Aníbal Khury, parcelou a área em questão e não a levou a registro, havendo posterior confisco da mesma (CASCAVEL, 2015).

²⁰ O Ato Complementar 42, de 27 de janeiro de 1969, decretou o confisco de bens de pessoas físicas ou jurídicas com relações de qualquer natureza com a administração pública do Estado, quando detectado enriquecimento ilícito. Os bens confiscados seriam incorporados ao patrimônio da entidade prejudicada. No caso da área do Loteamento Curitiba, parte da área de 1.596.200,00m² foi repassada para a propriedade do Governo do Estado do Paraná, mantendo-se o restante com a União (BRASIL, 1969; CASCAVEL, 2015).

criado na década de 1970 (figura 38). O projeto de parcelamento original, em 1987, previa 195 lotes, onde 56 destes foram passados para a Prefeitura Municipal, na propriedade das quadras 3, 6 e 155A, no ano de 1998, através da Lei Estadual 12.027/1998 (CASCAVEL, 2015; PARANÁ, 1998).



FIGURA 39 - ASSENTAMENTO IRREGULAR DO CURITIBA - PRIVADO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

No caso específico do loteamento Curitiba, a irregularidade está além de suas questões urbanísticas de vias e quadras, mas persistente no questionamento da titularidade, anterior mesmo a aprovação do parcelamento, que impede a transferência da propriedade dos lotes para seus efetivos ocupantes. Este loteamento (figura 39), apresenta-se como um segundo tipo de irregularidade de promoção privada, identificada como "b1", onde o próprio proprietário parcela a área a partir de um projeto urbanístico, organizado em vias e quadras, contudo, inicia a venda dos lotes antes de sua efetiva aprovação no cadastro municipal, e por motivos documentais jurídicos de propriedade da Gleba não consegue a aprovação do projeto e seu registro (SAULE JR, 2004).

A segunda área informal surgida na década, identificada pelo número 3 no círculo em azul (figura 38), tem metragem de 10.323,00 m², e é uma ocupação clandestina, situada na quadra 10, do Loteamento Cascatinha, no bairro da Neva. Apresenta-se em uma área muito próximo ao núcleo já consolidado na década de 1980, conforme o observado na figura 40.

O loteamento Jardim Cascatinha, em si (perímetro branco na figura 40), foi aprovado no ano de 1975, com área total aproximada de 4,81 ha. Contudo a ocupação, da quadra 10, que

representa cerca de 21,46% da área total, denominado como área de reserva (azul na figura 41), ocorre a partir de 1989, com o parcelamento e venda clandestina da área pelo próprio proprietário, que se intitulava corretor de imóveis, sem o cumprimento do rito legal de um processo de loteamento urbano (CASCAVEL, 2015).



FIGURA 40 - ASSENTAMENTO NO LOTEAMENTO CASCATINHA
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.



FIGURA 41 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO DO CASCATINHA - PRIVADO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

A Lei nº 6.766 (BRASIL, 1979), em dezembro de 1979, fixa índices urbanísticos para as aprovações de parcelamentos urbanísticos a nível nacional. Ao agente parcelador cabe submeter a aprovação da planta ao setor específico da Prefeitura Municipal, para posteriormente registrá-lo, com o modelo de contrato, no Cartório de Registro de Imóveis obrigatoriamente. A venda de lotes de parcelamentos não registrados fica proibida e a conduta criminalizada (SAULE JR, 2004). O loteador, por vender os terrenos sem o seu efetivo registro através de contratos particulares de venda e compra à terceiros e sem a possibilidade de aprovação, sofre uma ação penal, pela vara criminal, justificada no artigo 37 da Lei 6.766/79 (BRASIL, 1979). O processo nº 51 em 24 de abril do ano de 1990, tem como denunciante o Ministério Público do Estado do Paraná que representa os próprios compradores ludibriados. Os vendedores - loteador clandestino e sua esposa-, são sentenciados a reclusão em regime semi-aberto no ano de 1992 (PARANÁ, 1990). A área foi doada à municipalidade, e o poder executivo municipal fica autorizado a escriturar e legalizar o loteamento sem ônus aos ocupantes, somente com os encargos das custas cartoriais e impostos de transmissão ficam a estes (CASCAVEL, 1993). A situação só foi realmente resolvida no ano de 2014.

Com base na figura 40, pode-se definir a ocupação da quadra 10 do loteamento Cascatinha como clandestina, assim definido por apresentar, além da alta densidade das construções de pequeno porte no mesmo terreno, a impossibilidade de identificação dos limites entre as edificações; apresentando como linha ordenadora a viela interna existente, muito próximo à área de preservação permanente do corpo hídrico do ribeirão Coati Chico (ROSENFELDT; LOCH, 2013). Sob esta situação, pode-se considerar que a quadra 10 do loteamento Cascatinha se enquadra, conforme definição de Saule Jr (2004), na situação de “Loteamentos clandestinos implantados por empresas privadas, imobiliárias, proprietários e cooperativas habitacionais em áreas impróprias ou de preservação ambiental” (SAULE JR, 2004, p.340).

Caracteriza-se a área com o tipo de irregularidade "a2", onde ocorre uma falta de preocupação inicial, do proprietário, com as legislações urbanístico-ambientais, o que impossibilitou a aprovação posterior do parcelamento. Diferencia-se das definições anteriores (a1 e b1), por ser uma área reparcelada, dentro de um loteamento já aprovado. Teoricamente, o proprietário já teria parâmetros existentes para seguir, diferente de uma gleba não parcelada.

Até então, entre as décadas de 1970 e 1980, observa-se o surgimento de loteamentos irregulares e clandestinos por formação incentivada de particulares, entes não governamentais, mesmo que às vezes diretamente ligado a estes, como o caso do loteamento Curitiba, ou que posteriormente vieram para a propriedade de alguma esfera Pública, como nos loteamentos

Cascatinha (Municipal) e Curitiba (Estadual) (CASCAVEL, 2015). Situações com resultados físico-territoriais distintos.

O levantamento do PMH (CASCAVEL, 2012) aponta uma área, sobre a quadra 3, do Jardim França. Área definida como de Utilidade Pública²¹, de propriedade do Município de Cascavel por doação, em 1979, mesmo ano de criação do loteamento. Aparentemente, segundo relatório técnico do setor específico, foi erroneamente identificada como área para sofrer Regularização Fundiária, pois, ao que tange a área descrita, esta continua desocupada até os dias de hoje (CASCAVEL, 2015). Para este estudo, a área será desconsiderada.

Na década de 1990, observa-se uma retomada da criação de novos loteamentos, mas também é o início do surgimento das áreas irregulares por incentivo do poder público municipal e de sua autarquia.

2.2 URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PÓLO REGIONAL

A urbanização pode ser definida como a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade localizada nos espaços das cidades, também indica o crescimento das populações urbanas sobre as rurais, aumento que pode ser medido por taxas de urbanização em uma determinação temporal (TSCHA *et al*, 2010). Para os mesmos autores:

No aspecto produtivo, o fortalecimento e a expansão das atividades urbanas refletem as mudanças na divisão social do trabalho. De uma mão-de-obra ocupada em sua maioria nas atividades primárias, o processo de desenvolvimento econômico estimula a ocupação em atividades urbanas-industriais. (TSCHA *et al*, 2010, p.4).

Já Nalini (2010) traz a definição do antropólogo Gregory Guldin, para quem "...a urbanização deve ser conceituada como transformação estrutural e intensificação da interação de todos os pontos de um contínuo urbano-rural" (NALINI, 2010, p.17).

Francisco de Oliveira (2013) em seus textos em análise sobre o processo de expansão socioeconômica do capitalismo no Brasil a partir pós-revolução de 1930, comenta que a quebra da hegemonia agrário-exportadora no Brasil foi concretizada em 1956, quando a renda do setor industrial superou o agrícola. Na Coleção História do Paraná organizada por Dennison Oliveira

²¹ O Plano Diretor de Cascavel, através da Lei Complementar nº28/2006, defini área de Utilidade Pública como "a área reservada em um parcelamento do solo e integrada ao Patrimônio Público Municipal por ocasião de seu registro, destinada à implantação de equipamentos comunitários" (CASCAVEL, 2006, p.3). Esta será a definição utilizada nesta dissertação, apesar de haverem outros entendimentos ou denominações para áreas destinadas aos equipamentos comunitários em documentos legislativos de outras esferas.

(2002), no caderno que trata sobre a Urbanização e Industrialização no Paraná, demonstra que a participação na geração de renda econômica do setor secundário (Indústria 27,25%), se estabiliza, em superação ao setor primário (agricultura, 19,44%) no ano de 1978, 22 anos após a marca nacional. O setor de serviços, no Estado, atinge grandes marcas, como o maior gerador de renda interna (53,31%) (OLIVEIRA, 2002). Próximo a esta data, em 1980, o percentual populacional na situação de domicílio, entre urbano e rural, é ultrapassado no Paraná, sendo 58,6% da população urbana, contra 41,4% rural (OLIVEIRA, 2002). As duas referências destacadas de maior industrialização e maior população urbana, demonstram que, no Paraná, os processos de urbanização e industrialização entre as suas cidades caminham, neste recorte temporal, par e passo internamente, mas em desacordo com os dados gerais brasileiros, em duas décadas.

No Paraná, dos 290 municípios recenseados na década de 1980, 170 destes começam a apresentar menor população residente do que o apresentado na década anterior devido a dispensa de um grande número de trabalhadores rurais. Destes apenas 13 são do Sul do Paraná e os demais são da região Norte do estado (FERREIRA, 1985). O Paraná, antes receptor de fluxos migratórios, passa a ser considerado na década de 1980, preponderante área de emigração no país e a ter redução da taxa de crescimento anual da população nas décadas seguintes (TSCHA *et al*, 2010).

O resultado foi a expansão do número de desempregados na área rural. Estes se dirigiram para as novas fronteiras agrícolas, ou se integraram ao contingente de despossuídos que engrossavam as favelas e cortiços das cidades paranaenses ou de outros estados. Não é por acaso que a população urbana paranaense finalmente ultrapassa a rural ao fim dos anos 70 (OLIVEIRA, 2002, p.37).

Conforme dados de Tschá *et al* (2010), o Oeste paranaense, na década de 1980 ainda apresenta taxas de crescimento populacional anual (2,76%), comparativamente, maiores do que as apresentadas no percentual do Estado do Paraná (0,97) e do Brasil (2,48). Esta taxa vem a diminuir na década de 1990: Oeste do Paraná (0,34); Estado do Paraná (0,93) e Brasil (1,93) (TSCHÁ *et al*, 2010).

Entre 1970 e 1980, a população rural do Oeste decresceu, porém o ritmo de crescimento da população urbana atingiu 12,5% ao ano, o mais elevado dentre as mesorregiões e o dobro da média paranaense. Nas décadas seguintes, a intensidade da perda de população rural e de incremento do meio urbano da região, permaneceram superando os níveis estaduais, de sorte que o grau de urbanização, que entre 1970 e 1980 havia saltado de 20% para 50%, prosseguiu incrementando-se aceleradamente, alcançando quase 82% em 2000. Mesmo assim, a Mesorregião, naquele ano, ainda abrigava uma das mais elevadas proporções de população rural do Paraná – 11,8%. A movimentação populacional ocorrida no quinquênio 1995-2000 revela em uma análise comparada entre as mesorregiões do Estado, a do Oeste como uma área de

forte absorção populacional, tanto do ponto de vista intermesorregional quanto interestadual, porém igualmente destaca-se como ponto de origem de fortes perdas migratórias, mantendo um saldo negativo nas trocas populacionais. (PARANÁ, s.d.)

Este incremento urbano de absorção populacional pode ser verificado na tabela 06 que apresenta a evolução temporal da população de Cascavel, numericamente e em variação percentual, sendo sentido uma redução comparativa deste nas décadas de 1990 (18,07%) e 2000 (27,14%).

TABELA 06 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E VARIAÇÕES PERCENTUAIS - 1950/2000

Ano Censos	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
População	4.411	39.598	89.921	163.459	192.990	219.652	245.066
Variação %	-	797,72	127,09	81,79	18,07	13,82	11,57

FONTE: TSCHÁ *et al*, 2010, p.93 (Org.), com base nos Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Em complementação a estes dados, os estudos de Tschá *et al* (2010) e Reolon (2007a) evidenciam a diferença do grau de urbanização dos municípios mais representativos da região Oeste do Paraná, entre população rural e urbana, a partir da década de 1960 até a de 2000.

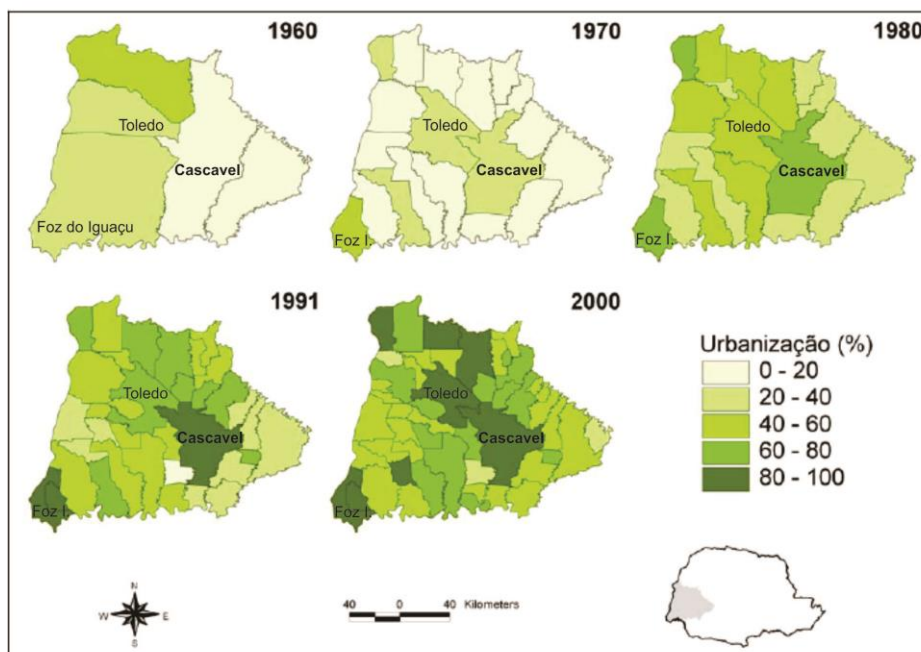


FIGURA 42 - URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE (1960-2000)

FONTE: REOLON, 2007a, p.101 - alterado pela autora, 2015.

Na figura 42 com dados a partir do IBGE, sobre os censos demográficos de 1960 a 2000, nota-se que na comparação entre as cidades de Foz do Iguaçu e Cascavel, na década de

1970, o primeiro município apresenta uma população urbana (67,23%) superior ao de Cascavel (41,26%). A razão se altera na década seguinte de 1980, entre a população urbana de Foz do Iguaçu (74,96%) e Cascavel (83,29%). Em análise dos dados, o percentual entre população urbana e rural na cidade de Cascavel altera-se durante a década de 1970, com a inversão do processo migratório e aumento da população urbana. Esta atinge o ano de 1980 o percentual de 83,29% de população urbana, contra 16,71% de população rural. Nas décadas seguintes, ambas as cidades vão manter um alto percentual de urbanização, acima de 90% nas décadas de 1990 e 2000, mesmo com a diminuição no incremento de variação populacional (tabela 6).

"Constantes taxas de crescimento populacional acima da média mesorregional, especialmente no que respeita o crescimento urbano, promoveram Cascavel à categoria de principal pólo do Oeste Paranaense" (REOLON, 2007a, p.98). A caracterização dos serviços, conforme dados apresentados por Tschá *et al* (2010) entre as décadas de 1990 a 2001 os empregos paranaenses estavam entre as indústrias de transformação, construção civil, comércio, agricultura e serviços.

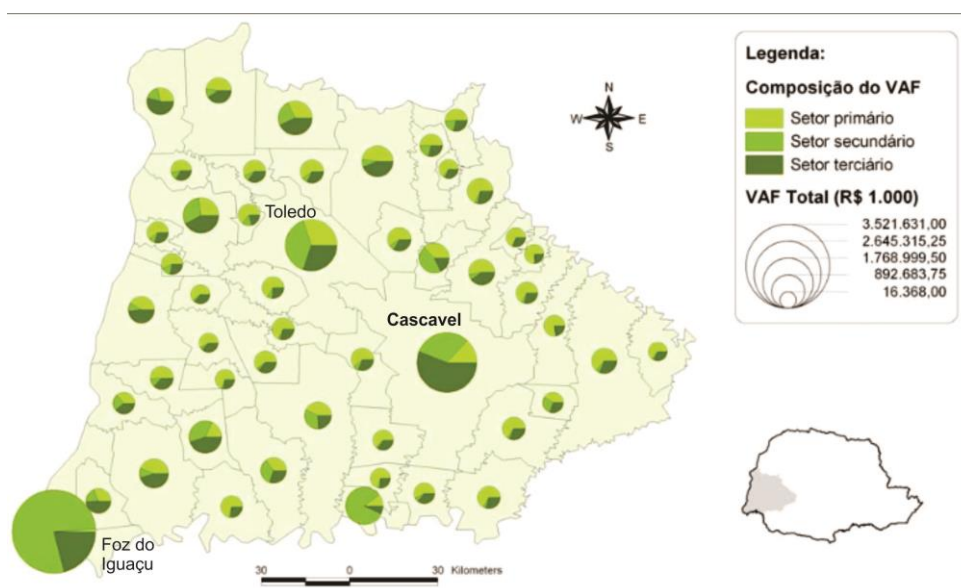


FIGURA 43 - COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL - 2002
 FONTE: REOLON, 2007a, p.106 - alterado pela autora, 2015.

Na figura 43, pode-se notar a grande abrangência do setor terciário (serviços) sobre o município de Cascavel e seu representativo Valor Adicionado Fiscal (VAF) na Mesorregião Oeste Paranaense, seguido do setor secundário (indústria) e primário (matéria-prima). Tem destaque a parcela relativa do setor terciário (verde escuro) do município de Cascavel, em relação às outras cidades da Mesorregião Oeste, onde o setor de serviços não atinge esta proporção, como Toledo (setores equilibrados) e Foz do Iguaçu (prevalece o setor secundário).

No final da década de 1990, com a economia já estabilizada, a redefinição de novos padrões de competitividade deriva dos ajustes internos causados pela globalização, [...] provocam fortes mudanças nas preferências locacionais dos agentes econômicos, os quais, por sua vez, determinam a reconfiguração da distribuição espacial de atividades econômicas". (ANDRADE *et al*, 2001, p.iii).

A cidade de Cascavel, devido sua integração à rede nacional de cidades, torna-se uma ponte de produção e distribuição de bens e serviços de consumo, inclusive o destaque do Município no desempenho das funções de alta e média complexidade médico-hospitalares, em atendimento as demandas regionais, bem como pólo educacional com a criação de várias instituições de ensino superior que também apoiam o setor de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia (REOLON, 2007a, p.109). Considera-se setores do terciário de alta produtividade.

Seguindo as análises de Francisco de Oliveira: "Sem embargo, apenas o crescimento da participação da indústria ou do setor Secundário como um todo não seria o responsável pelos altíssimos incrementos da urbanização do Brasil" (OLIVEIRA, 2013, p. 59). Nisto, o processo de crescimento das cidades não pode ser entendido sem a noção de que as necessidades de acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, próprio da expansão do capitalismo no modo de acumulação global, cujo resultado aparente é o caos da cidade (OLIVEIRA, 2013). O tamanho do terciário, do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial. São os serviços de produção os responsáveis pelo crescimento do emprego nos serviços ou terciário, vistos em Cascavel. Crescimento este diretamente ligado à expansão das atividades industriais, que no caso da Mesorregião Oeste, encontram-se em maior centralidade produtiva nas cidades de Foz do Iguaçu e Toledo, mas não restrito a estas.

Reolon (2010) destaca a tendência de formação ou consolidação de polígonos regionais e corredores da indústria de transformação no Paraná, indicando, no período de 1995 e 2004, no Oeste, o corredor dos municípios de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Este é um indício tímido do processo de desconcentração seletivo, reproduzido em escala local o fenômeno nacional, não por acaso, coincidente com o polígono rodoviário do Anel de Integração Estadual (REOLON, 2010).

A figura 44 demonstra o Anel de Integração Rodoviário e a malha ferroviária implantada no Paraná, estabelecido em 1996 (REOLON, 2010). Em destaque no círculo cinza, a ligação da região de Cascavel como um dos vértices do polígono viário.

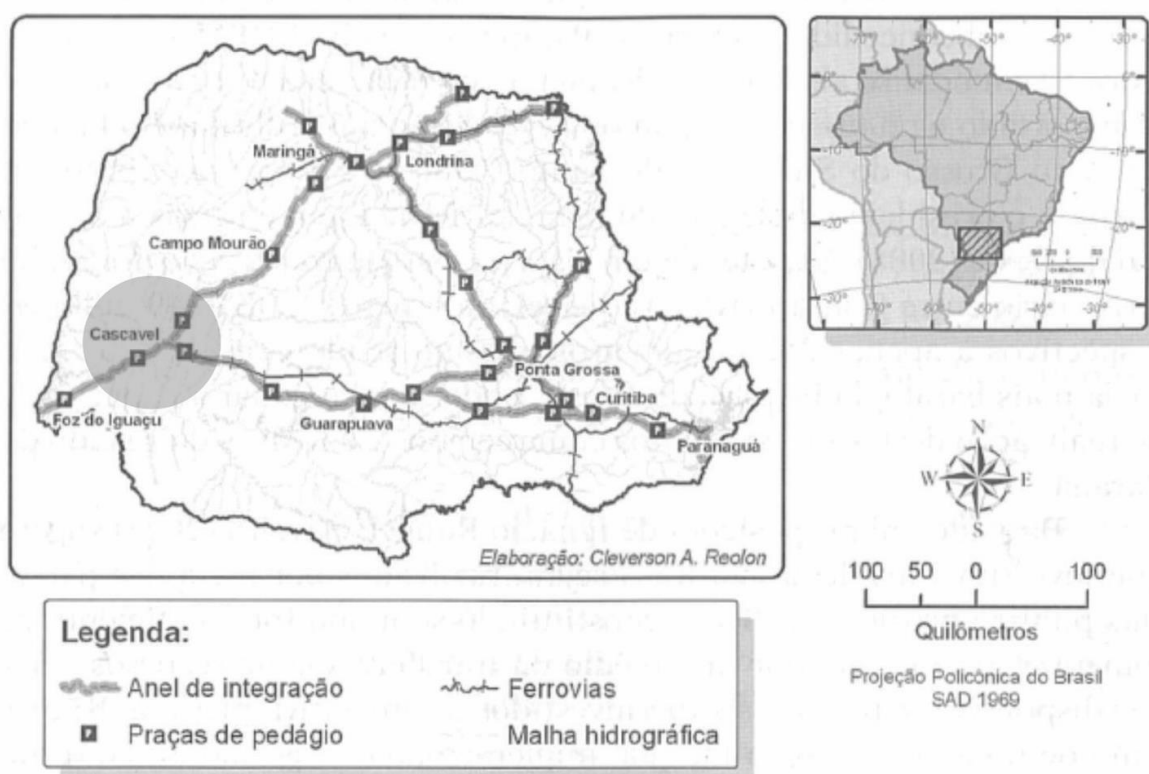


FIGURA 44 - ANEL DE INTEGRAÇÃO E MALHA FERROVIÁRIA DO PARANÁ
 FONTE: REOLON, 2010, p. 159 - alterado pela autora, 2015.

Reolon (2007a) em seu estudo sobre as cidades em processo de metropolização indica três categorias que se assemelham em sua agregação, de acordo com sua natureza específica: demográfica, de estrutura ocupacional e de integração (REOLON, 2007a). Estas características indicam a cidade de Cascavel com características de metrópole na década de 2000. O início deste do processo de metropolização tem marcas no desenho de expansão da cidade, a partir da década de 1980. Cascavel apresenta-se como região de fronteira do processo de acumulação.

2.2.1 Informalidade cadastral de áreas em Cascavel - década de 1990

No final da década de 1980 e início de 1990, na gestão de Salazar Barreiros (1989-1992), continua-se a política de incentivo à construção civil em atendimento a equipamentos públicos de saúde, terminais de transbordo do transporte coletivo, salões comunitários e a conclusão da implantação do calçadão na avenida Brasil, iniciada na gestão anterior (SPERANÇA, 2007, p.274).

Ao final da administração de Salazar Barreiros, no ano de 1992, é criada, através da Lei Municipal 2.345/1992, a Companhia Municipal de Habitação de Cascavel - COHAVEL

(CASCVEL, 1992). Tem como missão: "executar obras de engenharia visando melhorias da qualidade e satisfação dos nossos clientes" (CASCVEL, 1992). A autarquia é aperfeiçoada e recriada em 1994, na segunda gestão de Tolentino (1993-1996) (SPERANÇA, 2007).

O Estatuto - Lei nº 2.410/1993, rege a Companhia Municipal de Habitação de Cascavel como uma empresa pública municipal, sob forma de sociedade civil de fins econômicos, subordinada diretamente ao Prefeito Municipal, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, capital exclusivo do Município de Cascavel e autonomia administrativa (CASCVEL, 1992).

A COHAVEL é uma empresa pública municipal, com fins econômicos, encarregada de desenvolver políticas e projetos de habitação popular, de desenvolvimento e planejamento urbano, podendo celebrar convênios com outros órgãos públicos ou iniciativa privados para a construção de habitação (CASCVEL, 1992).

Na sucessão de gestões municipais entre Fidelcino Tolentino (1983-1988 e 1993-1996) e Salazar Barreiros (1989-1992 e 1997-2000), os prefeitos advogados, opositores políticos, há descontinuidades em relação à estruturação de secretarias incumbidas para o planejamento da cidade, inclusive na elaboração de leis complementares ao Plano Diretor de 1992, sancionadas somente em 1996 (DIAS *et al*, 2005). Um sistema de planejamento organizado sobre bases cadastrais toma forma somente a partir de 1997 no município de Cascavel (DIAS *et al*, 2005).

Quanto à aprovação de novos loteamentos com fins habitacionais durante a década de 1990, apresenta-se a seguinte tabela:

TABELA 07 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 1990

ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	TOTAL
Número loteamentos protocolados	7	0	2	0	3	1	11	5	2	7	38
Área loteada (ha) (1 hectare =10.000 m ²)	71,78	-	7,02	-	50,60	11,98	137,96	59,87	65,03	114,22	518,46

FONTE: Adaptado de CASCVEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento, 2011 e 2014. (Org.) a autora, 2015.

Nota-se na tabela 07, picos nos números de protocolos para parcelamento com fins habitacionais. No início da década há o protocolo de sete loteamentos, depois desta marca, estes caem abruptamente, chegando a haver anos sem solicitações de protocolos, como 1991 e 1993. O maior pico da década acontece em 1996, com 11 protocolos. Ao final da década a marca atinge novamente sete. Contudo, com base na soma das áreas loteadas, nota-se a redução do

tamanho das áreas parceladas, chegando-se somente ao total da década com aproximadamente 520 ha parcelados.

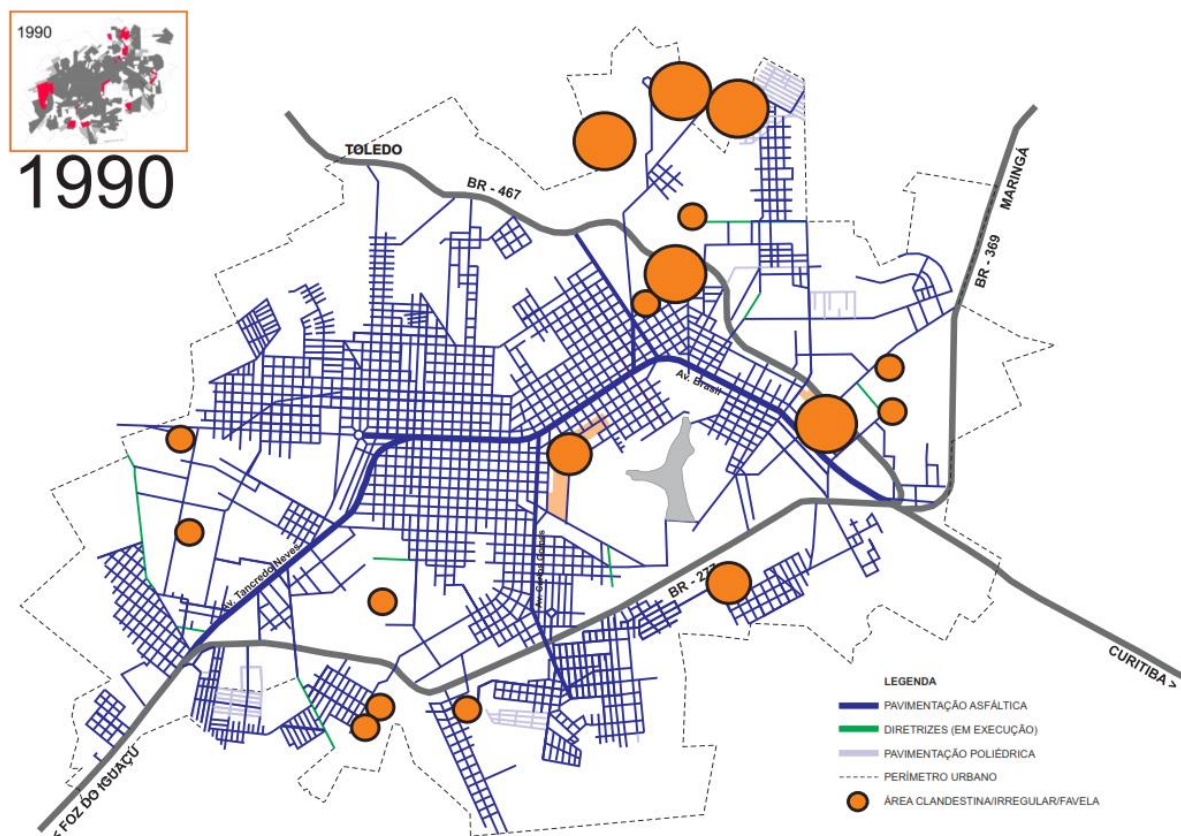


FIGURA 45 - DESENVOLVIMENTO DA MALHA VIÁRIA E ASSENTAMENTO IRREGULAR/CLANDESTINO - 1990

FONTE: Adaptado de OMAR AKEL, 1992. Secretaria de Planejamento com relatório dos setores: Parcelamento do Solo, 2014; Regularização Fundiária, 2015. (Org.) a autora, 2015.

Na figura 45, marca-se o desenvolvimento da malha viária pavimentada na década de 1990, conforme mapas contidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Diretrizes Estratégicas, desenvolvido pela equipe de consultoria do arquiteto Omar Akel em parceria com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Planejamento, em 1992. Nota-se a expansão desta para as proximidades do perímetro urbano. Contudo, ainda deixando grandes áreas já parceladas em décadas anteriores, sendo atendidas por somente uma via de ligação pavimentada. Nestes meios, com infraestrutura deficitária é que surgem vários loteamentos irregulares e clandestinos (círculo laranja).

Na década de 1990, além das três áreas clandestinas/irregulares de promoção privada das décadas da 1970 e 1980, são estabelecidas mais 14 áreas com informalidade cadastral, em duas outras situações de agentes promotores: promoção pública (Municipal), e promoção de

autarquias (Municipal ou Estadual). Todas estas áreas, regulares, irregulares/clandestinas, estão organizadas temporalmente, por sequência de surgimento, desde a década de 1960 até a de 1990, conforme seu agente promotor, na tabela 08.

TABELA 08 - LEVANTAMENTO ÁREAS IRREGULARIDADES E CLANDESTINAS

DÉCA DA	LOT. REGULARES CRIADOS	ASSENTAMENTO IRREGULAR PROMOÇÃO AUTARQUIA MUNICIPAL/ ESTADUAL	ASSENTAMENTO EM ÁREA IRREGULAR/ CLANDESTINA DE PROMOÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	ASSENTAMENTO EM ÁREA IRREGULAR/ CLANDESTINO DE PROMOÇÃO PRIVADA	SOMA DOS IRREGULARES	
					PÚBLICO	PRIVADO
1960	31	-	-	-	-	-
1970	125	-	-	01 - Pv Cab. do Melissa (1)	-	01
1980	18	-	-	02 - Pv Curitiba (2) e Cascatinha (3).	-	02
1990	38	10 - Pb Novo Mundo (6); XIV de Nov. (7); Itapuã (9); Morada do Sol(10); Estrela do Mar (11); Jd. Alvorada (12); Santa Cruz (13); Melissa (15); Araucária(16); Abelha (17).	02 - Pb XIV de Nov. (8) e Santa Cruz (14) - Pb	02 - Pv Riva Dávia (4); Gramado (5).	12	02

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.
Definições de: (Pv) - Privado; (Pb) - Público

Na tabela 08 observa-se, na coluna cinza, o quantitativo de loteamentos regularmente criados. Na coluna em vermelho os loteamentos e assentamentos irregulares decorrentes da promoção de agentes públicos municipais ou estaduais, com fins econômicos, sendo nove áreas da autarquia COHAVEL, e uma pela COHAPAR, em divisão não estabelecida na tabela, totalizando os 10 casos da década de 1990. Na coluna em amarelo, o nome dos loteamentos onde encontram-se os assentamentos que surgem da informalidade cadastral decorrente da promoção pública da municipalidade, através de ações de suas secretarias, quantificando dois casos na década de 1990. E por último, na coluna em azul a situação já contemplada desde a década de 1970, os de assentamentos irregulares ou clandestinos de promoção privada, apresentando dois casos, além dos já anteriormente citados nas décadas de 1970 e 1980.

Em uma análise numérica da soma das áreas irregulares/clandestinas, independente de seus agentes promotores, nota-se que na década de 1990, comparativamente com as demais décadas de 1970 (1) e 1980 (2), estas tiveram um aumento de 700% (14) na produção de assentamentos. Para discriminar melhor a localização destas áreas irregulares/clandestinas por seus agentes, organiza-se o mapa de ocupação do solo, na figura 46.

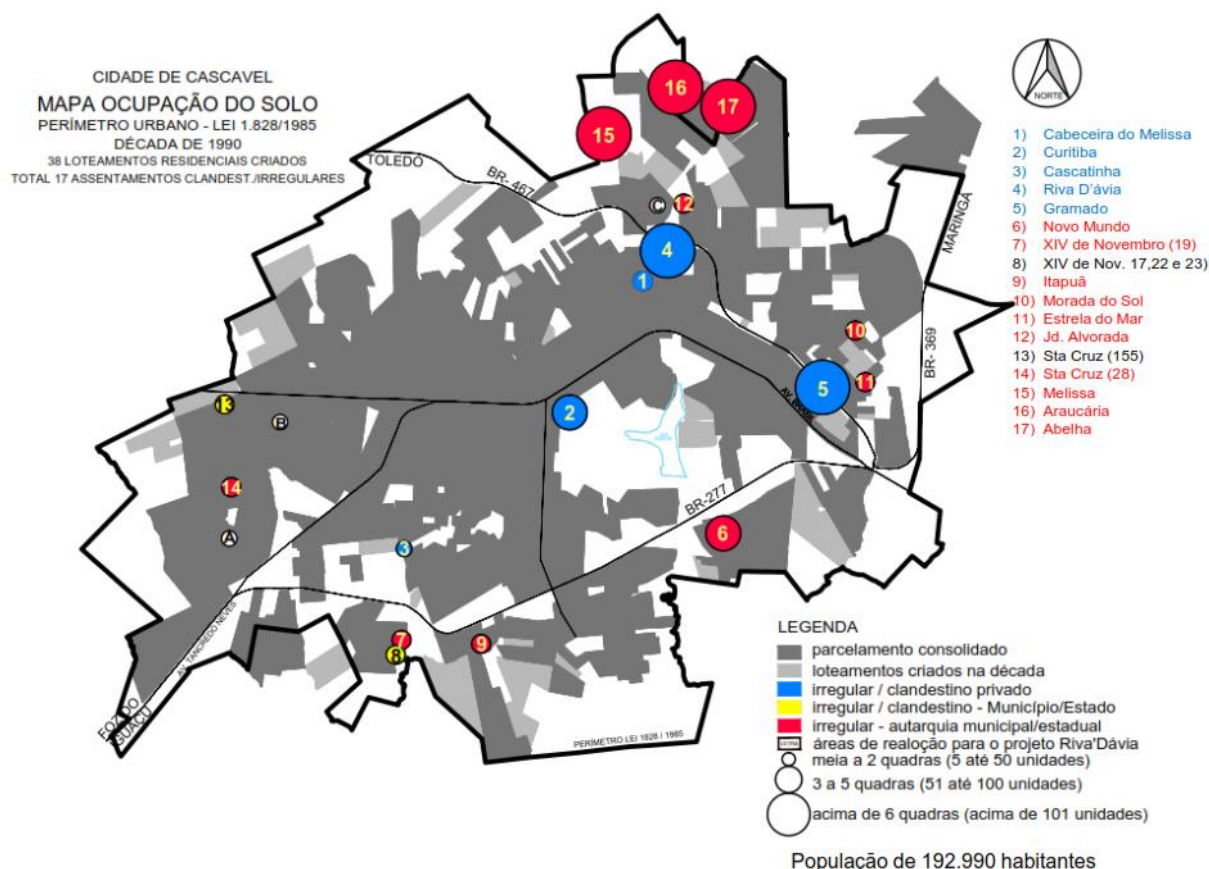


FIGURA 46 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO - DÉCADA 1990

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.

No mapa da figura 46 observa-se a delimitação do perímetro urbano ainda da Lei Municipal 1.828/1985, não havendo alteração deste na década de 1990, mesmo com loteamentos consolidados fora do perímetro urbano (CASCAVEL, 2010). Em cinza claro, as áreas de loteamentos regulares estabelecidos na década de 1990. Estes preenchem as áreas de vazios urbanos nas regiões norte, leste e sul da cidade, com áreas de menor dimensão. Todavia, a ocupação periférica continua sendo a tendência observada.

Quanto à produção de assentamentos com informalidade cadastral de promoção privada, destaca-se o loteamento totalmente irregular, sobre uma gleba anteriormente não parcelada, apontado no Plano Municipal de Habitação - PMH (Lei Municipal nº 6.063/2012), denominado como loteamento Riva D'Ávia, indicado com o número 4, no círculo azul. Esta área

é de propriedade do influente político local Edi Siliprandi²². A manutenção desta área na irregularidade demonstra resquícios do patrimonialismo²³, presente na evolução histórica do Brasil, comum até a República, que depois assume uma fachada burocrático-racional-legal modernizada e sofisticada, sem deixar a sua essência (SAES, 2001).

O PMH indica a área do loteamento Riva Dávia com a quantidade de 102 lotes (CASCAVEL, 2012). Contudo, uma discussão é necessária para a distinção deste quantitativo, devido questões de interpretação das intencionalidades da época de levantamento do PMH (2012).

Conforme esclarecimentos da assistente social Marilda Thomé Paviani, em entrevista no dia 23/07/2015, o loteamento irregular Riva Dávia encontra-se com sua área ocupada desde 1996, antes da regulamentação do instrumento de regularização fundiária pela Lei Federal 11.977/2009 (BRASIL, 2009). Antes desta lei, havia o entendimento dos técnicos municipais de que, para possibilitar a regularização do loteamento Riva Dávia, de propriedade particular, haveria a necessidade de realocar as famílias em área de fundo de vale e as sobre projeção de arruamento. Através de levantamento, foi verificada a existência de 110 famílias nestas duas situações. Contudo, destas, somente 72 delas aceitaram a proposta de sair da área, as demais ficariam para propor negociação individual com o proprietário (PAVIANI, 2015). No ano de 2006 houve uma proposta, encampada pelo Município de Cascavel, através de recurso Federal do Programa para Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, de um projeto na modalidade Urbanização de Assentamentos Precários para a realocação das 110 famílias. O projeto previa a realocação de 72 famílias das áreas de preservação da área do Riva Dávia e o restante das unidades do projeto puderam ser substituídas por outras famílias de outras áreas da cidade na mesma situação (PAVIANI, 2015). Com isto, vieram mais 24 famílias do assentamento clandestino do Gramado, no bairro São Cristóvão (círculo azul com o número 5 na figura 46), e mais 14 famílias residentes em áreas de preservação permanente do Córrego Bezerra, nos bairros: a) Santa Cruz, em sua quadra 135, oito famílias; b) Alto Alegre no loteamento Jardim Palmeiras, nas quadras 12 e 14, três famílias; c) no Brasmadeira, no loteamento Jardim Rio Branco, em suas quadras 12 e 14, três famílias (CASCAVEL, 2015). Estas três últimas áreas são identificadas no mapa da figura 46 com os círculos brancos, com as letras A, B e C, conforme os respectivos loteamentos já descritos, a que se referem

²² Edi Siliprandi, elegeu-se deputado federal, em 1990, encampando a criação do Estado do Iguazu (LOPES, 2004).

²³ Segundo Décio Saes (2001) o Estado patrimonial se caracteriza pela redução dos cargos públicos, e o exercício do próprio poder, à condição de instrumentos de um grupo na busca de vantagens materiais ou políticas, governando em nome próprio, para assegurar a coesão da sociedade de classes vigente.

(CASCAVEL, 2006). Estas áreas não serão consideradas nos levantamentos quantitativos de assentamentos clandestinos/irregulares, mas somente a sua irregularidade recorrente.

O total destas intervenções resultaria na construção de 110 residências unifamiliares em outros três bairros (Brasmadeira, 59 unidades; Morumbi, 23 unidades em uma quadra e 20 unidades em outra e no Brasília, no loteamento Jardim Consolata, com 8 unidades). As áreas de realocação localizam-se na região norte e leste da cidade, com uma distância máxima de 4 km do loteamento irregular do Riva Dávia, local que continuou sendo a referência nominal do projeto (CASCAVEL, 2006). O projeto de realocação sofreu percalços quanto a aprovação de parcelamento das áreas nos bairros de destino, ocasionando novos assentamentos irregulares nos bairros citados. Como somente as oito unidades no loteamento Consolata encontravam-se devidamente aprovadas em 2010, com o levantamento do PMH, é em referência as outras 102 unidades, do empreendimento de realocação, que houve a indicação no PMH como Riva Dávia.



FIGURA 47 - ASSENTAMENTO IRREGULAR DO RIVA DÁVIA - PRIVADO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

O loteamento Riva Dávia, como um todo, mesmo encontrando-se em irregularidade com mais de 250 famílias em situação de ocupação desde 1996, apresenta-se como um loteamento irregular, pertencente a terceiros, sobre uma gleba anteriormente não parcelada, não adequadamente identificado nas intenções dispostas no PMH, como comentado acima (CASCAVEL, 2015). Este loteamento irregular, conforme a figura 47, encontra-se próximo a BR-467, na região Norte da cidade, sentido Toledo, em uma área já consolidada na década de 1990. São aproximadamente 250 lotes, dispostos em 8 quadras, em uma área com 94.900,00

m², somando-se as áreas dos lotes 100P, da quadra 100P e lote 101 da quadra 101 da Gleba Cascavel (CASCAVEL, 2015). O projeto, sem data específica, seguiu a um ordenamento inicial, contudo, em parte das quadras, são percebidas as características de homogeneidade em relação a alta densidade de edificações, sendo difícil identificar os limites de divisas entre os lotes (ROSENFELDT; LOCH, 2013). A ocupação nas áreas onde se estabeleceu contrato de compra e venda dos imóveis, o assentamento se deu sem o seguimento a formas rígidas de implantação, principalmente na área de preservação permanente, próxima a BR-467, do corpo hídrico Lageado Clarito, no topo da figura 47.

O tipo da ação de promoção particular do loteamento Riva Dávia pode ser definido como do tipo "b2", com o parcelamento da área a partir de um projeto urbanístico organizado em vias e quadras, mas com lotes vendidos antes da sua efetiva aprovação pela municipalidade. A inconformidade encontra-se no atendimento a legislação ambiental, quanto a ocupação de áreas de preservação permanente, bem como ao físico-urbanístico com ausência de infraestrutura e áreas públicas.

Sobre estas características pode-se levantar as análises de Yvonne Mautner (2010) sobre a **periferia como fronteira de expansão**, admitindo como resultado desse espaço construído, mesmo em loteamentos à margem da legalidade, a reprodução de um espaço pronto para ser incorporado ao restante da cidade por seguir as formas tradicionais do traçado da cidade. "Se seguissem estritamente os requisitos legais para serem vendidos, estariam certamente fora do alcance da população de baixa renda; porém, quanto mais próximos chegam dos padrões tradicionais, maiores são as chances de serem alcançados por serviços urbanos" (MAUTNER, 2010, p. 253).

Na região leste da cidade, a identificação de outra área com irregularidade cadastral, no loteamento São Cristóvão, adjacente à BR-467, regularmente aprovado no ano de 1976, a sua área total de 212,84 ha apresenta algumas quadras com assentamentos clandestinos. O perímetro do loteamento pode ser identificado na figura 48 pela poligonal branca.



FIGURA 48 - ASSENTAMENTO DO GRAMADO NO LOTEAMENTO SÃO CRISTÓVÃO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Na figura 48 as áreas da ocupação clandestina do Gramado (em azul), são identificadas sob o número 5, no círculo azul da figura 46. A área é assim denominada por se encontrar próxima ao condomínio residencial Gramado II aprovado no ano de 1996.

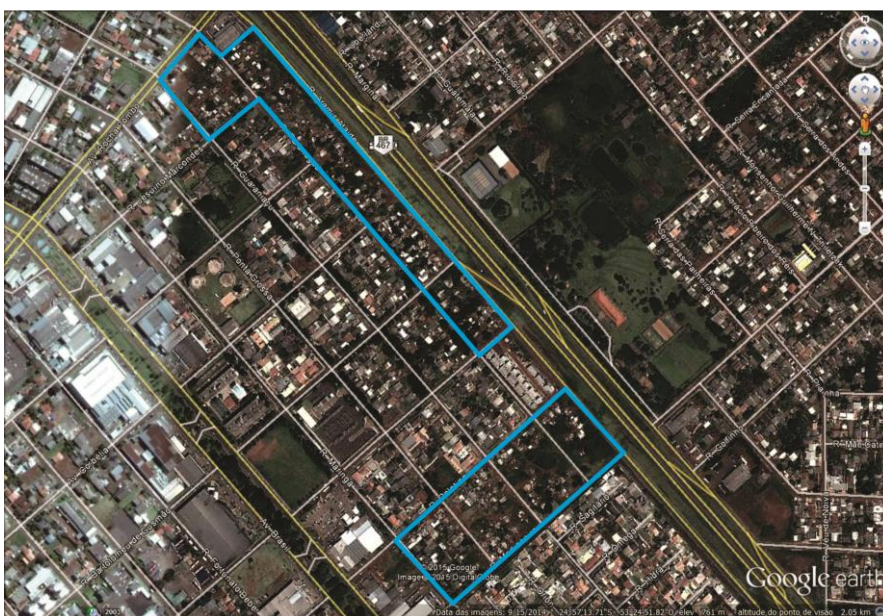


FIGURA 49 - ASSENTAMENTO DO GRAMADO - PRIVADO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

O loteamento São Cristóvão, em si, é regular, contudo houve a ocupação, por terceiros, das áreas das quadras 65, 107, 108, 109, 142, 143, 144, 145, 146 e 147, todas de propriedade

privada da Sul Brasileiro Crédito Imobiliário, totalizando 72.471,45m², representando 3,4% da área total do loteamento. Nestas áreas encontram-se mais de 120 famílias em situação de precariedade habitacional e falta de saneamento básico. Esta é uma das áreas de onde foram retiradas parte das famílias contempladas pelo projeto Riva Dávia (CASCAVE, 2015). Contudo, o assentamento do Gramado não tem suas áreas identificadas no PHM.

O estabelecimento da ocupação se deu por meio do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNM²⁴. Por se tratar de um assentamento desenvolvido na ocupação de área de terceiros, sem maiores preocupações com uma delimitação regular de lotes ou quanto a contensão de adensamento conforme as legislações urbanísticas, este conforma um terceiro tipo de ação de promoção privada, o qual define-se como "c1", caracterizando-se como de favela (CAVALLIERI *et al*, 2007).



FIGURA 50 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NOVO MUNDO - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Com outras características de promoção, no mapa de evolução da ocupação do solo na década de 1990, na figura 46, identificada com o número 6, no círculo vermelho, o surgimento da área irregular no loteamento regular do Novo Mundo, não levantada no PMH (2012). O loteamento Novo Mundo situa-se na região Sul da cidade, é regular e aprovado no ano de 1975,

²⁴ O Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, criado nacionalmente no ano de 1990, promove mobilizações populares para ocupação de áreas urbanas e rurais com base no direito à moradia (SILVEIRA, 2014). O movimento tem como líder local, em Cascavel-PR, o Sr. Sílvio José Gonçalves (CASCAVEL, 2015), o qual representa, utilizando-se das palavras de que Vera Telles (2010, p.180), como um dos "[...] responsáveis pelo controle das fronteiras e suas passagens"

com uma área total de 24,36 ha (CASCAVEL, 2014), próximo a Grande Estrada da BR-277. O seu perímetro está identificado na figura 50 nos limites das linhas em branco.

Em seu histórico, as áreas das quadras 5-A, 6, 7, 12A, 12B e 13 são passadas para a COHAPAR, entidade habitacional do Governo do Estado, no ano de 1987. A construção das habitações ocorre no ano de 1999. O conjunto das quadras totalizam 82 lotes e uma área de 26.623,00 m², representando 10,93% da área total do loteamento (CASCAVEL, 2015). O assentamento segue ao ordenamento do projeto inicial, em lotes de 300 a 660 m², contudo a irregularidade documental sobre a propriedade perdura.

Diferentemente dos assentamentos apresentados até então, estas áreas possuem promoção de iniciativa pública, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal com a Companhia de Habitação do Estado. Neste caso, há uma doação de área para a COHAPAR, que desenvolve o projeto urbanístico e das residências, apresentando o projeto uma certa regularidade quanto ao tamanho do lote e de vias internas, ortogonais as já existentes. Por falta no atendimento as legislações urbanísticas quanto ao tamanho de lotes e vias, o reparcelamento do loteamento não foi aprovado, mesmo pela inércia na comunicação entre os dois entes. Caracteriza-se este tipo de ação de promoção pública como do tipo "d1".

O mapa de evolução de loteamentos da década de 1990 (figura 46), tem representado em sua legenda, com destaque das áreas amarelas, as ações de ocupação irregular ou clandestina, identificadas no PMH, como de promoção da municipalidade (CASCAVEL, 2012). A ocupação das áreas se dá através das iniciativas da Secretaria Municipal de Ação Social, criada em 1994. Na terceira cor, em vermelho (figura 46), a áreas pela iniciativa da autarquia municipal responsável por empreendimentos habitacionais - COHAVEL (1992) (CASCAVEL, 2015). As áreas destinadas para tal fim geralmente são de utilidade pública (CASCAVEL, 2006) ou doadas à municipalidade por terceiros, em loteamentos já aprovados na década de 1970. Contudo, se há abertura de novas ruas, o trâmite é sobre a consideração de um novo loteamento (BRASIL, 1979).

O loteamento XIV de Novembro é regular, aprovado no ano de 1975 (CASCAVEL, 2014). Seu perímetro, com 36,82 ha está identificado em branco (figura 51), situado na região Sul da cidade, próximo a BR-277. As áreas do XIV de Novembro, com informalidade cadastral encontra-se diferentemente sobre as quadras 17, 19, 22 e 23.

A primeira tipologia, identificada na figura 46 pelo círculo vermelho com o número 7, a quadra 19 (figura 51, perímetro em vermelho), com área de 11.060,00m², foi doada pelo Município para o patrimônio da COHAVEL. Esta teve sua ocupação por promoção desta autarquia. Esta área representa 3% da área total do loteamento XIV de Novembro. Apesar da

alta densidade das residências, observa-se uma organização do espaço. É possível identificar os limites dos lotes propostos, seguindo a um projeto de arruamento interno. Pode-se definir a quadra 19 como um assentamento irregular (SAULE JR, 2004). Também se configura com o tipo de irregularidade "e1", com uma parceria entre Município e sua Autarquia.



FIGURA 51 - ASSENTAMENTO IRREGULAR/CLADESTINO DO XIV NOVOEMBRO - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

A segunda tipologia, na mesma área do loteamento, observa-se nas quadras 17 (área de 6.051,22 m²), 22 (área de 1.226,28 m²) e 23 (área de 4.599,70 m²), que foram identificadas na figura 46 como um único círculo amarelo, com o número 8, com área total de 11.877,20 m², somente a área reparcelada. Estas são ocupações de promoção do Município, organizados pela Secretaria de Ação Social e endossada pelo prefeito da época, através de Termo de Uso a Título Precário de Imóvel, autoriza a construção e ocupação, por tempo indeterminado (CASCABEL, 2015). Corresponde a 3,23% da área total do loteamento. Nota-se, até mesmo pelo desenho com pontas triangulares das quadras, a aglomeração em alta densidade das residências de pequeno porte, não sendo possível identificar as divisões das parcelas, caracterizando estas áreas como ocupações clandestinas (ROSENFELDT; LOCH, 2013). Por ser um loteamento de ação direta da municipalidade, por meio de programas de erradicação de favelas, partindo para a resolução do problema através da cessão de área para autoconstrução de habitações, inclusive com material de reaproveitamento, sem projeto definido, dificultando a identificação dos limites entre as edificações, considera-se esta uma ação pública de tipo "f1".

O último assentamento identificado na região Sul da cidade na década de 1990 situa-se no loteamento Jardim Itapuã. A área está indicada com o número 9 no círculo em vermelho na figura 46. Está em um loteamento regular aprovado no ano de 1976, com área total de 27,91 ha (CASCAVEL, 2014), com perímetro identificado pelas linhas em branco na figura 52.

O assentamento irregular da quadra 2A, com área de 4.852,50 m², do Jardim Itapuã, foi implantada por meio de promoção pública, pela autarquia da COHAVEL, com contratos de compra e venda firmados. A área do assentamento representa 1,74% da área total do loteamento. Pode-se identificar (figura 52) as divisas entre os lotes e a organização ao longo da via interna, ortogonal às ruas existentes (SAULE JR, 2004). Foram feitas 12 subdivisões, com área média dos lotes de 300,00 m². Pode-se classificar esta ação de promoção de irregularidade como a do tipo "e1".



FIGURA 52 - ASSENTAMENTO IRREGULAR JD. ITAPUÃ - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Na região Leste da Cidade identificam-se várias áreas com loteamentos irregulares de promoção pública. O PMH indica duas áreas passíveis de regularização fundiária de promoção da COHAVEL, primeiramente na quadra 2, e depois, a da quadra 10, ambos no loteamento Jardim Morada do Sol, com alguns lotes com permissão de ocupação dada pelo Município (CASCAVEL, 2014). Contudo, para este trabalho, será considerada somente o da quadra 2, pois a quadra 10 já encontra-se parcelada e regularmente aprovada, sendo sua irregularidade somente sobre a titularidade da propriedade do imóvel com relação a seus ocupantes e não ao assentamento em si.

O loteamento Jardim Morada do Sol, aprovado no ano de 1979, com área total de 10,36 ha, tem o seu perímetro identificado, em branco, na figura 53.



FIGURA 53 - ASSENTAMENTOS IRREGULARES NO MORADA DO SOL - PÚBLICO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

A quadra 02 (figura 53), do Jd. Morada do Sol, estava inicialmente destinada à utilidade pública (CASCAVEL, 2006), identificada pelo círculo vermelho com o número 10 na figura 46. A área de 7.524,00m², que representa 7,26% da área total do loteamento, possui um projeto inicial identificado e mantido por uma divisão em 24 lotes, com áreas médias de 236,00 m², com a criação de uma rua interna (CASCAVEL, 2015). A sua estrutura de parcelamento permite a identificação das divisas dos lotes, dando à quadra a mesma ordenação das quadras vizinhas, caracteriza-se como um assentamento irregular e não clandestino (SAULE JR, 2004). Por ser um parcelamento de iniciativa pública, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal que doa áreas esta área para a COHAVEL, para a venda somente de lotes, é tida como uma irregularidade do tipo "e1".

Ainda na região Leste da cidade, no loteamento Estrela do Mar, aprovado no ano de 1976, identificado o seu perímetro em branco, com área de 13,43 ha, na figura 54, a irregularidade encontra-se na quadra 7, de utilidade pública. A irregularidade desta quadra, em perímetro em vermelho na figura 54, é identificada com um círculo, também em vermelho, com o número 11 no mapa da figura 46. O assentamento apresenta a área de 9.440,00m², de utilidade pública (CASCAVEL, 2006), promovida pela COHAVEL (CASCAVEL, 2014). No projeto original a área foi dividida em 28 lotes, com áreas médias de 242,00 m², o que representa 7,03%

da área do loteamento (CASCAVEL, 2015). Também foram abertas na área duas ruas de acesso, perpendiculares à malha existente. Por ser um parcelamento de iniciativa pública, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal que doa esta área para a COHAVEL, para a venda somente de lotes, é tida como uma irregularidade do tipo "e1".



FIGURA 54 - ASSENTAMENTO IRREGULAR ESTRELA DO MAR - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Outra área na região Norte da cidade, apresenta-se identificado com o círculo vermelho, com o número 12, na figura 46, o loteamento Jardim Alvorada, regularmente aprovado em 1977, com uma área total de 30,88 ha. O perímetro do loteamento é demonstrado na figura 55, com traçado em branco. A área com o assentamento irregular encontra-se na quadra 03, com área de 11.178,00m² no loteamento Jardim Alvorada, o que representa 3,62% da área total do loteamento (CASCAVEL, 2014). No projeto original a área foi subdividida em 40 lotes, com área média de 242,00 m². Conta com definições visíveis no parcelamento do solo, inclusive com infraestrutura de pavimentação asfáltica executada. Foi uma ocupação com promoção pública dada pela COHAVEL (CASCAVEL, 2015). Define-se com a tipologia de irregularidade do tipo "e1". Este é um dos poucos assentamentos irregulares, de promoção da COHAVEL, que conseguiram a implantação da pavimentação asfáltica.



FIGURA 55 - ASSENTAMENTO IRREGULAR JD. ALVORADA - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Ainda na região Norte da cidade, no bairro Interlagos, sobre o loteamento regular denominado Vila Tarumã, aprovado em 1982, o PMH aponta a regularização de alguns lotes nas seguintes áreas: quadra 9 (lotes 8, 10, 12 e 14), quadra 11 (lotes 6, 8 e 17), quadra 21 (lotes 16 e 20) e quadra 22 (lotes, 6, 10, 14, 17 e 18). Estas áreas somam o montante de 8.407,64 m². Estes lotes foram passados para a propriedade da COHAVEL a partir de desapropriação amigável do Município, para aumento de capital social da autarquia, no ano de 1997 (CASCAVEL, 2015). Contudo, o loteamento apresenta-se regular e a informalidade afeta somente a titularidade de propriedade de alguns lotes com relação a seus ocupantes, sendo desconsiderados para este estudo.

Na região Oeste da cidade, o loteamento do Parque Residencial Santa Cruz, aprovado no ano de 1977, apresenta duas áreas indicadas pelo PMH com informalidade cadastral nas suas quadras 155 e 28, respectivamente identificados pelo círculo amarelo com o número 13 e pelo círculo vermelho com o número 14, ambos na figura 46 (CASCAVEL, 2014). O perímetro do loteamento, com área de 204,74 ha, pode ser identificado por meio do polígono em branco (figura 56).

Na figura 56 observa-se a quadra 155, identificada com o contorno amarelo. Esta numeração é decorrente da unificação da quadra 55 de utilidade pública (CASCAVEL, 2006), do mesmo loteamento, com a quadra 25, em triângulo, pertencente ao loteamento Santo Antônio, adjacente, dando a nova numeração da quadra 155 (CASCAVEL, 2015).



FIGURA 56 - ASSENTAMENTOS NO LOTEAMENTO SANTA CRUZ - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.



FIGURA 57 - ASSENTAMENTO IRREGULAR LOT. SANTA CRUZ, QUADRA 155 - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

A ocupação da quadra 155, com área de 8.992,90 m² foi de promoção pública pela secretaria de Assuntos Comunitários, sob regime de autoconstrução das edificações, em lotes de 220,00m² (CASCANEL, 2015). Esta área representa 0,44% da área total do loteamento. Houve o endosso do prefeito da época, que através de autorização por Termo de Uso a Título Precário de Imóvel, por tempo indeterminado, autorizada a construção e ocupação da área parcelada, neste modelo, com definição de lotes, por isto seu enquadramento no tipo "g1" de irregularidade

As primeiras 15 residências de pequeno porte seguiram a um ordenamento inicial de implantação, partindo da parte superior da imagem na figura 57, principalmente aos lotes confrontando com a rua interna. Na época da implantação do projeto havia um corpo hídrico que cruzava a quadra, no vértice direito, na parte abaixo da figura 57. Após a canalização deste houve novas ocupações, que se estenderam sobre todo o terreno, sem seguir formas rígidas (CASCAVEL, 2015). Posteriormente, com a ocupação total da área, na parte de baixo da figura 57, os alinhamentos se perdem, não podendo mais ser possível a identificação tão clara das divisões dos lotes, sendo estes não ortogonais às ruas existentes, sob dimensões variadas (CASCAVEL, 2015).



FIGURA 58- ASSENTAMENTO IRREGULAR LOT. SANTA CRUZ, QUADRA 28 - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Na quadra 28 do Parque Residencial Santa Cruz (figura 58), com área de 9.000,00 m², a promoção foi pela COHAVEL, que desenvolve um projeto urbanístico, com lotes mínimos de 125,00 m² e abertura de rua interna (CASCAVEL, 2015). A área representa 0,44% da área total do loteamento. Em sua implantação, o arruamento foi maior do que o estabelecido em projeto, diminuindo a área destinada aos lotes, já mínimos pela definição legal. Nota-se o grande adensamento das edificações de pequeno porte e a proposta de abertura de duas ruas internas, ortogonais ao traçado das ruas existentes. Esta área enquadra-se no tipo "e1" de irregularidade.

Uma outra área levantada pelo PMH, que destaca os loteamentos de proposição de terceiros, com áreas irregulares, identificado como o Conjunto Habitacional Jesuítas, loteamento aprovado na década de 1990, não será demarcado nesta sequência de mapas

(CASCAVEL, 2014). Conforme informações proferidas dia 20/05/2015 pela Assistente Social Ana Paula de Oliveira, participante dos levantamentos para o PMH, este loteamento entrou erroneamente no levantamento do PMH por acreditarem ser este um loteamento da COHAVEL, posteriormente sendo identificado como de propriedade da COHOESTE. Diz-se que sua irregularidade está sobre a passagem da propriedade para seus compromissários compradores, devido à falência da empresa. Contudo, nos documentos analisados não foram encontradas ocupações sobre as áreas destinadas à utilidade pública (CASCAVEL, 2006), ou outra indicação de irregularidade quanto a passagem de propriedade, junto ao Cadastro Técnico Municipal disponíveis no Geoport (CTMGEO, 2015). Somente há ausência de infraestrutura instalada. Por estes motivos estas áreas não serão contabilizadas neste estudo.

No final da década de 1990, através da promoção pública da COHAVEL, surgem três grandes loteamentos, implantados inteiramente de forma irregular sobre glebas ainda não parceladas, todos na região Norte da cidade, são eles: Melissa; Araucária e Abelha, nos respectivos anos de 1994, 1997 e 1998 (CASCAVEL, 2012). Estes são identificados na figura 46, em destaque, nos círculos em vermelho, com a sequência numérica: 15, 16 e 17.



FIGURA 59 - ASSENTAMENTOS IRREGULARES: MELISSA, ARAUCÁRIA E ABELHA - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Na figura 59 observa-se a localização dos loteamentos irregulares, sua disposição e proximidade entre eles, todos na região Norte da cidade.

A COHAVEL desenvolve um projeto urbanístico com abertura de ruas, quadras e lotes, e em alguns casos, inclusive com a edificação de algumas casas. Sobre estas áreas foram feitas várias formas de contrato, como o de comodato e o de compra e venda (CASCAVEL, 2015). Independente da forma estabelecida em contrato, com pagamento efetuado ou não, estas áreas permaneceram irregulares na situação da propriedade da COHAVEL. Por alguma falta no atendimento as legislações urbanísticas, geralmente por questões ambientais ou de largura de vias, o parcelamento do loteamento não foi aprovado. Todos os três empreendimentos possuem um projeto de origem, que foi mantido em parte, no respeito à circulação das vias, mas não houve controle no adensamento dos lotes ou da ocupação de algumas áreas que seriam de utilidade pública (CASCAVEL, 2006; CASCAVEL, 2015). Estas características definem a irregularidade como do tipo "e2".



FIGURA 60 - ASSENTAMENTO IRREGULAR MELISSA - PÚBLICO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

A primeira das três áreas, o loteamento irregular Melissa (figura 60) foi implantado pela promoção da COHAVEL, sob uma área de 198.147,04 m². O projeto original propõe a implantação de 380 lotes dispostos em 25 quadras, com lotes em áreas médias de 240,00m². A venda ou comodato foi somente dos lotes, possibilitando o sistema de autoconstrução para quem se estabelecesse no lote. A sua aprovação teve impedimentos devido o contínuo vencimento de licença prévia ambiental e falta de atendimento as correções no projeto original, exigidas pelo setor de parcelamento do solo quanto ao estabelecimento de retornos nas ruas sem saída até a

área de preservação permanente. Com o passar dos anos, por ação dos moradores das áreas algumas vias foram interligadas em outras, as quadras se estendem até a área de preservação permanente com ocupações, sem seguir formas rígidas de implantação. Considera-se este assentamento como do tipo "e2".



FIGURA 61 - ASSENTAMENTO IRREGULAR ARAUCÁRIA - PÚBLICO
FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

O loteamento irregular Araucária foi implantado pela promoção da COHAVEL, na área de 136.000,00 m² (figura 61). O projeto original propõe a implantação de 333 lotes, em 15 quadras, com áreas médias de lotes em 220,00 m². A justificativa de irregularidade constatada nos documentos de aprovação do loteamento é a negação da COHAVEL em providenciar retorno *cul-de-sac* em algumas ruas que teriam sua extensão para terrenos vizinhos ainda sem parcelamento. A alegação do diretor da COHAVEL, de acordo com o relatório feito pela Arq. Denise Bortolotto do Setor de Aprovação de Projetos em 2005, é de que "[...] providenciar retornos nas referidas ruas exigiria o avanço da caixa de rua para dentro dos lotes lindeiros ao *cul-de-sac* e, em virtude de já existência dos contratos de venda dos lotes obrigaria o Município a indenizar estes compradores" (BORTOLOTTI, 2005). Entre outros motivos relacionados a caixa de rua executada com medida inferior ao exigível pela Lei Municipal da época. A venda ou comodato foi somente dos lotes, possibilitando a autoconstrução para quem se estabelecesse no lote (CASCAVEL, 2015). Nota-se o estabelecimento das divisas, contudo o adensamento intenso, com mais de uma edificação sobre os lotes. Considera-se este assentamento como do tipo "e2".



FIGURA 62 - ASSENTAMENTO IRREGULAR ABELHA - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

O loteamento Abelha foi implantado pela promoção da COHAVEL, sob a área original de 72.600,00m² (figura 62). O projeto inicial propõe a implantação de 177 lotes em 12 quadras, com áreas médias de lotes em 180,00m² (CASCVEL, 2015). A venda ou comodato foi, em alguns casos somente sobre os lotes, possibilitando a autoconstrução, e em outros 100 casos, juntamente com uma edificação de casa pré-moldada de concreto armado, com área de 24,00 m² (CASCVEL, 2015). A irregularidade decorre da implantação de parte do loteamento, sobre a área de 2.153,75m², do lote 214 da chácara vizinha, de propriedade de terceiros. Houve a tentativa de negociação com o proprietário do terreno, com proposta de permuta da área ocupada por outra, contudo, não houve acordos firmados neste sentido, permanecendo o estabelecido pela implantação (CASCVEL, 2015). Considera-se este assentamento como do tipo "e2".

2.2.2 Informalidade cadastral de áreas em Cascavel - década de 2000

No decorrer da década de 1990 a cidade de Cascavel desenvolve-se economicamente em excelência médica no setor privado e como centro universitário (SPERANÇA, 2007). Contudo, Sperança (2007) aponta a problemática social e a falta de empregos, que abriu a possibilidade de eleição de um prefeito com visão de administração empresarial: Edgar Bueno, com primeira gestão entre 2001 a 2004 e a segunda, entre 2009 a 2012. A interrupção na

sucessão de mandato do mesmo prefeito, entre 2005 e 2008, deu-se por preocupações da população com a saúde pública municipal, motivo que elege o médico Lísias Tomé a prefeito, o qual usou em sua campanha, o seu particular desempenho como ex-secretário de saúde.

Nesta década, sob a administração destes dois prefeitos, quanto aos loteamentos regulares, a média de protocolos se mantém. Contudo, os loteamentos protocolados entre 2008 e 2009, anos da troca de gestão, terão sua real aprovação somente nos anos de 2011 e 2013 (CASCAVEL, 2012).

TABELA 09 - LOTEAMENTOS REGULARES CRIADOS NA DÉCADA DE 2000

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Número loteamentos protocolados	2	5	1	2	2	4	2	7	7	4	36
Área loteada (ha) (1 hectare =10.000 m ²)	81,36	52,11	0,92	26,62	5,60	73,56	21,41	149,57	129,90	103,55	644,60

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento, 2011 e 2014. (Org.) a autora, 2015.

A tabela 09 apresenta o número de loteamentos protocolados para aprovação de seu parcelamento, ano a ano, na década de 2000. Observa-se uma constância de dois até cinco loteamentos aprovados em quase toda a década, com picos de 7 nos anos de 2007 e 2008. Nos dois últimos anos da década os loteamentos só foram realmente aprovados na década seguinte. Apesar de na década de 2000 serem registrados a aprovação de 36 loteamentos, 2 a menos que na década de 1990, o somatório das áreas parceladas foi maior, atingindo 644,60 ha, sendo que na década anterior foram 518,46 ha.

Em relação a alguma proposta de resolução da irregularidade/clandestinidade dos loteamentos no município, não há uma efetividade de ações e a situação se mantém. A tabela 10 apresenta as áreas irregulares e clandestinas que surgem somente na década de 2000.

Na década de 2000 (figura 63), sob contorno preto do perímetro urbano dado pela Lei Municipal 5.092/2008, nota-se, em cinza claro, a abertura novas áreas de loteamento na região Oeste da cidade, entre outras, nas regiões Norte e Sul, no preenchimento dos vazios urbanos. Contudo, novos loteamentos vêm a se formar além do perímetro urbano, ocasionando novos vazios. E também, a irregularidade se desenhando nas periferias das regiões Noroeste e Sudoeste da cidade.

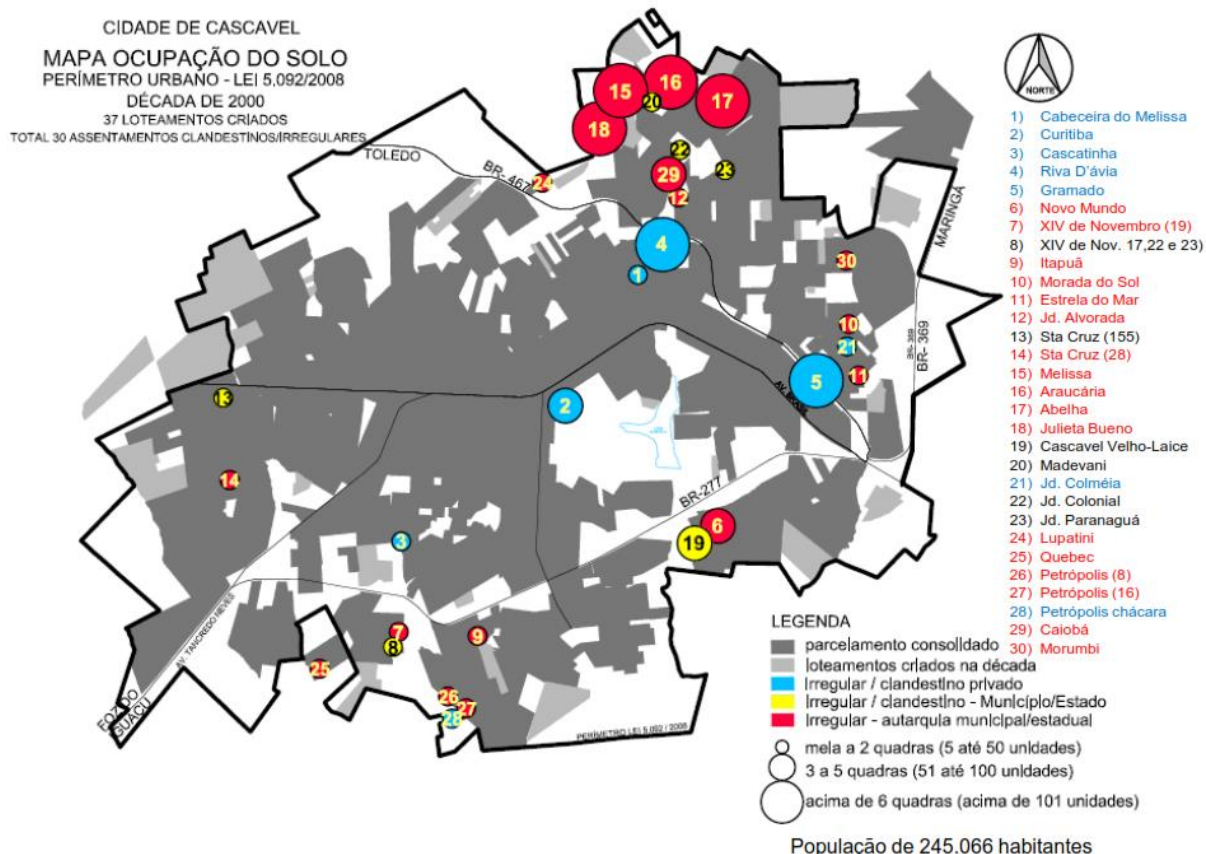


FIGURA 63 - MAPA EVOLUÇÃO OCUPAÇÃO DO SOLO- DÉCADA 2000

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.

Como síntese destas áreas promovidas na década de 2000, apresenta-se a tabela 10, com a denominação dos novos 13 loteamentos e assentamentos informais de promoção pública e privada.

TABELA 10 - LEVANTAMENTO ÁREAS IRREGULARIDADES E CLANDESTINAS

DÉCADA	LOT. REGULARES CRIADOS	ASSENTAMENTO IRREGULAR PROMOÇÃO AUTARQUIA MUNICIPAL/ ESTADUAL	ASSENTAMENTO EM ÁREA IRREGULAR/ CLANDESTINA DE PROMOÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL OU ESTADUAL	ASSENTAMENTO EM ÁREA IRREGULAR/ CLANDESTINO DE PROMOÇÃO PRIVADA	SOMA DOS IRREGULARES/ CLANDESTINOS	
					PÚBLICO	PRIVADO
2000	36	07 - Pb Julieta Bueno (18); Lupatini (24); Quebec (25); Petrópolis quadra 16 (26) e 8 (27); Caiobá (29) e Morumbi (30)	04 - Pb Laice (19); Madevani (20); Paranaguá (22); Jd.Colonial (23).	02 - Pv Jd. Colméia(21); Chácara 53-Parte no Petrópolis (28).	11	02

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.

Definições de: (Pv) - Privado; (Pb) - Público

Com a tabela 10, destaca-se a promoção da COHAVEL em 7 do total de 13 áreas irregulares/clandestinas, e também o aumento das áreas de promoção pela municipalidade, em 4 destes casos. Dois casos são de promoção privada.

Na análise individual de cada caso, localizado na figura 63, com o círculo vermelho com o número 18, o último loteamento criado totalmente irregular, de promoção da prefeitura municipal através de sua autarquia: o Conjunto Habitacional Julieta da Silva Bueno, na região Norte, implantado no ano de 2001.



FIGURA 64 - LOCALIZAÇÃO ASSENTAMENTO JULIETA BUENO - PÚBLICO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Na figura 64 observa-se, em vermelho, o perímetro do loteamento irregular Conjunto Habitacional Julieta Bueno, que foi implantado na região Norte da cidade, no bairro Interlagos, nas proximidades de outros três loteamentos, criados na década anterior, que também permaneceram irregulares: Melissa, Araucária e Abelha, identificados na imagem com contorno branco (CASCAVEL, 2012).

O loteamento irregular Julieta Bueno (figura 65), em seu projeto inicial sobre uma gleba não parcelada, com área total de 144.290,73m², propõe a implantação de 21 quadras, com o total de 475 lotes, sendo 473 para unidades residenciais, com média de áreas de 200,00 m², juntamente com uma habitação em alvenaria de aproximadamente 40,00 m². Na figura 65 é evidente a diferenciação das habitações com telhas cerâmicas, diante das outras do entorno. A irregularidade de suas áreas se dá pelos contínuos problemas documentais da área e indefinições no projeto, resultando na expiração de prazos para com licenciamentos ambientais, exigíveis na

aprovação do parcelamento (CASCAVEL, 2015). Considera-se este assentamento como do tipo "e2".



FIGURA 65 - ASSENTAMENTO IRREGULAR JULIETA BUENO - PÚBLICO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Na região Sul da cidade, no bairro Cascavel Velho, próximo ao loteamento Novo Mundo, identificado na figura 63 com um círculo amarelo, com o número 19, surge o loteamento denominado no PMH como Laice (em amarelo figura 66 e 67).



FIGURA 66 - LOCALIZAÇÃO ASSENTAMENTO IRREGULAR LAICE
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.



FIGURA 67 - ASSENTAMENTO IRREGULAR LAICE - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

O loteamento irregular no bairro Cascavel Velho, denominado como Laice, foi implantado no ano de 2000, por meio da intervenção da Sra. Laíce, líder comunitária moradora da região, com apoio da municipalidade, para resolver um caso de favelamento no local, em uma área de 34.937,00 m² da União. O projeto com 69 habitações foi denominado, em 1999, como Projeto Renascer, mas o nome dado pelo PMH para a identificação do loteamento é uma referência a organizadora da ação, na qual culminou na doação da área para o Município e a implantação de edificações residenciais em alvenaria na área (CASCVEL, 2015). Contudo, a passagem da propriedade do município para os moradores da área, ou mesmo, a efetivação do parcelamento com o estabelecimento de infraestrutura permanece desassistido. Por ser uma área de promoção de iniciativa pública, através da Municipalidade, que autorizada a autoconstrução e ocupação da área definida em lotes, tem-se esta ação como do tipo "g2".

No mapa de evolução da ocupação do solo, na década de 2000 (figura 63), passa-se a notar, em círculos amarelos, a sequência de vários loteamentos já aprovados nas décadas de 1970 e 1990, que passam a ter áreas com irregularidade/clandestinas e destacados no PMH sobre a promoção do município ou de sua autarquia (CASCVEL, 2012). Geralmente as áreas utilizadas para a promoção das ocupações, são as áreas obtidas pelo município por meio da exigência de conformação de utilidade pública (CASCVEL, 2006) em novos loteamentos, exigível pela Lei de Parcelamento (BRASIL, 1979), ou, por meio de doação de terceiros por motivos múltiplos. Tem-se na Região Leste e Norte os loteamentos: Madevani (círculo amarelo com o número 20, na figura 63); Jardim Colméia (círculo azul, com o número 21); Paranaguá (22) e Jardim Colonial (23).

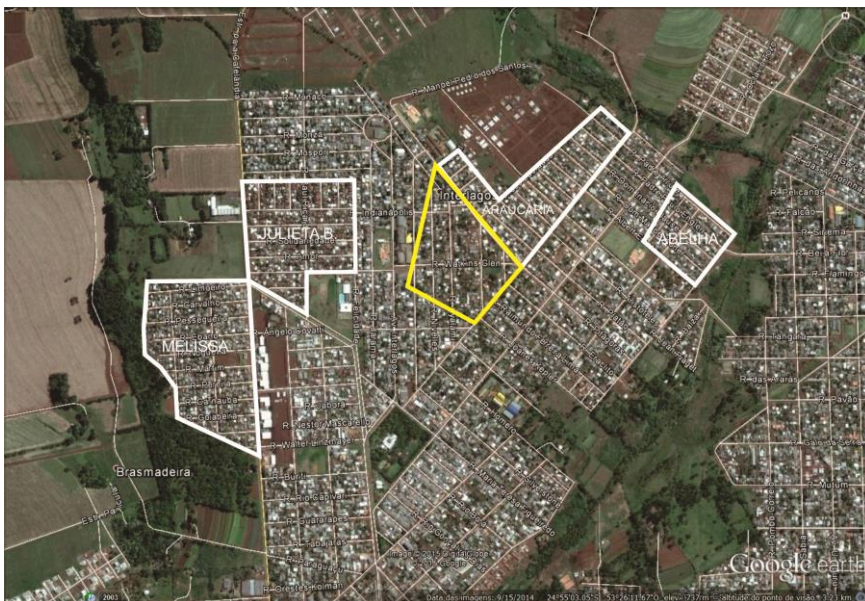


FIGURA 68 - LOTEAMENTO JD. MADEVANI - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

O Jardim Madevani é um loteamento regular, aprovado no ano de 1977, na região Norte da cidade, de promoção da COHAPAR, com área aproximada de 8,67 ha, identificado com perímetro amarelo (figura 69). Encontra-se próximo a outros grandes loteamentos de promoção pública, identificados com perímetros em branco (figura 69). Contudo, as áreas não foram passadas para a propriedade de seus compradores, ou instalação de infraestrutura.



FIGURA 69 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO NO JD. MADEVANI, QUADRAS 1, 2 E 3 - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Outro agravante de irregularidade encontra-se nas áreas destinadas à utilidade pública do Jardim Madevani (CASCAVEL, 2006), nas quadras 1, 2 e o lote 1 da quadra 3, que sofreram, por iniciativa da municipalidade a ocupação destas, originando assentamentos clandestinos (CASCAVEL, 2012). As ocupações nas quadras 1 (área de 2.655,02 m²), 2 (área de 1.502,81 m²), e o lote 1 da quadra 3 (área de 1.831,88 m²), totalizam uma área de 5.989,71m² (figura 69). Estas áreas representam 6,91% da área total do loteamento. Devido o adensamento das edificações de pequeno porte, não se pode identificar ao certo as divisas dos lotes, caracterizando as áreas como assentamentos clandestinos (ROSENFELDT; LOCH, 2013). Estas áreas, por possuírem promoção de iniciativa pública, através das secretarias da Municipalidade (Secretaria de Ação Social) e autorização de autoconstrução na área, caracteriza-se como do tipo "f1".

Na região Leste da cidade, o Jardim Colmeia é um loteamento regular aprovado no ano de 1977 (CASCAVEL, 2014), seu perímetro é identificado na figura 70, pelo contorno em branco, com uma área aproximada de 14,91 ha. A quadra 10 do loteamento Jardim Colméia, tem área de 10.520,00 m² com um corpo hídrico que perpassa a quadra, o qual veio a constituir, após 1979, com a Lei de Parcelamento do Solo 6.766/1979, uma área de preservação permanente. A área é identificada no mapa de evolução da ocupação do solo da década de 2000 com o círculo azul com o número 21 (figura 63). Representa 7,06% da área do loteamento.



FIGURA 70 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO NO JD. COLMÉIA - PRIVADO
FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.



FIGURA 71 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIO NA REGIÃO DO JD. COLMÉIA

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

O assentamento clandestino da quadra 10 do Jardim Colméia, encontra-se próxima a outras áreas indicadas no PMH como passíveis de regularização fundiária (CASCAVEL, 2012) (em azul nas figuras 70 e 71). São estas: quadra 02 e 10 do loteamento Morada do Sol e a quadra 07 do loteamento Estrela do Mar, já comentadas e identificadas anteriormente.

A ocupação da quadra 10 do Jd. Colméia, apresenta-se desordenada, sem maiores definições de lotes. Por informações documentais pelo PMH, não há indícios de que tenha havido uma promoção induzida pela municipalidade para a ocupação da área, sendo previsto um projeto de realocação destas famílias da área de preservação permanente (CASCAVEL, 2012). Contudo, considera-se a ocupação como assentamento precário e favelamento, devido a falta de fiscalização por parte da municipalidade, caracterizando convivência, já que a área é de propriedade pública municipal (CASCAVEL, 2015). O PMH indica a quantidade de 21 unidades para se proceder a realocação, tendo em vista que a área não tem como ser regularizada devido motivos ambientais (CASCAVEL, 2012). Caracteriza-se este assentamento privado, com uma irregularidade do tipo "c2".

Ainda na região Leste da cidade, o Jardim Ipanema, é um loteamento regular, aprovado no ano de 1977 (CASCAVEL, 2014). A irregularidade no loteamento Jardim Ipanema, indicada no PMH (2012), igualmente ao caso do Loteamento Tarumã, encontra-se sobre somente algumas áreas, sendo estas dos lotes 24 e 25. Conforme dados do relatório social feito com os moradores residentes, a permissão para a construção das edificações partiu da secretaria de Assuntos Comunitários nos anos de 2007 e 2008 (CASCAVEL, 2015). Como a informalidade

cadastral encontra-se somente sobre a edificação em si e a propriedade do lote, que permanece em nome do município, esta área será desconsiderada para os fins de estudo desta dissertação.



FIGURA 72 - ASSENTAMENTO CLANDESTINO NA QUADRA "O", JD. COLONIAL - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Na região Leste da cidade, o loteamento Jardim Colonial é regular, localizado no bairro Floresta, aprovado no ano de 1994 (CASCAVEL, 2014). As linhas de seu perímetro, com área aproximada de 20,10 ha, podem ser identificadas em branco, na figura 72. A informalidade cadastral no Jd. Colonial se dá no lote 6 (perímetro amarelo figura 72), de utilidade pública (CASCAVEL, 2006), da quadra "O", com área de 3.426,12 m², de propriedade do Município de Cascavel (CASCAVEL, 2015). A área está identificada com um círculo amarelo, com o número 22, no mapa de ocupação do solo da década de 2000 e representa 1,70% da área do loteamento (figura 63). Pode-se visualizar que a implantação das edificações na área, em alguns casos ultrapassa o alinhamento do lote, invadindo áreas de outro loteamento, dificultada por sua configuração triangular. Também, devido a várias edificações de pequeno porte, é dificultado o entendimento da subdivisão proposta, principalmente na parte triangular do lote, indicando um acesso das edificações por uma viela interna, caracterizando o assentamento como clandestino (SAULE JR, 2004). Por ser uma área com a promoção de iniciativa pública, através das secretarias da Municipalidade (Secretaria de Ação Social) que autorizada a autoconstrução e ocupação da área sem uma definição aparente de um projeto urbanístico, caracteriza-se como do tipo "f1".



FIGURA 73 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NA QUADRA 8, NO JD. PARANAGUÁ - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Na região Norte, o loteamento Jardim Paranaguá é regular, protocolado no ano de 1978 e efetivamente aprovado no ano de 1980, no bairro Interlagos (CASCAVEL, 2012), tendo seu perímetro, em branco, identificado na figura 73, com área aproximada de 11,18 ha. A informalidade no loteamento Jardim Paranaguá encontra-se em sua quadra 08, de utilidade pública (CASCAVEL, 2006), com área de 10.340,20 m², passada para a propriedade do Município. Pode ser identificado na figura 63 com um círculo amarelo com o número 23 e representa 9,25% da área do loteamento. O assentamento na área foi por meio de autoconstrução, promovida pelo Município, organizados pela Secretaria de Ação Social, através de autorização por Termo de Uso a Título Precário de Imóvel, por tempo indeterminado, autorizado pelo prefeito da época (CASCAVEL, 2015). Apesar do adensamento das edificações de pequeno porte, observa-se o alinhamento e ordenamento regido pelo projeto com frente de 8 metros para a rua interna, com lotes de 180 m² (CASCAVEL, 2015). Classifica-se este assentamento como irregular do tipo "g1".

Agora observa-se uma sequência de áreas de promoção pública através da ação da COHAVEL em vários loteamentos já aprovados, identificados com círculos vermelhos na sequência numérica, conforme sua origem temporal (figura 63). Na região Norte da cidade: Lupatini (24); Região Sul: Quebec (25) e Petrópolis, com duas áreas nas quadras 8 (26) e 16 (27) e ao final da década, nas regiões Norte e Leste as áreas nos loteamentos Caiobá (29) e Morumbi (30) (CASCAVEL, 2012).



FIGURA 74 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NA QUADRA 2, NO JD. LUPATINI - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Localizado na região Norte da cidade, no bairro Canadá, com ligação para a BR-467 e a PR-180, o loteamento Lupatini é regular, com aprovação de seu parcelamento, com área aproximada de 5,05 há, no ano de 1977 (CASCAVEL, 2014). Seu perímetro pode ser identificado na figura 74, em branco. A sua informalidade encontra-se na Parte da quadra 2, com área de 3.120,00 m², doada para a COHAVEL através da Lei Municipal 3.185/2000, e que representa 6,18% da área do loteamento (CASCAVEL, 2000). A área foi vendida em sete partes, com média de lotes com 400 m², através de contratos de compra e venda (CASCAVEL, 2015). A área pode ser identificada pelo círculo vermelho com o número 24, na figura 63 no mapa de evolução da ocupação do solo na década de 2000. Classificada sua irregularidade como do tipo "e1".

Na região Sul da cidade, o loteamento Quebec é regular, aprovado no ano de 1997, no bairro XIV de Novembro, identificado com perímetro branco na figura 75, com área aproximada de 25,01 ha. A sua irregularidade encontra-se na quadra 14, de utilidade pública (CASCAVEL, 2006), com área de 26.418,28 m², como projeto complementar do excedente de famílias do programa habitacional de interesse social do Conjunto Residencial Julieta da Silva Bueno, também irregular, no ano de 2001 (CASCAVEL, 2015). Foram 33 lotes implantados, com média de 180 m², juntamente com uma edificação residencial de aproximadamente 40,00m², promovido pela COHAVEL. A área é identificada no mapa de ocupação da década de 2000 com o círculo vermelho com o número 25 (figura 63) e representa 10,56% da área do loteamento. Classifica-se este tipo de irregularidade como "e3".



FIGURA 75 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NA QUADRA 14, NO QUEBEC - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Ainda na região Sul da cidade, encontra-se o loteamento Petrópolis, que é regular, aprovado no ano de 1976, no bairro Santa Felicidade, identificado seu perímetro, com aproximadamente 51,63 hectares, na figura 76 com a poligonal branca (CASCAVEL, 2014). A informalidade cadastral no loteamento Petrópolis encontra-se sobre duas de suas áreas, da quadra 16 e 8, sob promoção da COHAVEL (CASCAVEL, 2015). Identifica-se estas áreas com círculos vermelhos com os respectivos números: 26 e 27 (figura 63).



FIGURA 76 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NO JARDIM PETRÓPOLIS - PÚBLICO

FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.



FIGURA 77 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NAS QUADRAS 8, 16 E ASSENTAMENTO CLANDESTINO NO LOT. JARDIM PETRÓPOLIS - PÚBLICO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

Na quadra 16 do loteamento Petrópolis foram feitas oito subdivisões sobre a área de 1.906,78 m², com lotes médios de 250,00 m². Já sobre a quadra 8 (área de 3.613,29 m²), em matrícula em propriedade do Município, foram feitas 9 subdivisões, sem tamanho regular, variando de 200 a 500 m². Em ambas as quadras há contratos de promessa de compra e venda pela COHAVEL (CASCAREL, 2015). Classifica-se estas duas áreas com a irregularidade do tipo "e1", pois apresenta-se de promoção da autarquia municipal em parceria com a Prefeitura Municipal, através da implantação de uma proposta urbanística. Estas duas áreas representam 1,07% da área do loteamento.

Adjacente a Quadra 08 do Jardim Petrópolis, também há uma área da chácara 53-parte, com 12.100,00 m², de propriedade de terceiros, que houve uma ocupação e a área encontra-se averbada com usucapião em nome de Florisvaldo Chesca do Nascimento. Os acessos a esta área, ainda fora do perímetro urbano, se dá por uma rua irregular entre esta e a quadra 8 do Petrópolis. A área é identificada pelo círculo azul, com o número 28 no mapa de ocupação da década de 2000 (figura 63). Como sobre a área, ocupada pela promoção de terceiros, sobre uma área particular, contudo regularizada a situação documental de propriedade com o instrumento de usucapião, a irregularidade encontra-se quanto proposta de assentamento, sem projeto urbanístico aprovado. Classifica-se este assentamento como do tipo "a3".

Na região Norte da cidade, com a cor vermelha, no mapa de ocupação do solo (figura 63), os dois últimos loteamentos irregulares, não identificados corretamente no PMH, decorrentes da realocação de famílias de áreas de preservação permanente do Projeto Riva

Dávia, já descrito (CASCAVEL, 2015). São áreas presentes nos loteamentos: Jardim Caiobá e Morumbi. Promovidas pela ação da COHAVEL entre os anos de 2006 e 2008.



FIGURA 78 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NO LOT. JARDIM CAIOBÁ - PÚBLICO
FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

O loteamento Jardim Caiobá, é regular, aprovado no ano de 1994, com uma área aproximada de 125.625,89 m², e se localiza na região Norte da cidade, no bairro Brazmadeira (CASCAVEL, 2014). O perímetro do loteamento pode ser verificado na figura 78, com a poligonal branca.



FIGURA 79 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NAS QUADRAS 7, 8 E 9 DO JD.CAIOBÁ - PÚBLICO
FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

A irregularidade no loteamento Caiobá, promovida pela COHAVEL, nas quadras 7 (área de 7.160,00 m²), quadra 8 (área de 4.355,29 m²), e 9 (área de 1.437,91 m²), as duas primeiras de utilidade pública (CASCAVEL, 2006), são decorrentes da realocação de famílias do projeto Riva Dávia (CASCAVEL, 2015). O projeto original estabelece o parcelamento de 60 lotes, em áreas médias de 160,00 m², a serem entregues juntamente com a edificação da habitação de aproximadamente 40,00 m², no total da área de 12.953,20m², considerando somente a área reparcelada (CASCAVEL, 2015). A área pode ser identificada no mapa de evolução de loteamentos da década de 2000 com o círculo vermelho com o número 29 (figura 63) e representa 10,31% da área do loteamento. É visível na figura 79 a ordenação das edificações conforme o arruamento criado e ao estabelecido, destacando-se as telhas de barro do projeto, mais as novas edificações, em menor tamanho, das ampliações de ação dos moradores. Por motivos de ocupação das edificações pelas famílias beneficiárias antes da conclusão do projeto de parcelamento e da entrega final das residências, estas permanecem irregulares (CASCAVEL, 2015). Classifica-se este tipo de irregularidade como "e3".

A última área identificada encontra-se no loteamento Parque Morumbi. Este loteamento é regular, aprovado no ano de 1977, localizado na região Leste da cidade, no bairro Morumbi, com seu perímetro, com aproximadamente 131,99 ha, identificado em branco na figura 80 (CASCAVEL, 2014).



FIGURA 80 - ASSENTAMENTO IRREGULAR NO LOT. MORUMBI
FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.



FIGURA 81 - ASSENT. IRREGULAR NA Q. 56, NO LOT. MORUMBI - PÚBLICO
 FONTE: Google Earth, 2014 - alterado pela autora.

A quadra 56 do loteamento Parque Morumbi, de utilidade pública (CASCAVEL, 2006), com área de 4.695,90 m², foi uma das áreas que permaneceram irregulares após a realocação de famílias do projeto Riva Dávila (CASCAVEL, 2015). Em projeto foi previsto o parcelamento da área em 23 lotes, com área média de 240,00 m² (CASCAVEL, 2015). A área é identificada no Mapa de ocupação da década de 2000 pelo círculo vermelho, com o número 30 (figura 63) e representa 0,36% da área do loteamento. Por motivos de ocupação das edificações pelas famílias beneficiárias antes da conclusão do projeto de parcelamento e da entrega final das residências, permanecem irregulares (CASCAVEL, 2015). Classifica-se este tipo de irregularidade como "e3".

Apesar do levantamento de 30 áreas com assentamentos irregulares ou clandestinos, acredita-se que possam existir mais áreas não abrangidas pelo PMH (2012), que são descobertas de tempos em tempos, conforme chegam novos protocolos no setor de regularização fundiária, setor da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, pois não se tem um arquivo ou cadastro oficial de irregularidades além dos levantamentos feitos pelo PMH (2012).

2.2.3 O Estado de Exceção

A análise desta dissertação sobre o a gestão da irregularidade urbana na cidade de Cascavel não avança além da década de 2000 devido a uma quebra na concepção de produção

da irregularidade existente, bem como a efetiva presença da "regulação da exceção" nas novas legislações. Ou seja, a efetivação de um conjunto de hábitos, instituições e normas, que configuram um novo modo de regulação das relações sociais de produção capitalista, diferente do vigente até então. Tomando-se das definições de Francisco de Oliveira quanto ao capitalismo contemporâneo: "Não pode haver política, nem polícia: há apenas administração" (OLIVEIRA & RIZEK, 2007, p.29).

Em uma perspectiva histórica sobre o que veio a se pronunciar no panorama institucional local, encontra-se, novamente as explicações estruturais de Francisco de Oliveira (2003). Este apresenta o panorama de mudanças que se institui sobre o papel atual do Estado, economia e sociedade, no que tange o planejamento urbano de todo o país, até o fim do século XX, a partir da financeirização (globalização) e sua reestruturação produtiva.

[Antes de 1990] O Estado e o planejamento podiam ser caracterizados, ainda que toscamente, como o de um enorme esforço de normatividade para lograr estabelecer a relação capital-trabalho, promover as condições gerais da produção para a industrialização, utilizando, para tanto, até o limite, a coerção estatal como substituto do mercado, e finalmente, no capítulo da relação com o planejamento, inventar uma política que metamorfosasse o conflito de classes numa convergência de contrários [...] (OLIVEIRA, 2003, p.9).

Sobre este planejamento, tendo como ponto de condensação o urbano e a cidade, na superação da desigualdade capitalista, almejava-se, ingenuamente, a supressão de conflitos, enquadrando a exceção para transformá-la em norma, objetivando, por exemplo, uma nova divisão do trabalho e novas relações de classe na economia urbano-industrial como destinações possíveis. Ou seja, a "política" como a regra do jogo, um campo demarcado que pauta os movimentos do outro sobre qual desenrola-se o conflito de questões, mesmo que em eterna mudança (imprevisível/previsível), devido a produção conflitiva do consenso. E a definição da "polícia", a qual designa as operações dos atores (determinista), dentro do campo inventado de regras (OLIVEIRA & RIZEK, 2007). Ou seja, a fiscalização ou não da irregularidade definida nas periferias, fronteiras da frente de expansão do capital e suas possíveis possibilidades de serem inseridas na malha urbana regular e atendidas com infraestrutura conforme os jogos de poder. Nesta dissertação também entende-se o interlocutor "polícia" como as legislações e normas produzidas.

Contudo, o que ocorreu "[...] não foi o planejamento que enquadrou a exceção, mas foi a exceção que enquadrou o planejamento" (OLIVEIRA, 2003, p.9). Neste vislumbre do ornitorrinco, (tomando-se da imagem do ícone proposto por Francisco de Oliveira) com o processo de acumulação reestruturado, a informalidade do passado, agora torna-se a regra: mutação e redefinição do trabalho formal, expansão da economia informal, a globalização em

novas articulações e, com elas, a crescente pobreza, o desemprego e a precariedade urbana, fazendo-se estender os terrenos de fronteiras da legalidade em espaços de exceção, que vieram para ficar (TELLES, 2010).

As discussões que permeiam o espaço conceitual sobre planejamento nos anos de 1980 se processam e começam a ser sentidas efetivamente, a partir de 2001, com a criação dos instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), e sua possibilidade de aplicabilidade empregada no Plano Diretor Municipal, localmente reformulado na Lei Municipal Complementar nº 28/2006 (CASCAVEL, 2006). Estas novas concepções são reforçadas em 2009, com a regulamentação exposta na Lei Federal 11.977/2009 - lei o Programa do Minha Casa Minha Vida - MCMV, juntamente com o instrumento de regularização fundiária. Através da lei e do instrumento, abre-se a possibilidade de resolução para os casos passíveis de regularização fundiárias, e principalmente, para a criação de novos loteamentos para a habitação de interesse social através de financiamento com a Caixa Econômica Federal, sendo o ente organizador o próprio Município (BRASIL, 2009). Ou seja, a flexibilização legislativa para a maior intervenção do Estado no processo de desvalorização-revalorização, necessária ao capital, através de novos usos, edificações e infraestrutura (CARLOS *et al*, 2015). Ainda, uma forte dependência de expansão do setor imobiliário de interesse social em relação ao poder público, em várias esferas (CARLOS *et al*, 2015). Segundo Carlos (*et al*, 2015) a transformação no mercado imobiliário, que se consolidou no decorrer da década de 2000, é decorrente do efetivo entrelaçamento entre os circuitos de valorização imobiliária com a dinâmica de mercado de capitais.

A nova redistribuição de tarefas pode ser verificada localmente quando, no PMH de Cascavel (2012), em seus estudos desenvolvidos no ano de 2010, aponta que a COHAVEL, antes executora da política habitacional local, teve parte de suas atribuições de planejamento de projetos e execução de obras com fins habitacionais assumidas pela SEPLAN. A Secretaria Municipal, através do setor do Minha Casa, Minha Vida, criado no ano de 2009, assume a gestão dos empreendimentos habitacionais e a seleção dos possíveis mutuários, na faixa de renda familiar até R\$1.600,00 (CASCAVEL, 2015).

Inexistindo no Município uma Política Habitacional consistente, ao longo de sua existência a Companhia dedicou esforços na reforma dos próprios municipais desviando-se de sua finalidade primeira. A falta de diretriz para a ação, falta de clareza nas atribuições, além de falhas administrativas e processuais, determinou que a grande maioria dos empreendimentos iniciados pela COHAVEL, hoje se encontrem irregulares. As irregularidades constatadas consistem falta de conclusão nos processos e não atendimento à legislação urbanística. Solução a esses problemas é prioridade abordada neste Plano (CASCAVEL, 2012. p.79).

A COHAVEL tem, a partir de então, somente o papel de agente regulador, como parceiro da secretaria gestora, havendo seu sucateamento técnico e de funções (CASCAVEL, 2010). Chega-se até a cogitar a extinção da empresa pública municipal no início da segunda gestão de Edgar Bueno (2009-2012), ação que não aconteceu (CASCAVEL, 2009).

Torna-se sensível, localmente, a mudança de estratégia de gestão sobre a produção da irregularidade, no sentido de que, a COHAVEL, antes responsável pela política inconfessa de implantação de loteamentos na periferia, seguindo o propósito de coloca-los na frente de expansão capitalista, com suas estruturas na margem da legalidade, prontos para serem incorporados à cidade, são substituídos, efetivamente pela frente pioneira do capital. Isto é, são incorporadas às leis de mercado a trilogia loteamento/casa própria/indústria da construção, ainda organizada pelo Município, mas avalizada pelos órgãos federais, em uma estratégia habitacional nacional (MAUTNER, 2010).

Rolnik (2015) apresenta um estudo com dados de diversos países que apontam o decréscimo de orçamento direcionado para a autoridade pública de habitação, com baixa capacidade de retorno de investimentos, e um redirecionamento de orçamento para setores de mais alta renda, possibilitando a ação de intermediários financeiros. Inclusive indica o novo consenso no campo da política habitacional, no início da década de 1990, anunciado pelo Banco Mundial que defende a reforma política e legislativa de cunho habitacional visando a financeirização deste setor.

[...] bem como o afastamento de apoios limitados e baseados em projetos por parte das agências públicas envolvidas na produção e no financiamento de habitação. Aconselhamos os governos a abandonar seu antigo papel de produtores de habitação e adotar um papel facilitador da gestão do setor habitacional como um todo (ROLNIK, 2015, p.79).

Em complementação, verifica-se o “desmanche” dos centros de decisões, das relações entre Estado e sociedade, da ordem jurídico-política, que torna irrelevante as associações públicas e estatais, em favor das relações financeiras de acumulação de capital (OLIVEIRA & RIZEK, 2007).

Localmente, ao final da década de 2000 não há mais notícias de empreendimentos, ao menos os de promoção pública, que envolvam assentamentos irregulares/clandestinos na cidade de Cascavel/PR.

A gestão da irregularidade não desaparece, mas muda sua abrangência e é absorvida pelo microcosmos da vida cotidiana. Torna-se comum, por exemplo, nos setores que tratam de inscrição e seleção do programa de habitação social, conviverem com situações de indivíduos

que buscam se beneficiar deste, mesmo sem se enquadrar no perfil requerido. Ou seja, nestas manobras e maneiras de enfrentar o desajuste, a exceção do beneficiário de direito do programa habitacional (OLIVEIRA & RIZEK, 2007). Dentro desta rede de ilegalidades: "Indivíduos e suas famílias transitam nessas tênues fronteiras do legal e do ilegal, sabem muito bem lidar com os códigos de ambos os lados e sabem também, ou sobretudo, lidar com as regras que são construídas para sobreviver na adversidade" (TELLES, 2010, p.165).

As relações incertas entre o ilícito e o lícito, constituem-se em um fenômeno transversal da experiência contemporânea e está no centro das dinâmicas urbanas. Como parâmetro, as leis, codificações e regras formais, têm um efeito de poder, ou ainda, de campos de força das práticas de disputas, nebulosa fronteira, onde transitam as pessoas, bens e mercadorias. Telles ao citar Foucault (2010, p.189):

Os ilegalismos, diz Foucault em outro texto, não são imperfeições ou lacunas nas aplicações das leis. Antes, contêm uma positividade que faz parte do funcionamento do social, compõem os jogos de poder e se distribuem conforme se diferenciam "os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que ela pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas". As leis, diz Foucault, 'não são feitas para impedir tal ou qual comportamento, mas para diferenciar as maneiras de contornar a própria lei' (FOUCAULT *apud* TELLES, 2010, p.189).

O planejamento, a partir de então, faz-se de pequenas ações remediadoras das desigualdades, administrando a exceção, onde se pode enquadrar o instrumento da regularização fundiária (OLIVEIRA, 2003; CARLOS *et al*, 2015). Nestes tantos intentos, quem dita as regras é o mercado.

[...] e a exceção do mercado se impõe como critério das políticas, porque precisa-se de eficiência e produtividade nas políticas sociais, e o resultado é maior exclusão. [...] Não há mais política: há técnicas e dispositivos foucaultianos que se impõem com a lei da necessidade. Adequamos nosso discurso para reconhecer a "realidade" e em nome dela, planejar a exceção. Reconheçamos: nosso esforço teórico transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção [...] (OLIVEIRA, 2003, p.12-13).

Estas mudanças, na chamada desregulação neoliberal em tempos de globalização, fez desestabilizar os modos em que se pensava a urbanização do país, ampliando as questões sobre trabalho, cidade e política para outros feixes, com outras relações, que escapam ao que antes se discutia, nos anos 1980 (TELLES, 2010).

Se antes a questão urbana era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 60/70) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 80), agora os horizontes estão mais encolhidos, o debate é em grande parte conjugado no presente imediato das urgências do momento, os problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com os problemas da gestão urbana e a pesquisa social parece em grande parte pautada

pelos imperativos de um pragmatismo gestor das políticas sociais voltadas às versões brasileiras dos *quartiers difficiles* (TELLES, 2010, p.12).

Para este debate, Telles (2010) não dá uma solução, somente aponta que a questão está longe de ser simples, pois as teorias convencionais de análise não dão conta das novas realidades.

É como se vivêssemos um presente inteiramente capturado pelas urgências do momento, e não nos restasse muito mais do que a sua gestão cotidiana, sem conseguir escapar do círculo de giz traçado entre a denúncia estéril e o pragmatismo, quando não a razão cínica, que apenas afirma o que está posto [...] (TELLES, 2010, p.61).

A política reduz os problemas a uma gestão de urgências de um presente imediato, bem fundado em pragmatismos de pesquisas acadêmicas para suas propostas, esvaziadas de criticidade, apenas constatando o que está posto, sem um futuro capaz de mobilizar expectativas (TELLES, 2010). Ou seja, sabe-se mais e melhor sobre a escala do problema, em cálculos de probabilidades, mas não se pode discernir as linhas de força que estão sobre estas realidades, sobre a noção de sujeito, agora numa noção combinatória de fatores. Com isto, "A urgência tornou-se a unidade de medida do tempo que rege discursos e práticas de todos os atores [...]. E é isso que ativa dispositivos de exceção que derrogam práticas, normas e direitos estabelecidos em nome dos supostos imperativos dos fatos supostamente imediatos [...]" (TELLES, 2010, p.63).

O modo de governo é apoiado em indicadores, finamente localizados, visando tornar os indivíduos mais competitivos. Estas atribuições de índices permitem fazer comparações entre situações de bairros distintos, entre cidades, e definir o estado do problema. É o que a autora chama, dentro de uma realidade complexa, da: "arte de governar por instrumentos [...], tornar os indivíduos governáveis sob a égide da racionalidade do mercado" (TELLES, 2010, p.155). São estes dados de apoio à gestão, do estado da situação problema, que serão evidenciados no capítulo a seguir.

3 ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTO IRREGULARES COM A EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS

Após as análises sobre o estabelecimento do capital e a financeirização como ideário, juntamente com o levantamento dos dados sobre os loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos/favelas apresentados e discutidos nos capítulos anteriores sobre o território de Cascavel-PR, pode-se voltar para a primeira hipótese da dissertação. Agora discutir-se o grau recorrente da gestão da irregularidade, conforme seu agente promotor, quanto ao atendimento das redes de infraestrutura.

Como o afirmado por Saule Jr (2004), e posto como o marco legal a não conformidade a alguma regulamentação urbanística, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, acarreta a irregularidade jurídica e cadastral do loteamento. Em consequência, como hipótese, há uma negligência intencional ao fornecimento de infraestrutura básica (vias de circulação, escoamento de águas pluviais, rede para o abastecimento de água potável, soluções para o esgotamento sanitário e energia elétrica domiciliar), devido à inexistência de registro formal do loteamento. Não só isso, mas sua relação ao estabelecimento ou flexibilização para o capital.

Como metodologia adotada, a partir da relação entre onde acontecem os assentamentos com informalidade cadastral e o atendimento da rede de infraestrutura, tem-se uma indicação sobre o papel ambíguo do Estado na regulação do sistema urbano ou como promotor deste, verificando-se a hipótese de negligência de infraestrutura aos assentamentos clandestinos ou irregulares, indicando os caminhos da gestão da irregularidade, conforme seu agente promotor.

Dupuy (1998) aponta a análise da extensão das redes técnicas de infraestrutura urbana (organização coletiva controlada pelo poder público) ao conjunto do espaço, entre beneficiários e fornecedores, como uma visão decorrente de uma crise conceitual do planejamento urbano, ao superar a visão exclusivamente física, para o comprometimento a um urbanismo mais social, com objetivos de igualdade de oportunidades em diferentes setores. Ao tratar as antigas concepções como insuficientes para compreender as modificações que afetam a organização e a atividade urbana, traz-se à tona os juízos críticos quanto à intervenção pública, bem como um incentivo à participação popular nas decisões (DUPUY, 1998).

Tomando-se destas concepções, neste terceiro capítulo, parte-se para a tática de pesquisa correlacional entre as áreas levantadas dos assentamentos com fins habitacionais, irregulares/clandestinos/favelas, decorrentes da promoção pública (direta ou por suas autarquias) ou privada, em análise sobre os dados da expansão da implantação da rede técnica

de infraestrutura (pavimentação, drenagem, abastecimento de água, energia e esgotamento sanitário).

Aqui não se pretende discutir as origens históricas dos setores das redes técnicas urbanas, seu efeito sanitário em benefício à saúde da população ou sentido tecnológico de ser, como Dupuy apresenta na fundamentação em seus estudos (1998). Pretende-se, sim, complementar a consideração da habitação como uma atividade de consumo na reprodução social, relacionando-as com a sua proximidade às redes de infraestrutura. E as redes de infraestrutura, como um meio de produção do território, e também expressão das áreas do exercício de poder (DUPUY, 1998).

Para o morador/consumidor, a cidade é um meio de consumo coletivo, através de seus bens e serviços, para a reprodução da vida destes homens, refletido em seu uso. A infraestrutura é o suporte físico e de serviços ligado às questões de consumo coletivo das mais cobradas do Poder Público, por serem essenciais à reprodução da força de trabalho.

É o locus da habitação e tudo o que o habitar implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc. O modo como essas atividades se materializarão na cidade dependerá de uma série de fatores. [...], o uso residencial será determinado pelo papel que cada indivíduo ocupará (direta ou indiretamente) no processo de produção geral da sociedade e, conseqüentemente, o seu lugar na distribuição da riqueza gerada. [...] O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação expressar-se-á na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana (CARLOS, 2015, p.46-47).

Genericamente, as pessoas com maior renda habitam as melhores áreas da cidade. Segregação espacial fruto da diferenciação de classes, poder econômico, político e social, que dá acesso à propriedade da terra, na medida que possibilita o pagamento de seu preço. O preço da terra decorrente de: sua localização, acesso aos serviços, infraestrutura, privacidade, além dos reflexos dos custos e construção. As com ausência de infraestrutura ou a distância das áreas privilegiadas da cidade ou a possibilidade de autoconstrução, estas são as áreas que restam aos de menor poder aquisitivo. Ainda fora destas possibilidades, o que resta é a favela, onde não vigora o direito à propriedade (CARLOS, 2015).

Em suma, é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de reprodução da humanidade, que impõe uma determinada configuração ao espaço urbano (CARLOS, 2015, p.49).

Ainda, destacando-se o papel do Estado

Mas, diferentemente das outras mercadorias, a produção do espaço diz respeito à produção das condições de reprodução da vida, o que recoloca a dimensão do uso e da apropriação, aprofundando as lutas pelo espaço. Nesse contexto, ganha ainda maior importância o papel do Estado, seja para regulamentar as alianças entre os setores fundiário, imobiliário e financeiro, seja na definição de projetos urbanísticos de renovação/estruturação urbana, ou ainda no uso do poder da violência para definir o lugar que cabe a cada um na cidade [...] (CARLOS *et al*, 2015).

Esta dissertação, ao relacionar a infraestrutura com os locais de assentamentos irregulares/clandestinos, visa contribuir, de modo mais amplo, sobre os possíveis modos de apropriação da cidade.

Na realidade, a reflexão aponta a necessidade da construção de um pensamento sobre a cidade capaz de entendê-la enquanto prática sócio-espacial, ou seja, na sua dimensão mais ampla, não limitada à sua morfologia, nem reduzida às necessidades de realização da atividade econômica, mas, ao contrário, abrindo-se aos modos de apropriações possíveis. Como consequência, é preciso pensar uma política urbana que se apoie sobre uma profunda e ampla reflexão sobre o sentido da cidade e o urbano, que não exclua, mas antes privilegie, o conteúdo do habitar (CARLOS, 2007, p.91).

As fontes utilizadas para a identificação das infraestruturas existentes são as contidas nos levantamentos de planos diretores da cidade, nos anos de 1978, 1986, 1992 e 2006. Também foram feitas consultas *in loco* como meio de conferir a ampliação das redes técnicas de infraestrutura. A partir disso, elaborou-se mapas multitemporais para apresentação do contraponto entre o local de implantação dos assentamentos irregulares/clandestinos, com os da infraestrutura existente, a partir da década de 1970 até a de 2000. No caso de falta de informações quanto à evolução temporal das redes técnicas, o parâmetro de análise foram os dados encontrados nos levantamentos para o Plano Diretor do município de Cascavel de 2006.

3.1 DIAGNÓSTICO DA IRREGULARIDADE/CLANDESTINIDADE

A partir dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Cascavel sobre os loteamentos regulares, juntamente com os dados disponíveis pela Lei Municipal 6.063/2012 - PMH (CASCAVEL, 2012), sobre as áreas passíveis de regularização fundiária, acrescido das áreas não descritas nesta lei, mas identificadas a partir de documentos do setor de Regularização Fundiária da Secretaria de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Cascavel (CASCAVEL, 2015), tem-se genericamente as seguintes manchas de evolução da irregularidade junto com a

expansão urbana, destacando-se em laranja, as áreas que foram receptores de irregularidades, bem como a sua disposição na cidade.

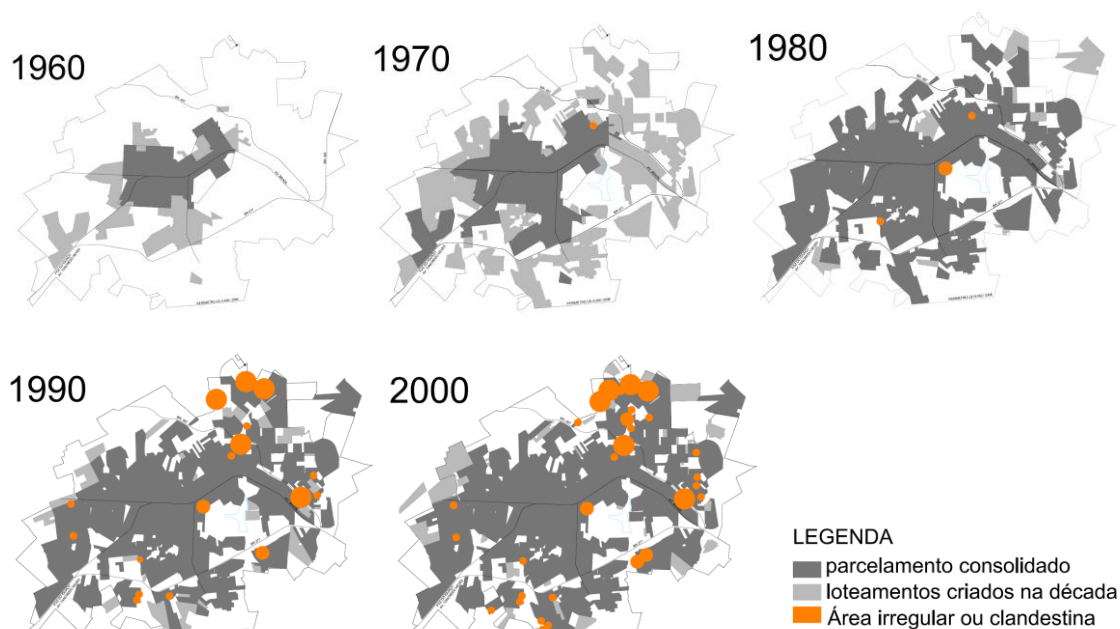


FIGURA 82 - EVOLUÇÃO DA IRREGULARIDADE - 1960 A 2000

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.

A sequência de mapas da figura 82 ilustra a evolução da irregularidade seja em loteamentos inteiros ou parte de loteamentos já aprovados, e sua disposição pela cidade, independente de seus agentes promotores, mantendo-se o perímetro de 2008, através das décadas de 1960 até 2000. Nota-se o surgimento da irregularidade/clandestinidade (círculos alaranjados) a partir da década de 1970, que segue com o mesmo ritmo pela década de 1980. Neste período a cidade começa a sentir os reflexos dos investimentos de capital, fundada no mercado e na contratualidade social (MARTINS, 1996). A explosão da irregularidade acontece nas décadas de 1990 e 2000, décadas de menor percentual de crescimento da população do município, mas de grande urbanização.

Abramo (1995) comenta que "[...] os processos de urbanização são, na verdade, os momentos transitórios entre funcionalidades urbanas diferentes. A funcionalidade urbana [...] é a maneira pela qual uma estrutura espacial urbana se associa à relação social de produção capitalista" (ABRAMO, 1995, p.515). Gottdiener (2010) sintetiza que: "Se as necessidades de capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais se manifestam nas necessidades de capital" (GOTTDIENER, 2010, p.32). Também que, com a nova qualidade de espaço, isto implica na mudança no modo de organização social (GOTTDIENER, 2010). Na análise local,

estas são as mesmas décadas de criação e atuação da COHAVEL como executora das políticas municipais para habitação e, também, período de desponte da cidade como polo regional.

Para seguir com a análise, quanto ao posicionamento destes empreendimentos na planta da cidade e suas relações, apresenta-se a cidade dividida em setores.

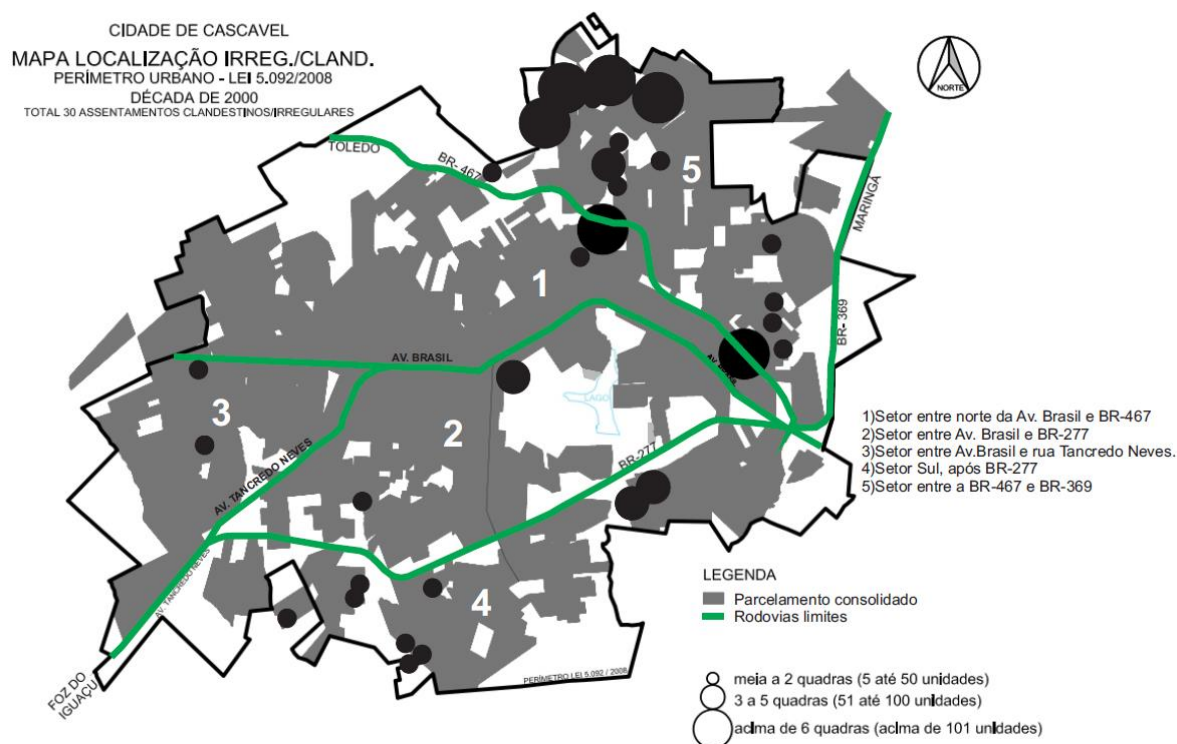


FIGURA 83 - LOCALIZAÇÃO DA IRREGULARIDADE/CLANDESTINIDADE

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.

Na figura 83, sinteticamente, agrupando-se as localizações individuais de cada área irregular ou clandestina (círculos em preto), são organizadas cinco áreas de disposição locacional destes assentamentos na malha urbana da cidade no final da década de 2000, considerando as rodovias (em verde) que cruzam a cidade como barreiras ou limites a serem rompidos. Os setores foram organizados numericamente, primeiramente as três mais próximas ao núcleo urbano inicial (1,2 e 3), e seguindo a sequência de afastamento para setores mais periféricos (4 e 5). Os assentamentos irregulares/clandestinos, nelas constantes, são contabilizados independentemente do tamanho do empreendimento, apesar do mapa informar suas proporções aproximadas. Com isto, tem-se a sequência: 1) Setor ao norte da Av. Brasil, até o limitante da BR-467, com três assentamentos identificados com os círculos em preto; 2) Setor entre a porção Sul da Av. Brasil e a BR-277, foram identificadas duas áreas com os círculos em preto; 3) Setor à Oeste da cidade, limitado entre a Av. Brasil e a Av. Tancredo Neves, tem-se a implantação de dois empreendimentos; 4) Setor ao Sul da cidade, após a

barreira da BR-277 até o perímetro urbano, tem-se nove assentamentos; e por último 5) Setor ao Nordeste da cidade, após o limite da BR-467 até a BR-369, têm-se quatorze assentamentos ou loteamentos irregulares, destacados nos círculos pretos. Nota-se a maior quantidade de concentração de assentamentos nas áreas Nordeste e Sul, em áreas periféricas, após as barreiras compostas pela BR-467 e BR-277.

Diante deste panorama apresentado, abre-se a discussão para o estabelecimento de dados quantitativos, conforme o agente promotor das ações de irregularidade ou informalidade.

3.1.1 Levantamento dos assentamentos com fins habitacionais clandestinos/irregulares: Agentes Privados

Os assentamentos irregulares e clandestinos de promoção privada foram identificados em alguns momentos durante as décadas de evolução da malha urbana de Cascavel entre 1970 a 2000, através de círculos em azul, conforme já apresentado na sequência de mapas (figuras 34, 38, 46 e 63), e sua evolução mostrada na figura 82. Conforme o agrupamento da localização destes assentamentos, destacando-se em azul os de promoção privada, considerando as barreiras compostas pelas rodovias, tem-se sinteticamente o mapa da figura 84.

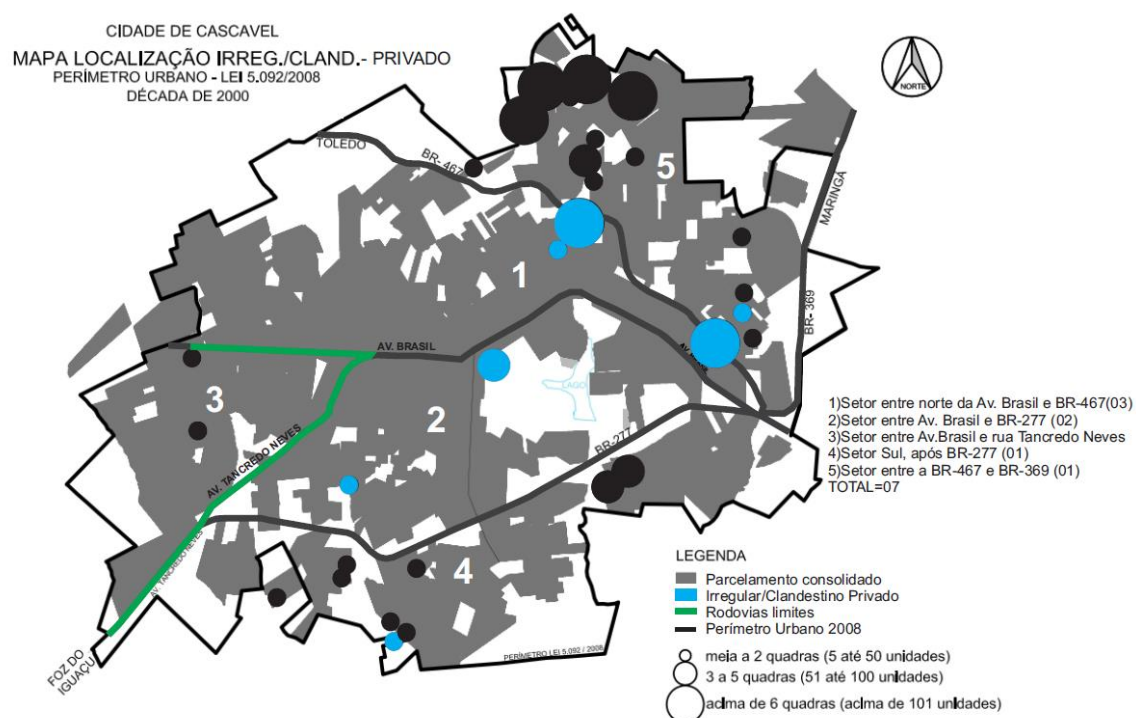


FIGURA 84 - LOCALIZAÇÃO DA IRREG./CLAND.- PRIVADO

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.

A figura 84 demonstra que, quanto à localização dos assentamentos irregulares/clandestinos de promoção privada, estes estão contidos nos setores 1, 2, 4 e 5, excetuando-se somente o setor 3, parcela oeste da cidade. Totaliza-se sete empreendimentos de promoção privada, organizados na tabela 11 por ordem de tamanho, em hectares. Destaca-se também: a quantidade de lotes implantados, o nome de seu agente promotor, a década da ocupação e seu setor de implantação.

TABELA 11 - ASSENTAMENTOS IRREGULARES/CLANDESTINOS DE PROMOÇÃO PRIVADA

NOME	Área (ha)	Quantidade Lotes Implantados em Projeto	Agente Promotor	Década Ocupação	Setor
Curitiba	31,33	195- total 18 quadras	Aníbal Khury	1980	2
Riva Dávia	9,49	250- total 8 quadras	Edi Siliprandi	1990	1
Gramado	7,25	150 aproximadamente	MNLM	1990	1
Chácara 53-parte Petrópolis	1,21	26 aproximadamente	Florisvaldo Chesca do Nascimento	2000	4
Cabeceira do Melissa	1,21	20 aproximadamente	co-proprietários em parcela ideal	1970	2
Jardim Colméia	1,05	20 - Quadra 10 UP	Não identificado	2000	5
Jardim Cascatinha	1,03	08 aproximadamente	Joaquim Vieira	1980	2
TOTAL GERAL	52,57	669 lotes aproximadamente			

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2012. (Org.) a autora, 2015.

A tabela 11 apresenta as sete áreas de promoção de ocupação por agentes privados, que abrangem uma área total de 52,57 ha, formando aproximadamente 669 lotes. Quanto aos setores de implantação mais frequentes, encontra-se os setores 1 e 2, ou seja, próximo as áreas centrais da cidade.

Quanto ao tipo de ação pela promoção particular, pode-se ressaltar algumas diferenciações, já apresentadas no decorrer do trabalho, e aqui agrupadas e classificadas por tipologias, conforme as ações de promoção privada que derivam alguma irregularidade ou clandestinidade, com base nos conceitos apresentados por Rosenfeldt & Loch (2013). As tipologias identificadas de promoção privada são de três tipos: clandestino (a1, a2 e a3), irregular (b1 e b2) e favela (c1 e c2). O primeiro (a) e segundo (b) grupos representam promoção de ocupações a partir do próprio proprietário da área, seja em áreas nunca anteriormente parceladas, ou em forma de reparcelamentos em área já loteada. O terceiro grupo (c), as ocupações promovidas sobre áreas de terceiros. Estas ações apresentam pequenas variações, o que deriva sua numeração (1 a 3) na promoção particular.

TABELA 12 - TIPOLOGIAS ASSENTAMENTOS DE PROMOÇÃO PRIVADA

TIPO	DESCRIÇÃO	ASSENTAMENTOS	DEFINIÇÃO
a1	Assentamento implantado pelos próprios proprietários através de assentamento clandestino em uma área ainda não parcelada , sem a preocupação com tamanhos de lotes ou adensamentos colocados pelas legislações urbanísticas, o que veio a impossibilitar a aprovação da ocupação e um posterior repasse na titularidade dos lotes.	CABECEIRA MELISSA	CLANDESTINO
a2	Ocupação implantada pelos próprios proprietários através de assentamento clandestino, propondo reparcelamento de uma área em um loteamento já aprovado , sem a preocupação com tamanhos de lotes, adensamentos, ou parâmetros de preservação ambiental colocados pelas legislações urbanísticas, o que veio a impossibilitar um posterior repasse na titularidade dos lotes.	JD. CASCATINHA	CLANDESTINO
a3	Possui promoção de terceiros, com ocupação de área particular, contudo regularizando a situação documental de propriedade com usucapião . A irregularidade encontra-se quanto à proposta de assentamento, sem projeto urbanístico aprovado, ou em conformidade com o padrão predominante de lotes e sistema viário do entorno.	CHÁRACAR-53	CLANDESTINO
b1	O próprio proprietário organiza o parcelamento da área, a partir de um projeto urbanístico , organizado em vias e quadras, contudo, inicia a venda dos lotes antes de sua efetiva aprovação no cadastro municipal, e por motivos documentais jurídicos de propriedade da Gleba não consegue a aprovação do projeto (SAULE JR, 2004).	CURITIBA	IRREGULAR
b2	O próprio proprietário organiza o parcelamento da área, a partir de um projeto urbanístico , organizado em vias e quadras, contudo, inicia a venda dos lotes antes de sua efetiva aprovação no cadastro municipal, e por algum motivo físico-urbanístico de inconformidade no atendimento à legislação corrente não consegue a aprovação do projeto (SAULE JR, 2004).	RIVA DÁVIA	IRREGULAR
c1	Trata-se de um assentamento desenvolvido na ocupação de área de terceiros, em área já parcelada , onde são feitas edificações com material de reaproveitamento, sem maiores preocupações com uma delimitação regular de lotes ou quanto à contenção de adensamento conforme as legislações urbanísticas de promoção privada	GRAMADO	FAVELA
c2	Trata-se de um assentamento com ocupação de área pertencente ao Município , em loteamento parcelado antes de 1979, com restrições por serem área de preservação permanente , onde são feitas edificações com material de reaproveitamento, sem maiores definições de lotes devido a inércia do município com a fiscalização das áreas.	JD.COLMÉIA	FAVELA

FONTE: (Org.) a autora, 2015.

De acordo com a tabela 12, identifica-se uma tipologia para cada promoção de assentamento privado que diferem quanto a motivos documentais jurídicos no que se refere à propriedade, motivos físico-urbanísticos ou de restrições ambientais.

3.1.2 Levantamento dos assentamentos com fins habitacionais clandestino/irregulares: Agente Público (Autarquias)

Os assentamentos irregulares de promoção das autarquias municipal e estadual foram identificados a partir da década de 1990 até a de 2000, através de círculos em vermelho, como o já apresentado na sequência de mapas (figuras 34, 38, 46 e 63). Conforme o agrupamento da localização destes assentamentos, considerando as barreiras compostas pelas rodovias, tem-se sinteticamente o mapa da figura 85. Quanto à localização dos assentamentos irregulares/clandestinos de promoção da municipalidade, estes estão contidos nos setores 3, 4 e 5, excetuando-se os setores 1 e 2. Com isso observa-se a disposição periférica destes empreendimentos, sempre em setores além das barreiras das rodovias que cruzam a cidade (figura 85). A maior quantidade destes, no total de 10, encontra-se no setor 5, para além da BR-467. Em segundo lugar encontra-se 6 empreendimentos no setor 4, e somente um no setor 3.

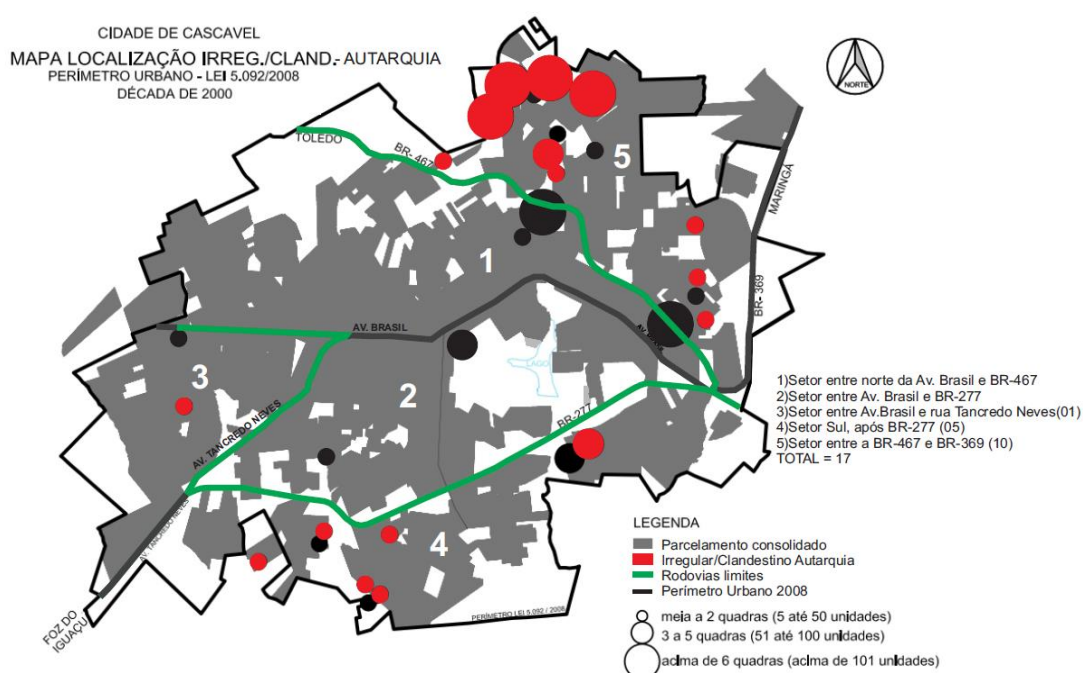


FIGURA 85 - LOCALIZAÇÃO DA IRREG./CLAND.- AUTARQUIA

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.

Na tabela 13 são apresentadas as particularidades das áreas de promoção pública por meio da autarquia municipal, COHAVEL, ou com parceria estadual, replicada pela COHAPAR. Estas áreas estão organizadas, em ordem decrescente, pelo tamanho das áreas (hectares).

TABELA 13 - ASSENT. IRREGULARES DE PROMOÇÃO PÚBLICA PELAS AUTARQUIAS MUNICIPAL E ESTADUAL

NOME	ÁREA (ha)	QUANTIDADE LOTES EM PROJETO	AGENTE PROMOTOR	DÉCADA OCUPAÇÃO	Setor
Loteamento Melissa	19,81	380 - Total 25 quadras	COHAVEL	1990	5
Conj. Hab.Julieta Bueno	14,43	473 - TotalQuadras 21	COHAVEL	2000	5
Loteamento Araucária	13,60	333 - Total 15 quadras	COHAVEL	1990	5
Conj. Res.Abelha	7,26	117 - Total 12 quadras	COHAVEL	1990	5
Novo Mundo	2,66	62 - Q. 5A, 6, 7, 12A, 12B e 13	ESTADO/ COHAPAR	1990	4
Loteamento Quebec	2,64	30 - Quadra 14 UP	COHAVEL	2000	4
Projeto realocação Riva Dávia - Caiobá	1,30	62 - Caiobá, Q. 7, 8 e 9 (6 divisões)	COHAVEL	2000	5
Jardim Alvorada	1,12	40 - Quadra 3 (2 divisões)	COHAVEL	1990	5
Lot. XIV de Novembro – Quadra 19	1,11	64 - Quadra 19 (4 divisões)	COHAVEL	1990	4
Estrela do Mar	0,94	28 - Quadra 7 UP (3 divisões)	COHAVEL	1990	5
Parq. Res. Santa Cruz	0,90	60 - Quadra 28 (3 divisões)	COHAVEL	1990	3
Jardim Morada do Sol	0,75	24 - Quadra 2 UP (2 divisões)	COHAVEL	1990	5
Jardim Itapuã	0,49	12 - Quadra 2 (2 divisões)	COHAVEL	1990	4
Projeto realocação Riva Dávia - Morumbi	0,47	23 - Morumbi, quadra 56	COHAVEL	2000	5
Jardim Petrópolis - Quadra 8	0,36	8 - Quadra 8 UP	COHAVEL	2000	4
Jardim Lupatini	0,31	07 - Quadra 2	COHAVEL	1990	5
Jardim Petrópolis - Quadra 16	0,19	8 - Quadra 16	COHAVEL	2000	4
TOTAL GERAL	69,18	1731 lotes			

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal), 2015. (Org.) a autora, 2015.

A tabela 13 apresenta as 17 áreas que se tornaram receptoras de uma ou mais quadras irregulares e, em maior dimensão, os assentamentos estabelecidos em glebas ou chácaras, originando várias quadras e arruamento em um parcelamento implantado totalmente irregular (ROSENFELDT; LOCH,2013). A promoção do assentamento se dá por agentes públicos, através das autarquias estadual, em somente um dos casos, no loteamento Novo Mundo, e pela municipal, nos demais. Observa-se que a situação de irregularidade é uma constante nas áreas elencadas (ROSENFELDT; LOCH,2013). Ou seja, possuem um projeto de origem que, por alguma inconformidade, permaneceu na irregularidade. Também destaca-se que a maioria das

situações são promovidas na década de 1990, originando somente nesta década 1.127 lotes, ou seja, 65% do total das áreas informais.

Quanto ao tipo de ação pela promoção das autarquias, pode-se ressaltar algumas diferenciações, já apresentadas no decorrer do trabalho, e aqui agrupadas e classificadas por tipologias, conforme as ações de promoção deste agente, que derivam alguma irregularidade ou clandestinidade.

TABELA 14 - TIPOLOGIAS ASSENTAMENTOS DE PROMOÇÃO AUTARQUIAS

TIPO	DESCRIÇÃO	ASSENTAMENTOS	DEFINIÇÃO
d1	Possuem promoção de iniciativa pública, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal com a Companhia de Habitação do Estado. Há uma doação de área para a COHAPAR, que desenvolve o projeto urbanístico e das residências, apresentando o projeto uma certa regularidade quanto ao tamanho do lote e de vias internas, ortogonais as já existentes. Por alguma falta no atendimento as legislações urbanísticas quanto ao tamanho do lote , o reparcelamento não foi aprovado, mesmo pela inércia na comunicação entre os entes.	NOVO MUNDO	IRREGULAR
e1	Possuem promoção de iniciativa pública, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal com a COHAVEL sobre área de um loteamento já aprovado . Há uma doação de área para a COHAVEL, que desenvolve o projeto somente urbanístico , apresentando o projeto uma certa regularidade quanto ao tamanho do lote e de vias internas, ortogonais as já existentes. Por alguma falta no atendimento as legislações urbanísticas quanto ao tamanho de lotes, o reparcelamento não foi aprovado , mesmo pela inércia na comunicação entre os dois entes.	XIV NOVEMBRO (19), ITAPUÃ, MORADA DO SOL, ESTRELA DO MAR, JARDIM ALVORADA, SANTA CRUZ (28), LUPATINI, PETRÓPOLIS (8e 16)	IRREGULAR
e2	Possuem promoção de iniciativa pública, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal com a COHAVEL. Há uma doação de área para a COHAVEL, que desenvolve o projeto urbanístico de loteamento com a edificação de algumas casas , apresentando o projeto uma certa regularidade quanto ao tamanho do lote e de vias internas, sem uma necessária ligação com a malha urbana existente. Por alguma falta no atendimento as legislações urbanísticas, geralmente por questões ambientais, largura de vias ou áreas destinadas à utilidade pública, o parcelamento do loteamento não foi aprovado .	MELISSA, ABELHA, JULIETA BUENO E ARAUCÁRIA	IRREGULAR
e3	Possuem promoção de iniciativa pública, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal com a Companhia Municipal de Habitação de Cascavel - COHAVEL. Não se efetiva a doação para a COHAVEL, mas sobre área do município desenvolve o projeto urbanístico de reparcelamento com a edificação de algumas casas , apresentando o projeto uma certa regularidade quanto ao tamanho do lote e de vias internas, sobre área já parcelada. Por alguma falta no atendimento aos trâmites legais, ou mesmo pela inércia na comunicação entre as entidades para o estabelecimento de lei urbanística específica, o reparcelamento não foi aprovado.	QUEBEC, CAIOBÁ E MORUMBI	IRREGULAR

FONTE: (Org.) a autora, 2015.

Na tabela 14 foram organizados dois grupos "d" e "e", onde o primeiro representa promoção de ocupações a partir da autarquia Estadual (d), e no segundo caso, ocupações promovidas pela autarquia Municipal (e). Esta segunda, com ações que apresentam pequenas variações, por problemas físico-territoriais exigíveis pela legislação, da qual deriva a sua numeração tipológica (1 a 3).

3.1.3 Levantamento dos assentamentos com fins habitacionais clandestino/irregulares: Agente Público (Municipalidade)

Os assentamentos irregulares e clandestinos, de promoção pública da própria municipalidade, foram identificados em alguns momentos durante as décadas de evolução da malha urbana de Cascavel entre 1990 e 2000, conforme já apresentado na sequência de mapas (figuras 46 e 63). Identifica-se estas áreas de promoção através de círculos em amarelo.

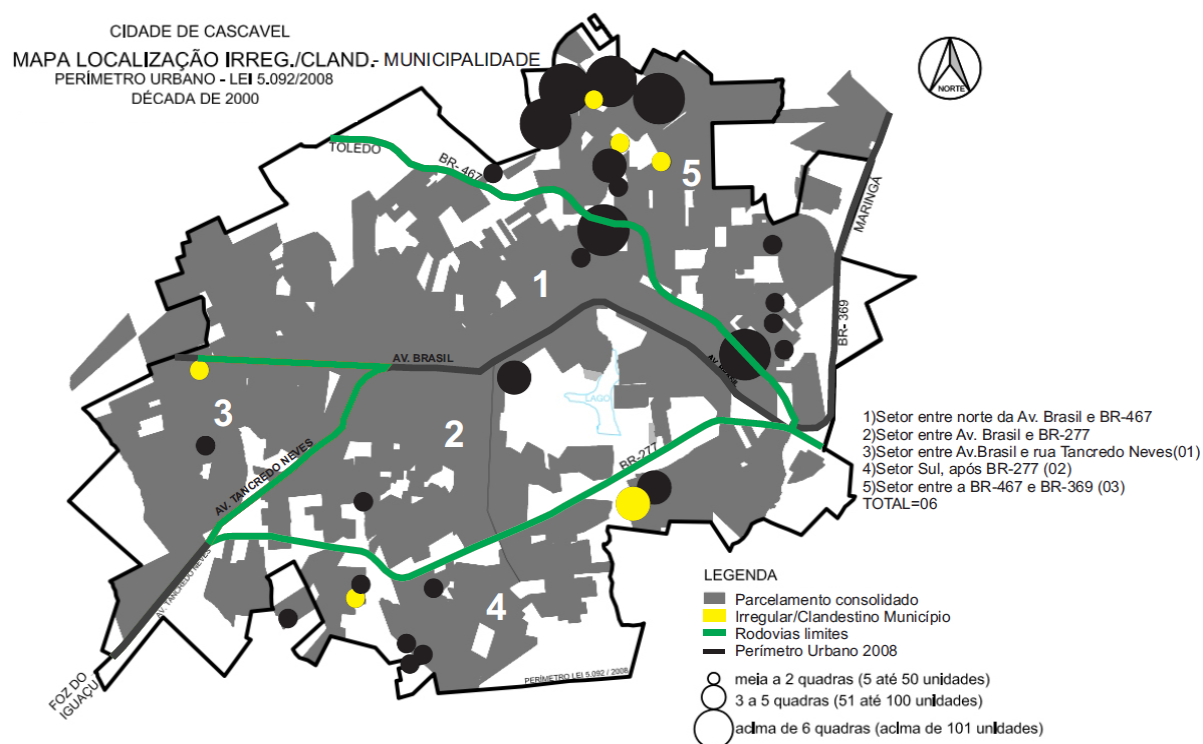


FIGURA 86 - LOCALIZAÇÃO DA IRREG./CLAND.- MUNICIPALIDADE

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.

Quanto à localização dos assentamentos irregulares/clandestinos de promoção da municipalidade, estes estão contidos nos setores 3, 4 e 5, excetuando-se os setores 2 e 3. Com

isso, observa-se a disposição periférica destes empreendimentos, sempre em setores além das barreiras das rodovias que cruzam a cidade (figura 86).

Através do levantamento feito com dados da Secretaria Municipal de Planejamento, pôde-se formular a tabela 15 com a descrição das áreas de promoção da municipalidade. Apresentam-se os seis loteamentos aprovados em décadas anteriores, que possuem uma ou mais áreas clandestinas ou irregulares de promoção de ocupação pela municipalidade. Estas áreas foram colocadas em ordem quantitativa do número de lotes definidos no projeto inicial, ou, em caso de ausência de projeto, o número identificado nas imagens de implantação dos locais, com base nos conceitos apresentados por Rosenfeldt e Loch (2013). As áreas identificadas (tabela 15) abrangem uma área de 7,56 ha, formando aproximadamente 256 lotes.

TABELA 15 - ASSENT. IRREGULARES/ CLANDESTINO DE PROMOÇÃO DA MUNICIPALIDADE

NOME	ÁREA (ha)	QUANTIDADE LOTES EM PROJETO	AGENTE PROMOTOR	DÉCADA OCUPAÇÃO	Região
Cascavel Velho - Laíce	3,49	81 - total 3 quadras	MUNICÍPIO	2000	4
XIV de Novembro	1,19	24 - Quadra 17s/projeto 08 - Quadra 22 s/projeto 19 - <u>Quadra 23 s/projeto</u> Total 51	MUNICÍPIO	1990	4
Jardim Paranaguá	1,03	43 - Quadra 8 UP	MUNICÍPIO	2000	5
Pq. Res. Santa Cruz	0,90	36 - Quadra 155	MUNICÍPIO	1990	3
Jardim Madevani	0,60	35 - Q. 1, 2 e parte da 5	MUNICÍPIO	2000	5
Jardim Colonial	0,34	10 - Quadra "O", lote 6	MUNICÍPIO	2000	5
TOTAL GERAL	7,56			256 lotes aproximadamente	

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Prefeitura Municipal), 2015. (Org.) a autora, 2015.

A partir da identificação do agente promotor como sendo a própria municipalidade, nas situações de clandestinidade e irregularidade decorrente de ações de implementação de programas de erradicação de favelas, permitindo a autoconstrução de habitações, inclusive com material de aproveitamento, foram identificadas três possibilidades de diferenciações quanto a estes resultados, dispostos na tabela 16. Estes foram agrupados e classificados por tipologias, organizados em grupos relacionados à autorização de autoconstrução em áreas com descrição de clandestino (f1) e irregular (g1 e g2). As pequenas variações derivam uma numeração tipológica (1 a 2), quando em área reparcelada em loteamento já aprovado ou quando em novos loteamentos irregulares. Contudo, observa-se que a maior frequência se dá pela permissão de ocupação de áreas em loteamentos já parcelados e aprovados.

TABELA 16 - TIPOLOGIAS ASSENTAMENTOS PROMOÇÃO DA MUNICIPALIDADE

TIPO	DESCRIÇÃO	ASSENTAMENTOS	DEFINIÇÃO
f1	Possuem promoção de iniciativa pública, através das secretarias da Municipalidade (Secretaria de Ação Social) e endosso do prefeito da época, que através de autorização por Termo de Uso a Título Precário de Imóvel, por tempo indeterminado, autorizada a ocupação da área por autoconstrução, sem projeto urbanístico de reparcelamento em loteamento aprovado.	XIV DE NOVENBRO MADEVANI JD. COLONIAL	CLANDESTINO
g1	Possuem promoção de iniciativa pública, através das secretarias da Municipalidade (Secretaria de Ação Social) e endosso do prefeito da época, que através de autorização por Termo de Uso a Título Precário de Imóvel, por tempo indeterminado, autorizada a autoconstrução e ocupação de lotes definidos, em área reparcelada de loteamento já aprovado.	STA CRUZ 155 PARANAGUÁ	IRREGULAR
g2	Possuem promoção de iniciativa pública, através das secretarias da Municipalidade (Secretaria de Ação Social) e endosso do prefeito da época, que através de autorização por Termo de Uso a Título Precário de Imóvel, por tempo indeterminado, autorizada a autoconstrução e ocupação de lotes definidos, em loteamento irregular.	LAICE - CVEL VELHO	IRREGULAR

FONTE: (Org.) a autora, 2015.

Em uma análise do nexos entre informalidade e políticas públicas, concorda-se com Smolka (2003, p.2) que classifica estas ações como de caráter clientelístico, quando o poder público municipal "[...] faz vista grossa à ocupação e/ou disponibilização do patrimônio público [...]", como no exemplo ilustrado nestas ocupações descritas na tabela 16. A autorização se dá por termo de uso a título precário, o que possibilita somente a posse e não a propriedade da área, o que desmotiva qualquer ação reivindicatória de melhorias em infraestrutura.

3.1.4 Síntese

Na análise conjunta resultante da promoção de áreas irregulares/clandestinas/favelas das várias promoções de seus agentes, tendo como base destas informações de distinção, a análise das áreas dos loteamentos a partir do mapa base da Prefeitura Municipal e matrículas das áreas, utilizando-se como os parâmetros de classificação os apresentados por Rosenfeldt e Loch (2013) já discutidos, faz-se uma síntese quantitativa.

TABELA 17 - QUANTITATIVO SÍNTESE DAS VÁRIAS PROMOÇÕES

PROMOÇÃO	TOTAL	CLANDESTINO	IRREGULAR	FAVELA	ÁREA (ha)	LOTES
AUTARQUIAS	17	-	17	-	69,18	1.731
PRIVADO	07	03	02	02	52,57	669
MUNICÍPIO	06	03	03	-	7,56	256
Total	30	06	22	02	129,31	2.656

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2012. (Org.) a autora, 2015.

Nota-se, na tabela 17, que a maioria dos empreendimentos irregulares são os de promoção das autarquias, com o total de 17 localizações, somando 69,18 ha. Em segundo lugar estão os sete empreendimentos privados, que apresentam as três classificações gerais de tipologias (irregular, clandestino e favela), em uma área total de 52,57 ha. Em terceiro lugar, em menor quantidade de promoções, encontra-se a municipalidade, com um total de 6 assentamentos, nas classificações clandestino/irregular, num total de 7,56 ha. A maior ocorrência é de assentamentos ou loteamentos classificados como irregulares, totalizando 22 casos. Seguido por 6 casos de clandestinos e 2 de favelas.

A partir destes dados, quanto à localização das áreas de assentamentos clandestinos/irregulares/favelas, faz-se esquematicamente um mapa síntese, ligando os empreendimentos de mesma promoção, como se fossem parte da mesma rede, para melhor visualização de sua distribuição e configuração espacial dentro das possibilidades do perímetro urbano. Justifica-se esta metodologia, de junções de pontos, nas considerações de Dupuy (1998), que defende a análise sobre as redes de infraestrutura:

La red asegura la puesta en relación, la conexión máxima, a ser posible directa y múltiple, entre unos puntos del espacio, independientemente de su localización y más allá de las diferentes barreras y límites. La red favorece así la apertura del espacio urbano y la descentralización. Se trata de una extensión espacial necesariamente discontinua porque la red sólo une puntos. A las discontinuidades lineales del espacio creadas por las fronteras de los perímetros históricos, administrativos o urbanísticos, la red opone una discontinuidad intrínseca que borra de alguna manera el espacio geográfico fuera de los nudos y de los arcos, creando un espacio particular de la red (DUPUY, 1998, p.94).

Aqui, não se considera o ponto necessariamente uma abstração, mas sim "[...] la expresión de un ego individual o colectivo, es decir el lugar donde un actor piensa su acción, puede convertirse en el origen de una voluntad individual o colectiva de relación, de enlace potencial con otro punto (es decir otro actor)" (DUPUY, 1998, p.122). Admite-se, com isso, a existência de projetos de interação e comunicação potenciais na lógica da cidade, com elos virtuais em diferentes pontos, numa espécie de delegação coletiva de poderes. "Sólo se trata de proyectos, cuyas realizaciones suponen un poder: poder de hacer entrar otro lugar, otro punto

en el territorio del actor, de establecer la relación deseada, proyectada, en el espacio y en el tiempo" (DUPUY, 1998, p.122). Os espaços particulares formados por cada agente promotor, como se formassem uma interconexão em rede de significação territorial, pode ser visualizado na figura 87.

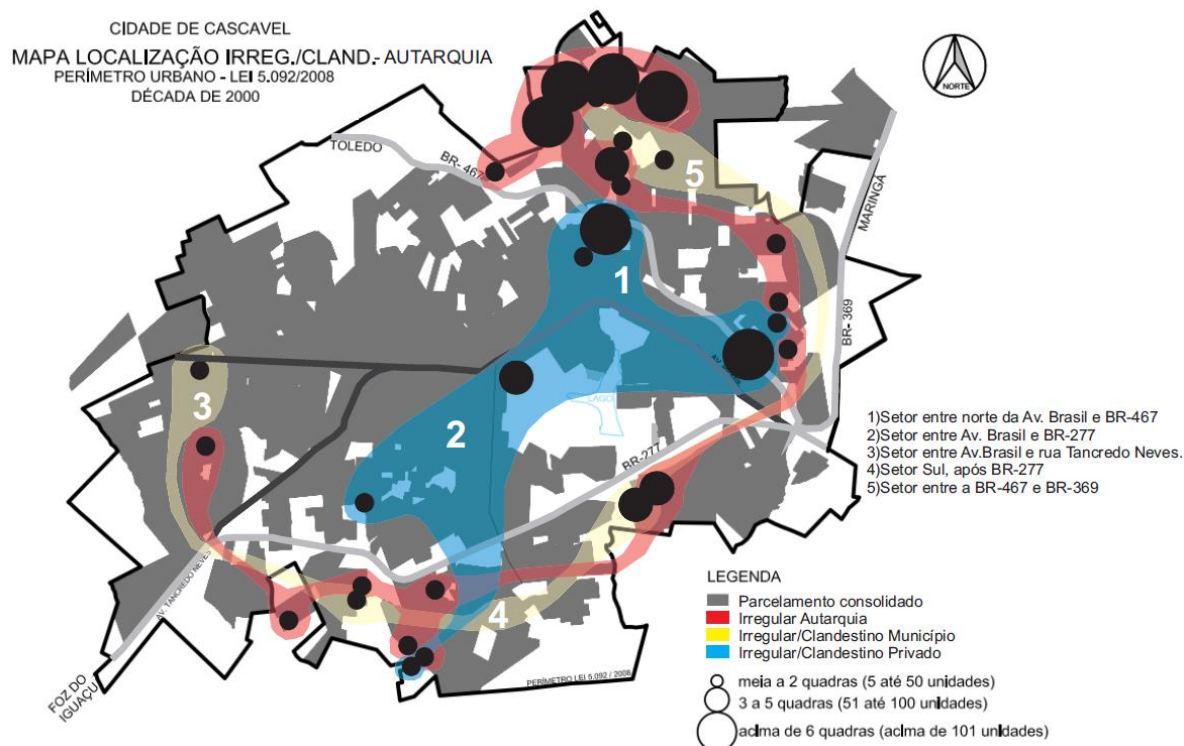


FIGURA 87 - LOCALIZAÇÃO DA IRREG./CLAND.- SÍNTESE

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. (Org.) a autora, 2015.

Observa-se (figura 87) que, quanto a localização dos empreendimentos, os de promoção privada (em azul) apresentam-se, em grande parte, mais próximo ao núcleo urbano inicial (setor 1, 2 e 4), onde encontram-se as redes de infraestrutura já consolidadas. As de promoção das autarquias (vermelho) e da municipalidade (amarelo), já agrupam-se em áreas periféricas, além das barreiras das rodovias BR-277 e BR-467, nos setores 3, 4 e 5, local onde as redes de infraestrutura já são escassas ou descontínuas. Essas duas promoções, da autarquia e da municipalidade entrelaçam-se demonstrando a mesma lógica nos assentamentos. O mapa demonstra uma associação entre a produção da irregularidade e a segregação sócio-espacial.

3.2 ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA

Dupuy (1998), baseando-se na releitura de vários autores urbanistas, propõe uma revisão de doutrinas, a partir do ponto de vista da construção de um espaço em rede, para uma concepção que chama de "noção moderna de rede" (DUPUY, 1998, p.93). A partir disto, afirma que as composições das redes de infraestrutura possuem três dimensões: topológica, cinética e adaptabilidade. Primeiramente, a implantação das redes de infraestrutura (pavimentação, energia elétrica, etc) estão ligadas a uma dimensão topológica, o que influi para analisar o que passa com sua continuidade ou interrupção. Neste sentido "Alcantarillas, tuberías, cables, de diferentes dimensiones, situados hasta una profundidad indefinida bajo la calle, deben permitir alimentar toda la ciudad con fluidos de diversas naturalezas y con electricidad" (DUPUY, 1998, p. 107). Basicamente discute como a rede se instala e alimenta a cidade a partir das limitações físicas do sítio.

A segunda dimensão está na sua relação, em uníssono, entre espaço e tempo, numa relação baseada na circulação, no fluxo, na velocidade e instantaneidade da interconexão rede. Ao lado da dimensão topológica, esta é a dimensão cinética, essencial para a facilidade de circulação e conexões dentro do perímetro definido. Para a definição dos tempos mínimos de locomoção em uma nova temporalidade, a velocidade dos abastecimentos (água, energia, etc).

E a última concepção de ideal, a da dimensão adaptativa, está ligada à capacidade de adaptação das redes de infraestrutura ao longo do tempo, em suas facilidades de relações e manutenções, que supõe uma permanência do suporte, conforme o que tenha se tornado necessário pela ação de seus agentes ou pelas modificações do sistema urbano (DUPUY, 1998). Estas são características que devem ser mantidas na lógica qualitativa de viabilidade, na organização das redes de infraestrutura. O autor (1998) apresenta uma concepção de território baseada nas possibilidades de relações, comunicação, circulação e transações entre pontos.

Contudo, nesta dissertação, a descontinuidade topológica da rede de infraestrutura se tem como pressuposto. A análise se limita a possibilidade de conexão, na existência ou não da rede. Não será analisado a sua velocidade de conexão a vários outros pontos, ou sua adaptabilidade como suporte. Admite-se, sim, uma negligência intencional, como hipótese, e verifica-se como esta atinge os assentamentos irregulares/clandestinos/favelas, como forma de constatação da negligência pura e simples. Então, adota-se outra forma de marcar os territórios:

Existen otras formas para constituir y marcar los territorios mediante fronteras, delimitaciones, cuadrículas y, en el registro temporal, cronologías que no provienen ni de la instantaneidad, ni de la velocidad. Estas formas incluso han sido predominantes en la historia de las sociedades humanas. Si la concepción de una

territorialidad transaccional parece emerger cada vez más en nuestras sociedades modernas, esto no excluye el mantenimiento de diversashuellas territoriales espacio-temporales a veces muy potentes. Estas otras formas de territorialidad siempre restringen la RPT [red de proyectos transaccionales]. Los proyectos de los actores no contemplan, ni el lo imaginario ni en la virtualidad, todas las conexiones posibles inmediatamente con todos los puntos. Las fronteras permanecen o aparecen aquí u allá, excluyendo algunos puntos, algunos períodos, algunos ritmos. Así, se imponen límites entre los "a dentro" y los "a fuera", límites que las transacciones no osan transgredir (DUPUY, 1998, p.124).

São estes pontos limites da fronteira, a gestão da conexão com os excluídos, com diferentes restrições técnicas, com condicionantes econômicas e políticas, que se discute nesta dissertação. "Este compromisso realizado por el operador a partir de lo imaginario y de la virtualidad de la RPT es lo que materializa la red técnica" (DUPUY, 1998, p.125). Ou seja, dentro de uma possibilidade múltipla de conexões entre seus pontos, o projeto coletivo exige de seu agente promotor, uma homogeneização da lógica da rede, que joga com a diversidade, ao invés da uniformização. Fatidicamente, alguns pontos ficam à parte da rede real, apesar de ter um lugar na rede virtual (DUPUY, 1998).

Neste estudo nos ateremos às operações de primeiro nível, onde se elaboram o território das redes reais, sendo este o lugar de intervenção do urbanismo segundo Dupuy (1998), que facilitam as articulações com outros níveis de operação (outras territorialidades). São a partir das redes de infraestrutura estabelecidas e que serão apresentadas a seguir, é que, em outra escala, cada família de trabalhador, constitui e organiza sua cidade individual, como usuários (DUPUY, 1998). Elege-se para análise de gestão as redes técnicas: vias pavimentadas com drenagem; rede de esgotamento sanitário; rede de abastecimento de água potável e rede de energia elétrica. Estas redes são essenciais para o desenvolvimento das relações de consumo de famílias de trabalhadores moradores de assentamentos clandestinos/irregulares/favelas.

3.2.1 Localizações dos assentamentos clandestino/irregulares: Pavimentação e drenagem

Durante as décadas de 1970 à 2000, com base nos levantamentos dos Planos Diretores desenvolvidos nestas décadas, pode-se verificar a evolução da implantação da pavimentação, juntamente com a drenagem urbana de água pluvial, conforme segue:

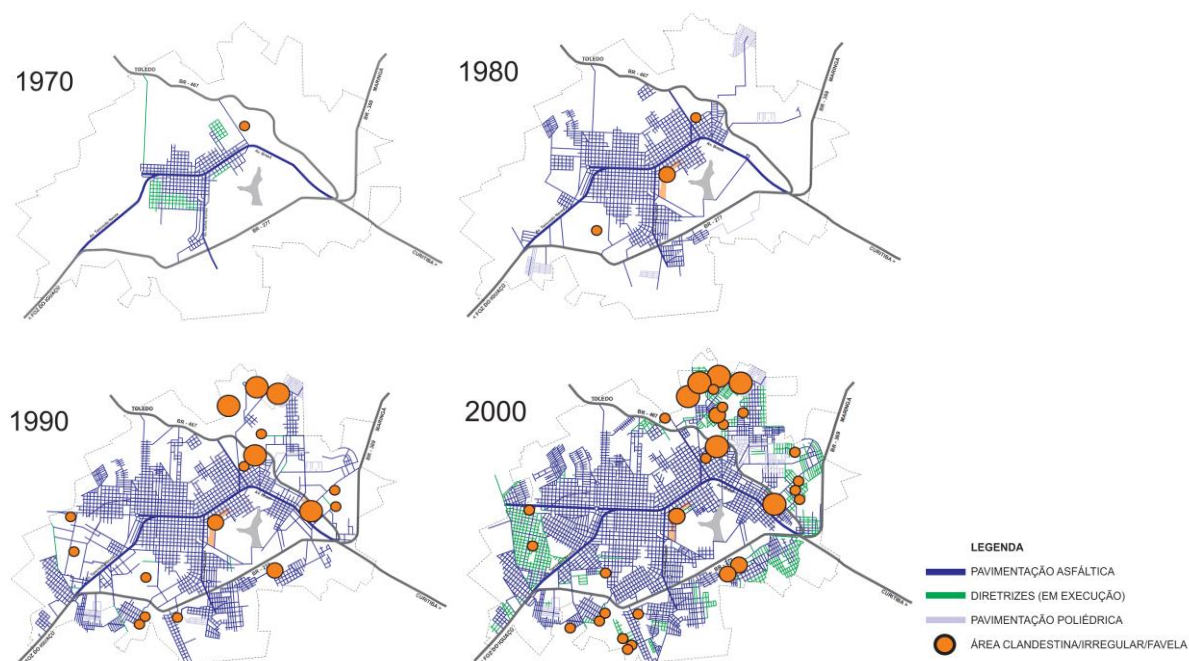


FIGURA 88 - EVOLUÇÃO PAVIMENTAÇÃO/DRENAGEM DÉCADAS 1970-2000

FONTE: Adaptado de LERNER, 1978; FORTE NETTO, 1987; AKEL, 1992. Secretaria de Planejamento com relatório dos setores: Parcelamento do Solo, 2014; Regularização Fundiária, 2015. (Org.) a autora, 2015.



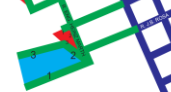

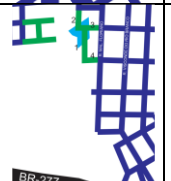


Os mapas de pavimentação foram inseridos e discutidos individualmente nas décadas pertinentes de análise, conforme dados de levantamento dos planos diretores desenvolvidos em cada década. Na figura 88, pode-se fazer uma análise macro, da expansão da rede viária pavimentada, destacando-se sua descontinuidade. Na década de 1970 a rede de pavimentação/drenagem se ateve a áreas centrais, com algumas vias de ligação entre a Av. Brasil e as BR-277 e BR-469. Na década de 1980 há um preenchimento maior entre estas áreas entre as BR's seguindo a extensão da Av. Brasil à Av. Tancredo Neves. Nesta década também se efetiva a transposição para a pavimentação além dos limites das BR-277 e BR-469 (Sul e Norte). Na década de 1990 configuram-se vários vazios urbanos e preenchimento dos formados anteriormente com pavimentação de áreas à Oeste e Sul da cidade. Na década de 2000 os loteamentos aprovados na década de 1970 começam a ser pavimentados e há uma maior estruturação desta rede na região Norte. Nota-se que as áreas clandestinas/irregulares/favela (em laranja na figura 88) surgem nos vazios urbanos, antes das indicações de pavimentação, seja asfáltica (azul escuro), poliédrica (lilás) ou das diretrizes de execução (verde). Na observação entre as décadas de 1990 e 2000, as diretrizes de execução de pavimentação surgem somente na década seguinte à implantação destes assentamentos.

Em uma apresentação de dados individuais dos assentamentos, como centros geográficos do espaço, organizados conforme seu agente promotor, quanto ao número de acessos pavimentados de interligação à rede existente, bem como uma extensão ao atendimento

da rede internamente ao assentamento, com a identificação de existência de pavimentação, conforme levantamentos de 2004, tem-se uma sequência de tabelas.

Não se pretende uma análise de distâncias mínimas da via à rede, mas somente a sua configuração física em continuidade. Mesmo Dupuy (1998) afirma que o critério de distância é insuficiente para se avaliar uma rede de infraestrutura. Pretende-se uma constatação das conexões em número de vias de ligação, entendendo que quanto maior esta ligação, melhor será o atendimento e adaptação da rede, a configuração de trajetos multiplus (DUPUY, 1998).

TABELA 18 - ACESSO REDE PAVIMENTADA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS POR PRIVADOS

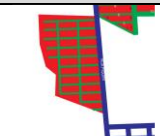
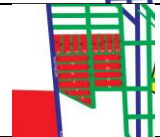
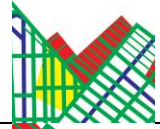
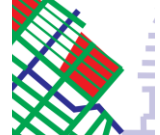

NOME ASSENTAMENTO	ESQUEMA	Área (ha)	ACESSO PAVIMENT. REDE	ATENDIMEN/ INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	DÉCADA	SETOR
Curitiba		31,33	13	SIM	IRREGULAR	1980	2
Riva Dávia		9,49	06	NÃO	IRREGULAR	1990	1
Chácara 53-parte Petrópolis		1,21	NÃO	NÃO	CLANDESTINO	2000	4
Cabeceira do Melissa		1,21	02	SIM	CLANDESTINO	1970	2
Jd. Cascatinha		1,03	NÃO	NÃO	CLANDESTINO	1980	2
Gramado		7,25	11	SIM	FAVELA	1990	1
Jd. Colméia (Q.10)		1,05	NÃO	NÃO	FAVELA	2000	5
TOTAL GERAL		52,57	669 lotes aproximadamente				



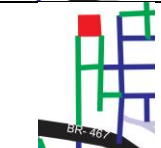




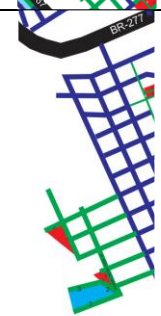



FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2006. (Org.) a autora, 2015.

A tabela 18 apresenta uma análise do acesso a rede pavimentada existente na década de 2000, sobre os assentamentos de promoção privada. As imagens inseridas seguem a mesma definição de cores apresentada na legenda da figura 88. Ou seja, em azul escuro, as vias pavimentadas e em verde as vias abertas como diretrizes para execução, mas ainda não pavimentadas. São colocadas por ordem de tamanho da área e agrupadas por sua classificação. O perímetro dos assentamentos ou loteamentos seguem as cores definidas para seus agentes promotores: azul claro – privado; vermelho – altarquias; amarelo – municipalidade.

Conforme observado na tabela 18, dos sete empreendimentos de promoção privada, destacados na cor azul claro, somente três destes não possuem vias de ligação à rede existente, com acesso pavimentado, nos setores 2, 4 e 5. Entre eles estão as definições de clandestino e favela: Jd. Cascatinha, Chácara 53 do Petrópolis e a quadra 10 do Jardim Colméia. Os demais, no total de quatro empreendimentos, apresentam mais de uma rua de acesso pavimentado, ligando o assentamento irregular/clandestino à rede com infraestrutura de pavimentação e drenagem existente. Indicam com isso várias possibilidades de efetuar caminhos determinados na rede. Contudo, entre estes somente um, o loteamento irregular Riva Dávia, não apresenta uma rede pavimentada executada internamente ao assentamento. Ou seja, a rede atinge o perímetro do assentamento, mas não o irriga, ou alimenta, como parte integrante desta.

TABELA 19 - ACESSO REDE PAVIMENTADA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS PELAS AUTARQUIAS

NOME ASSENTAMENTO	ESQUEMA	Área (ha)	ACESSO PAVIMENT. REDE	ATENDIMEN/ INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	DÉCADA	SETOR
Lot. Melissa		19,81	01	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Conj. Hab. Julieta Bueno		14,43	01	NÃO	IRREGULAR	2000	5
Lot. Araucária		13,60	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Conj. Res. Abelha		7,26	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Novo Mundo		2,66	02	NÃO	IRREGULAR	1990	4

Lot. Quebec		2,64	03	SIM	IRREGULAR	2000	4
Projeto realocação Riva Dávila - Caiobá		1,30	04	NÃO	IRREGULAR	2000	5
Jardim Alvorada		1,12	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Lot. XIV de Novembro (Q.19)		1,11	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	4
Estrela do Mar		0,94	02	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Parq. Res. Santa Cruz (Q.28)		0,90	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	3
Jd. Morada do Sol		0,75	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Jd. Petrópolis (Q. 8 e Q.16)		0,55	NÃO	NÃO	IRREGULAR	2000	4
Projeto realocação Riva Dávila - Morumbi		0,47	01	NÃO	IRREGULAR	2000	5
Jardim Itapuã		0,49	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	4
Jardim Lupatini		0,31	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
TOTAL GERAL		69,18					1.731 lotes

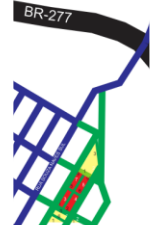
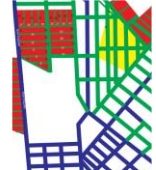

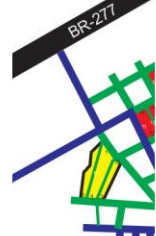


FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2006. (Org.) a autora, 2015.

A tabela 19 apresenta uma análise do acesso a rede pavimentada existente na década de 2000, sobre os assentamentos de promoção das autarquias: municipal (COHAVEL) e Estadual (COHAPAR), em destaque nos polígonos em vermelho. Entre eles só existe a classificação de assentamento irregular. E os setores de implantação são basicamente os de número 3, 4 e 5. As imagens seguem as mesmas convenções da tabela anterior. Dos dezessete empreendimentos de promoção das autarquias, distribuídos na tabela 19, em 16 loteamentos, 9 destes não possuem vias pavimentadas de ligação à rede existente: Araucária, Abelha, XIV de Novembro, Santa Cruz, Alvorada, Morada do Sol, Itapuã, dois casos no Petrópolis e Morumbi. Torna-se visível que a pavimentação (em azul escuro) não alcança necessariamente os assentamentos (em vermelho), diferentemente das várias possibilidades de conexões alternativas como os de promoção privada. Nestes casos, a rede de infraestrutura de pavimentação/drenagem chega somente em suas proximidades, só como uma possibilidade de tráfego em vias abertas em leito natural. As linhas verdes representam somente as vias abertas, como diretrizes de pavimentação, sem a execução necessária de pavimentação e drenagem. O restante dos assentamentos, no total de sete empreendimentos, apresentam de 1 a 4 ruas de acesso, ligando o assentamento irregular à rede com infraestrutura de pavimentação e drenagem existente. Contudo, entre estes, somente um, o assentamento irregular da quadra 14 do Quebec possui uma rede pavimentada executada interna, que permeia o assentamento.

Na tabela 20 apresenta-se os dados de acesso a rede pavimentada existente na década de 2000, sobre os assentamentos de promoção da municipalidade, destacado em amarelo. As inserções de imagens seguem as mesmas convenções das tabelas anteriores.

Observa-se na tabela 20, dos seis empreendimentos de promoção da municipalidade, quatro deles não possuem vias de ligação à rede existente, com acesso pavimentado, sendo um no setor 4 e o restante no setor 5. Entre eles estão os definidos como clandestino e irregular: Cascavel Velho - Laice; XIV de Novembro; Paranaguá e Madevani. Os outros dois empreendimentos, apresentam uma ou duas ruas de acesso, ligando o assentamento irregular/clandestino à rede com infraestrutura de pavimentação e drenagem existente. Sendo que ambos não apresentam uma rede pavimentada executada internamente ao assentamento.

TABELA 20 - ACESSO REDE PAVIMENTADA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTO PROMOVIDOS PELA MUNICIPALIDADE

NOME ASSENTAMENTO	ESQUEMA	Área (ha)	ACESSO PAVIMENT. REDE	ATENDIMEN/ INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	DÉCADA	SETOR
XIV de Novembro (Q. 17, 22 e 23)		1,19	NÃO	NÃO	CLANDESTINO	1990	5
Jardim Madevani		0,60	NÃO	NÃO	CLANDESTINO	1990	4
Jardim Colonial		0,34	02	NÃO	CLANDESTINO	2000	5
Cascavel Velho - Laíce		3,49	NÃO	NÃO	IRREGULAR	2000	5
Jardim Paranaguá		1,03	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Pq. Res. Santa Cruz (Q. 155)		0,90	01	NÃO	IRREGULAR	1990	5
TOTAL GERAL		7,56	256 lotes aproximadamente				

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2006. (Org.) a autora, 2015.

As próximas análises que seguem, partem dos dados dos mapas de levantamento para o Plano Diretor de 2006, pois não foram encontrados dados de levantamento além dos de pavimentação, nos planos diretores das décadas anteriores. Parte-se do pressuposto de que, se não existem dados de implantação de infraestrutura nesta época, estas também não existiam em época anterior.

3.2.2 Localizações dos assentamentos clandestino/irregulares: Esgotamento sanitário

O serviço de coleta de esgoto sanitário no município de Cascavel é prestado pela concessionária do Governo do Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Estes serviços são regulados pelo Decreto Estadual nº 3.926/1988 (SANEPAR, 2015).

Conforme dados do Perfil Municipal 2003/2004, a coleta de esgoto atinge 44,17% da população urbana da cidade de Cascavel. Não foram encontradas informações referentes ao início da implantação das obras de saneamento, contudo, acredita-se que estas tenham sido desenvolvidas a partir dos Programas para Cidades de Porte Médio - PCPM, na década de 1980. Os dados sobre a evolução do número de ligações de esgoto aparecem como contabilizados a partir do ano de 1997, com o número de 12.660 ligações (CASCAVEL, 2004).

Com o levantamento de infraestrutura para o Plano Diretor de 2006, tem-se o mapa de esgotamento sanitário, apresentado na figura 90, identificado pela mancha verde. Os círculos em torno das poligonais em laranja representam as áreas de assentamentos clandestinos/irregulares/favelas.

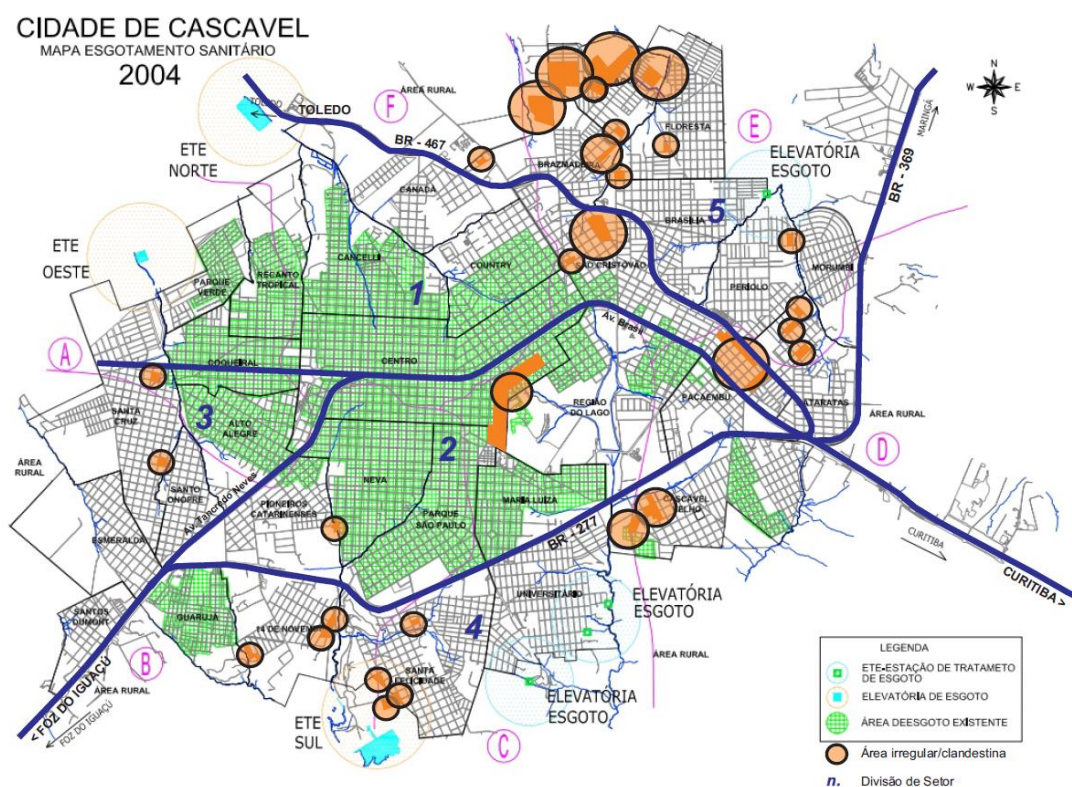


FIGURA 89 - MAPA REDE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 2004

FONTE: Adaptado CASCAVEL (Secretaria de Planejamento), 2006. (Org.) a autora, 2015.

Na cidade de Cascavel, são três as Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de sistema de tratamento tipo lagoa anaeróbia, seguida de lagoa facultativa (Norte e Sul), e uma seguida de desinfecção (Oeste). Estas estão identificadas na figura 89 através de um polígono azul inscrito em um círculo marrom claro.

Em uma análise macro em relação à posição e atendimento dos loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos quanto ao serviço de esgotamento sanitário, conforme as divisões setoriais já apresentadas e visualizadas na figura 89, nota-se que a maioria destes não são atendidos pela rede de esgotamento sanitário existente, no que diz respeito aos setores periféricos 3, 4 e 5. O caso de proximidade ao atendimento de esgotamento sanitário acontece nos setores 1 e 2, próximo ao núcleo urbano inicial. Outra observação é a de que a rede de esgotamento sanitário apresenta-se descontínua, atendendo em maior extensão, basicamente, os setores 1 e 2, entre a BR-277 e a BR-467. As sequências de pior atendimento seguem a numeração de setores 3, 4 e 5, sendo este último o mais negligenciado quanto ao esgotamento sanitário. O sistema utilizado, quando da ausência de rede de esgotamento sanitário é o de fossa séptica.

Em uma análise individual, sintética dos dados de esgotamento sanitário, formula-se uma sequência de tabelas, conforme o agente promotor dos loteamentos ou assentamentos irregulares/clandestinos.

TABELA 21 - ACESSO REDE ESGOTO SANITÁRIO: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS POR AGENTES PRIVADOS

NOME ASSENTAMENTO	Área (ha)	REDE PRÓXIMA	ATENDIDO PELA REDE INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	DÉCADA	SETOR
Curitiba	31,33	SIM	SIM	IRREGULAR	1980	2
Riva Dávia	9,49	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	1
Jd. Cascatinha	1,03	SIM	NÃO	CLANDESTINO	1980	2
Chácara 53-parte Petrópolis	1,21	NÃO	NÃO	CLANDESTINO	2000	4
Cabeceira do Melissa	1,21	SIM	NÃO	CLANDESTINO	1970	2
Jd. Colméia (Q.10)	1,05	NÃO	NÃO	FAVELA	2000	5
Gramado	7,25	NÃO	NÃO	FAVELA	1990	1
52,57		669 lotes aproximadamente				

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2006. (Org.) a autora, 2015.

Na tabela 21, quanto ao acesso dos assentamentos à rede de esgoto, nos empreendimentos de promoção privada, dos sete conhecidos, somente três encontram-se próximos a esta rede, e, somente um encontra-se atendido pela rede.

TABELA 22 - ACESSO REDE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS PELAS AUTARQUIAS

NOME ASSENTAMENTO	Área (ha)	REDE PRÓXIMA	ATENDIDO PELA REDE INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	DÉCADA	SETOR
Lot. Melissa	19,81	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Conj. Hab. Julieta Bueno	14,43	NÃO	NÃO	IRREGULAR	2000	5
Lot. Araucária	13,60	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Conj. Res. Abelha	7,26	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Novo Mundo	2,66	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	4
Lot. Quebec	2,64	SIM	NÃO	IRREGULAR	2000	4
Projeto realocação Riva Dávia - Caiobá	1,30	NÃO	NÃO	IRREGULAR	2000	5
Jardim Alvorada	1,12	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Lot. XIV de Novembro (Q.19)	1,11	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	4
Estrela do Mar	0,94	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Parq. Res. Santa Cruz (Q.28)	0,90	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	3
Jd. Morada do Sol	0,75	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Jd. Petrópolis (Q. 8 e Q.16)	0,55	NÃO	NÃO	IRREGULAR	2000	4
Jardim Itapuã	0,49	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	4
Projeto realocação Riva Dávia - Morumbi	0,47	NÃO	NÃO	IRREGULAR	2000	5
Jardim Lupatini	0,31	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
69,18		1731 lotes				

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2006. (Org.) a autora, 2015.

Na tabela 22, quanto ao acesso dos assentamentos à rede de esgoto, nos empreendimentos de promoção das autarquias (Estadual e Municipal), dos dezesseis conhecidos dentro de 16 loteamentos, somente um deles, o da quadra 14 do loteamento Quebec encontram-se próximos à esta rede. Contudo, nenhum destes encontra-se atendido pela rede de esgotamento sanitário.

TABELA 23 - ACESSO REDE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS POR MUNICIPALIDADE

NOME ASSENTAMENTO	Área (ha)	REDE PRÓXIMA	ATENDIDO PELA REDE INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	DÉCADA	SETOR
XIV de Novembro (Q. 17, 22 e 23)	1,19	NÃO	NÃO	CLANDESTINO	1990	5
Jardim Madevani	0,60	NÃO	NÃO	CLANDESTINO	1990	4
Jardim Colonial	0,34	NÃO	NÃO	CLANDESTINO	2000	5
Cascavel Velho - Laíce	3,49	SIM	NÃO	IRREGULAR	2000	5
Jardim Paranaguá	1,03	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
Pq. Res. Santa Cruz (Q. 155)	0,90	NÃO	NÃO	IRREGULAR	1990	5
7,56		256 lotes aproximadamente				

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2006. (Org.) a autora, 2015.

Na tabela 23, quanto ao acesso dos assentamentos à rede de esgoto, nos empreendimentos de promoção da municipalidade, dos seis conhecidos, somente um deles, o assentamento do Cascavel Velho - Laice, encontra-se próximo à rede coletora de esgoto, mas não é atendido por esta.

3.2.3 Localizações dos assentamentos clandestino/irregulares: Abastecimento de água

O abastecimento de água no município de Cascavel é prestado pela concessionária Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Conforme o Perfil Municipal 2003/2004 a captação de água para o abastecimento é feita nos rios: Cascavel, Peroba, Saltinho e através de oito poços subterrâneos (CASCAVEL, 2004).

A cidade possui duas Estações de Tratamento de Água (ETA): a ETA1 com capacidade de 450l/s, correspondente a 38.880.000 litros/dia (delimitação em roxo na figura 90); e a ETA 3 (em amarelo na figura 90), com capacidade de 250 l/s, correspondente a 21.600.000 litros/dia. Para o tratamento das águas captadas na superfície, adota-se o processo completo, com as etapas: sedimentação, coagulação, floculação, decantação, filtração, fluoretação e desinfecção (CASCAVEL, 2013).

Para complementar a demanda do abastecimento de água são utilizados Poços subterrâneos, captados do Aquífero Serra Geral Norte, com capacidade de 240 l/s, correspondentes a 20.000.000 litros/dia (CASCAVEL, 2004). A região atendida somente por este tipo de captação é representada na cor verde na figura 90. As águas dos poços tubulares profundos são tratadas através dos processos de desinfecção e fluoretação. Estas águas são encaminhadas aos centros de reservação distribuídos por vários bairros, para garantir o atendimento de demanda nos horários de maior consumo, em média 30% em relação à demanda diária (CASCAVEL, 2013). Os tipos de captação de água compõem a cobertura da rede, que atende a 99,88% da população da cidade (CASCAVEL, 2004).

Independente ao sistema público de abastecimento de água, também há o atendimento através de poços artesianos, no qual condomínios verticais e horizontais possuem unidade de abastecimento por fonte própria (CASCAVEL, 2013). Estes pontos são identificados na figura 90 pelas manchas pontilhada na cor vermelha.

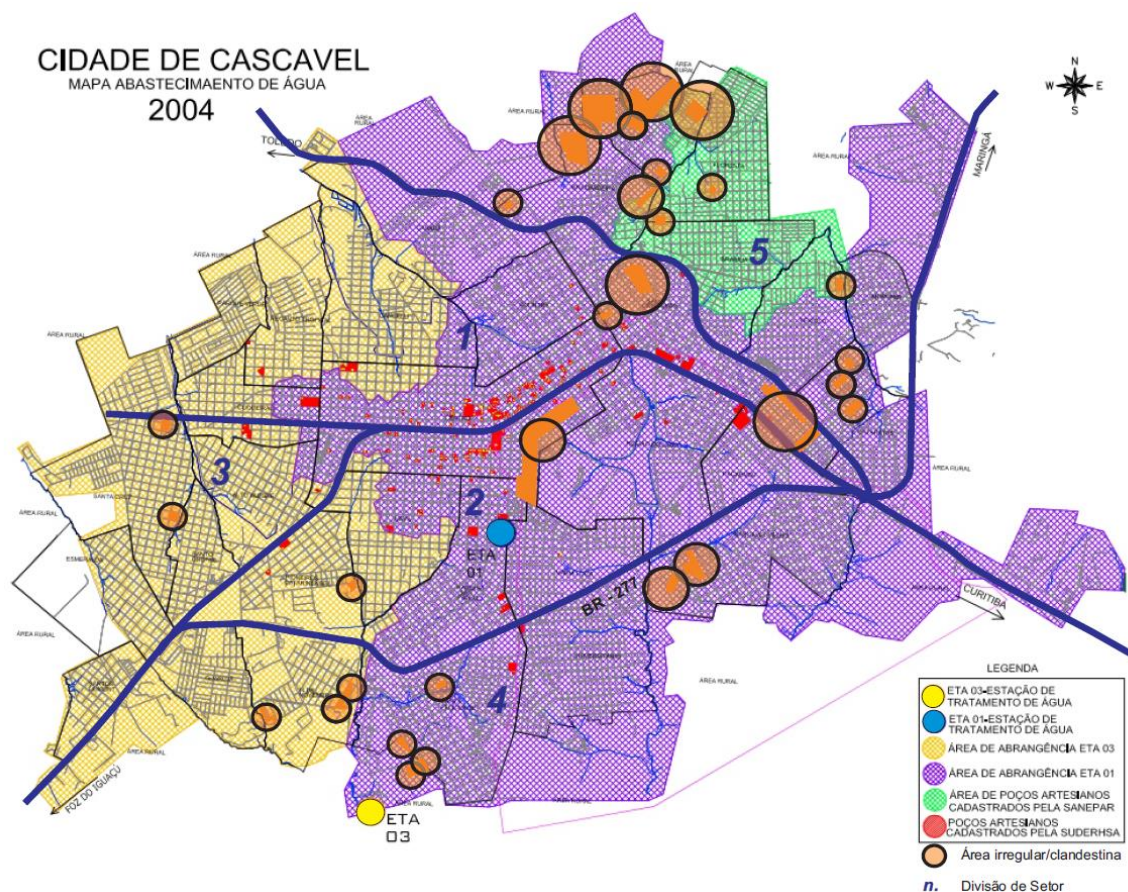


FIGURA 90 - MAPA REDE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 2004

FONTE: Adaptado CASCAVEL (Secretaria de Planejamento), 2006. (Org.) a autora, 2015.

O mapa com a identificação da rede de abastecimento de água é proveniente do levantamento de infraestrutura para o Plano Diretor de 2006. Este indica a abrangência do sistema de abastecimento de água e não as efetivas ligações existentes. Em uma análise individual, sintética dos dados, formula-se uma sequência de tabelas, organizadas conforme o agente promotor.

TABELA 24 - ACESSO ABASTECIMENTO DE ÁGUA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS POR INICIATIVA PRIVADA

NOME ASSENTAMENTO	Área (ha)	REDE	ATENDIDO PELA REDE INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	DÉCADA	SETOR
Curitiba	31,33	ETA 01	SIM	IRREGULAR	1980	2
Riva Dávia	9,49	ETA 01	SIM	IRREGULAR	1990	1
Chácara 53-parte Petrópolis	1,21	ETA 01	SIM	CLANDESTINO	2000	4
Cabeceira do Melissa	1,21	ETA 01	SIM	CLANDESTINO	1970	2
Jd. Cascatinha	1,03	ETA 01	SIM	CLANDESTINO	1980	2
Gramado	7,25	ETA 01	SIM	FAVELA	1990	1
Jd. Colméia (Q.10)	1,05	ETA 01	SIM	FAVELA	2000	5
	52,57			669 lotes aproximadamente		

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2006. (Org.) a autora, 2015.

Na tabela 24, quanto ao acesso dos assentamentos à rede de abastecimento de água, nos empreendimentos de promoção privada, todos estão na área de abrangência da ETA 01, e desde que autorizados pelo proprietário, todos podem ser atendidos com o abastecimento de água. Neste sentido, conforme indefinições de propriedade, alguns assentamentos apresentam dificuldades nesta liberação como o Curitiba, Cascatinha, Colméia e Gramado.

TABELA 25 - ACESSO ABASTECIMENTO DE ÁGUA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS PELAS AUTARQUIAS

NOME ASSENTAMENTO	Área (ha)	REDE	ATENDIDO PELA REDE INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	DÉCADA	SETOR
Lot. Melissa	19,81	ETA 01	SIM	IRREGULAR	1990	5
Conj. Hab. Julieta Bueno	14,43	ETA 01	SIM	IRREGULAR	2000	5
Lot. Araucária	13,60	ETA 01	SIM	IRREGULAR	1990	5
Conj. Res. Abelha	7,26	POÇO A.	SIM	IRREGULAR	1990	5
Novo Mundo	2,66	ETA 01	SIM	IRREGULAR	1990	4
Lot. Quebec	2,64	ETA 03	SIM	IRREGULAR	2000	4
Projeto realocação Riva Dávila - Caiobá	1,30	ETA 01	SIM	IRREGULAR	2000	5
Jardim Alvorada	1,12	POÇO A.	SIM	IRREGULAR	1990	5
Lot. XIV de Novembro (Q.19)	1,11	ETA 03	SIM	IRREGULAR	1990	4
Estrela do Mar	0,94	ETA 01	SIM	IRREGULAR	1990	5
Parq. Res. Santa Cruz (Q.28)	0,90	ETA 03	SIM	IRREGULAR	1990	3
Jd. Morada do Sol	0,75	ETA 01	SIM	IRREGULAR	1990	5
Jd. Petrópolis (Q. 8 e Q.16)	0,55	ETA 01	SIM	IRREGULAR	2000	4
Jardim Itapuã	0,49	ETA 01	SIM	IRREGULAR	1990	4
Projeto realocação Riva Dávila - Morumbi	0,47	POÇO A.	SIM	IRREGULAR	2000	5
Jardim Lupatini	0,31	ETA 01	SIM	IRREGULAR	1990	5
69,18					1731 lotes	

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2006. (Org.) a autora, 2015.

Na tabela 25, quanto ao acesso dos assentamentos à rede de abastecimento de água, nos empreendimentos de promoção das autarquias (Municipal e Estadual), dez destes estão na área de abrangência da ETA 01; três abastecidos pela ETA03; e três na área atendida por poços artesianos de profundidade. Todos, desde que possuam autorização dada pelo proprietário, neste caso, as autarquias, podem ser atendidos com o abastecimento de água. Neste sentido, como há um ente regulador de contratos e identificada a propriedade, os casos de ligação de cada residência a rede de abastecimento de água é mais facilitada do que a do caso anterior, o de promoção privada.

Na tabela 26, quanto ao acesso dos assentamentos à rede de abastecimento de água, nos empreendimentos de promoção da municipalidade, quatro destes estão na área de abrangência da ETA 03; e dois são abastecidos pela captação feita em poços artesianos de

profundidade. Todos, desde que possuam autorização dada pelo proprietário, o próprio Município de Cascavel, podem ser atendidos com o abastecimento de água. Neste caso há todo um protocolo de solicitação, envolvendo visitas técnico social na área, para depois ocorrer a liberação a ser apresentada na SANEPAR para o consumidor final.

TABELA 26 - ACESSO ABASTECIMENTO DE ÁGUA: ASSENTAMENTOS E LOTEAMENTOS PROMOVIDOS PELA MUNICIPALIDADE

NOME ASSENTAMENTO	Área (ha)	REDE	ATENDIDO PELA REDE INTERNO	CLASSIFICAÇÃO	DÉCADA	SETOR
XIV de Novembro (Q. 17, 22 e 23)	1,19	ETA 03	SIM	CLANDESTINO	1990	5
Jardim Paranaguá	1,03	POÇO A.	SIM	CLANDESTINO	1990	5
Pq. Res. Santa Cruz (Q. 155)	0,90	ETA 03	SIM	CLANDESTINO	1990	5
Jardim Madevani	0,60	ETA 03	SIM	CLANDESTINO	1990	4
Jardim Colonial	0,34	POÇO A.	SIM	CLANDESTINO	2000	5
Cascavel Velho - Laíce	3,49	ETA 03	SIM	IRREGULAR	2000	5
7,56		256 lotes aproximadamente				

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Município), 2006. (Org.) a autora, 2015.

3.2.4 Abastecimento de energia elétrica

Quanto à análise sobre a iluminação pública, os planos diretores analisados não mapeando este item. As indicações encontradas foram através do Perfil Municipal 2003/2004 que comenta que a participação da Companhia de Energia Elétrica do Paraná - COPEL, junto à cidade de Cascavel, a partir de 30/01/1966, quando a concessionária assume o então Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE (CASCAVEL, 2004).

Conforme os dados do Censo de 2000 (IBGE), a cidade de Cascavel possui três subestações de energia elétrica que atendem o percentual de 99,45% da população. Contudo, não é possível identificar precisamente os locais de abrangência.

A análise de demanda de energia é feita em função de ligação de uma nova carga significativa, com análise de crescimento da carga por alimentador. Em cada região existem vários alimentadores capazes de distribuir a energia para onde houver maior demanda, por isso este sistema é flexível. Sendo assim, não é possível analisar a demanda por bairro ou distrito (COPEL, 2003 *apud* CASCAVEL, 2004, p.2).

A manutenção do serviço de iluminação pública é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas – SESOP. A lei municipal nº 3741/2003 institui no Município de Cascavel a contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP,

prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, destinada a cobrar as despesas com a energia elétrica consumida e com a operação, manutenção e ampliação do serviço de iluminação pública no Município (CASCAVEL, 2004).

Conforme verificação *in loco*, em cada assentamento, verificou-se que, ao menos a rede pública de iluminação, atende quase que igualmente a toda a extensão dos empreendimentos, inclusive aqueles mais distantes, com ruas de abertura irregular. Excetua-se poucos casos de vias sem iluminação pública onde os assentamentos encontram-se, em parte, em áreas de fundo de vale, como nos assentamentos dos loteamentos: Cascatinha, Jardim Colmeia e Quebec. Também o caso do Jardim Colonial, onde a rua interna aberta não possui iluminação pública. Bem como as vias dos assentamentos que tem como divisa chácaras ainda não parceladas ou estão no limite do perímetro urbano como: Lupatini e Petrópolis.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITAL E A INFORMALIDADE

Na sociedade de classes são notórias as diferenças de acesso aos bens e serviços conforme as diferenças sociais, sendo a habitação um dos que mantém um acesso seletivo. A informalidade no acesso ao solo urbano, encontrado em toda a América Latina, é resultante da inacessibilidade que representa à população de baixa renda aos preços do mercado formal sobre o solo urbanizado (SMOLKA, 2003). Em uma primeira hipótese sugerida por Smolka (2003), a falta de acesso seria inerente à própria pobreza urbana, decorrente de fatores estruturais, e também por omissão do poder público, com a alegação de incapacidade administrativa para a solução das disparidades na oferta de solo urbanizado. Contudo, o autor comunga que as teorias sobre renda são limitadas e não explicam a magnitude de ocorrência dos assentamentos informais. Agrega também, a este debate, a desqualificação deste comprador ao mercado formal por fatores extra-econômicos (SMOLKA, 2003), como por exemplo: o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subemprego, a má-remuneração etc. Na segunda hipótese do mesmo autor (2003), os altos preços do solo urbanizado seriam decorrentes de uma regulação excessiva, elitista, com preocupações estéticas, como métodos de exclusão, que obrigam parte da população aderir à informalidade em terras menos valorizadas. Sendo assim, existe uma parcela da população excluída por não possuir renda para pagar o aluguel de uma habitação ou muito menos comprar um imóvel (valor de troca). Estas situações forçam as taxas de adensamento intradomiciliar e coabitação, além das soluções de autoconstrução e formação de

conjuntos habitacionais para baixa renda. Tem-se somente uma adequação mínima de sobrevivência ao sistema econômico, mesmo que precário, sem levar em conta os outros quesitos regulatórios (valor de uso) (CORRÊA, 2005). Formula-se, assim, os argumentos na análise crescente de preços entre: terra nua, informal e terra urbanizada (SMOLKA, 2003).

De um modo geral, os preços refletem o ágio que o adquirente deve de pagar para não sujeitar-se a situação imediatamente inferior. O preço da terra no mercado informal (superior ao preço da terra nua) é tipicamente inferior à soma deste último ao custo de provisão de serviços, mas, por sua vez, inferior ao preço de comercialização da terra urbanizada no mercado formal (SMOLKA, 2003, p.260).

Na avaliação dos atributos diferenciais da alternativa inferior, citados pelo autor (SMOLKA, 2003), quesitos como uma parcela menor no tamanho lote do que o regulamentado, o reconhecimento da ausência de infraestrutura, uma localização desprivilegiada no perímetro urbano (valor de uso), à primeira vista, oportuniza, ao comprador da área informal, um preço mais acessível (valor de troca) do que a apresentada pelo solo urbanizado formal. Em contrapartida, acarreta um aumento substancial no custo de vida deste comprador, com relação a transporte, ausência de serviços, problemas de salubridade, etc (SMOLKA, 2003).

Assim, é antes a facilidade de se comercializar produtos de baixa qualidade para uma dada (também baixa) capacidade de pagamento, que faz com que o preço resulte alto, relativamente ao que se oferece. São estes preços altos que sancionam a lucratividade da informalidade e estabelecem a referência diferencial para as opções superiores (SMOLKA, 2003, p. 267).

Agregado a isto, o valor de troca das áreas informais aumenta quando refletem ou incorporam as expectativas de futuro beneficiamento do terreno no sentido da provisão da terra urbanizada e regularização de sua informalidade (SMOLKA, 2003).

Em suma, a conexão entre o valor de uso da localização, que é um produto social, e o preço pelo uso do espaço, que é expropriado pelos particulares, é percebida quando entendemos o mercado imobiliário como um elo mediador do processo de acumulação de capital (GOTTDIENER, 2010, p.180).

A relação custo-benefício na aquisição destas áreas informais, no melhor dos casos, gera arranjos de cumplicidade entre loteadores e o promitente comprador na expectativa da terra urbanizada. Estes casos podem ser ilustrados no estabelecimento de contratos de compra e venda com as autarquias em áreas irregulares. No pior dos casos, ocorre a sujeição de uma ocupação sem possibilidade de titulação da propriedade da terra, e, como será visto na composição de índices, a inércia quanto aos rearranjos de infraestrutura (SMOLKA, 2003). Este segundo caso pode ser visualizado nos assentamentos de promoção da municipalidade.

Em particular, o que se toma por um processo natural da evolução social [a desigualdade sócio-espacial característica do capitalismo tardio] se revela uma forma desordenada de obtenção de lucro, ajudada pelo Estado e envolvendo a manipulação de padrões espaciais por interesses legítimos que atuam dentro do setor da propriedade [ou o que se pode pagar dela] (GOTTDIENER, 2010, p.32).

Contudo, o processo de desenvolvimento e aquisição de infraestrutura podem ser renegociados por aqueles que suportam seus custos. Isto explica, em parte, a diferença de implantação de infraestrutura entre um empreendimento e outro, mesmo que irregulares/clandestinos. Já que, "[...] uma vez que o ambiente construído já existe em algum período, ele apresenta ao mesmo tempo uma barreira ao uso e uma potencialidade de uso" (GOTTDIENER, 2010, p.180). Quanto à possibilidade de reivindicação desta população de moradores à instalação de infraestrutura, está relacionada, primeiramente a uma proteção da sua atual qualidade de vida, podendo-se também opor-se a este desenvolvimento (GOTTDIENER, 2010).

Assim como acontece com outras ações do setor da propriedade, os resultados espaciais têm ganhadores e perdedores. Estes, em particular, são os que devem suportar os custos externos do crescimento - que às vezes formam coalizões de não-crescimento [pagos com qualidade de vida] (GOTTDIENER, 2010, p.225).

Que o mercado imobiliário informal de terras, e sua diversidade de investimentos, deva ser rendoso aos agentes promotores, isso parece inegável, sendo este um aspecto não aprofundado nesta dissertação, mesmo por sua natureza complexa. Contudo, para atender as expectativas do futuro do comprador, a efetiva implantação de infraestrutura representa uma queda na taxa de lucros do vendedor, por ser, em uma primeira análise de mercado, uma escolha ou sujeição ao valor de uso da população ali vivente (GOTTDIENER, 2010). Também que, a relação com o investimento privado está vinculada à flexibilidade de atuação de mercado imobiliário, mesmo que não necessariamente ligado à propriedade da terra, mas sim a seu valor de uso (GOTTDIENER, 2010).

Como complementação, Mautner (2010) apresenta dados de um estudo sobre a cidade de São Paulo, em que afirma que a produção do espaço urbano poderia ser apresentada como uma sequência de três camadas: as duas primeiras consistindo em trabalho, primeiro o não remunerado sobre a terra sem transformá-la em propriedade (autoconstrução e informalidade), e depois, o trabalho o remunerado com a implantação de infraestrutura e regularização. A terceira camada consiste na entrada do capital e a integração do loteamento ao espaço urbano (MAUTNER, 2010).

Desse modo o resultado da produção de *valores de uso*, primeiro por meio de trabalho individual (que produz moradias) e, depois, por meio de trabalho coletivo

(infraestrutura promovida pelo Estado) transforma-se em *valor de troca*, constituindo-se em porções definitivas (propriedades) de espaço urbano consolidado, controlado diretamente pelo capital. (MAUTNER, 2010, p.258).

A análise sobre o espaço e a propriedade da terra no meio capitalista sempre é conturbada e repleta de contradições e conflitos de interesses. Claro que o simples estabelecimento de novas formas de propriedade da terra e a redefinição dos direitos de propriedade não significa o fim dos problemas de habitacionais da classe com menor poder aquisitivo. No caso do mercado imobiliário, ficam reduzidos e subordinados, geralmente, aos valores de troca e de uso. Outro fato improvável é ainda contar com um rompimento, sem precedentes, com o passado da classe, na proposição de se elevar a posição social de um sujeito pela simples posse da casa própria (GOTTDIENER, 2010). O status de proprietário pode vir a fortalecer as disputas políticas locais, não só por este motivo, mas o seu ativismo e seu interesse na reivindicação de melhorias vinculada à propriedade frente aos gestores do espaço estão ligados à flexibilidade do proprietário de ficar ou não no local (incapacidade de venda ou de se mudar para outro local). Quanto mais fluida a ação do mercado sobre o valor de troca da propriedade, mais diminui o ativismo do proprietário em sua permanência na área. E pode-se afirmar que a intervenção do Estado sobre o espaço urbanizado torna sempre o valor de troca mais fluido, pois afeta os múltiplos interesses habitacionais. A flexibilidade da atuação de mercado imobiliário se dá:

[...] quanto mais rápida for a conversão [de usos] do imóvel, mais rápido o preço subirá, e quanto mais rápido o preço subir, maior será o incentivo para os investidores transformarem a maior parte dos tipos de propriedade (GOTTDIENER, 2010, p.190).

Esta é uma adequação, mesmo que contraditória, das relações sociais que regem as atividades associadas ao espaço, à forma pela qual o espaço é usado para adquirir riqueza (GOTTDIENER, 2010).

Assim, qualquer indivíduo, independentemente de classe, pode potencialmente participar das atividades do setor da propriedade, pois a terra é uma mercadoria que pode ser convertida em muitas formas de *valor de troca* e, em contraste com quase qualquer outra mercadoria, com o tempo tem seu *valor de troca* elevado porque as relações capitalistas exigem que a terra seja cara (GOTTDIENER, 2010, p.219).

Fatidicamente, o fator que altera os preços, como os atributos diferenciais da infraestrutura (valor de uso), representando os meios de consumo socializados, [...] dependem essencialmente da intervenção do Estado, para sua produção, distribuição e administração" (CASTELLS, 1977 *apud* GOTTDIENER, 2010, P.123). E a intervenção do Estado exacerba os conflitos. Seguindo as análises de Castells, apontadas por Gottdiener (2010)

[...] demonstra que o investimento do Estado no ambiente construído sempre é feito com capital privado, ou subsidiando a renovação [...], ou garantindo uma certa estrutura organizacional para a mobilização de capital através de ajuda financeira ou funcional, de sorte que os interesses privados possam ampliar sua capacidade de acumular capital (GOTTDIENER, 2010, p.140).

Portanto,

[...] as formas de espaço são produzidas, [...] pelo que se convencionou especificar como de articulação entre estruturas capitalistas tardias e as ações do setor da propriedade, especialmente os efeitos de grupos escolhidos e do Estado na canalização do fluxo de desenvolvimento social para lugares e modelos específicos (GOTTDIENER, 2010, p.226).

No sentido de que a infraestrutura executada faz parte dos meios de produção vinculados ao capital, a aplicação de infraestrutura se dá, tanto mais fluida, quando há a possibilidade de investimento de capital privado. Estas relações se dão mais como gestão (regulação/administração) do sistema urbano do que, especificamente, das necessidades de consumo de seus usuários, mas seu impacto se faz sentir no desenvolvimento dos processos de consumo coletivo (GOTTDIENER, 2010). Ou seja, o modo de observação do fenômeno é sobre a implantação das redes técnicas de infraestrutura e não sobre a necessidade de seus usuários.

3.3.1 Composições de índices

A partir dos dados gerais presentes nos levantamentos do Plano Diretor de 2006, foi feita uma análise individual do atendimento de infraestrutura, agregando a combinação das várias redes que correspondem a diferentes setores de abastecimento, a cada um dos trinta loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos/favelas levantados, na cidade de Cascavel, organizados conforme seu agente promotor (município, autarquias ou agentes privados). Metodologicamente, a análise de atendimento das redes de infraestrutura (pavimentação, drenagem, iluminação pública, água tratada e esgoto) foi feita identificando-se tais elementos por segmentos das vias que conformam 100% do assentamento ou loteamento, conforme a implantação existente, de maneira quanti-qualitativa. Para facilitar a identificação quantitativa, a cada segmento de via existente, foi atribuído uma numeração para contagem sequencial, verificando sua totalidade e conferência de quais infraestruturas atingem as mesmas. Cada infraestrutura contribui com o valor 0,2 para atingir o índice total 1,0, que confere 100% da infraestrutura.

Para a verificação qualitativa, a cada situação encontrada na totalidade da implantação da infraestrutura, nos assentamentos ou loteamentos, atribuiu-se o valor de zero a um. Considera-se zero, como inexistente; 0,25 como com estrutura ruim; 0,50 com estrutura regular; 0,75 com boa estrutura e a pontuação de 1,0 como atendida na totalidade. O somatório destas informações qualitativas configura como resultado um índice sobre a proporção do quão negligenciada ou atendida configura-se as redes de infraestrutura até a década de 2000. Com a análise, cada loteamento ou assentamento irregular/clandestino são enquadrados individualmente, e posteriormente, forma-se um índice geral através de uma média total dos empreendimentos, conforme seu agente promotor. A partir desta relação tem-se uma indicação sobre o papel ambíguo do Estado na regulação do sistema urbano ou como promotor deste, no fornecimento ou negligência de infraestrutura aos assentamentos clandestinos ou irregulares.

A tabela 27 apresenta os índices encontrados das redes urbanas de pavimentação, drenagem, iluminação pública, água tratada e esgotamento sanitário, sobre os empreendimentos de promoção privada. Estes assentamentos estão organizados por ordem de classificação por tipologias, respeitando também a sequência cronológica de implantação.

TABELA 27 - ÍNDICES DOS ASSENTAMENTOS OU LOTEAMENTOS DE PROMOÇÃO PRIVADA

VARIÁVEIS		SEGMENTO DE RUA	PAVIMENTAÇÃO		DRENAGEM URBANA (água pluvial)		LUMINAÇÃO PÚBLICA		ÁGUA TRATADA concessionária		ESGOTO		ÍNDICE (1,0)				
AGENTE:	PRIVADO		100%	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	INEXISTE	RUIIM	REGULAR	BOM
EMPREENHIMENTO	CLASSIFICAÇÃO												0	0,25	0,5	0,75	1
1	<i>Cabeceira do Melissa</i>	clandestino	3	3	1,0	3	1,0	3	1,0	3	1,0	0	0,0				0,80
2	<i>Jd. Cascatinha</i>	clandestino	4	0	0,0	0	0,0	3	0,8	0	0,0	0	0,0	0,15			
3	<i>Chácara 53 - Petrópolis</i>	clandestino	3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,0	0	0,0	0,20			
4	<i>Curitiba</i>	irregular	40	37	0,9	37	0,9	40	1,0	40	1,0	32	0,8				0,93
5	<i>Riva Dávila</i>	irregular	20	4	0,2	4	0,2	20	1,0	20	1,0	0	0,0		0,48		
6	<i>Gramado</i>	favela	25	21	0,8	21	0,8	25	1,0	21	0,8	0	0,0				0,70
7	<i>Jd. Colméia</i>	favela	4	0	0,0	0	0,0	3	0,8	4	1,0	0	0,0		0,35		
soma			99	65	0,7	65	0,7	94	0,9	91	0,9	32	0,3				0,70

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Secretaria de Planejamento), 2006. (Org.) a autora, 2015.

A tabela 27 apresenta como resultado parcial/individual, tem-se resultados desde 0,15, que se refere ao pior índice atribuído ao loteamento clandestino do Cascatinha, até 0,93, que configura o melhor índice, atribuído ao loteamento irregular Curitiba. Observa-se uma grande diferença de 0,78 pontos, entre os indicativos de pior e o melhor índice. Os índices distribuem-se em várias camadas de análise: dois acima da definição de "Bom", sendo um clandestino e um irregular; um acima de "Regular" (favela); dois acima de "Ruim" (irregular e favela) e dois um pouco acima de "Inexistente" (ambos clandestinos). É interessante notar que os dois piores índices (0,15 e 0,20) são assentamentos clandestinos e não os de favela, o que afirma a

consideração de independência da relação com a propriedade no que tange a flexibilização de investimento de capital, e consequentemente a instalação de infraestrutura (GOTTIDIENER, 2010). Esta se relaciona a flexibilização de usos (melhores localizações e pressão de moradores) aliada a dependência de intervenção do Estado. Isto explicaria os melhores índices entre o loteamento Curitiba e o Cabeceira do Melissa. Como média geral obteve-se a gradação de 0,70, o que representa um atendimento qualitativo geral como regular.

TABELA 28 - ÍNDICES DOS ASSENTAMENTOS OU LOTEAMENTOS DE PROMOÇÃO DAS AUTARQUIAS (Municipal e Estadual)

VARIÁVEIS		SEGMENTO DE RUA	PAVIMENTAÇÃO		DRENAGEM URBANA (água pluvial)		LUMINAÇÃO PÚBLICA		ÁGUA TRATADA concessionária		ESGOTO		ÍNDICE (1,0)					
AGENTE:	AUTARQUIA		100%	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	INEXISTE	RUIM	REGULAR	BOM	ATENDIDA
EMPREENHIMENTO		100%	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL
1	Novo Mundo	irregular	18	2	0,1	2	0,1	16	0,9	18	1,0	0	0,0					
2	XIV de Novembro (19)	irregular	12	4	0,3	4	0,3	12	1,0	12	1,0	0	0,0		0,42			
3	Itapuã	irregular	6	0	0,0	0	0,0	6	1,0	6	1,0	0	0,0		0,40			
4	Morada do Sol	irregular	7	0	0,0	0	0,0	7	1,0	7	1,0	0	0,0		0,40			
5	Estrela do Mar	irregular	9	0	0,0	3	0,3	9	1,0	9	1,0	0	0,0		0,47			
6	Jd. Alvorada	irregular	7	0	0,0	4	0,6	7	1,0	0	0,0	0	0,0		0,31			
7	Sta Cruz (28)	irregular	10	6	0,6	6	0,6	10	1,0	10	1,0	0	0,0			0,64		
8	Melissa	irregular	51	21	0,4	21	0,4	51	1,0	51	1,0	0	0,0			0,56		
9	Araucária	irregular	46	6	0,1	6	0,1	46	1,0	22	0,5	0	0,0		0,35			
10	Abelha	irregular	18	0	0,0	0	0,0	18	1,0	0	0,0	0	0,0		0,20			
11	Julieta Bueno	irregular	43	41	1,0	41	1,0	43	1,0	43	1,0	0	0,0				0,78	
12	Lupatini	irregular	3	0	0,0	0	0,0	2	0,7	3	1,0	0	0,0		0,33			
13	Quebec	irregular	4	3	0,8	3	0,8	3	0,8	4	1,0	0	0,0			0,65		
14	Petrópolis 8	irregular	3	1	0,3	1	0,3	2	0,7	3	1,0	0	0,0		0,47			
15	Petrópolis 16	irregular	3	0	0,0	0	0,0	3	1,0	3	1,0	0	0,0		0,40			
16	Caibá - relocação Riva Dávila	irregular	12	6	0,5	6	0,5	12	1,0	12	1,0	0	0,0			0,60		
17	Morumbi - relocação Riva Dávila	irregular	4	2	0,5	2	0,5	4	1,0	4	1,0	0	0,0			0,60		
soma			256	92	0,4	99	0,4	251	1,0	207	0,8	0	0,0			0,51		

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Secretaria de Planejamento), 2006. (Org.) a autora, 2015.

A tabela 28 apresenta os índices encontrados das redes urbanas de pavimentação/drenagem, iluminação pública, água tratada e esgotamento sanitário, sobre os empreendimentos de promoção das autarquias habitacionais: Municipal e Estadual. Como resultado parcial/individual, tem-se resultados desde 0,20, como o pior índice, atribuído ao loteamento irregular Abelha, até 0,78, que configura o melhor índice referido ao loteamento Julieta Bueno. Observa-se uma grande diferença de 0,58 pontos, entre os indicativos de pior e o melhor índice, considerando que estes dois loteamentos encontram-se na mesma região da cidade, a norte, e tem o mesmo agente promotor.

A diferença entre estes dois empreendimentos é de que o loteamento Abelha teve somente menos da metade de seus lotes entregues com uma residência, sendo os demais lotes resultando em autoconstrução; e o loteamento Julieta Bueno, todos os seus lotes foram entregues com uma edificação executada pela COHAVEL. Aplica-se aqui as explicações de Mautner (2010) sobre as camadas para a produção de espaço urbano. O loteamento Abelha ainda estaria na primeira camada, com trabalho puro da autoconstrução. Já o loteamento Julieta

Bueno estaria mais próximo da segunda camada, com o trabalho coletivo sancionada pelo governo Municipal. A terceira camada é a entrada efetiva do capital, após a regularização. De um modo geral, os índices da tabela 28 estão em várias posições de análise definidas como: Bom (um dos assentamentos); Regular (seis); Ruim (nove) e como Inexistente (somente um). Como média geral, obteve-se a gradação de 0,51, o que representa um atendimento qualitativo de infraestrutura regular.

TABELA 29 - ÍNDICES DOS ASSENTAMENTOS OU LOTEAMENTOS DE PROMOÇÃO DA MUNICIPALIDADE

VARIÁVEIS		SEGMENTO DE RUA	PAVIMENTAÇÃO		DRENAGEM URBANA (água pluvial)		ILUMINAÇÃO PÚBLICA		ÁGUA TRATADA concessionária		ESGOTO		ÍNDICE (1,0)					
AGENTE:	MUNICÍPIO		0,2		0,2		0,2		0,2		0,2		INEXISTE	RUIM	REGULAR	BOM	ATENDIDA	
EMPREENHIMENTO		100%	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	EXISTE	RESULT. PARCIAL	0	0,25	0,5	0,75	1	
1	XIV de Novembro (17, 22 e 23)	clandestino	13	1	0,1	1	0,1	13	1,0	13	1,0	0	0,0		0,43			
2	Madevani	clandestino	6	1	0,2	1	0,2	6	1,0	6	1,0	0	0,0		0,47			
3	Jd. Colonial	clandestino	3	2	0,7	2	0,7	2	0,7	0	0,0	0	0,0		0,40			
4	Sta Cruz - 155	irregular	7	2	0,3	3	0,4	7	1,0	6	0,9	0	0,0			0,51		
5	Cascavel velho - Laice	irregular	7	2	0,3	2	0,3	7	1,0	5	0,7	0	0,0		0,46			
6	Jd. Paranaguá	irregular	7	0	0,0	1	0,1	7	1,0	7	1,0	0	0,0		0,43			
soma			43	8	0,2	10	0,2	42	1,0	37	0,9	0	0,0		0,45			

FONTE: Adaptado de CASCAVEL (Secretaria de Planejamento), 2006. (Org.) a autora, 2015.

A tabela 29 apresenta os índices encontrados das redes urbanas de pavimentação, drenagem, iluminação pública, água tratada e esgotamento sanitário, sobre os empreendimentos de promoção da municipalidade. Como resultado parcial/individual, tem-se resultados desde 0,40, como pior índice, atribuído aos assentamentos clandestinos do loteamento Jardim Colonial; até 0,51, como melhor índice atribuído ao assentamento irregular do loteamento Santa Cruz. Observa-se pouca diferença, de 0,11 pontos, entre os indicativos de pior e o de melhor índice. Nesta análise o agente promotor, a municipalidade, é o mesmo em todos os empreendimentos. Contudo é interessante observar que o melhor índice está entre os classificados como irregulares, ou seja, mais próximos de uma configuração marginal prontos para serem incorporados à malha urbana (MAUTNER, 2010). Também, o melhor índice configura a área em melhor localização de proximidade com as áreas melhor estruturadas da malha urbana da cidade. Em uma visão geral da tabela 29, os assentamentos encontram-se divididos entre as definições entre Ruim (5 assentamentos) e Regular (somente um assentamento). Como média geral, obteve-se a gradação de 0,45, o que representa um atendimento qualitativo de estrutura ruim.

Em uma análise geral sobre as três tabelas (27, 28 e 29) sobre o resultado de seus índices, observa-se que os empreendimentos de promoção privada, independentemente do número de assentamentos promovidos, apresentam melhor índice (0,70 - Regular) em relação

aos de promoção das autarquias (0,51 - Regular) e municipalidade (0,45 - Ruim). Ou seja, um melhor resultado geral na gestão de infraestrutura do total de empreendimentos. Em segundo lugar, apresenta-se o índice atribuído às autarquias e por último da municipalidade.

Nesta lógica de ação dos agentes promotores, afirma-se como mais negligente na instalação das redes de infraestrutura urbana o próprio município, que é, ao mesmo tempo, agente fiscalizador, regulador e fornecedor da demanda de infraestrutura. Isto afirma que a dependência ou ligação da implantação do assentamento ou loteamento com a municipalidade, não é o único fator para o estabelecimento da implantação da infraestrutura. A flexibilização para os investimentos de capital, está, neste caso mais dependente da sequência da camada de trabalho, para a produção do espaço urbano, que se encontra o assentamento, nos termos definidos por Mautner (2010). Quando em camadas mais primitivas de produção do espaço urbano, distantes das porções consolidadas e da flexibilização de usos, que direcionam a interferência do capital e a implantação de infraestrutura. O que esta pesquisa destoa das definições de Mautner (2010) é quanto a propriedade como um fim, mas sim como um meio, um elo com o mercado imobiliário, para a flexibilização do capital, como apontado por Gottdiener (2010).

Voltando-se para a discussão geral sobre os índices obtidos na gestão da irregularidade, ressaltada na ação de cada agente promotor, nota-se que a infraestrutura implantada se afasta quando da não flexibilização ao mercado. Neste sentido, os promotores privados apresentam melhor índice de infraestrutura instalada, mesmo pela disposição de seus empreendimentos dentro do perímetro urbano, mais próximos as áreas centrais, com infraestrutura consolidada. Depois, os índices dos que se aproximam morfológicamente ao já estabelecido na malha urbana (segunda camada). Por último, os autorizados para ocupação pela municipalidade, no sistema de autoconstrução, na primeira camada, de trabalho puro, para a produção do espaço urbano (MAUTNER, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa investigou a produção da irregularidade urbana de loteamentos e assentamentos irregulares/ clandestinos/ favelas, formulando-se o problema sobre as carências em infraestrutura resultantes desta gestão, a partir da ação de agentes públicos e privados em cidades de fronteira de expansão do capital, até a década de 2000.

A hipótese primeira da pesquisa, apoiada no marco jurídico de que o não seguimento a normas e legislações para o parcelamento do solo acarretaria a irregularidade jurídica e cadastral e, em consequência, uma negligência intencional ao fornecimento de infraestrutura básica, essenciais para a reprodução da força de trabalho, foi identificada como insuficiente para uma análise da produção de assentamentos informais, inclusive sobre as dos entes públicos, devido a crescente financeirização, mais pungente a partir da década de 1990. Então, como segunda hipótese, tem-se que, a reprodução do espaço, no atendimento à infraestrutura é preferencial o espaço onde há a realização do capital financeiro.

Para o desenvolvimento das argumentações, através de um resgate histórico sobre a conformação do território, destacando suas espacialidades, temporalidades e conflitos, desenvolvido descritivamente, apresentou-se o marco teórico desenvolvido por Francisco de Oliveira, ressaltado no processo de formação das cidades brasileiras após 1930, indicando as intencionalidades do Estado a uma inclinação urbano-industrial. Este deu embasamento e sustentação à pesquisa no aspecto de evidências da expansão horizontal das cidades e a conformação do caos aparente destas, relacionadas ao processo de acumulação capitalista.

Utilizou-se o método científico de estudo de caso, no primeiro momento, descritivo sobre os conflitos na conformação dos territórios de fronteira, através da análise multiescalar sobre o território de Cascavel-PR, focada ao entendimento da segunda hipótese. Após a introdução dos elementos que estruturam a pesquisa, no segundo momento da pesquisa, o desenvolvimento da mesma dividiu-se em duas partes: Diagnóstico da irregularidade/clandestinidade e a Análise da implantação dos assentamentos com a expansão da infraestrutura urbana, até a década de 2000.

Na investigação das negligências em infraestrutura, faz-se uma análise baseada em pesquisa correlacional, com dados quanti-qualitativos e mapas multitemporais. Justificou-se a mesma nos aspectos dos dados documentais fornecidos pelo PMH e relatórios de vários setores da SEPLAN, em conceitos jurídicos e morfológicos para a classificação de áreas clandestinas, favelas e irregulares, no recorte temporal entre as décadas de 1970 a 2000, tendo como pano de

fundo as situações político-econômicas vivenciadas nas cidades brasileiras, enquadrando as especificidades da cidade de Cascavel/PR.

No primeiro capítulo da dissertação evidencia-se a posição de Cascavel e a inserção gradativa do capital em seu território, nas fases de frente de expansão do capital e da frente pioneira até a década de 1960. Com várias forças de estruturação agindo sobre o seu traçado urbano, Cascavel torna-se fronteira da expansão do capital e estas mudanças são sentidas nas inserções de clandestinidade em seu núcleo urbano a partir da década de 1970.

Sob o pano de fundo do desenvolvimento do setor produtivo do agronegócio na região, o segundo capítulo se atém a dois objetivos específicos. O primeiro em definir as características de assentamento irregulares e sua identificação no perímetro urbano na cidade de Cascavel-PR; e o segundo, em Levantar e quantificar as áreas de assentamentos habitacionais irregulares ou clandestinos decorrentes da promoção do Município e de agentes privados na cidade de Cascavel-PR no período estudado. São levantadas trinta áreas de loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos/favelas no período entre as décadas de 1970 e 2000, sendo que o maior agente promotor dos casos de irregularidade encontra-se na autarquia COHAVEL.

O terceiro capítulo, atém-se a relacionar a implantação dos empreendimentos com a expansão da infraestrutura urbana, identificando carências. Cada um destes aspectos, por sua vez, desdobrou-se em: classificação de tipos de irregularidade, localização dos assentamentos informais conforme seu agente promotor, análise topológica das redes de infraestrutura existente (pavimentação/drenagem, esgotamento sanitário, iluminação pública e água tratada), gerando tabelas que culminam em uma composição de índices.

Os resultados apresentaram os níveis de negligência na gestão das redes de infraestrutura, conforme o agente promotor: público (autarquia, municipalidade) e privado. Numa análise geral sobre os resultados individuais, os empreendimentos de promoção privada apresentam melhor índice (0,70), seguindo dos de promoção das autarquias (0,51) e, por último, o da municipalidade (0,45), como mais negligente.

A partir dos dados obtidos, e para uma discussão mais relacionada à segunda hipótese, ao se analisar o embasamento teórico obtido, percebeu-se que a informalidade nos acessos ao solo urbanizado (irregular/clandestino/favela), é resultante da inacessibilidade da população de baixa renda, decorrente dos altos preços do mercado formal, basicamente numa discussão sobre valor de troca e valor de uso. A informalidade seria a alternativa, aparentemente com preço acessível, em relação a opção inferior em recursos de infraestrutura que o ocupante estaria disposto a se sujeitar, mas que acarreta um aumento no custo de vida do seu adquirente. Para o

vendedor/loteador, é uma forma desordenada de obtenção de lucro, ajudada pelas esferas do Estado, que atuam dentro do setor da propriedade.

Os rearranjos quanto as redes de infraestruturas podem ser negociadas entre loteadores e compradores por contratos de promessa de compra, na expectativa de provimento da terra urbanizada e regularização de sua informalidade, o que aumenta o valor das áreas informais, já que sua implantação diminui a taxa de lucros do mercado imobiliário. Nestes casos de cumplicidade, no pior deles, ocorre a sujeição de ocupação sem a possibilidade de titulação de propriedade, o que acarreta uma inércia nos rearranjos, quanto a infraestrutura. Entende-se, aqui, a intermediação do mercado imobiliário no processo de acumulação de capital e a diferença de provimentos de infraestrutura dos empreendimentos, renegociada por aqueles que suportam seus custos.

Outra discussão é que estas reivindicações negociáveis não estão necessariamente vinculadas ao estabelecimento da propriedade, mas na ação fluida do mercado sobre o valor de troca. Sendo a confirmação de propriedade somente um elo reivindicatório, e não um fim, na possibilidade de estabelecimento da infraestrutura. Ainda, há possibilidade de reivindicação desta população de moradores à instalação de infraestrutura que está relacionada, primeiramente, a uma proteção da sua atual qualidade de vida, podendo-se também opor-se a este desenvolvimento. O status de proprietário pode vir a fortalecer as disputas políticas locais, não só por este motivo, mas o seu ativismo e seu interesse na reivindicação de melhorias vinculada à propriedade, frente aos gestores do espaço ligados à flexibilidade do proprietário, de ficar ou não no local (incapacidade de venda ou de se mudar para outro local). A relação com a propriedade, ou, no caso desta pesquisa, a possibilidade de titularidade, serve somente como argumento de reivindicação de implantação das redes de infraestrutura. Tanto mais fluida a ação do mercado sobre o valor de troca da propriedade, quanto diminui o ativismo do proprietário em sua permanência na área. E pode-se afirmar que a intervenção do Estado sobre o espaço urbanizado torna sempre o valor de troca mais fluido, pois afeta os múltiplos interesses do mercado imobiliário e do capital.

Fatidicamente, o fator que altera os preços, como os atributos diferenciais da infraestrutura (valor de uso), representando os meios de consumo socializados, ou seja, a intervenção, para mobilização de capital, depende essencialmente da intervenção do Estado, para sua produção, distribuição e administração, o que caracteriza a gestão urbana.

A intervenção do Estado exacerba os conflitos, mas garante uma certa estrutura organizacional para a mobilização de capital para lugares e modelos específicos, tanto mais fluida quando há a possibilidade de investimento privado. Estas relações se dão mais como

gestão (regulação/administração) do sistema urbano do que, especificamente, das necessidades de consumo de seus usuários, mas seu impacto torna-se visível nestas redes de infraestrutura, necessárias ao consumo coletivo. Neste caso, os promotores privados estão mais próximos à ação de flexibilização de capital, por isso do maior índice de infraestrutura encontrado, confirmando a segunda hipótese. As promoções das autarquias, mesmo com a força da legitimação da propriedade de seus ocupantes, que pagaram por estas áreas, encontram-se com um índice inferior ao privado. Por último, as ações da municipalidade, com pouca fluidez na ação do mercado e inércia quanto ao provimento de infraestrutura.

Contata-se que a produção das irregularidades urbanas comungam diretamente com as inclinações do mercado e não somente a um atendimento ou não a normativas legislativas. Esta característica era corrente até a década de 1990, quando as normas e legislações funcionavam como marcos do que pode ser atendido ou não dentro dos jogos de poder. A partir da financeirização mundializada do capital, exige-se que se ultrapasse o sentido “política policial” das decisões, para que haja somente a gestão, direcionada aos interesses do capital.

Conclui-se que as carências em infraestrutura urbana na produção de loteamentos e assentamentos irregulares/clandestinos/favelas são reflexos das diferentes gestões de seus agentes, que conformam outros territórios, com características de localização, ligação com a rede e disponibilidade de suas áreas (camadas de trabalho), inclinadas em diferentes graus para a flexibilização de usos para o capital, conforme interesses do mercado imobiliário.

REFERÊNCIAS²⁵

- ABRAMO, Pedro. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. **Revista Ensaios FEE**[online], Porto Alegre, n.16, 1995. 510-555. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6YK7UtmFbs0J:revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1790/2158+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso dez. 2015.
- AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. in: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.
- ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BARBIERI, Alisson Flávio. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 225-246, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 July 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982007000200004>.
- BARROS, Miriam; COVALITE, Ana Paula. **Revista da Anpege**, v.5, p.86-105, 2009. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/41/pdf-mm>>. Acesso fev. 2015.
- BELUSSO, Diane. A formação das cooperativas agrícolas e a expansão da avicultura de abate no oeste paranaense (1970-2010). in: BOSI, Antônio P. (Org.). **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no oeste do Paraná (1970-2010): estudos sobre a cadeia avícola**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p.39-62.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. 5ed.
- BORTOLOTTI, Denise. Secretaria de Planejamento - SEPLAN. **Relatório loteamento Conjunto Residencial Araucária**. 2005. documento impresso.
- BOSI, Antônio P. (Org.). **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no oeste do Paraná (1970-2010): estudos sobre a cadeia avícola**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- BRUGNAGO, Naira Vicensi. **Preencher os vazios: o papel da estrutura fundiária na constituição do espaço urbano de Cascavel das primeiras presenças à década de 1960**. 2015. 174f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2015.
- CAMMARATA, Emilce Beatriz. La construcción social del territorio el la transfrontera de Argentina (Misiones), Brasil y Paraguay. in: PEREIRA, S.R.; COSTA, B.P.; SOUZA, E.B.C. (orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.165-181.
- CARLOS, Ana Fani. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2015. (Repensando a Geografia). 9.ed.
- CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. (Metageografia; v.2).
- CASCAVEL (Prefeitura Municipal). **Perfil municipal 2003/2004**. 2004. documento impresso.
- _____. (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento e Urbanismo - SEPLAN. **Projeto de trabalho técnico social - PTTS**. 2006. documento impresso. Responsável: Assistente Social Marilda Thomé Paviani.
- _____. (Prefeitura Municipal). Portal do Município de Cascavel. **Prefeitura derruba liminar de extinção da COHAVEL**. 2009. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=597>>. Acesso jul. 2015.
- _____. (Prefeitura Municipal). Portal do Município de Cascavel. **Ex-prefeitos de Cascavel**. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/ex-prefeitos.php>>. Acesso mai. 2015.

²⁵ Para elaboração das referências foram utilizadas as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, constantes na NBR 6023/2002.

_____. (Prefeitura Municipal). **Plano Municipal de saneamento básico:** Município de Cascavel, Paraná. v.1. 2013. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/plano-municipal-saneamento-baisco-volume1.pdf>>. Acesso dez. 2015.

CAVALLIERI, F.; VIAL, A.; LOPES, G. **Diferenciais intra-urbanos no Rio de Janeiro:** contribuição ao cumprimento da meta II do milênio. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 2007. (Coleção estudos Cariocas).

CESTARO, Lucas. Lebre e o Urbanismo da SAGMACS: o Brasil no foco do Mouvement Économie et Humanisme. in: **Seminário de história da cidade e do urbanismo** [online], n.5, v.11, 2010. Disponível em:<<http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1385/1358>>. Acesso jun.2014.

CHAGAS, Mayara da Fontoura das. **Colonos e/ou posseiros:** o uso das diferenças na construção de identidades. in: I Encontro de Pesquisas Históricas - Ephis, Porto Alegre: 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/viewFile/19076/12135>>. Acesso: fev. 2015.

COLODEL, José Augusto. Cinco séculos de história. In: PERIS, Alfredo Fonceca (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional:** região oeste do Paraná. Cascavel: Edinuoeste, 2008. p. 29-75.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2005. Série Princípios. 3ª ed.

_____, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. in: CARLOS, A.F.S.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1ed. São Paulo: Contexto, 2014. p.41-51.

DIAS, C. S.; FEIBER, F. N.; MUKAI, H.; DIAS, S.S. **Cascavel:** um espaço no tempo. A história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

DISTANCIACIDADES. **Distância entre Catanduvas (Paraná) e Cascavel (Paraná).** Disponível em: <<http://br.distanciadcidades.com/distancia-de-catanduvas-parana-a-cascavel-parana>>. Acesso: jun. 2015.

DUPUY, Gabriel. **El urbanismo de las redes:** teorías y métodos. Barcelona: Oikos-tau, 1998.

FERREIRA, Yoshiya N. Industrialização e urbanização no Paraná. **Geografia (Londrina)** [online], Londrina, v.3, n.3, p.113-128, 1985. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/9828/8636>>. Acesso jun. 2014.

FERREIRA, Silvia Barbosa de Souza. O planejamento territorial do Paraná. In: PEIXOTO, E.R.; DERNTL, M.F.; PALAZZO, P.P.; TREVISAN, R. (Orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo:** Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/planejamento-territorial-do-parana>>. Acesso: jul. 2015.

GIL, Lissandra Guimarães. **A construção de Cascavel-PR:** da formação do pouso às ressonâncias das propostas urbanísticas de Jaime Lerner até 1989. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2015.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: EdUsp, 2010. 2 ed. 1 reimpr.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.

HAESBAERT, R. **Território e identidade:** raízes do gauchismo e da nordestinidade. Rio de Janeiro, 1997.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIA (ITCG). **Terra e cidadania:** coletânea de legislação e estudos. Curitiba: ITCG, 2008. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Terra_e_Cidadania_v1.pdf>. Acesso jun. 2014.

_____. **Coletânea de mapas históricos do Paraná.** 2008. Disponível em:<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html>. Acesso: fev.2015.

IZEPÃO, Rosalina Lima. **O planejamento governamental no Paraná:** economia, estado e política econômica. Maringá: Eduem, 2013.

LERNER, Jaime. **Cidade de Cascavel:** estrutura urbana. Curitiba, 1978. Disponível em:<<http://aeac.org.br/aeac/downloads>>. Acesso: jun. 2015.

LOPES, Sérgio. Raízes do movimento pró-criação do Estado do Iguçu. in: III SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, III, 2004, Cascavel. **Anais.** Cascavel, 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2020.pdf>> Acesso mar. 2015.

- MANECHINI, Guilherme. A riqueza brota das cidades medias do interior do Brasil. **RevistaExame** [online], São Paulo, n.1045, jul. 2013. Disponível em:< <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1045/noticias/a-riqueza-que-brota-no-interior>>. Acesso jun.2014.
- MARIANO, Maicon. **Acapital do oeste: um estudo das transformações e (re) significações da ocupação urbana em Cascavel - PR (1976-2010)**. 2012. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- MARSON, Elzio dos Reis. **No limiar do horizonte: manifestações e discursos divisionistas Norte/Sul e política integracionista no Paraná (1920-1975)**. Assis (SP), 2005. 225f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" Campus de Assis. Disponível em:< http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93428/marson_er_me_assis.pdf?sequence=1>. Acesso mar. 2015.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8, 25-70, maio de 1996.
- MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010. p.245-259.
- MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros, grileiros: conflito de terra no Oeste paranaense (1961-66)**. Dissertação (Mestrado) – UFF. Niterói/RJ, 2002. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/nra/textos/Myskiw.pdf> >. Acesso: mar. 2015.
- NALINI, José Renato. **Direitos que a cidade esqueceu**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2010.
- OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2002. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a exceção ou o Estado de Exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais - RBEUR**, v.5, n.1, 2003. Disponível em: <<http://unohospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/84>> Acesso nov. 2015.
- _____. **Crítica à razão dualista / O Ornitorrinco**. 1 ed., 4. reimpr. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Estado de sítio).
- PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. **Atlas do Estado do Paraná**. Curitiba, 1987.
- PARANÁ (Assembléia Legislativa). **Perfil**. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/109-anibal-khury> Acesso jul. 2015.
- PATURY, Felipe (coord.) A força das cidades médias. **Revista Veja** [online], São Paulo, n.2180, p.75-132, set. 2010. Caderno Especial. Disponível em:< http://veja.abril.com.br/acervo_digital/home.aspx>. Acesso jun.2014.
- PAVIANI, Marilda Thomé. Projeto de realocação de famílias do assentamento Riva Dávila: depoimento. Entrevista [23 de julho, 2015]. audio. Entrevista concedida a Karen A. Solek Soares.
- PERIS, A.F.; BRAGA, E.G. Eixos de desenvolvimento intra-regionais. In: SILVA, G.H.; BULHÕES, R.; PERIS, A.F. **Mesorregião Oeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas**. Cascavel, Unioeste, 2002. Relatório. p.295-337. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_09.pdf>. Acesso jul. 2015.
- PIAIA, Vander. **Terra sangue e ambição: a gênese de Cascavel**. Cascavel-PR: ABEU, 2013.
- PIERUCCINI, M.A.; TSCHÁ, O. C. P.; IWAKE, S. Criação dos municípios e processo emancipatórios. In: SILVA, G.H.; BULHÕES, R.; PERIS, A.F. **Mesorregião Oeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas**. Cascavel, Unioeste, 2002. Relatório. p.76-153. Disponível em: < http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/pmop/capitulos/Capitulo_03.pdf>. Acesso mar. 2015.
- PINHEIRO, Adevanir A. **Identidade étnico-racial e universidade: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes, em três instituições de ensino superior no sul do país. (tese)**. São Leopoldo: Unisinos, 2011. Disponível em: < [http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/AdevamirPinheiro_Ciencias_Sociais%20\(2\).pdf](http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/AdevamirPinheiro_Ciencias_Sociais%20(2).pdf)>. Acesso, jul. 2014.

- PRIORI, A.; POMARI, L.R.; AMÂNCIO, S.M.; IPÓLITO, V.K. A história do Oeste Paranaense. In: **História do Paraná: séculos XIX e XX** [on line]. Maringá: Eduem, 2012. p. 75-89. Disponível em: < [http:// books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf](http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf) >. Acesso jul. 2014.
- RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. in: PEREIRA, S.R.; COSTA, B.P.; SOUZA, E. B. C. (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.13-25.
- RANGHETTI, Sônia Bedin. Mapa de lotes foreiros: depoimento. **Entrevista** [21 de maio, 2015]. audio. Entrevista concedida a Karen A. Solek Soares.
- REOLON, Cleverson Alexsander. **A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense**. 2007a. 244 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, Toledo, 2007. Disponível em:< [http:// tede.20Reolon% 20Parte% 201.pdf](http://tede.20Reolon%20Parte%201.pdf) >. Acesso mar. 2015.
- _____, Cleverson Alexsander. **Colonização e urbanização da mesorregião oeste do Paraná (1940-2000)**. In: RA'E GA, Curitiba, n.13, p.49-57, 2007b. Editora UFPR. Disponível em: <5505-44865-1-PB reolon.pdf>. Acesso mar. 2015.
- _____, Cleverson Alexsander. A desconcentração espacial e a produção do espaço paranaense a partir de meados da década de 1990. in: PEREIRA, S.R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.147-163.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. (Coleção cidade aberta).
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROSENFELDT, Yuzi Anai Zanardo; LOCH, Carlos. O uso de imagens multitemporais para o planejamento urbano e caracterização de áreas irregulares. in: **Revista Brasileira de Cartografia** (2013) nº 65/6: 1153-1166.
- SAES, Décio. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANEPAR. **Regulamento dos serviços prestados pela Sanepar**. Disponível em: <<http://site.sanepar.com.br/informacoes/regulamento-dos-servicos-prestados-pela-sanepar>>. Acesso dez. 2015.
- SANTOS, Delmiro dos. **Direito agrário: sesmarias, terras devolutas, registro paroquial e legislação agrária**. Belém: CEJUP, 1986.
- SAULE JUNIOR, Nelson. **A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.
- SILVA, Eliane Alves da. **Governar o ingovernável: gestão da irregularidade urbana em áreas de mananciais em São Paulo**. 2011. 134f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade da São Paulo, São Paulo, 2011.
- SILVA, Gilberto Valente da. **As prefeituras municipais e a regularização dos loteamentos**. In: Instituto de registro imobiliário. s.d. Disponível em:< <http://www.irib.org.br/html/biblioteca/biblioteca-detalle.php?obr=226>>. Acesso nov. 2014.
- SILVEIRA, Pedro Sérgio. **O Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLm) e a luta pela reforma urbana na Nova Santa Marta, em Santa Maria, RS**. 2014. 157p. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, RS, 2014. Disponível em: <[https:// feab. files.wordpress.com/2014/09/ o_mnlm_e_a_luta_pela_reforma_urbana_na_nova_santa_marta_-_pedro_sergio_da_silveira_histria-ufsm_2014.pdf](https://feab.files.wordpress.com/2014/09/o_mnlm_e_a_luta_pela_reforma_urbana_na_nova_santa_marta_-_pedro_sergio_da_silveira_histria-ufsm_2014.pdf)>. Acesso em: jul. 2015.
- SMOLKA, Martim O. Regularização da ocupação do solo urbano: o problema que é parte da solução, a solução que é parte do problema. in: FERNANDES, Edesio; ALFONSIN, Betania (Orgs.). **A lei e a ilegalidade na produção o espaço urbano**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2003. p.255-291.
- SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel: a história**. Cascavel: Editora Gráfica Positiva, 2007.
- STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. in: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.35-78.
- TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Ed. Argvmentvm, 2010. (Coleção Sociedade & Cultura).

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e Cidadania: Reflexões sobre o direito à cidade. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n87/07.pdf>>. Acesso jun. 2014. São Paulo: **Lua Nova**, 2012. 139-165.

TSCHÁ, O.C.P.; RIPPEL, R.; LIMA, J. F. **Transformação produtiva, urbanização, industrialização e migração no Oeste do Paraná**. XIX Encontro Nacional de estudos Populacionais – Abep, Caxambu-MG, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_6/abep2010_2132.pdf>. Acesso fev. 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010. p.169-243.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. 2 ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010.

REFERÊNCIA DE LEIS

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso abr. 2015.

_____. **Decreto-Lei 58, de 10 de dezembro de 1937**. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del058.htm> Acesso mai. 2015.

_____. **Ato complementar 42, de 27 de janeiro de 1969**. Dispõe sobre o confisco de bens, define o enriquecimento ilícito e dá outras providências. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-42-69.htm>. Acesso abr. 2015.

_____. **Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm>. Acesso mar. 2015.

_____. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm>. Acesso em: dez. 2011.

CASCADEL (Município). **Lei nº 6, de 5 de abril de 1953a**. Cria quadro do perímetro urbano da sede do município de Cascavel. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1953/3/5/lei-ordinaria-n-6-1953-cria-quadro-do-perimetro-urbano-da-sede-do-municipio-de-cascavel>>. Acesso jun. 2015.

_____. (Município). **Lei nº 26, de 11 de agosto de 1953b**. Denomina as diversas ruas da cidade de Cascavel. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1953/3/26/lei-ordinaria-n-26-1953-denomina-as-diversas-ruas-da-cidade-de-cascavel>> Acesso jun. 2015.

_____. (Município). **Lei nº41, de 16 de agosto de 1954**. Concede isenção de tributos municipais pelo espaço de 5 anos, as indústrias que se fixarem no município de Cascavel no exercício de 1954 e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1954/5/41/lei-ordinaria-n-41-1954-concede-isencao-de-tributos-municipais-pelo-espaco-de-5-anos-as-industrias-que-se-fixarem-no-municipio-de-cascavel-no-exercicio-de-1954-e-da-outras-providencias>>. Acesso jun. 2015.

_____. (Município). **Lei nº 94, de 3 de novembro de 1954**. Estabelece os limites do perímetro urbano de Cascavel. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1959/10/94/lei-ordinaria-n-94-1959-estabelece-os-limites-do-perimetro-urbano-de-cascavel>> Acesso jun. 2015.

_____. (Município). **Lei nº94, de 3 de novembro de 1959**. Estabelece os limites do perímetro urbano de Cascavel. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1959/10/94/lei-ordinaria-n-94-1959-estabelece-os-limites-do-perimetro-urbano-de-cascavel>> Acesso jun. 2015.

_____. (Município). **Decreto nº 3, de 31 de janeiro de 1961**. Nomeia Dr. Gustavo Gama Monteiro. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/decreto/1961/1/3/decreto-n-3-1961-nomeia-dr-gustavo-gama-monteiro>> Acesso jun. 2015.

_____ (Município). **Lei nº251, de 4 de dezembro de 1963.** Aprova a nova planta da cidade de Cascavel. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/1963/26/251/lei-ordinaria-n-251-1963-aprova-a-nova-planta-da-cidade-de-cascavel>> Acesso jun. 2015.

_____ (Município). **Lei nº 2.345, de 11 de dezembro de 1992.** Cria a Companhia Municipal de Habitação de Cascavel e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/29082013_cohavel_-_lei_de_criacao_e_alteracoes.pdf> Acesso abr. 2015.

_____ (Município). **Lei nº 2.377, de 15 de junho de 1993.** Autoriza o poder executivo municipal à receber por doação com encargos, área do loteamento denominado Cascatinha e dá outras providências. Cascavel-PR, 1993.

_____ (Município). **Lei nº3.185, de 28 de dezembro de 2000.** Autoriza o poder executivo municipal a desafetar área de utilidade pública e transferir imóvel urbano à Companhia de Habitação de Cascavel, e dá outras providências.

_____ (Município). **Lei Complementar nº28, de 27 de janeiro de 2006.** Altera o Plano Diretor de Cascavel, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da cidade e das sedes dos demais distritos administrativos e, dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do município, nos termos da Lei Federal 10.257/2001. Estatuto da Cidade.

_____ (Município). **Lei nº 6.063, de 18 de junho de 2012.** Estabelece a política habitacional no município de Cascavel, instituída pelo Plano Municipal de Habitação e dá outras providências. **Órgão oficial eletrônico [do] Município de Cascavel.** Edição Ordinária, nº 596, Ano IV, Caderno 1, Atos do Poder Executivo, p.1-143, 28 jun. 2012.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951.** Dispõe sobre a Divisão Administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=16495&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso mar. 2015.

_____. **Lei Estadual nº 12.027, de 04 de fevereiro de 1998.** Autoriza a regularização, conforme especifica, de imóveis urbanos que fazem parte do loteamento Curitiba, da cidade de Cascavel. 1998. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=listar&opt=r&site=1#resultado>>. Acesso abr. 2015.

PARANÁ (Poder Judiciário). Processo Criminal nº 51/1990, do Cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel, Paraná, 24 de abril de 1990.

REFERENCIA DE IMAGENS

CTMGEO. **Geoportal.** Disponível em: <<http://geocascavel.cascavel.pr.gov.br:10080/geoview/faces/sistema/geo.xhtml;jsessionid=8793483fcd32db860a7fda71a90b>>. Acesso julho, 2015.

CASCATEL (Prefeitura Municipal). **Planta da cidade [de] Cascavel perímetro urbano [Patrimônio Novo]:** reproduzido de acordo com a planta do Departamento de Geografia, Terra e Colonização - DGTC.1952. 1 original em papel vegetal. Escala 1:2.000.

_____ (Prefeitura Municipal). **Planta definitiva de levantamento do cadastro imobiliário e planificação urbana do patrimônio do Município de Cascavel do imóvel denominado "Cascavel".**1959. 1 original em papel vegetal. Escala 1:2.000. Desenhista: Rovani, 1982. Projeto e Execução Eng. Civil Diógenes Alves Cabral.

_____ (Prefeitura Municipal). **[Mapa de lotes foreiros desenhado sobreposto a planta da cidade de 1963].**1963. 1 original desenhado sobre cópia heliográfica. Escala 1:4.000. Desenhista: Arq. Sonia Bedin Ranghetti.

_____ (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento e Urbanismo - SEPLAN. **Relatório de Loteamentos (1961-2014) do setor de parcelamento do solo.**2014. documento em word. Responsável: Eng. Célia Regina Martins Fontes e Arq. Nelise Guerin

_____ (Prefeitura Municipal). Secretaria de Planejamento e Urbanismo - SEPLAN. **Mapa com a evolução do perímetro urbano da cidade de Cascavel (1959-2010) do setor de planos e programas.**2010. arquivo em dwg. Responsável: Eng. Célia Regina Martins Fontes.

CASCABEL (Prefeitura Municipal). Setor de Geoprocessamento. Secretaria de Planejamento e Urbanismo - SEPLAN. **Cidade de Cascavel-PR: Mapa base.** Janeiro,2011. documento em dwg.

_____ (Prefeitura Municipal). **Museu da imagem e som.** [fotografias doadas ao Museu da imagem e som], preto e branco. Disponível em:<<http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/>>. Acesso jun. 2015.

_____ (Prefeitura Municipal). Setor de Regularização Fundiária, Secretaria de Planejamento e Urbanismo - SEPLAN. **Relatório técnico sobre loteamentos irregulares e clandestinos do setor de Regularização Fundiária.** 2015. documento em word.

FUNDAÇÃO AYRTON LOLÔ CORNELSEN. **DER construindo um Paraná maior:** Plano de Libertação Econômica do Paraná. Disponível em: <<http://www.lolocornelsen.com.br/der%20-%20editado%20-%20portico%20pgrossa.htm>> Acesso mar. 2015.

GIL, Lissandra Guimarães. **A construção de Cascavel-PR:** da formação do pouso às ressonâncias das propostas urbanísticas de Jaime Lerner até 1989. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Projeto em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2015.

IPARDES. **Mapa de Mesorregiões geográficas do estado do Paraná.** Disponível em:<http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25>. Acesso jun. 2015.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIA. **Coletânea de mapas históricos do Paraná.** Disponível em:< http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html>. Acesso: fev.2015.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros, grileiros:** conflito de terra no Oeste paranaense (1961-66). Dissertação (Mestrado) – UFF. Niterói/RJ, 2002. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nra/textos/Myskiw.pdf>>. Acesso: mar. 2015.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. **Atlas do Estado do Paraná.** Curitiba, 1987.

PERIS, A.F.; BRAGA, E.G. Eixos de desenvolvimento intra-regionais. In: SILVA, G.H.; BULHÕES, R.; PERIS, A.F. **Mesorregião Oeste do Paraná:** diagnóstico e perspectivas. Cascavel, Unioeste, 2002. Relatório. p.295-337. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_09.pdf>. Acesso jul. 2015.